



Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação
Mestrado em Educação

Reginaldo José da Silva

**A CARTILHA DO CAMPONÊS, O DOCUMENTO “BENÇA, MÃE!” E SUA
RECEPÇÃO PELA LIGA CAMPONESA DO ENGENHO GALILÉIA**

Recife
2015



Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação
Mestrado em Educação

Reginaldo José da Silva

**A CARTILHA DO CAMPONÊS, O DOCUMENTO “BENÇA, MÃE!” E SUA
RECEPÇÃO PELA LIGA CAMPONESA DO ENGENHO GALILÉIA**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Educação da
Universidade Federal de Pernambuco,
como requisito parcial para a obtenção do
título de mestre em educação.

Orientador: Prof. Dr. André Gustavo Ferreira da Silva

Recife
2015

Catálogo na fonte
Bibliotecária Andréia Alcântara, CRB-4/1460

S586c

Silva, Reginaldo José da.

A Cartilha do Camponês, o documento “Bença, Mãe!” e sua recepção pela liga camponesa do Engenho Galiléia / Reginaldo José da Silva. – Recife: O autor, 2015.

219 f. ; 30 cm.

Orientador: André Gustavo Ferreira da Silva.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CE. Programa de Pós-graduação em Educação, 2015.

Inclui Referências e Anexos.

1. Educação não-formal. 2. Educação popular. 3. Camponeses - Atividades políticas. 4. UFPE - Pós-graduação. I. Silva, André Gustavo Ferreira da. II. Título.

370.118 CDD (22. ed.)

UFPE (CE2016-04)

REGINALDO JOSÉ DA SILVA

**A CARTILHA DO CAMPONÊS, O DOCUMENTO “BENÇA, MÃE!” E SUA
RECEPÇÃO PELA LIGA CAMPONESA DO ENGENHO GALILÉIA**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Educação da
Universidade Federal de Pernambuco,
como requisito parcial para a obtenção do
título de mestre em educação.

Aprovada em: 29/10/2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. André Gustavo Ferreira da Silva (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Flávio Henrique Albert Brayner (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Aos camponeses e às camponesas que formaram a Liga Camponesa do Engenho Galiléia, cujo protagonismo na luta pela terra inspira, até os dias de hoje, sonhos, esperanças e ações na busca por uma ordem social justa no campo.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é resultado de uma caminhada trilhada ao lado de outras pessoas. As palavras escritas aqui são muito poucas para expressar a minha gratidão a elas. Mas, que fique registrada a grande importância que tiveram nessa construção. Sou grato, então:

À Vida, ao Mistério e ao Transcendente que teimam em habitar em nós. Seus nomes são muitos: Deus, Alá, Yhaweh, Absoluto... Para mim não importa que nome tenha. Acredito. Agradeço.

À minha mãe, Lourdinha ou Dinha, como gosta de ser chamada, que nunca deixou de estar ao meu lado, dando-me amor, atenção, orientações, ajudando-me a aprender que educação se faz no cotidiano, sem burocracias.

À minha esposa, Keila, amante, amiga, confidente, conselheira, companheira de caminhada, que me acolheu nas horas tensas do mestrado, foi paciente nos momentos em que precisei abrir mão de sua companhia para atender às demandas da pesquisa e, como se ainda fosse muito pouco, dedicou grande parte do seu tempo para transcrever as entrevistas que fiz com os camponeses de Galiléia.

A Kainan, meu filho, e Iris, minha filha, que só pelo fato de existirem já me inspiram a viver, prosseguir e encarar desafios, como este que se consolida aqui.

Ao meu orientador, Prof. Dr. André Gustavo Ferreira da Silva, que me ajudou na construção de conhecimentos registrados na pesquisa. Contudo, sua atuação foi bem mais além da técnica de um orientador. Com ele, tive a oportunidade de dialogar sobre a pesquisa, mas também de conversar sobre a vida, sonhos, esperanças... Sua disponibilidade, paciência, competência e apoio foram imprescindíveis para cada etapa deste trabalho e para os tantos aprendizados que pude construir nesse processo.

Aos amigos Alex e Liza, que, até o final do mestrado, estiveram sempre dispostos a me ouvir e ajudar com conselhos e ideias que foram fundamentais para superar determinadas dificuldades e encontrar novos caminhos no processo da pesquisa.

Aos amigos Manu e Severino (Raminho), pelos trabalhos em equipe, conversas e inúmeros encontros que me ajudaram a encarar o mestrado com mais leveza.

Ao Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro e ao Prof. Dr. Rui Mesquita, pelas valiosas críticas e orientações passadas a mim na Banca de Qualificação. Com elas, ganhei mais instrumentos para desenvolver melhor a pesquisa.

À Kindernothilfe (KNH), organização da cooperação internacional que atua na luta pela garantia dos direitos humanos de crianças e adolescentes, onde trabalho a oito anos, que

autorizou o ajuste do meu horário, a fim de que eu pudesse ter tempo disponível para assistir às aulas, participar das reuniões de orientação, pesquisar em arquivos e realizar as entrevistas. Deixo aqui uma palavra de gratidão às colegas Ray, Flávia, Márcia, Lourdes Ferreira e Lourdes Oliveira, que, do escritório da KNH, em Recife, acompanharam mais de perto esse meu processo formativo, e às colegas Andrea e Anne Schnieders, que, da sede da KNH, em Duisburg, Alemanha, também procuravam acompanhar os passos dados no curso e na pesquisa.

Ao amigo e colega Luis Paulo, de Porto Alegre, pelas valiosas conversas e trocas de textos e informações, tão importantes para mim, principalmente, no início do mestrado.

À Profa. Dra. Morgana Soares, minha amiga e vizinha, pelas descontraídas conversas na calçada, que muito me ajudaram a encontrar caminhos para solucionar dúvidas que apareciam no cotidiano da pesquisa.

A Zito da Galiléia, pela oportunidade que me deu para consultar documentos sobre as Ligas, que estão sob sua guarda e arquivados na Biblioteca José Ayres dos Prazeres, espaço que ele criou com muita coragem e desprendimento, nas terras do antigo Engenho Galiléia, para ser um “lugar de memória” da luta iniciada em 1955.

A Biu de Souza, Cícero Anastácio e Heleno José, ex-integrantes da Liga Camponesa de Galiléia, por seus depoimentos, que contribuíram para esta pesquisa e podem ajudar outros pesquisadores a aprofundar os estudos e debates sobre as Ligas Camponesas.

A Anacleto Julião, por ter me permitido entrar em sua casa e consultar os documentos que seu pai, Francisco Julião, deixou sob sua guarda.

À equipe da Coordenação-Geral de Estudos da História Brasileira Rodrigo Melo Franco de Andrade (Cehibra) da Fundação Joaquim Nabuco, pela atenção e profissionalismo dedicados a mim nos diversos momentos em que precisei consultar os seus arquivos.

Aos professores, funcionários e alunos, sobretudo os mestrandos da Turma 31, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco, por cada relação estabelecida, cada informação compartilhada, cada vivência experimentada.

RESUMO

A presente pesquisa analisa a formação dos camponeses da Liga Camponesa do Engenho Galiléia, entre 1960 e 1964, tomando por base a recepção desses camponeses dos conteúdos presentes na Cartilha do Camponês e no documento “Bença, Mãe!” e sua relação com a ação político-pedagógica de Francisco Julião. A escolha do tema se deu pela constatação de que ainda dispomos de poucas pesquisas sobre as Ligas Camponesas enquanto lugar de educação, partindo da análise dos textos educativos escritos por Francisco Julião e da recepção dos conteúdos desses textos por camponeses que participaram diretamente das lutas e mobilizações do movimento. A Cartilha do Camponês e o documento “Bença, Mãe!” foram os textos educativos selecionados para a análise, por serem, respectivamente, o primeiro e o último escritos nos anos entre 1960 e 1964, quando as Ligas passavam por mudanças políticas e ideológicas que influenciavam os seus conteúdos formativos. A recepção dos referidos textos foi analisada a partir dos depoimentos de ex-integrantes da Liga Camponesa do Engenho Galiléia, que, por ter sido o primeiro núcleo das Ligas, teve uma grande importância política ao longo de toda a trajetória do movimento. A pesquisa, ao analisar o aspecto educativo das Ligas Camponesas, provoca também uma discussão sobre o conceito de educação, afastando-se da tendência de se entendê-la como sinônimo de escola e procurando compreender a história da educação para além da história da educação escolar. Desta forma, busca-se discutir a relação entre educação e movimentos sociais, educação não formal e educação popular. Sendo uma pesquisa historiográfica, os procedimentos metodológicos incluíram análise documental e entrevistas livres, devidamente transcritas, tendo a Análise de Conteúdo como método para identificar, tanto nos documentos quanto nas entrevistas, as palavras, ideias e temas centrais para o objetivo do trabalho.

Palavras-chave: Ligas Camponesas, Liga Camponesa do Engenho Galiléia, educação, educação não formal, educação popular.

ABSTRACT

This present research analyses the formation of Galiléia Mill Peasant League, between 1960 and 1964 on the basis of the reception, by these peasants, of Cartilha do Camponês contents and of the document “Bença, Mãe!” and their relation to Francisco Julião’s political-pedagogical action. The choice of the subject is due to the finding that we still don’t have much research on Peasant Leagues as a place of education, from the analysis of educational texts written by Francisco Julião and the reception of these texts’ contents by the peasants who took part directly in the fights and mobilizations of the movement. Cartilha do Camponês and the document “Bença, Mãe!” were the educational texts selected for the analysis once they are respectively the first and the last writings in the years between 1960 and 1964, when the Leagues went through both political and ideological changes that influenced their formative contents. The reception of referred texts was analyzed from testimonials of Liga Camponesa do Engenho Galiléia former members, which had a tremendous political importance over the history of the movement, since it was the first nucleus of the Leagues. By analyzing the educational aspect of Ligas Camponesas, the research also proposes a discussion on the concept of education, diverging from the trend of understanding it as a synonym of school and trying to understand history of education apart from history of school education. So this study tries to discuss the relation between education and social movements, non-formal education and popular education. And because it is a historiographical research, methodological procedures have included documentary analysis, free interviews, duly transcribed, having Content Analysis as method in order to verify, both in documents and interviews, words, ideas and key issues for the objective of the study.

Keywords: Peasant Leagues, Galileia Mill Peasant League, education, non-formal education, popular education.

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO.....	11
2 – LIGAS CAMPONESAS: DISPUTAS E EDUCAÇÃO.....	21
2.1 – As Ligas Camponesas.....	21
2.1.1 – Os primeiros momentos.....	21
2.1.2 – As disputas com o PCB.....	33
2.1.3 – As disputas com a Igreja Católica.....	41
2.1.4 – As disputas com o Governo Federal.....	44
2.2 – Educação Não Formal e Movimentos Sociais.....	45
2.3 – As Ligas Camponesas como Lugar de Educação.....	48
2.3.1 – As Ligas e a demanda por educação formal.....	48
2.3.2 – A participação dos camponeses no processo educativo.....	50
3 – FRANCISCO JULIÃO COMO EDUCADOR POPULAR, A CARTILHA DO CAMPONÊS E O DOCUMENTO “BENÇA, MÃE!”.....	52
3.1 – As ações de Julião enquanto educador popular e coordenação político-pedagógica.....	52
3.2 – Acionamento de uma interpretação bíblica protestante e de manifestações culturais tradicionais como estratégias didáticas na formação.....	55
3.3 – Contextualização da Cartilha do Camponês e do Documento “Bença, Mãe!”.....	59
3.4 – O Conteúdo da Cartilha do Camponês.....	61
3.5 – O Conteúdo do Documento “Bença, Mãe!”.....	71
3.6 – O Camponês, o Latifúndio e o Conflito representados na Cartilha do Camponês e no Documento “Bença, Mãe!”.....	76
3.6.1 – O Camponês na Cartilha do Camponês.....	77
3.6.2 – O Camponês no Documento “Bença, Mãe!”.....	78
3.6.3 – O Latifúndio na Cartilha do Camponês e no Documento “Bença, Mãe!”.....	79
3.6.4 – O Conflito entre o Camponês e o Latifúndio na Cartilha do Camponês e no Documento “Bença, Mãe!”.....	80
3.6.5 – A Estratégia da Luta na Cartilha do Camponês.....	82
3.6.6 – A Estratégia da Luta no documento “Bença, Mãe!”.....	83

**4 – A FALA COMO APRENDIZADO: RECEPÇÃO DA CARTILHA DO CAMPONÊS
E DO DOCUMENTO “BENÇA, MÃE!” PELOS CAMPONESES DE GALILÉIA.....84**

4.1 – Moderação, Radicalismo e União.....85

4.2 – A Fala como Aprendizado.....98

4.3 – Latifúndio e Reforma Agrária.....106

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....110

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....114

ANEXOS.....119

ANEXO 1 – A CARTILHA DO CAMPONÊS.....119

ANEXO 2 – “BENÇA, MÃE!”.....128

ANEXO 3 – PRIMEIRA ENTREVISTA COM CÍCERO ANASTÁCIO DA SILVA.....135

ANEXO 4 – SEGUNDA ENTREVISTA COM CÍCERO ANASTÁCIO DA SILVA.....149

ANEXO 5 – ENTREVISTA COM JOSÉ HELENO DE BARROS.....177

ANEXO 6 – ENTREVISTA COM SEVERINO JOSÉ DE SOUZA.....194

1 – INTRODUÇÃO

As primeiras informações que tive sobre a história das Ligas Camponesas não foram adquiridas a partir da leitura de textos sobre o assunto. Vieram como fruto de conversas com vizinhos.

Nos anos de 2000 a 2007, morei em Bonança, distrito do município do Moreno, há 35 km do Recife e há 15 km do Engenho Galiléia. Minha casa ficava numa pequena comunidade daquele distrito, chamada Várzea da Cruz, e alguns dos meus vizinhos eram ex-trabalhadores rurais, já idosos e aposentados, que, entre 1955 e 1964, envolveram-se com a Liga Camponesa do Engenho Galiléia, o primeiro núcleo do movimento que mobilizou milhares de camponeses por todo o Brasil na luta pela reforma agrária, chamando, inclusive, a atenção da imprensa internacional.

Conversando com eles, comecei a ouvir, pela primeira vez, relatos sobre o movimento. Lembro-me de dona Maria da Luz, contando-me que se escondeu num tonel, ao saber que o exército, logo após o golpe civil-militar, tinha invadido Galiléia para fechar a Liga e prender os seus líderes. Lembro-me do sr. Inácio, que não gostava de falar muito sobre o movimento, pois achava que ainda poderia ser perseguido, mas se aventurava a expor um pouco de suas memórias relativas às pressões que os moradores de Galiléia recebiam dos latifundiários, capangas e autoridades policiais e políticas por estarem envolvidos numa luta judicial com o proprietário do engenho. Inclusive, foi o sr. Inácio quem me levou, pela primeira vez, a Galiléia e me apresentou a ex-líderes do movimento, como Biu de Souza, que foi secretário da Liga, e Rosário, o camponês que fazia a articulação entre a liderança de Galiléia e Francisco Julião. Foi também naquela ocasião que conheci Zito da Galiléia, neto do homem que presidiu a primeira Liga até o dia do seu fechamento, Zezé da Galiléia. Zito, com os seus próprios esforços, trabalha até hoje guardando livros, documentos e outros objetos que se referem ao movimento, na Biblioteca José Ayres dos Prazeres, que ele construiu no terreno de sua casa, nas terras do antigo Engenho Galiléia.

Mantendo contato constante até hoje com Biu e Zito. A saber, Dona Maria da Luz e Rosário faleceram; O sr. Inácio continua morando em Bonança, mas o nosso contato diminuiu depois que voltei a morar no Recife.

Meu interesse pelo tema das Ligas recebe também a influência do trabalho que exerço até hoje na militância por direitos humanos. Na época em que eu morava em Bonança e conheci aqueles camponeses, trabalhava na Cidade Evangélica dos Órfãos, uma ONG que atua na promoção de direitos humanos de crianças e adolescentes. Também integrei o Fórum

Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pernambuco, um espaço de articulação política que reúne ONGs e movimentos sociais para desenvolver ações de controle social de políticas públicas para a área da infância e adolescência. Atualmente, trabalho como assessor na Kindernothilfe, uma organização da cooperação internacional, com sede na Alemanha, que apóia projetos cujo objetivo é a garantia de direitos humanos de crianças e adolescentes em 27 países, incluindo o Brasil. Nesse trabalho da organização, assessoro alguns projetos ligados ao enfrentamento a violações de direitos de crianças e adolescentes, alguns deles desenvolvidos por associações de agricultores no agreste e sertão de Pernambuco.

Acrescente-se que o contato com ex-integrantes do movimento, a atuação no campo da garantia dos direitos humanos e a formação que tenho em história foram fatores que contribuíram para o meu interesse em pesquisar sobre as Ligas. Inclusive, minha primeira experiência de pesquisa acadêmica sobre o tema aconteceu no ano de 2004, quando tive a oportunidade de apresentar uma monografia sobre a proposta política das Ligas, ao concluir um Curso de Especialização em História Contemporânea pela Universidade Federal de Pernambuco. E foi, justamente, durante essa pesquisa que comecei a ler e ouvir relatos que me davam conta de que existiram vários processos educativos desenvolvidos no cotidiano das Ligas Camponesas.

Assim, em 2013, inscrevi-me na seleção para o mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco, apresentando um projeto de pesquisa que tinha por objetivo analisar as práticas educativas da Liga Camponesa do Engenho Galiléia. O projeto foi aprovado, mas, ao ser iniciada a pesquisa, foi preciso mudar o objeto, sem perder de vista a abordagem sobre os processos educativos do movimento.

Ao levantar a documentação e começar a fazer as primeiras suposições, percebemos que não tínhamos dados suficientes para cumprir o objetivo de analisar as práticas educativas da Liga de Galiléia, posto que, como diz Bardin (2009, p. 96), o objetivo de uma pesquisa “só é possível em função dos documentos disponíveis”. Todavia, entre os documentos levantados, encontravam-se dois textos que foram escritos por Francisco Julião para contribuir com a formação política dos camponeses das Ligas no contexto da década de 1960, quando o movimento se tornou nacionalmente conhecido, mudou seus posicionamentos políticos e ideológicos e se encontrou envolvido numa disputa com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), a Igreja Católica e o Governo Federal.

Os textos encontrados foram a Cartilha do Camponês, publicada em 1960, e o documento “Bença, Mãe!”, publicado em 1963 no jornal “A Liga” e lido publicamente na

Praça General Dantas Barreto, em Recife, no dia 2 de janeiro de 1964, num ato em comemoração ao 5º ano da Revolução Cubana. Então, ao realizar a pré-análise desses textos, percebemos que os seus conteúdos apontavam para um processo formativo que foi sendo modificado na medida em que o movimento se envolvia mais efetivamente nas tensões sociais ocorridas no Brasil entre 1960 e 1964. Nesse período, o Engenho Galiléia, onde foi fundado o primeiro núcleo das Ligas, era um símbolo, pois lá havia ocorrido a primeira vitória do movimento: a desapropriação do referido engenho, ocorrida em 1959. Além disso, entrevistamos alguns dos primeiros militantes e líderes das Ligas, que nos passaram informações sobre a realização de atividades do movimento que, ora se adequavam, ora divergiam de algumas orientações registradas nos textos da Cartilha do Camponês e do documento “Bença, Mãe!”. A documentação e as entrevistas também apontaram para Francisco Julião, que, como líder principal das Ligas, desenvolveu atividades que nos dão a possibilidade de classificá-lo como um importante educador popular, atuando na formulação de textos educativos e outras ações relacionadas à construção de conhecimentos dentro do movimento.

Sendo assim, levantamos a seguinte questão, que irá nortear esta pesquisa: quais transformações ocorridas na ação político-pedagógica de Francisco Julião, de acordo com o que há nos conteúdos da Cartilha do Camponês e do documento “Bença, Mãe!”, e como os camponeses da primeira Liga, a Liga Camponesa de Galiléia, receberam esses conteúdos formativos em meio às tensões políticas e sociais ocorridas entre 1960 e 1964?

Para responder a essa pergunta, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a formação dos camponeses da Liga Camponesa de Galiléia, entre 1960 e 1964, a partir da sua recepção aos conteúdos presentes na Cartilha do Camponês e no documento “Bença, Mãe!” e de sua relação com a ação político-pedagógica de Francisco Julião. Seus objetivos específicos são: analisar as Ligas Camponesas como lugar de educação; investigar a ação político pedagógica de Francisco Julião e os conteúdos da Cartilha do Camponês e do documento “Bença, Mãe!”; identificar conteúdos da Cartilha do Camponês e o documento “Bença, Mãe!” nas falas de camponeses que atuaram na Liga Camponesa de Galiléia.

Vale ressaltar que Julião não foi o único que exerceu um papel educativo nas Ligas, pois líderes como Clodomir Santos de Moraes, Alexina Crêspo, Maria Celeste Vidal, João Virgínio, João Pedro Teixeira, Elizabeth Teixeira e outros também assumiram funções que tinham por objetivo trabalhar a formação dos camponeses para a luta empreendida no contexto do movimento. Contudo, a decisão de se analisar apenas a ação político-pedagógica de Julião se dá pelo fato de que a pesquisa está focada na formação dos camponeses da

primeira Liga e a relação desta formação com a recepção dos conteúdos de dois textos educativos produzidos pelo principal líder do movimento.

Também é importante salientar que a Cartilha do Camponês e o documento “Bença, Mãe!” não foram os únicos textos formativos do movimento escritos entre 1960 e 1964. Mas, sendo a Cartilha do Camponês o primeiro a ser escrito no período e o documento “Bença, Mãe!” o último, podemos encontrar neles informações que nos mostram mudanças ocorridas no conteúdo formativo das Ligas e na própria ação político-pedagógica de Julião, ao longo do referido recorte temporal.

Para alcançar o objetivo da pesquisa, discutimos o conteúdo central do texto em três capítulos, de acordo com o que define cada objetivo específico.

Iniciaremos o conteúdo principal da pesquisa no segundo capítulo, que analisará as Ligas Camponesas como lugar de educação, partindo de reflexões que vêm sendo feitas no Brasil, desde a década de 1990, sobre a educação nos movimentos sociais e a educação não-formal. No referido capítulo, a educação será concebida em sua concepção mais ampla, ou seja, como um conjunto de práticas e relações que não se restringem ao espaço escolar.

No terceiro capítulo, trataremos dos conteúdos da Cartilha do Camponês e do documento “Bença, Mãe!”, iniciando com a análise do importante papel educativo que Francisco Julião exerceu, tanto na produção dos referidos textos como na liderança de outros processos que constituíram a dimensão formativa do movimento. Em seguida, discutiremos a contextualização dos referidos documentos. Segundo Bardin (2009, p. 107), a contextualização é uma atividade necessária para a compreensão dos sentidos de temas, termos e ideia central de documentos que estão sob análise. Finalizando o capítulo, procederemos com as análises específicas de cada um dos documentos, enfocando os temas e conceitos mais recorrentes nos textos. Laville & Dionne (1999, p. 217) nos ajudam a entender que identificar e analisar temas, palavras e conceitos recorrentes em um documento é uma forma de encontrar o que de central o assunto geral pretende tratar.

Veremos também como os dois documentos mudam o conteúdo formativo ao se referirem à luta contra o latifúndio, mostrando que a formação intencionada pelo movimento obedecia a uma dinâmica que se desenvolvia na medida em que as Ligas iam adquirindo novos contornos políticos e ideológicos.

O quarto capítulo identificará a Cartilha do Camponês e o documento “Bença, Mãe!” nas falas dos camponeses de Galiléia, não para buscar uma cópia dos conteúdos dos textos nas vozes de ex-integrantes da primeira Liga, mas para encontrar as relações que podem ser observadas entre as ações narradas pelos camponeses e aquilo que está presente nos conteúdos

dos textos aqui pesquisados, que, como veremos, eram também resultado de aprendizados construídos no dia a dia, nas conversas, nas mobilizações e em espaços de reunião. Também analisaremos a autonomia daqueles camponeses no processo de recepção dos conteúdos educativos e na relação com o trabalho educativo de Julião.

Nossa pesquisa dialogará com vários livros e capítulos que tratam sobre a história das Ligas, suas mobilizações e propostas políticas. Destacamos, por exemplo, os dois livros considerados clássicos na discussão acadêmica sobre as Ligas: “As Ligas Camponesas”, de Fernando Antonio Azevedo, e “As Ligas Camponesas”, de Elide Rugai Bastos. Há também memórias sobre o movimento, como os livros de Francisco Julião, que foi o presidente de honra das Ligas (“O que são as Ligas Camponesas?” e “Cambão”), e de Clodomir Santos de Moraes, que era um dos líderes do PCB e atuou como responsável pela formação do dispositivo militar do movimento (“História das Ligas Camponesas do Brasil”). Citamos também a obra de Paulo Cavalcanti, “O Caso eu Conto como o Caso Foi”, onde este líder do PCB, que também prestou assessoria jurídica ao movimento, registra várias memórias sobre as Ligas. Além destes, há as reportagens de Antonio Callado sobre o movimento, realizadas no início da década de 1960 para o jornal *Correio da Manhã* e publicadas nos livros “Os Industriais da Seca e os Galileus de Pernambuco” e “Tempo de Arraes”. Igualmente, são importantes as análises que Joseph A. Page fez sobre as Ligas. Page, que foi professor de Direito da Universidade de Georgetown, construiu essas análises a partir de visitas ao Nordeste brasileiro, entre 1963 e 1971, e as registrou no livro “A Revolução que Nunca Houve”.

Já o processo educativo do movimento foi pouco explorado até então. É mais comum encontrar fragmentos sobre algumas práticas educativas das Ligas espalhados por alguns livros. Antonio Callado (1980, p. 216), por exemplo, fala de Maria Celeste Vidal, uma professora do município de Vitória de Santo Antão que atuava na Liga Camponesa do Engenho Galiléia realizando atividades de formação política. O mesmo autor também afirma que, por meio da ação da referida Liga, as mulheres do Engenho Galiléia aprendiam a fazer bolsas e cestos de bananeira, bambu e cipó e os rapazes aprendiam a ler (CALLADO, 1980, p. 66). Santiago (2001, p. 34) cita as cartilhas e documentos que Julião escrevia com a finalidade de promover uma formação entre os camponeses das Ligas. Contudo, nenhum desses autores trazem aprofundamentos sobre as ações formativas presentes no movimento.

Tivemos acesso a duas pesquisas científicas, produzidas na Universidade Federal da Paraíba, que tratam sobre o processo educativo desenvolvido pelas Ligas Camponesas da Paraíba. São elas: “Pedagogia do Movimento Camponês na Paraíba: das Ligas aos

assentamentos rurais”, de Antonio Alberto Pereira, uma tese de doutorado defendida em 2008 e publicada pela Ideia Editora em 2009, e “As Práticas Educativas da Liga Camponesa de Sapé: memórias de uma luta no interior da Paraíba (1958 – 1964)”, de Wilson José Félix Xavier, uma dissertação defendida em 2010. As duas pesquisas utilizam a metodologia da História Oral, fazendo diálogos entre entrevistas com ex-integrantes do movimento e outras fontes, como jornais e documentos oficiais. E trabalham conceitos como “experiência” (Thompson), “ensinar-e-aprender” (Brandão), “campesinato” (Chayanov) e “educação não-formal” (Gohn).

Como se pode ver, há registros sobre os processos educativos das Ligas e, apesar de poucas e localizadas, há pesquisas que já discutem e teorizam o assunto.

Pretendemos dialogar com os autores e obras citados acima, além de outros. Porém, nem todos servirão como base para a fundamentação teórica desta pesquisa. Elencaremos, a seguir, os que terão essa função.

Entendemos que só é possível analisar a Cartilha do Camponês e o documento “Bença, Mãe!” como instrumentos educativos das Ligas se compreendermos que este movimento foi também um lugar de educação. Para tanto, precisaremos considerar a educação como um fenômeno que não está restrito ao espaço escolar. Assim, utilizaremos o conceito de educação não formal trabalhado por Maria da Glória Gohn, nos livros “Educação Não Formal e Cultura Política” e “Educação Não Formal e o Educador Social”, para caracterizar o fenômeno educativo mais presente nas Ligas. Por este conceito, abordaremos a presença da educação nos aprendizados construídos “nas ações e práticas coletivas organizadas em movimentos, organizações e associações sociais” (GOHN, 2011, p. 108).

Também fundamentados em Gohn, especialmente no seu livro “Movimentos Sociais e Educação”, discutiremos o caráter educativo dos movimentos sociais. Para Gohn (2012, p. 7), “há um elemento, um fator, de ordem educacional, na temática da participação social por meio dos movimentos sociais. (...) Esse fator altera a visão de mundo e a cultura política dos envolvidos”.

Outro autor importante para nos ajudar a fundamentar o conceito de educação para além da instituição escolar é Carlos Rodrigues Brandão, utilizando os seus livros “O Que é Educação” e “Educação Popular”. Para este autor,

Não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a sua única

prática e o professor profissional não é o seu único praticante. (BRANDÃO, 1989, p. 9).

Paulo Freire, com sua “Pedagogia do Oprimido”, será igualmente importante para esta pesquisa, principalmente quando formos discutir a educação desenvolvida pelas Ligas, a partir da Cartilha do Camponês e documento “Bença, Mãe!”, como um processo que tinha um objetivo central: contribuir para que os camponeses se reconhecessem numa situação-problema e fossem protagonistas das mudanças necessárias para as suas vidas e para a sociedade onde estavam inseridos.

Trabalharemos também com Fernando Antonio Azevedo e Elide Rugai Bastos, que tiveram as suas dissertações sobre as Ligas publicadas em livro, na década de 1980. O livro de Azevedo, sob o título “As Ligas Camponesas”, publicado em 1982 pela Paz e Terra, foi resultado de uma dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Sociologia do PIMES (Programa Integrado de Mestrado em Economia e Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco). O autor traz uma análise sobre as Ligas como uma das formas de organização política do campesinato brasileiro no momento de expansão do capitalismo no campo. Para a finalidade de nossa pesquisa, esta análise de Azevedo nos ajudará a compreender a estrutura orgânica do movimento, a sua periodização e o contexto – marcado por transformações nas concepções políticas e ideológicas das Ligas – em que foram escritos e publicados os dois documentos formativos aqui trabalhados.

Já o livro de Bastos, fruto de uma dissertação apresentada ao Mestrado em Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, publicado pela Vozes em 1984 também sob o título “As Ligas Camponesas”, discute o projeto político do movimento no contexto de disputa por poder que teve lugar nos anos de 1950 e 1960. Neste mesmo livro, Bastos trabalha as representações feitas pelo movimento sobre o camponês, o latifúndio e a reforma agrária, nos diferentes momentos vividos pelas Ligas. Este debate tem importância para a nossa pesquisa, sobretudo quando formos analisar a luta das Ligas dentro de um campo de disputa, onde o conceito de reforma agrária era compreendido de forma distinta pelas forças que brigavam pela hegemonia do movimento camponês: Ligas, Partido Comunista Brasileiro (PCB), Igreja Católica e Governo Federal.

A pesquisa aqui apresentada é historiográfica. A razão para a escolha desse tipo de pesquisa está relacionada ao nosso objeto-problema: a recepção dos conteúdos formativos da Cartilha do Camponês e do documento “Bença, Mãe!” pelos camponeses da Liga Camponesa

de Galiléia e a atuação político-pedagógica de Francisco Julião, no recorte temporal de 1960 a 1964.

Na análise desses dois documentos, consultamos outras fontes: o livro “O que são as Ligas Camponesas?”, que o próprio Julião apresenta como um depoimento seu sobre o movimento, escrito em 1962; as memórias de Julião em “Cambão” e em um depoimento que ele deu ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas; os livros “Os Industriais da Seca e os Galileus de Pernambuco” e “Tempo de Arraes”, nos quais Antonio Callado reúne suas reportagens feitas em 1959 e 1964 sobre o Nordeste e as Ligas Camponesas; as memórias de líderes e colaboradores do movimento, como Clodomir Santos de Moraes, registradas no livro “História das Ligas Camponesas do Brasil”, e Paulo Cavalcanti, registradas na obra “O Caso Eu Conto como o Caso Foi”.

Foi também importante a consulta a jornais do período, como o Diário de Pernambuco, Diário da Manhã e A Cruz. Esses canais da imprensa escrita contribuíram com informações sobre o contexto em que estava inserido o movimento, bem como mostraram conteúdos que registram algumas falas, opiniões e compreensões das classes dominantes sobre as Ligas.

A consulta a essas fontes será importante para o levantamento de dados que auxiliarão na contextualização e interpretação da Cartilha do Camponês e do documento “Bença, Mãe!”.

Outro recurso utilizado para levantar dados foi o que Thompson (1992, p. 257) chamou de “entrevista livre”, ou seja, aquela que não se baseia em questionários fechados, mas que assume o caráter de uma “conversa”, provocando o entrevistado a falar livremente sobre suas memórias, o que exige do entrevistador a habilidade para elaborar poucas perguntas que orientem o rumo do diálogo sem controlar a fala de quem está dando as informações solicitadas.

Isso não significa dizer que numa entrevista livre se descarte a preparação de um roteiro prévio de perguntas. Sem esse instrumento, o resultado da entrevista pode ser uma série de informações inúteis. O que Thompson (1992, p. 259-260) orienta é que o roteiro seja flexível e as perguntas “simples e diretas quanto possível, em linguagem comum”. Sendo assim, os depoimentos para esta pesquisa foram colhidos a partir de um roteiro de entrevistas livres, no qual as perguntas elaboradas previamente foram se moldando ao diálogo, que, por sua vez, ajudou a suscitar novas perguntas não pensadas anteriormente.

Colhendo depoimentos, o pesquisador tem a possibilidade de se encontrar com a reação que um determinado fato provocou nas pessoas que o viveram (MONTENEGRO, 2010b, p. 19). Thompson (1992, p. 258) argumenta que uma entrevista livre

Fica mais forte quando seu principal objetivo não é a busca de informações ou evidência que valham por si mesmas, mas sim fazer um registro “subjetivo” de como um homem, ou uma mulher, olha para trás e enxerga a própria vida, em sua totalidade, ou em uma de suas partes.

As entrevistas buscaram essa finalidade: a de perceber as reações de ex-integrantes do movimento em relação à Cartilha do Camponês e ao documento “Bença, Mãe!”. Essas reações poderão nos apontar como esses documentos eram recebidos pelos camponeses de Galiléia e como os seus conteúdos eram vivenciados pelo público a quem eles se destinavam.

Os entrevistados foram três ex-integrantes da Liga de Galiléia. Mesmo que cientes de que os depoimentos desses três integrantes não revelaram a totalidade das reações dos camponeses da referida Liga sobre os documentos investigados, acreditamos que eles nos deram dados suficientes sobre essas reações e recepção, pois esses entrevistados, um ex-sócio e dois ex-dirigentes, foram pessoas bastante integradas às ações do movimento e aos processos formativos vivenciados no cotidiano do mesmo.

Os depoimentos foram gravados e transcritos integralmente ao final deste texto, com a autorização dos depoentes e do seu representante familiar, tendo em vista que se tratam de pessoas idosas.

Com os documentos selecionados e as entrevistas transcritas, utilizamos a análise de conteúdo como técnica para investigar minuciosamente os conteúdos dos documentos e depoimentos, procurando o sentido e as intenções das palavras e frases, buscando reconhecer o que é essencial, selecionando as ideias principais. Segundo Laville & Dionne (1999, p. 214), o princípio da análise de conteúdo consiste em “desmontar a estrutura e os elementos” de um conteúdo, “para esclarecer suas diferentes características e extrair sua significação”. Trata-se de uma técnica que

Pode se aplicar a uma grande diversidade de materiais, como permite abordar uma grande diversidade de objetos de investigação: atitudes, valores, representações, mentalidades, ideologias etc. Pode-se, assim, usá-la no estudo de embates políticos, de estratégias, ou, ainda, para esclarecer fenômenos sociais particulares, em matéria de comunicação, por exemplo, em que se poderiam examinar os postulados

implícitos dos manuais escolares ou os estereótipos veiculados pela publicidade. (LAVILLE & DIONNE, 1999, p. 214 – 215).

Com a Cartilha do Camponês e o documento “Bença, Mãe!”, o procedimento realizado se iniciou com um recorte de conteúdos, que incluiu a identificação dos temas gerais e, em seguida, das idéias principais, passando, em seguida, para a análise das categorias centrais do conteúdo. A modalidade da análise foi qualitativa, mas com alguns momentos de quantificação, sobretudo quando foi necessário enumerar as vezes que um determinado tema ou termo se repete nos conteúdos investigados.

Os depoimentos foram analisados a partir de suas transcrições. Após a análise, foram selecionados os trechos nos quais se encontravam dados sobre a formação dos camponeses nas Ligas, sobre a sua recepção às orientações dos textos formativos aqui pesquisados e também informações que nos ajudassem a compreender o contexto do movimento.

Com os jornais, foi feita uma seleção das edições onde havia notícias, editoriais e artigos que tratassem das Ligas Camponesas. A essa seleção, seguiu-se outra, que separou o que julgamos ser, nesses jornais, mais relevante para o conteúdo da pesquisa.

As transcrições dos documentos e jornais reproduziram a gramática da época. Já as entrevistas foram transcritas conforme os depoentes falaram, ou seja, conservando os aspectos da variação linguística usada.

Esperamos que o resultado final desta pesquisa responda à pergunta que a originou, mas que também abra outras perguntas e provoque outros pesquisadores a investigar as ainda tão pouco exploradas ações educativas das Ligas Camponesas.

2 – LIGAS CAMPONESAS: DISPUTAS E EDUCAÇÃO

2.1 – As Ligas Camponesas

2.1.1 – Os primeiros momentos

Entre os anos de 1955 e 1964, o Nordeste brasileiro, especialmente o estado de Pernambuco, tornou-se uma área de grande mobilização de trabalhadores rurais, principalmente devido ao surgimento das Ligas Camponesas, que se originaram no Engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão, um município situado no limite entre a Zona da Mata e o Agreste pernambucano.

Quando as Ligas surgiram, Galiléia era um engenho de “fogo morto”, chamado assim pelo fato de ter parado de produzir açúcar, desde o final da década de 1930 (PAGE, 1972, p. 52). Os engenhos de “fogo morto” se alastraram pelo Nordeste do Brasil durante o processo de mecanização da produção açucareira.

Segundo Andrade (1998, p. 88-89), a cultura da cana-de-açúcar, que foi proeminente no Brasil desde o período da colonização, começou, a partir do século XIX, a perder espaço no mercado europeu, principalmente devido à concorrência provocada pela produção de açúcar nas Antilhas e na própria Europa, que começara a extrair sacarose da beterraba. Diante de tal situação, os senhores de engenho sentiram a necessidade de aumentar a produção e melhorar a qualidade do produto. Constataram que os antigos engenhos, movidos por tração animal ou água, não respondiam à atual demanda e procuraram investir na mecanização dessas unidades produtivas. Com incentivos fiscais do governo brasileiro, surgiram, então, no início da oitava década do século XIX, os engenhos centrais, capitaneados por grupos estrangeiros, sobretudo franceses e ingleses, com máquinas modernas capazes de esmagar, em menor espaço de tempo, grande quantidade de cana. Antigos engenhos deixaram de ser produtores de açúcar para se tornarem fornecedores de cana para esses novos engenhos. Com isso, apareciam os primeiros engenhos de “fogo morto”. Porém, apesar da inicial aceitação dos senhores de engenho à condição de fornecedores de cana para os engenhos centrais e de serem obrigados a assinar contratos com essas novas unidades produtoras de açúcar, começaram a ocorrer conflitos entre os proprietários dos antigos e novos engenhos, provocando dificuldades no fornecimento da cana e, conseqüentemente, na produção. Além dos conflitos, o mercado restrito, o elevado custo de transporte, os problemas de armazenamento da cana (altamente perecível após o corte), a variabilidade dos preços da cana

e do açúcar e a maquinaria que se tornou obsoleta em pouco tempo terminaram resultando no fracasso dos engenhos centrais, dando espaço para as usinas, que também já existiam desde a oitava década do século XIX.

As primeiras usinas surgiram no ano de 1885, em Pernambuco, que era o estado líder da produção açucareira no Nordeste. Eram modernas fábricas de açúcar instaladas nas terras de antigos engenhos, custeadas por seus proprietários. De acordo com Andrade (1998, p. 101), quase sempre as usinas eram construídas por proprietários mais ricos, às vezes possuidores de vários engenhos, e de “espírito empreendedor”. Com o surgimento delas, mantivera-se o processo de encerramento das atividades de produção açucareira dos antigos engenhos. Muitos desses engenhos de “fogo morto” tornaram-se fornecedores de cana para as usinas, assim como aconteceu quando da instalação dos engenhos centrais.

Galiléia, além de ser um engenho de “fogo morto”, era também “aforado”, pois nele viviam 140 famílias que pagavam um aluguel anual, chamado de “foro”, ao proprietário Oscar Beltrão. Segundo Andrade (1998, p. 113), os engenhos “aforados” eram aqueles que, por se localizarem distantes de usinas e, conseqüentemente, não terem condições de ser fornecedores de cana, tinham as suas terras divididas em pequenos sítios, que eram alugados a foreiros. Os aforamentos foram também muito comuns em lugares onde havia terras férteis para a cultura de fruteiras e de lavouras de subsistência. Vitória de Santo Antão, município onde estava localizado o Engenho Galiléia, tinha muitos aforamentos, devido à fertilidade de suas terras para a plantação de frutas, verduras e legumes.

O foro, que era a principal condição para as famílias de Galiléia morarem e plantarem nas terras do engenho, foi uma forma de pagamento surgida no Brasil ainda na época da escravidão, quando, por ocasião das sucessivas crises da economia açucareira, formou-se uma população branca e mestiça pobre que procurava a proteção dos grandes proprietários.

Nos fins do século XVIII e início do século XIX, viajantes estrangeiros testemunharam a existência de uma grande quantidade de pessoas ociosas nas áreas açucareiras; pessoas que, sendo livres, não almejavam fazer trabalhos, desenvolver atividades tidas como apropriadas a negros escravos. Além disso, os senhores, acostumados a investir em escravos, preferiam utilizar os mesmos em suas plantações e em suas fábricas. Esta população pobre e livre iria formar grupos marginais que se tornaram arrendatários, parceiros e moradores. Sendo os latifúndios subutilizados, concentrava o senhor as suas atividades nas áreas de terras mais férteis, mais próximas de suas habitações ou de suas fábricas – engenhos, casas de farinha etc. – e permitia que trabalhadores sem terra ocupassem “sítios” nas áreas

mais afastadas, cultivando lavouras de subsistência. Esses moradores pagavam em geral um foro anual em dinheiro, em espécie ou em trabalho – certo número de dias no período da colheita, quando a mão-de-obra crescia – e formavam uma clientela a serviço do proprietário. (ANDRADE, 1979, p. 58).

Os moradores de engenho ou “moradores de condição” também foram uma reserva de mão-de-obra para os momentos em que a posse de escravos se tornasse inviável para os proprietários. Na segunda metade do século XIX, por exemplo, houve senhores de engenho que, não podendo mais adquirir escravos, devido ao seu alto custo, supriram a necessidade de braços em suas terras facilitando o estabelecimento de moradores. Davam-lhe permissão para derrubar trechos de matas, levantar choupanas de barro ou de palha e fazer pequeno roçado, desde que trabalhassem dois ou três dias por semana no engenho a preço baixo ou gratuitamente (ANDRADE, 1998, p. 96). Após a abolição da escravidão, a mão-de-obra utilizada nos engenhos foi maciçamente transferida para os moradores (DABAT, 2012, p. 21).

As condições de vida desses moradores eram bastante precárias. A grande maioria deles morava em casas de taipa, sem instalações sanitárias, sem assoalhos e com chão de terra batida (ANDRADE, 1998, p. 115). Cícero Anastácio da Silva, que era morador de Galiléia e foi uma das lideranças das Ligas Camponesas, lembra:

O homem só dava a terra, a gente fazia a casa, plantava, plantava fruteira, plantava tudo, todo coberto de lavoura, no sítio. O homem arrendava o sítio, mas a gente fazia tudo isso, a casinha. A casa era de taipa, não tinha casa de tijolo, não existia. Era tudo de barro. A gente fazia.¹

Tais condições de moradia, aliadas à má alimentação e difícil acesso à assistência médica, geravam também muitos problemas de saúde entre eles. Na década de 1960, por exemplo, a mortalidade infantil durante o primeiro ano de vida alcançava 60% das crianças nas zonas rurais do Nordeste (PAGE, 1972, p. 31). Além disso, os moradores viviam em constante insegurança, pois eram sempre eminentes os perigos de expulsão das terras, de aumento arbitrário do foro e de atos de violência por parte dos proprietários. Andrade (1998, p. 83) afirma que os senhores de engenho praticavam atos de violência como forma de intimidar e mostrar poder. O autor lembra, inclusive, que houve casos de moradores assassinados pelo fato de terem reagido a proprietários que assediaram suas mulheres.

¹ Entrevista concedida ao autor no dia 25/10/2014.

O “cambão”, também chamado de “condição”, que eram os dias de trabalho que o morador tinha que dar gratuitamente ao proprietário, prejudicava ainda mais a vida do camponês. Na zona canavieira, o cambão era normalmente exigido nos períodos de plantio e colheita da cana. O grande problema é que esses períodos eram os mesmos em que o morador precisava instalar a sua lavoura (ANDRADE, 1998, p. 117). Dessa forma, o morador ficava com menos tempo para cuidar de seu roçado, pois era exatamente o momento em que ele precisava ser mais trabalhado, dificultando a produção para a subsistência e praticamente anulando a possibilidade de uma produção para a comercialização, o que causava problemas graves na geração de renda e segurança alimentar dos camponeses. Francisco Julião (2009, p. 103-104), que foi o líder nacional das Ligas Camponesas, lembra que, na região onde estava o Engenho Galiléia, o cambão era exigido não menos de quatro dias nem mais de quinze dias: “O número de dias variava de acordo com a vontade de cada latifundiário”. E classifica a prática como uma humilhação:

Dir-se-á que eram muito poucos os dias exigidos no curso de todo um ano. O problema não estava na quantidade desses dias, mas na humilhação e no vexame que consistia, para o camponês, em trabalhar contra a sua vontade, sem remuneração, e para o senhor, a quem pagava uma renda em dinheiro pelo sítio.

A expulsão das terras era outro grande problema para os moradores de engenho. Quando os antigos engenhos começaram a se tornar fornecedores de cana-de-açúcar para as usinas, a prática de expulsar moradores tornou-se mais comum, pois os senhores de engenho passaram a colocar o máximo que podiam de suas terras para a plantação de canaviais, a fim de expandirem o fornecimento para as usinas. Nesse contexto, entendia-se que expulsar moradores era contribuir com a “modernização” da produção canavieira, agora não mais dependente de antigos engenhos movidos à água ou tração animal, mas capitaneada por usinas mecanizadas (DABAT, 2012, p. 30-31).

Após a Segunda Guerra Mundial, o processo de expulsão de moradores foi acelerado com a valorização do açúcar no mercado externo. Diz Andrade (1998, p. 114) que, nesse período, entre 1945 e 1955, as usinas expandiram suas áreas de influência, incentivando muitos senhores-de-engenho que viviam nos centros urbanos, que se mantinham com foros pagos pelos moradores de suas terras, a voltarem à atividade agrícola ou a encontrarem, a partir das propostas das usinas, melhores ofertas de renda para suas propriedades. Assim, trataram de expulsar os foreiros, às vezes indenizando as benfeitorias e outras vezes sem lhes

dar indenização alguma. Houve também casos de foreiros que recebiam a permissão para ficarem na terra, desde que destruíssem seus roçados e se tornassem plantadores de cana. Dessa forma, o crescimento das usinas, aliado à restrição dos “sítios” dos moradores dos antigos engenhos, foi expandindo o modo de produção capitalista no campo, transformando gradativamente o trabalhador rural num proletário, ou seja, num assalariado que vende a sua força de trabalho e recebe uma remuneração em dinheiro (ANDRADE, 1979, p. 60).

Foram essas difíceis condições de vida dos moradores de engenho, sobretudo foreiros, que provocou o surgimento da Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP), no Engenho Galiléia. A SAPPP, que mais adiante se tornou o primeiro núcleo das Ligas Camponesas, foi criada em 1º de janeiro de 1955, numa reunião na qual foi escolhida a primeira diretoria.² Um militante comunista, Paulo Travassos, foi eleito presidente, mas foi substituído pouco tempo depois por José Francisco de Souza (Zezé da Galiléia), que era o administrador do engenho e tinha sido escolhido como vice-presidente (BASTOS, 1984, p. 19). A Sociedade tinha, em princípio, finalidades beneficentes, que incluía a instituição de uma caixa de auxílio comum para financiar funerais, a alfabetização de crianças e a formação de um fundo para ajudar no pagamento do foro e de despesas médicas e jurídicas. Tais objetivos estavam ligados ao enfrentamento a problemas que assolavam os moradores do engenho resultantes da falta de assistência do poder público, da extrema pobreza e da exploração do latifundiário (MONTENEGRO, 2010a, p. 78). Em um depoimento de 1962, Julião afirma:

Sendo uma sociedade civil beneficente, de auxílio-mútuo, seu objetivo era fundar uma escola primária e formar um fundo para adquirir caixõezinhos de madeira destinados às crianças que, naquela região, morrem em proporção assustadora. O estatuto da sociedade fala de outros objetivos mais remotos, como aquisição de sementes, inseticidas, instrumentos agrícolas, obtenção de auxílio governamental, de assistência técnica. No “Engenho Galiléia” havia, como ainda hoje, 140 famílias camponesas, totalizando quase mil pessoas. As autoridades negavam-lhes o direito de ter uma professora, e o dono do latifúndio, um absenteísta, apesar de ter filhos diplomados, graças ao fôro arrancado anualmente daquela pobre gente, também não cumpria o artigo da Constituição Federal que obriga todo estabelecimento agrícola com mais de 100 trabalhadores a manter escola gratuita para eles e os filhos (sic). (JULIÃO, 1962, p. 24).

² De acordo com Bastos (1984, p. 19), a primeira diretoria da SAPPP era assim constituída: Presidente – Paulo Travassos; Vice-Presidente – José Francisco de Souza (Zezé da Galiléia); 1º Secretário – Oswaldo Lisboa; 2º Secretário – Severino de Souza (Biu de Souza); 1º Tesoureiro – Romildo José; 2º Tesoureiro – José Hortêncio; Fiscais – Amaro Aquino (Amaro do Capim), Oswaldo Campelo e João Virgínio.

O artigo ao qual Julião se refere no depoimento acima, ressaltando a obrigatoriedade dos estabelecimentos agrícolas com mais de 100 trabalhadores a manterem escola gratuita para eles e seus filhos, é o 168 da Constituição Federal de 1946, que em seu inciso 3 determina: “As empresas industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalhem mais de cem pessoas, são obrigadas a manter ensino primário gratuito para os seus servidores e os filhos destes”.³

A criação da SAPPP também foi marcada pela presença de comunistas, como José Ayres dos Prazeres, que foi quem primeiro incentivou os camponeses de Galiléia a organizarem a associação; o seu irmão, Amaro do Capim, que foi eleito para uma das vagas do conselho fiscal da instituição, e o já citado Paulo Travassos, o primeiro presidente da entidade. Para Azevedo (1982, p. 59-60), tal fato aponta para a possibilidade da fundação da associação ter sido influenciada pelas tentativas do Partido Comunista Brasileiro (PCB) para rearticular as Ligas Camponesas da década de 1940, associações civis formadas pelo partido, objetivando mobilizar e organizar os camponeses, bem como ampliar as bases do PCB na zona rural. Essas Ligas foram sendo gradativamente fechadas a partir de 1947, depois que o partido teve seu registro cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), durante o governo do presidente Eurico Gaspar Dutra. Prazeres, que, pelo PCB, realizava atividades e contatos políticos no campo, se desligou do partido logo após a cassação, mas continuou junto com o seu irmão, Amaro do Capim, e do dirigente comunista Carlos Cavalcanti, dirigindo a Liga da Iputinga, que foi uma das Ligas do partido a resistir durante algum tempo à repressão que se instalou contra o PCB, seus militantes e suas organizações.

Mesmo admitindo ser difícil avaliar se as Ligas do PCB contribuíram com algum impacto para a formação da SAPPP, Page (1972, p. 62-63) ressalta que elas “talvez tenham colaborado para criar a conscientização de alguns camponeses, tornando-os mais receptivos ao novo movimento”, afirmando também que Prazeres “tinha em mente muito mais do que uma sociedade beneficente”, quando ajudou a formar a SAPPP. Contudo, mesmo com a presença de comunistas, as Ligas que se formaram a partir da SAPPP não estavam integradas institucionalmente ao PCB.

Oscar Beltrão, proprietário do Engenho Galiléia, concordou com a criação da associação, aceitando, inclusive, o convite dos foreiros para ser o presidente de honra da instituição. Para Montenegro (2010a, p. 79), esse convite revela uma tática dos moradores

³ Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 18 de setembro de 1946), acessada em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm, no dia 06 de fevereiro de 2015.

para “mostrar ao proprietário como estavam buscando uma maneira de – pelos seus próprios meios, a ajuda mútua – contornar os graves problemas que lhes atingiam, sem trazer qualquer ônus a ele”, pois Beltrão tinha a possibilidade de tirar proveito financeiro com a existência da entidade, tendo em vista que ela ajudaria os moradores que estivessem com dificuldades para pagar o foro.

Contudo, o proprietário mudou completamente de ideia quando ouviu a opinião de seu filho e de outros donos de engenho da região, que afirmavam ser aquela associação uma estratégia para levar o comunismo aos trabalhadores. Esta opinião do filho de Beltrão e de proprietários de terra de Vitória e arredores foi, posteriormente, acolhida por jornais pernambucanos, como, por exemplo, o *Diário de Pernambuco*, que, na sua edição de 07 de abril de 1959, fez um comentário referente às declarações de Dom Severino Mariano, bispo de Pesqueira, que havia dito, num encontro de bispos do Nordeste, ocorrido alguns dias antes no Rio de Janeiro, que o movimento surgido em Galiléia representava uma infiltração comunista na zona rural, por meio do disfarce da assistência social. Referindo-se à organização dos foreiros de Galiléia, diz o comentário do jornal:

Na aparência, o programa é aceitável, pois, pelo menos em alguns aspectos, chega a coincidir com o oficial, de assistência aos lavradores e aos que se dedicam às atividades pastoris. Nisso estão a camuflagem e a tática usuais de certos grupos internacionais: as de não medir os meios para chegar aos fins. Estes, no caso, são os da agitação social, os de perturbar os planos administrativos federais, de estimular a descrença contra eles, e de recorrer mesmo à violência para criar incompatibilidades entre o povo e as instituições vigentes (sic). (*DIÁRIO DE PERNAMBUCO*, 1959, p. 4).

Beltrão exigiu a imediata dissolução da SAPPP. Os foreiros, no entanto, não cumpriram a exigência e foram ameaçados de expulsão.

A reação do dono do Engenho Galiléia, de seu filho e de outros proprietários da região à criação da SAPPP precisa ser entendida dentro do contexto de dominação em que estavam inseridos os camponeses do Nordeste. Essa dominação, dirigida pelos proprietários de terra e mantida por meio de compromissos entre estes e o Estado, favorecia o uso da violência e repressão por parte dos latifundiários contra qualquer tentativa de oposição vinda de seus trabalhadores, reduzia o camponês à dependência e submissão, impedia a sindicalização rural, dificultava a organização dos camponeses em associações e possibilitava que os contratos de trabalho e de arrendamento fossem negociados diretamente com o proprietário da terra e

rompidos arbitrariamente, quando este último assim o quisesse. De acordo com Azevedo (1982, p. 61), a ordem para o fechamento da SAPPP foi uma reação a uma organização que poderia contribuir com um processo de desestruturação desse sistema de dominação em Vitória de Santo Antão e arredores.

Com a ameaça de expulsão e as intimidações que não tardaram a chegar, tanto por parte do proprietário como por parte de autoridades do município (juiz, promotor, delegado de polícia e prefeito), a organização e mobilização dos foreiros de Galiléia passou a ter mais um objetivo: a luta pela permanência na terra (JULIÃO, 1962, p. 25). Eles foram buscar ajuda no Recife. Page (1972, p. 54) diz que, primeiro, procuraram o governador de Pernambuco, General Cordeiro de Farias. Por ser aliado de grandes usineiros e latifundiários, o governador não deu atenção ao pedido de ajuda dos foreiros. Depois, fizeram contato com alguns advogados, que exigiram altos honorários. Dirigiram-se, então, até a Assembléia Legislativa de Pernambuco, onde foram informados de que o recém-eleito deputado Francisco Julião era também um advogado conhecido por defender camponeses em litígio. Uma comissão, composta por José Ayres dos Prazeres, Amaro do Capim, Zezé da Galiléia e Manuel Severino, foi até a casa de Julião, no bairro da Várzea, e lhe expôs os problemas que estavam ocorrendo em Galiléia. Julião aceitou defender os foreiros gratuitamente. Em 1962, Julião lembrou da primeira vez que foi ao Engenho Galiléia, com as seguintes palavras:

Fomos à “Galiléia”, onde uma grande maioria dêles, com suas mulheres e filhos, nos receberam sob pétalas de rosas e espocar de foguetes. Ali, ao cair da tarde de um domingo, em frente à casa do velho “Zezé”, onde foi posta a placa da primeira Liga Camponesa, casa famosa que tem sido visitada por jornalistas do mundo inteiro, deputados, prefeitos, governadores, estudantes, líderes sindicais e até o irmão do Presidente Kennedy, iniciamos a campanha que haveria de se tornar, dentro de alguns anos, conhecida em todo o País e respeitada pela adesão sempre crescente das massas camponesas (sic). (JULIÃO, 1962, p. 25-26).

A busca por apoio em Recife revela outra estratégia dos foreiros de Galiléia. A decisão da SAPPP para deslocar uma comissão responsável pela procura de apoio na capital tinha a ver com a constatação de que a sua luta só se tornaria objetiva caso buscassem respaldo jurídico e político fora dos limites de Vitória de Santo Antão, onde a política, a justiça e a polícia eram manipuladas pelos grandes proprietários. Tal apoio veio com a assessoria jurídica de Julião e a formação de um comitê interpartidário, composto pelo próprio Julião (PSB), os deputados Ignácio Valadares Filho (UDN), José Dias da Silva (UDN), Clodomir

Santos de Moraes (PTB), Paulo Viana de Queiroz (PTB), o vereador José Guimarães Sobrinho (PST), o prefeito de Jaboatão, Cunha Primo, e o advogado Djacir Magalhães, que era ligado ao PCB. Assim, enquanto Julião ajudava no registro da SAPPP em cartório e atuava na defesa jurídica dos foreiros, o comitê interpartidário, formado por membros de quase todos os partidos de oposição ao então governo de Pernambuco, que era dirigido pelo PSD e aliado às oligarquias rurais, denunciava a situação do Engenho Galiléia nas tribunas parlamentares e na imprensa, levando, com isso, os conflitos entre camponeses e proprietários rurais para o debate político, tendo em vista que os três maiores jornais pernambucanos da época, *Diário de Pernambuco*, *Jornal do Commercio* e *Folha da Manhã*, tratavam tais conflitos como questão policial (AZEVEDO, 1982, p. 61-62).

A habilidade política de Julião foi importantíssima para dar visibilidade à luta dos foreiros de Galiléia e ampliar as ações da SAPPP, mas não se deve deixar de considerar como fundamental em todo esse processo as estratégias construídas e executadas pelos próprios camponeses, presentes desde o momento em que identificaram os problemas existentes entre as famílias moradoras do engenho: a idealização e criação de uma associação com finalidades beneficentes, o convite ao proprietário para ser o presidente de honra da instituição e a busca pelo apoio jurídico e político em Recife, resultando na transformação de uma luta local numa luta nacional. Julião admite isso em vários dos seus textos e depoimentos. Em 1962, por exemplo, ele declara que “coube aos próprios camponeses do ‘Engenho Galiléia’” a iniciativa da luta e todos os passos para a fundação da SAPPP (JULIÃO, 1962, p. 24).

Também é importante ressaltar que o surgimento e desenvolvimento da SAPPP se dão num momento em que alguns acontecimentos políticos favoreciam o fortalecimento dos partidos de esquerda (especialmente em Pernambuco) e o debate em torno da questão agrária no Nordeste. Bastos (1984, p. 44) cita o Congresso de Salvação do Nordeste e a formação da Frente do Recife como os dois acontecimentos que tiveram mais relevância para os momentos iniciais da SAPPP e posterior atuação das Ligas Camponesas.

O Congresso de Salvação do Nordeste foi realizado no Recife, entre os dias 20 e 27 de agosto de 1955, por iniciativa da secção pernambucana da Liga de Emancipação Nacional⁴, que era presidida por Miguel Arraes e tinha Francisco Julião como um dos seus membros (CAVALCANTI, 1978, p. 233). O encontro reuniu 1.600 delegados de nove estados

⁴ A Liga de Emancipação Nacional, que tinha a sua sede central no Rio de Janeiro, era uma associação de caráter civil que congregava vários intelectuais liberais e de esquerda, com a finalidade de promover publicações, estudos, campanhas e conferências sobre questões ligadas à soberania nacional (PENNA, 2005, p. 144).

nordestinos, incluindo políticos de vários partidos, industriais, comerciantes, líderes sindicais, profissionais liberais, escritores, cientistas sociais e representantes de várias entidades e associações de classe. Ao seu final, foi aprovada a “Carta de Salvação do Nordeste”, que apresentava a reforma agrária como a principal solução para a questão do campo e condenava a estrutura fundiária do Nordeste, a baixa qualidade de vida dos camponeses e assalariados rurais, a disparidade regional do Nordeste em relação ao centro-sul e a estagnação da economia nordestina. O documento também exigia do governo federal medidas efetivas para a realização de mudanças profundas na situação econômica e social da região. Como desdobramentos importantes do Congresso estão a realização de dois outros eventos, o Encontro de Salgueiro e o Seminário de Garanhuns, que discutiram e encaminharam ações relacionadas à questão agrária, e a criação, por parte do governo federal, da OPENO (Operação Nordeste) e depois do CODENO (Conselho de Desenvolvimento do Nordeste), que daria origem à SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) (AZEVEDO, 1982, p. 65).

Já a Frente do Recife foi uma coligação que uniu os partidos de esquerda e conseguiu eleger para a prefeitura da capital, Pelópidas Silveira, em 1955, e Miguel Arraes, em 1959. A referida frente também contribuiu com a formação das Oposições Unidas, outra coligação que elegeu Cid Sampaio, em 1958, e Miguel Arraes, em 1962, para o governo de Pernambuco. O sucesso político da Frente do Recife representou uma vitória dos movimentos e partidos que faziam oposição ao PSD, que, segundo Cavalcanti (1980, p. 183-184), estava no poder há décadas, em Pernambuco, cumprindo uma agenda política autoritária e aliada às oligarquias rurais tradicionais.

Apoiada por um comitê interpartidário e inserida num cenário político que favorecia o crescimento das esquerdas e a ampliação do debate sobre a questão agrária, que, de acordo com Jaccoud (1990, p. 35), ia afirmando o ainda incipiente movimento camponês de Pernambuco, a SAPPP foi, gradativamente, fortalecendo sua luta e organização. Em setembro de 1955, a SAPPP organizou o 1º Congresso de Camponeses de Pernambuco, contando com o apoio de Josué de Castro, então diretor da FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) e intelectual conhecido pela publicação, em 1946, do livro “Geografia da Fome”. Esse congresso, que contou com a participação de 3.000 trabalhadores rurais, foi decisivo para a estruturação da SAPPP, que se tornou uma associação estadual, ampliando sua ação para outros municípios.

Foi nesse congresso que a SAPPP assumiu o nome dado a ela pela imprensa pernambucana: Ligas Camponesas. Importante ressaltar que, mesmo que a imprensa tenha

dado esse nome à SAPPP, a fim de colocar a opinião pública contra ela, pois a associava às Ligas do PCB da década de 1940 e, assim, a definia como comunista, os camponeses deram novo sentido à expressão e a utilizaram para registrar as outras sociedades agrícolas que surgiram depois dela (MONTENEGRO, 2010a, p. 84). Julião, por exemplo, utilizou o novo nome para dizer que as Ligas nascidas a partir daquele momento eram herdeiras de vários movimentos de luta de camponeses que, segundo ele, também recebiam o nome de Ligas Camponesas e remontam às revoltas camponesas da Alemanha, no século XVI (JULIÃO, 1962, p. 13). Para Montenegro (2010a, p. 84-85), a disputa pelas palavras era mais uma das táticas das Ligas para apresentar uma prática social que rompia com o discurso que justificava as relações de exploração. Essa mesma disputa e ressignificação de palavras esteve presente também quando as Ligas nomearam as suas sedes locais de delegacias:

Tendo jurisdição para todo o Estado, a organização pode fundar, como consta do estatuto, as suas delegacias ou núcleos em qualquer cidade, distrito, povoado, fazenda, serra ou córrego. Preferimos dar a cada núcleo o nome de Delegacia. É uma maneira de fazer o camponês perder o medo da outra Delegacia – a de polícia. Dêsse modo, o soldado de polícia tem a sua Delegacia, e o camponês tem a dêle (sic). (JULIÃO, 1982, p. 47).

Em 1959, a luta dos foreiros de Galiléia resultou na desapropriação do engenho, consolidando, assim, a primeira vitória das Ligas. Apesar do cenário político favorável e do apoio de estudantes, intelectuais, parlamentares e profissionais liberais, o processo que desencadeou a desapropriação não foi fácil, pois a repressão aos movimentos surgidos no campo permanecia forte. Foram necessárias várias manifestações dos camponeses, incluindo concentrações na calçada e nas galerias da Assembléia Legislativa e na frente do Palácio do Governo, para pressionar a aprovação e a sanção do projeto elaborado e apresentado ao plenário pelo deputado Carlos Luiz de Andrade, do PSB. A imprensa local foi campo de acirrados debates sobre o projeto, a qual publicou “editoriais e artigos que, em sua maioria, eram contrários à desapropriação, vista como um perigoso precedente que ameaçava a propriedade privada e os próprios fundamentos da ordem social” (AZEVEDO, 1982, p. 71).

Em 30 de outubro de 1959, por exemplo, ao noticiar que Julião iniciaria uma série de comícios em favor da desapropriação, o Diário de Pernambuco intitulou a reportagem assim: “Julião vai Fazer Comícios em Vitória: Banho de Sangue (1º) do Atual Govêrno” (sic). (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1959, p. 7). Como registro de que algumas notícias sobre o movimento eram colocadas nas páginas policiais dos jornais, vale ressaltar que, na mesma

página onde está inserida a reportagem sobre os comícios que Julião iria fazer, há também notícias sobre fatos policiais, tais como: o julgamento da revisão criminal de um réu, chamado Roland de Oliveira Lopes, acusado de assassinar o jovem Givaldo Lemos de Vasconcelos; o roubo de fardos de charque da Charqueada do Matadouro Industrial de Goiana; o espancamento de um casal de amantes no Pina; ocorrências de crimes diversos em cidades do interior, como Cabo, Joaquim Nabuco, Araripina, Bom Conselho, Triunfo e Jaboatão; a denúncia contra um comissário de polícia que explorava jogos de azar em Tapera (DIARIO DE PERNAMBUCO, 1959, p. 7). Quase um mês depois, em 29 de novembro de 1959, o mesmo jornal, baseado nos argumentos de Audálio Alves, advogado da família de Oscar Beltrão, noticiava que o projeto de desapropriação do Engenho Galiléia “é ilegal e vale apenas como golpe vermelho”. O jornal transcreve as seguintes palavras do referido advogado:

Não acredito, em hipótese alguma, que a Assembléia Legislativa, pelos seus ilustres membros, venha a apoiar o projeto de desapropriação do Engenho Galiléia, que não tem nenhum amparo legal. Admitindo a hipótese desse absurdo apêlo, a aprovação do projeto significaria um golpe no sistema jurídico brasileiro; seria a primeira vitória da doutrina comunista em nosso país (sic). (DIARIO DE PERNAMBUCO, 1959, p. 14).

Após a sanção do governador Cid Sampaio, a desapropriação do Engenho Galiléia foi interpretada e noticiada por jornais pernambucanos e também do Sudeste como o estopim para uma revolução camponesa no Brasil. Mesmo após o fechamento das Ligas, depois do golpe militar de 1964, alguns jornais ainda se referiam àquela desapropriação como um mal e criticavam Cid Sampaio pela sanção ao projeto de lei. Um exemplo disso está na edição de 11 de dezembro de 1967 do jornal Diário da Manhã, cuja reportagem intitulada “Cid Cai no Vazio e seu ‘Estalo’ não Encontra Repercussão”, afirma que o então ex-governador de Pernambuco esqueceu a sua “condição de homem de direita e democrata” e traiu “seus companheiros de ideal e suas próprias convicções”, para se unir aos comunistas, a Miguel Arraes e estimular as “malfadadas Ligas Camponesas, criando Galiléia e fortalecendo Julião” (DIARIO DA MANHÃ, 1967, p. 2).

Azevedo (1982, p. 72) concorda que a desapropriação de Galiléia foi uma conquista das Ligas que abriu um precedente para a reforma agrária, perigoso na visão dos grandes proprietários e importante na concepção dos camponeses. Contudo, o autor alerta que

a desapropriação, apesar de ser um precedente aberto, não se constituiu num ato revolucionário. Muito pelo contrário, foi um ato de exceção, realizado dentro dos parâmetros constitucionais e sob estreito controle do governo, que tencionava intervir no campo através de uma política de colonização e cooperativismo orientado, exatamente, para tentar diluir os conflitos mais agudos nas regiões de tensão social entre camponeses e proprietários rurais.

A partir da desapropriação do Engenho Galiléia, as Ligas se expandiram por todo o estado de Pernambuco, estendendo-se também por outros estados, e tornaram-se fortes na Paraíba, Rio de Janeiro e Goiás (AZEVEDO, 1982, p. 73). Foi também depois da desapropriação que as Ligas passaram por um momento de revisão de sua luta, construindo uma proposta de reforma agrária independente do PCB, da Igreja Católica e do governo federal, entrando, assim, no campo das disputas pelo controle do movimento camponês.

2.1.2 – As disputas com o PCB

Azevedo (1982, p. 88) afirma que o PCB entendia a revolução brasileira como resultado de etapas, das quais uma delas incluiria uma coexistência pacífica entre a classe trabalhadora e setores da burguesia nacional. O partido pressupunha a existência, no Brasil, de industriais, comerciantes e latifundiários que romperiam com o imperialismo dos Estados Unidos, quando percebessem que seus interesses não estavam vinculados aos interesses do capital norte-americano. Por meio dessa união entre a classe trabalhadora e alguns setores da burguesia nacional, os trabalhadores urbanos e rurais iriam conquistando, parcialmente, melhores salários e condições de vida, enquanto os movimentos sociais acumulariam forças, que resultariam numa revolução democrático-burguesa de base nacionalista, cujo inimigo a ser vencido seria o imperialismo norte-americano. Essa revolução democrático-burguesa seria a primeira etapa da revolução brasileira. A segunda e definitiva etapa seria a revolução socialista; nesse processo, portanto, a reforma agrária seria fruto de medidas parciais, que incluíam desapropriação de terras incultas ou pouco cultivadas, loteamento de terras entre pequenos agricultores sem terra ou com pouca terra (mediante pagamento facilitado), aumento da tributação sobre as grandes propriedades e isenções fiscais para as pequenas.

Segundo Martins (1986, p. 83-85), o PCB começou a tratar de uma possível união entre a classe trabalhadora e alguns setores da burguesia nacional para a efetivação de uma revolução, a partir da “Declaração sobre o Projeto de Programa do Partido Comunista do Brasil”, lançada no final de 1953, e do IV Congresso do PCB, realizado no final de 1954. Na

declaração, fala-se de uma “frente única antiimperialista e anti-feudal”, composta pela classe trabalhadora e setores burgueses descontentes com a estrutura econômica da época, criticada por impedir o desenvolvimento da indústria e a ampliação do mercado interno. Já o IV Congresso propôs uma revolução democrático-burguesa, na qual o agente seria uma ampla frente antiimperialista e anti-feudal, composta por operários, camponeses, funcionários públicos pobres (civis e militares), intelectuais de esquerda, sacerdotes comprometidos com as lutas sociais, oficiais militares, artesãos, pequenos e médios comerciantes e industriais, e parte dos grandes comerciantes e industriais que sofriam com a concorrência americana e com os efeitos da política econômica e financeira do governo. Com essa proposta, o IV Congresso do PCB antecipava o que o Partido Comunista da União Soviética (PCUS) definiu, em 1956, por ocasião do seu XX Congresso, de “coexistência pacífica” entre a classe trabalhadora e setores da burguesia nacional para a efetivação da revolução. Após o XX Congresso do PCUS, o PCB lançou a “Declaração sobre a política do Partido Comunista Brasileiro”, em março de 1958, conhecida como “Declaração de Março de 1958”, na qual concluiu que a “frente única”, responsável pela implantação da revolução democrático-burguesa, teria também a participação de setores do latifúndio que estavam em contradição com o imperialismo norte-americano, devido à disputa em torno dos preços dos produtos de exportação, às dificuldades de concorrência no mercado internacional e à presença de agentes norte-americanos no mercado interno.

Sete dias após a “Declaração de Março de 1958”, Luiz Carlos Prestes publicou um comentário⁵ sobre o documento no qual afirma que o Estado brasileiro era também formado por latifundiários e grandes capitalistas interessados no desenvolvimento independente da economia nacional. Sendo assim, o processo da revolução brasileira não podia resultar na imediata liquidação do regime econômico-social existente, mas numa gradual acumulação de reformas profundas dentro do atual regime, até se chegar às transformações que o desenvolvimento histórico brasileiro exigiria naquela etapa. O líder comunista conclui que, para isso ocorrer, a política do PCB deveria ser a da “frente única”, que passaria a incluir também os capitalistas ligados a grupos imperialistas rivais dos monopólios norte-americanos.

Em 1960, o PCB realiza o seu V Congresso, onde as teses vitoriosas colocavam como prioridade a mobilização dos assalariados rurais. O partido começou a defender a ideia de que o movimento social no campo, no processo da revolução brasileira, deveria se encaixar numa

⁵ O referido comentário foi intitulado “São Indispensáveis a Crítica e a Autocrítica de Nossa Atividade para Compreender e Aplicar uma Nova Política”, publicado no semanário “A Voz Operária”, nº 460, em 29 de março de 1958, disponível em <https://www.marxists.org/portugues/prestes/1958/03/29.htm>. Acesso em 17/05/15.

certa hierarquização de lutas, sendo o setor prioritário o dos assalariados rurais. “Sendo assim, eram os sindicatos que deveriam ser fortalecidos, e a prioridade deveria ser para as lutas salariais e por melhores condições de trabalho. Essas definições deram início ao afastamento do PCB em relação às Ligas, pois enquanto estas acreditavam ser os pequenos proprietários e parceiros a principal força do movimento social no campo, o partido entendia que a sindicalização teria condições de mobilizar não só os trabalhadores autônomos, mas também os assalariados rurais. Além disso, o PCB criticava as Ligas, por entender que elas só valorizavam a propriedade, e enalteciam o sindicato, que, segundo o partido, tinha o trabalho como foco (ABREU E LIMA, 2005, p. 32).

Vivendo um momento de mudanças ideológicas e políticas, as Ligas não aceitaram a ideia de uma revolução brasileira por etapas e definiram a reforma agrária pensada pelo PCB como tecnicista, condenando-a como limitada às desapropriações de terras. Começaram, então, a defender a reforma agrária radical, que não deveria estar submetida à etapa nacional-democrática da revolução brasileira, na qual setores nacionalistas e progressistas da burguesia e da política estariam unidos contra o imperialismo. Tratava-se de uma reforma agrária que não obedecendo as etapas da revolução brasileira defendida pelo PCB, liquidaria imediatamente o latifúndio, substituindo-o pela propriedade camponesa individual ou associada e pela propriedade estatal. Nesse programa, as terras dos latifúndios improdutivos seriam distribuídas gratuitamente e os latifúndios desapropriados seriam colocados à venda, a usufruto ou alugados a preços módicos para quem desejasse trabalhar na terra (BASTOS, 1984, p. 80, 81).

As Ligas incorporaram essa forma de compreender a revolução brasileira e a reforma agrária sob grande influência da Revolução Cubana, que foi

deflagrada do campo para a cidade por um núcleo guerrilheiro desvinculado do PC, queimando “etapas”, instaurando o socialismo e promovendo uma reforma agrária avançada e baseada no coletivismo. (AZEVEDO, 1982, p. 89).

Em 1977, num depoimento dado ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, Julião admitiu que ele e as Ligas foram influenciados pela Revolução Cubana:

A base de Fidel Castro era realmente o camponês sem terra, que a arrendava para plantar cana. Esse foi o soldado principal de Fidel Castro. (...) Eu mesmo fui a Cuba várias vezes e senti a força, o peso, a importância que tinha o movimento de Fidel

Castro. Isso, de certo modo, me influenciou. Creio que, naquela fase, isso não foi bom para o movimento camponês, porque levou-o a um radicalismo, que poderia haver sido evitado para ampliar mais as bases do movimento. (JULIÃO, 1982, p. 122).

O depoimento acima também mostra duas coisas importantes. Primeiro, que o principal líder das Ligas Camponesas afirmava que o movimento assumiu um radicalismo. Segundo, que Julião, quase duas décadas após a extinção das Ligas, critica esse radicalismo. No entanto, é importante ressaltar que essa crítica ao radicalismo esteve presente em depoimentos de Julião após 1964, sobretudo no final da década de 1970, quando já se aproximava o fim do seu exílio⁶. Baseando-se em alguns desses depoimentos, Porfírio (2013, p. 165-166) mostra que, nesse período, Julião pretendia se reapresentar ao Brasil sem a imagem do revolucionário radical que a ele foi atribuída antes do golpe militar. Sendo assim, rompeu com muitas ideias que defendeu quando era o principal líder das Ligas Camponesas, passando a definir o radicalismo do movimento como um erro, a considerar superadas as Ligas e a sua atuação enquanto político e agitador social ligado a esse movimento e a afirmar que não caberia mais, para aquele momento, uma crítica radical ao capitalismo que florescia no Brasil.

Porém, antes do golpe militar, do fechamento das Ligas e do exílio, Julião, na sua função de líder principal do movimento, foi um dos grandes incentivadores desse radicalismo. Azevedo (1982, p. 91) lembra que ele “defendia a possibilidade de uma revolução socialista, tendo por base o campesinato e a luta armada, a partir do campo, queimando ‘etapas’, tal como tinha se passado na China e em Cuba”. Paulo Cavalcanti, que foi um dos líderes comunistas que polemizaram com Julião em meio às divergências entre as Ligas e o PCB, afirmou, em suas memórias, que o presidente nacional do movimento “assumia uma postura de revolucionário radical, que, de certo modo, atendia aos planos dos agentes da reação interessados em criar um clima de tensão social insuportável no Nordeste” (CAVALCANTI, 1980, p. 218).

Todavia, é importante analisar mais detalhadamente o que está sendo chamado aqui de “radicalismo das Ligas”, pois há diferentes ideias sobre ele. Devemos considerar que os proprietários de terra e seus aliados entendiam as Ligas como uma expressão do radicalismo

⁶ Julião foi preso em junho de 1964, após o governo militar cassar o seu mandato de deputado federal por meio do Ato Institucional nº 1. Meses depois, beneficiado por um *habeas corpus*, saiu da prisão, mas foi obrigado a deixar o Brasil. Conseguiu exílio no México, em 1965, onde ficou até outubro de 1979, retornando ao Brasil com a anistia sancionada pelo último general-presidente do governo militar, João Batista Figueiredo.

dos camponeses desde a sua fundação. A renúncia de Oscar Beltrão à presidência honorária da SAPPP é um exemplo disso, pois, como já vimos, sua atitude foi influenciada pelos argumentos de seu filho e de outros proprietários de terra vizinhos do Engenho Galiléia, que afirmavam ser a entidade uma criação de comunistas interessados em tomar suas terras. Como também já vimos, alguns jornais da imprensa pernambucana, desde os primeiros anos das mobilizações dos camponeses de Galiléia, inseriam as notícias sobre as ações da SAPPP nas páginas policiais, caracterizando o movimento não só como radical, mas também como criminoso. Mesmo depois do fechamento das Ligas, alguns jornais mantiveram ataques ao movimento, acusando-o de ter tirado a “paz” da zona canavieira, como podemos ler no editorial do *Diário da Manhã*, de 04 de outubro de 1965, que sob o título “E a Greve não Chegou”, festejava a decretação da ilegalidade de uma greve anunciada pelos trabalhadores rurais e criticava o Padre Melo por sua atuação junto aos mesmos. No referido editorial, falava-se assim das Ligas Camponesas:

As ligas camponesas, se ainda existem, estão fracas, sem o seu orientador e sem quem o possa substituir. A zona canavieira, que era o centro de todas as agitações, voltou à calma e, conseqüentemente, ao trabalho, que é a fonte permanente dos bens materiais de que todos precisamos. Porque, pois, tumultuar êsse ambiente que passou a gozar da paz desejada e sem a qual não pode haver trabalho nem produção? (sic). (DIÁRIO DA MANHÃ, 1965, p. 3).

Page (1972, p. 115) lembra que jornais do Recife culpavam as Ligas por várias lutas armadas no interior, sem comprovar tais acusações, e que os donos de engenho acusavam os membros do movimento de tocarem fogo nos canaviais. Em 16 de abril de 1959, por exemplo, o *Diário de Pernambuco* noticiava que os comunistas pernambucanos, visando “prejudicar a produção cafeeira de Garanhuns, agitando os agricultores e proprietários rurais possibilitando um clima propício à instalação de novas ‘ligas camponêsas’ (sic)”, tinham um plano para incendiar os cafezais do referido município (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1959, p. 3). No entanto, na sua edição de 28 de abril de 1959, o mesmo jornal publicou uma nota informando que o vereador Canuto, presidente da Câmara Municipal de Garanhuns, e o beneditino Dom Jerônimo de Sá Cavalcanti desmentiram a queima de cafezais, por parte de comunistas ou das Ligas Camponesas, no município. Mesmo diante da afirmação do vereador e do beneditino, o jornal encerra a nota dizendo que a notícia do incêndio dos cafezais em Garanhuns foi levada adiante por causa da chegada das Ligas no agreste pernambucano (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1959, p. 12). Duas coisas chamam a atenção: primeiro, o fato do jornal

afirmar que a acusação foi feita simplesmente por causa da chegada das Ligas ao agreste; segundo, a forma como as duas notícias foram dadas. Enquanto a acusação de que havia um plano dos comunistas e das Ligas para queimar cafezais em Garanhuns foi registrada numa notícia com título em letras grandes, em caixa alta, as afirmações do vereador Canuto e de Dom Jerônimo receberam apenas uma nota.

Assim, percebemos que se tomarmos por base a forma como os latifundiários e a imprensa pernambucana da época se referiam ao movimento, concluiremos que as classes dominantes já consideravam as Ligas como “radicais”, desde a sua fundação. E o radicalismo, nessa interpretação, estava associado à violência e ao crime.

O PCB também considerava as Ligas como radicais, mas não com a mesma opinião da imprensa e dos latifundiários. Os comunistas, ao romperem com Julião, argumentavam que os métodos defendidos pelo líder das Ligas para a realização da reforma agrária e de uma possível revolução no Brasil, os quais negavam a possibilidade de se conquistarem reformas estruturais por meios pacíficos, eram radicais, pois incentivavam confrontos diretos (algumas vezes violentos) e dificultavam o diálogo com setores da burguesia interessados nas transformações do país. Para o PCB, esses métodos radicais das Ligas fortaleciam ainda mais a oposição das classes dominantes, que terminavam encontrando mais argumentos para acusar de violentos os movimentos que lutavam por mudanças estruturais no Brasil (PAGE, 1972, p. 108-109; AZEVEDO, 1982, p. 92; CAVALCANTI, 1985, p. 100-103).

Outra instituição que teve uma forte presença no movimento social agrário brasileiro, mas que também se opôs às Ligas por entendê-las como radicais foi a Igreja Católica. Segundo Alves (1979, p.135), os bispos do Nordeste se assustaram com a aproximação entre as Ligas e a Revolução Cubana, bem como com as propostas do movimento para a solução dos problemas relacionados à estrutura agrária brasileira. Tomando por base o anticomunismo orientado pelo Vaticano, o que também a afastava do PCB, a Igreja Católica no Brasil considerou as Ligas como um movimento radical, que acirrava os conflitos entre camponeses e proprietários de terra.

Assim, a Igreja entrou na disputa pela hegemonia do movimento camponês, criando iniciativas como o MEB (Movimento de Educação de Base) e o SORPE (Serviço de Orientação Rural de Pernambuco), buscando organizar os camponeses na tentativa de atuar no enfrentamento aos problemas sociais do campo sem tensões com os proprietários. De acordo com Abreu e Lima (2005, p. 41-43), o MEB, criado em 1961, mesmo se contrapondo ao

conservadorismo dominante na Igreja⁷, enfatizava a necessidade de melhorias na vida dos camponeses, promovendo um processo de alfabetização por aulas veiculadas pelo rádio, mas por meio de estratégias conciliatórias, que evitassem o confronto direto com os proprietários. Por causa dessa postura conciliatória, o MEB nasceu com o apoio do governo de Jânio Quadros, também interessado em resolver os problemas no campo sem tensões com os latifundiários. Essa postura do MEB, porém, mudou entre 1963 e 1964, depois que integrantes da Ação Popular, uma organização católica de esquerda criada por jovens influenciados pelo marxismo, passaram a fazer parte de seus quadros. Já o SORPE, também criado em 1961, procurava organizar os camponeses em sindicatos e cooperativas, tentando diminuir a influência das Ligas e do PCB no campo e orientando os camponeses a questionar a sua situação de exploração, mas de forma moderada, conforme podemos ver num artigo assinado por Basílio Martineschen, em 28 de junho de 1962, no periódico católico A Cruz, que era uma publicação da Liga Social Católica Brasileira de Mato Grosso, na qual há uma clara comemoração pelo fato dos sindicatos católicos estarem superando as Ligas e os sindicatos comunistas:

Segundo declarações do Padre Paulo Crespo, Vigário de Jaboatão, em Pernambuco, as Ligas Camponesas estão se transformando em sindicatos ruralistas cristãos. Em Pernambuco, o clero já arregimentou em sindicatos mais de 20 mil camponeses, no Rio Grande do Norte 25 mil. Trabalha igualmente com êxito no Sergipe e em outras regiões. O próprio Ministério do Trabalho já reconheceu 23 desses novos sindicatos, apoiando dêsse modo a atitude do clero. Como se vê, êsse trabalho da sindicalização rural com bases firmes na justiça e na moral conseguiu em pouco tempo o que os vermelhos não conseguiram com mentiras e desordens; evidenciou-se, pois, a instabilidade da sublevação comunista, que se apóia na derrocada e na miséria do nordestino. Julião, aproveitando tal momento psicológico, lançou-se com o comunismo, arvorando-se redentor do homem do campo. E foi muito compreensível a receptividade demonstrada pelos camponeses, na maioria analfabetos e ingênuos, que só divisavam as vantagens mais próximas, sem atender aos perigos do futuro; todo êste movimento esquerdista, porém, não passou de agitação e falsidade; hoje nenhum camponês acredita em Julião. O Episcopado do Nordeste com os padres Melo e Paulo Crespo e outros líderes católicos são os verdadeiros organizadores e

⁷ Para Alves (1979, p. 106), os grupos católicos empenhados na luta social eram minoritários no Brasil, entre as décadas de 1950 e 1960, e eram vistos com grande desconfiança e com muitas críticas por parte da maioria das lideranças eclesásticas, pois o que predominava na Igreja Católica brasileira era um discurso conservador que evitava questionar os problemas sociais do país, em nome da boa convivência com as classes dominantes da sociedade.

salvadores do homem do campo sindicalizado. Quem comanda no Nordeste não são os comunistas, mas a Igreja Católica (sic). (A CRUZ, 1962, p. 1).

Enquanto que os latifundiários, a imprensa, o PCB e a Igreja atribuíam, diferenciadamente, significados negativos ao termo “radicalismo”, quando o associavam às práticas das Ligas, as lideranças deste movimento utilizavam a palavra “radical” para definir como positivas sua natureza, ação e propostas. Em alguns documentos, como, por exemplo, o do Conselho Nacional das Ligas Camponesas do Brasil, intitulado “Teses para Debate”, datado em 12 de junho de 1963 e redigido por Julião, são propostas a unificação das “forças revolucionárias em torno de um programa radical”, a “Reforma Agrária Radical”, a “Reforma Urbana Radical”, a “Reforma Radical do Ensino”, a “Reforma Industrial Radical”, a “Reforma Bancária Radical” e encerra propondo “outras reformas radicais” nas Forças Armadas, Poder Judiciário, polícias militares dos estados e legislação (Apud AZEVEDO, 1982, p. 131-141). Em outro documento, intitulado “Organização Política das Ligas Camponesas do Brasil”, publicado no jornal “A Liga”, em 11 de março de 1964, as Ligas se definem como “associações civis registradas, reunindo pessoas que lutam pela reforma agrária radical”, que seguem a “orientação política radical do Deputado Socialista Francisco Julião” e que têm como bandeira de luta principal “a Reforma Agrária Radical, com base no princípio de que a terra deve pertencer a quem nela trabalha” (Apud AZEVEDO, 1982, p. 143-145).

Assumindo para si a qualidade de um movimento radical, as Ligas criticavam, sobretudo, o PCB e a Igreja como organizações reformistas, ou seja, que não estavam interessadas em mudanças que viessem transformar estruturalmente a vida no campo, arrancando definitivamente a exploração que assolava os camponeses. Abreu e Lima (2005, p. 33), no entanto, adverte que é questionável essa atribuição que as Ligas davam para si de um movimento radical, que se aliava à revolução e não ao reformismo, pois esse mesmo movimento participava do processo político-eleitoral no Brasil, fazendo campanha, inclusive, para candidatos moderados, como o General Henrique Teixeira Lott, apoiado por uma frente de esquerda, mas contrário à Revolução Cubana, e Miguel Arraes, que, também inserido numa frente de esquerda, não trazia em seu discurso propostas revolucionárias, no sentido defendido pelas Ligas.

As divergências com o PCB indicavam que as Ligas estavam vivenciando um momento na qual sua visão política e ideológica sobre a questão agrária, o papel do campesinato nas lutas sociais e as táticas e estratégias para a realização da revolução brasileira ganhava mais organicidade e elaboração. Quando ocorreu, em Belo Horizonte, no ano de

1961, o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, convocado pela ULTAB e pelas entidades e associações rurais controladas pelos comunistas, a ruptura entre o PCB e as Ligas aconteceu de forma definitiva. Nesse congresso, as propostas do PCB, que visavam priorizar os assalariados agrícolas e realizar uma reforma agrária por meio de medidas parciais e com base na desapropriação de terras, foram vencidas pela tese da reforma agrária radical, defendida pelas Ligas, que adotaram o lema “reforma agrária na lei ou na marra”. A partir de então, Ligas e PCB passaram a disputar o controle do movimento social agrário com orientações divergentes. No final de 1962, quando se iniciou o processo de sindicalização rural, o PCB fundou sindicatos que se opunham às orientações das Ligas. Contudo, tal ruptura não impediu que, em determinadas conjunturas locais, as duas organizações fizessem alianças temporárias, como, por exemplo, para apoiar eleições sindicais e realizar campanhas salariais ou movimentos grevistas (AZEVEDO, 1982, p. 90).

2.1.3 – As disputas com a Igreja Católica

Com as encíclicas *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*, publicadas, respectivamente, pelos papas Leão XIII, em 1891, e Pio XI, em 1931, a Igreja Católica, demonstrando preocupação com as transformações ocorridas como resultado da crescente industrialização de vários países, começa a sistematizar um conjunto de orientações em torno de temas sociais. Nesses documentos, condenava-se o socialismo como solução para os problemas sociais e apoiava-se a colaboração entre as classes para se efetivar as transformações necessárias da sociedade. Então, a Igreja Católica brasileira, com base nessas orientações e também no temor da perda de sua influência nas áreas urbanas e rurais, iniciou ações junto a setores da sociedade, particularmente operários, estudantes e camponeses (ABREU E LIMA, 2005, p. 41).

A partir de 1945, com o avanço do processo de industrialização e suas consequências sociais, políticas e ideológicas, observadas, sobretudo, no crescimento desordenado das cidades provocado pelas migrações rurais, no aumento da participação dos trabalhadores na vida política do país, nas inquietações e organização dos operários urbanos, nas primeiras tentativas de organização de trabalhadores agrícolas e na ampliação da influência marxista entre estudantes, intelectuais e trabalhadores, a Igreja Católica no Brasil começou a passar por mudanças que contribuíram para que, aos poucos, ela criasse ações que tinham como foco o enfrentamento às injustiças sociais (ALVES, 1979, p. 44).

O primeiro documento da Igreja Católica brasileira a tratar de uma reforma na estrutura agrária do país foi a carta pastoral “Conosco, sem Nós ou contra Nós Se Fará a Reforma Rural”, assinada pelo bispo de Campanha, Minas Gerais, D. Inocêncio Engelke, em 1950. A carta foi resultado de uma semana de estudos realizada pelo padre Antônio Godinho, na cidade de Campanha, envolvendo 250 proprietários de terra, 270 professores primários, além de religiosos e religiosas responsáveis por liceus e instituições de ensino na zona rural. Entretanto, não houve participação de camponeses (ALVES, 1979, p. 174).

Comentando a carta de D. Inocêncio, Alves (1979, p. 174-175), afirma que ela chamava a atenção para a necessidade de uma reforma na estrutura agrária brasileira, mas sem aprofundar o problema do latifúndio e colocando as reivindicações favoráveis aos proprietários acima daquelas que poderiam beneficiar os camponeses. Segundo o referido autor, a carta apontava: a) que as difíceis condições de vida dos camponeses provocavam a migração do campo para a cidade e favoreciam a entrada, nas áreas rurais, de “agitadores”, ou seja, lideranças políticas de esquerda interessadas em organizar as massas camponesas; b) que os proprietários deveriam contribuir com a melhoria de vida dos camponeses para evitar problemas com os “agitadores”; b) que os proprietários precisavam ser beneficiados por uma política que lhes favorecessem abertura para créditos agrícolas e condições para importar e exportar; c) que as leis sociais que protegiam os trabalhadores urbanos deveriam ser estendidas aos trabalhadores rurais.

Para Martins (1986, p. 88), a ausência de camponeses nos debates que resultaram na carta pastoral de D. Inocêncio e as preocupações registradas nela mostram que a Igreja entrou na questão agrária do Brasil “por uma porta extremamente reacionária”. Alves (1979, p. 175), no entanto, afirma que a carta era, para aquele momento, “um progresso para a Igreja, simplesmente porque representava um primeiro passo no sentido das preocupações sociais e fazia sair a literatura episcopal do angelismo em que se colocava tradicionalmente”, argumentando, inclusive, que a “óptica patronal era inevitável”, pois “os prelados eram patrões, autoridades de uma sociedade em que a mobilidade social ascendente era fraca, membros de alta patente da superestrutura brasileira”.

Na década de 1960, a Igreja Católica se envolveu mais efetivamente com o problema agrário. Suas ações, agora, focavam mais o Nordeste, para onde o governo federal e os Estados Unidos estavam dedicando grande atenção. Os graves problemas sociais e o avanço da esquerda na região, geravam um temor, sobretudo nos Estados Unidos, da eclosão de uma revolução nos moldes da Revolução Cubana. Além disso, havia uma pressão interna, dirigida por industriais do Sul, que forçava o governo brasileiro a encontrar alternativas para o

desenvolvimento da região, partindo do princípio de que a situação do Nordeste prejudicava o avanço econômico de todo o país. A SUDENE, criada em 1959, foi uma dessas tentativas de solução e, ao mesmo tempo, uma iniciativa que interessou ao governo norte-americano por oferecer a possibilidade de experimentar técnicas que contribuíssem para o desenvolvimento da região, anulando a tensão social e diminuindo espaço para a ação de movimentos como as Ligas. A Igreja, com a estratégia de atuar no enfrentamento aos problemas sociais do campo, afastando-se das Ligas e do PCB, alinhava-se aos governos brasileiro e norte-americano, tendo, inclusive, recursos nacionais e internacionais ao seu dispor. O MEB, por exemplo, como já vimos, foi um trabalho apoiado pelo governo brasileiro. Essa conciliação, no entanto, seria rompida após o golpe militar de 1964, quando a Igreja já assumia um discurso mais integrado à esquerda brasileira (ALVES, 1979, p. 180).

De acordo com Martins (1986, p. 89), os documentos produzidos pela Igreja Católica, na década de 1960, foram, aos poucos, assumindo posicionamentos sobre a questão agrária no Brasil que a afastaram da ambiguidade revelada em textos anteriores, nos quais as mudanças defendidas ficavam submetidas à manutenção de privilégios das classes dominantes. O documento mais importante desse período foi uma declaração sobre a situação do país, publicada pela Comissão Central da CNBB, em 1963. Nele, segundo Alves (1979, p. 181), os bispos continuavam a condenar o marxismo como solução para os problemas brasileiros e defendiam a reforma agrária, da empresa, do sistema fiscal, da administração e da educação. Com relação à reforma agrária, o documento apoiava a proposta do governo de João Goulart para pagar com títulos do Tesouro as terras desapropriadas. Tratava-se de uma proposta que ia de encontro aos interesses dos latifundiários, que queriam o pagamento prévio e em dinheiro, o que inviabilizaria a efetivação da reforma agrária, pois o custo seria acima do que qualquer governo poderia arcar.

Como manteve a crítica à tese da reforma agrária radical, aos métodos da Revolução Cubana e ao marxismo, a Igreja Católica brasileira continuou trabalhando, sobretudo através do MEB e do SORPE, para diminuir a ação das Ligas e do PCB no campo, mesmo depois da declaração da CNBB de 1963, considerada por Alves (1979, p. 181) como o documento mais progressista assinado por bispos católicos do Brasil antes do golpe militar.

Um artigo assinado por Tarcísio Beal, em 1962, no já citado periódico católico *A Cruz*, define bem o posicionamento da Igreja Católica em relação às Ligas, naquele período:

Assinalamos aqui apenas alguns dos movimentos ruralistas, criados em benefício do campesinato: “Frente Agrária Paranaense, Frente Agrária Goiana, Aliança

Libertadora da Família Agrária, de Pernambuco, Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de São Paulo, Associações Profissionais dos Trabalhadores Rurais, das cidades paulistas de Ribeirão Preto e Jaboticabal, e Liga Camponesa Católica, das Alagoas, etc”. Isso sem esquecermos a importantíssima atividade da Juventude Agrária Católica e do Movimento de Educação de Base. Tôdas essas associações rurais inspiram-se nos princípios cristãos e democráticos, e têm o apoio da Hierarquia Católica. Desejam a Reforma Agrária o mais cedo possível, mas dentro da lei e sem atropelos e violências criminosas. Do outro lado estão as Ligas Camponesas de Francisco Julião, já denunciadas como instrumentos de agitação e de propaganda vermelha. Dentro delas existem, com certeza, homens bem intencionados, mas seus dirigentes pregam a violência e já ousam fazer ameaças até ao Governo. Querem uma reforma agrária nos moldes cubanos e marxistas, Francisco Julião e seus asseclas são inimigos da verdadeira reforma agrária. A sua pressa e os seus métodos são os métodos da União Soviética, ansiosa por aproveitar-se da efervescência da situação brasileira. A solução do problema agrário requer urgência, sim, mas também prudência (sic). (A CRUZ, 1962, p. 7).

Percebe-se que a expressão “do outro lado estão as Ligas Camponesas de Francisco Julião”, utilizada por Beal em seu artigo, tem um forte significado, pois demarca a separação entre as Ligas e a Igreja Católica na discussão sobre a reforma agrária, define a Igreja Católica como “outro ator” nessa disputa e evidencia a interpretação de que as Ligas constituíam um movimento radical, oposto às práticas e idéias defendidas pela hierarquia católica em torno do tema.

2.1.4 – As disputas com o Governo Federal

Em meio às tensões que giravam em torno da questão agrária brasileira na década de 1960, o governo de João Goulart apresentou a sua proposta de reforma agrária. Como já dissemos anteriormente, o governo estava pressionado por industriais do Sul do Brasil a encontrar alternativas para o desenvolvimento do Nordeste, pois os problemas relacionados à estrutura fundiária da região prejudicavam toda a economia do país. Além disso, afirma Martins (1986, p. 90-91):

O principal problema do país era o da inflação, particularmente a elevação dos preços dos gêneros alimentícios. A elevação dos preços dos gêneros seria nada mais do que o resultado do fato de que a agricultura havia se constituído num ponto de estrangulamento da economia, devido à oferta insuficiente de alimentos. Tal oferta

insuficiente decorria, por sua vez, da estrutura fundiária do país, fortemente marcada pelo latifúndio improdutivo, enquanto milhares de camponeses estavam sem terra e sem condições de produzir para aumentar a oferta de alimentos.

Para o governo Goulart, a reforma agrária, então, seria a solução para o ponto de estrangulamento da economia brasileira, pois aumentaria a produção de alimentos, ampliaria o mercado interno e geraria um fluxo maior de renda para o meio rural, dinamizando o desenvolvimento da indústria nacional e, conseqüentemente, gerando mais empregos nas cidades. Contudo, lembra Martins (1986, p. 91), o governo procurava, com sua proposta de reforma agrária promover um processo de resolução dos problemas do campo evitando os métodos das Ligas, considerados radicais. Segundo Julião (1962, p. 66), os instrumentos criados pelo governo para enfrentar os problemas da questão agrária buscava “impedir que a fogueira ateadada no Nordeste se transforme em um incêndio que se alastre pelo país”. Em outro depoimento, o mesmo Julião (1982, p. 137) diz que a reforma agrária pensada pelo governo Goulart tinha como objetivo distribuir terras de forma moderada, enquanto que as Ligas queriam, “de um golpe”, limitar “a quantidade de terra que uma pessoa jurídica pudesse possuir”.

Em 1964, imediatamente após o golpe civil-militar que derrubou o presidente João Goulart, as Ligas foram extintas. As propostas, as mobilizações, as reuniões e a própria inserção do movimento nas disputas pela hegemonia do movimento camponês construíam saberes, sobretudo entre os seus integrantes, criando um processo de ensino e aprendizagem que tinha por objetivo a luta contra a exploração.

2.2 - Educação Não Formal e Movimentos Sociais

Para falar da existência de processos educativos nas Ligas Camponesas é necessário partir de dois pressupostos: primeiro, que a educação não se realiza apenas no espaço escolar; segundo, que as práticas cotidianas dos movimentos sociais também educam.

A categoria “educação não formal”, que se refere aos processos educacionais ocorridos fora do ambiente escolar, começou a ser utilizada no Brasil em 1998, em um artigo de Maria da Glória Gohn, intitulado “Educação Não Formal – um novo campo de atuação”. Esse artigo, que foi publicado em duas revistas, “Cidadania Textos”, da Faculdade de Educação da Unicamp, e “Ensaio”, da Fundação Cesgranrio, teve repercussão no meio

acadêmico e foi ampliado, transformando-se no livro “Educação Não Formal e Cultura Política”, publicado em 1999 pela Cortez (GOHN, 2010, p. 9-11).

Os textos de Gohn não foram os primeiros a abordar, no Brasil, a presença da educação em espaços não escolares. Já na década de 1980, Carlos Rodrigues Brandão (1989, p. 9) afirmava:

Não há uma única forma nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a sua única prática e o professor profissional não é o seu único praticante.

Vale também salientar que, antes das publicações de Gohn, a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 “já tinha reconhecido a existência de contextos educativos fora do âmbito escolar” (GOHN, 2011, p. 10).

Na análise de Gohn (2010, p. 15-21), a educação não formal se distingue da educação formal e informal, considerando que: a educação formal é aquela cujo conteúdo é previamente regulamentado por lei e que se desenvolve nas escolas, que são instituições certificadoras, organizadas segundo diretrizes nacionais e que têm como educadores, fundamentalmente, os professores; a educação informal é aquela onde os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização, ou seja, nas relações com os familiares, amigos, vizinhos, colegas de escola, igreja paroquial etc., contribuindo para o desenvolvimento de “hábitos, atitudes, comportamentos, modos de pensar e de se expressar no uso da linguagem, segundo valores e crenças de grupos que se frequenta ou que pertence por herança, desde o nascimento”; e a educação não formal é aquela que acontece por meio de processos intencionais de interatividade e compartilhamento de experiências, em espaços coletivos e tendo como educador “o outro”, aquele com quem se interage, mesmo que haja a presença do educador social.

Assim como a educação formal, a educação não formal tem intencionalidades⁸. Segundo Gohn (2010, p. 34), a principal intencionalidade da educação não formal é “formar para a cidadania”, tendo em vista que seu objetivo maior é construir conhecimentos para o exercício dos direitos⁹. Trata-se de um tipo de educação ocorrido fora do ambiente escolar,

⁸ As intencionalidades presentes na educação não formal são elaboradas nas ações e relações desenvolvidas pelos grupos, ou seja, não são dadas *a priori* por alguma autoridade que se coloque acima do grupo (GOHN, 2010, p. 18-19). Vale ressaltar, não são intencionalidades elaboradas e sistematizadas por um sistema político dominante, mas que surgem a partir da crítica a esse sistema (BRANDÃO, 1989, p. 107).

⁹ Para Carvalho (2002, p. 8-12), a cidadania é um fenômeno complexo, porque a garantia de certos direitos não gera automaticamente o gozo de outros. Por exemplo, os direitos à liberdade de pensamento e ao voto não

mas que é planejado, visando o alcance de objetivos (SOUZA, 2006, p. 129). Aliás, só devemos definir um processo como educativo se ele for intencional. Paviani (1991, p. 31) nos lembra que “a ação, quando qualificada como educativa, já assume uma direção”. Toda ação que envolva o ensinar e o aprender é elaborada para atingir fins.

Considerando que a educação não está restrita à escola, podemos dizer que os movimentos sociais são também lugares de educação. Neles se desenvolvem processos, principalmente de educação não formal, que objetivam construir saberes e práticas que contribuem para os indivíduos conhecerem seus direitos como cidadãos, elaborarem uma compreensão acerca do que se passa ao seu redor e se organizarem para buscar a solução de problemas coletivos e a emancipação. Essa construção de conhecimentos e práticas nasce a partir da convivência, da interação e das experiências dos indivíduos entre si e com a sua realidade (GOHN, 2012, p. 21-24).

Um dos pressupostos básicos da educação não formal é o de que a aprendizagem se dá por meio da prática social. É a experiência das pessoas em trabalhos coletivos que gera um aprendizado. A produção de conhecimentos ocorre não pela absorção de conteúdos previamente sistematizados, objetivando ser apreendidos, mas o conhecimento é gerado por meio da vivência de certas situações-problema. (GOHN, 2011, p. 111).

De acordo com Freire (2011, p. 141), a relação das pessoas com situações-problema gera conhecimentos, na medida em que os seres humanos, ao serem desafiados por determinadas situações, tendem a agir sobre elas. Partindo desse pressuposto, os movimentos sociais, ao confrontarem as pessoas com a situação em que vivem, promovem um processo de educação, pois na medida em que contribuem para que homens e mulheres percebam que estão inseridos em certas situações-problema, educam, constroem conhecimentos que têm a função de superar tais situações (FREIRE, 2011, p. 126).

garantem os direitos à segurança e ao emprego. Nesse sentido, a cidadania plena é um ideal desenvolvido no Ocidente e talvez inatingível. Além do mais, a forma como a cidadania foi buscada, historicamente, nos diferentes países não seguiu uma linha reta. O objetivo final foi o mesmo: a garantia dos direitos civis, políticos e sociais. Mas, as formas para se chegar a esse objetivo foram diversas. Por exemplo, a Inglaterra enfatizou o exercício dos direitos civis, das liberdades civis, como prerrogativa para se chegar ao direito dos ingleses escolherem seus governantes, participarem do governo de seu país (direitos políticos) e, assim, criarem as condições para a efetivação dos direitos sociais, que é a garantia da participação de todos na riqueza coletiva. Já no Brasil, a busca pela cidadania começou pela ênfase nos direitos sociais. Mas, mesmo tratando a cidadania como um fenômeno complexo, o autor afirma que ela se desenvolveu de forma mais rápida em países que tinham processos educativos que permitiam às pessoas a construção de conhecimentos sobre seus direitos e, conseqüentemente, fomentavam a organização delas para a reivindicação destes direitos.

As relações presentes nas práticas dos movimentos sociais são estabelecidas com a finalidade de educar para a luta por direitos, gerando aprendizados, a partir de experiências vividas e compartilhadas, na situação presente, tanto para os seus participantes quanto para os executores das políticas públicas. Segundo Gohn (2012, p. 58-59), os integrantes do movimento aprendem a lutar por sua cidadania, a partir de contatos e convivências com os próprios companheiros, com fontes de exercício do poder (governadores, prefeitos, deputados, vereadores, juízes etc.), com líderes, assessores e educadores do movimento, com práticas coletivas e com o problema a ser enfrentado. Os agentes governamentais aprendem a reorientar a política para atender as demandas apresentadas pelos movimentos, a partir das pressões que vêm de sua ação reivindicatória. Contudo, vale salientar que os efeitos educativos das práticas dos movimentos sociais nos executores de políticas públicas podem cumprir objetivos opostos aos das classes populares. Os agentes públicos, ao conhecerem as aspirações populares, podem fazer uso das mesmas para beneficiar as classes dominantes ou sustentarem um regime autoritário, por exemplo.

O que foi exposto até aqui propõe que a educação sempre acontece onde “há relações entre pessoas e intenções de ensinar-e-aprender” (BRANDÃO, 1989, p. 24), independentemente de se estar ou não no espaço escolar. É nessa perspectiva que analisaremos as Ligas Camponesas como um movimento que congregou iniciativas de educação não formal.

2.3 – As Ligas Camponesas como Lugar de Educação

2.3.1 – As Ligas e a demanda por educação formal

Quando a SAPPP, depois denominada de Liga Camponesa de Galiléia, foi organizada, havia uma preocupação, entre os seus fundadores, de que a associação conseguisse meios para promover a alfabetização das crianças que viviam nas terras do engenho. Nos livros, nos depoimentos e nos documentos sobre as Ligas Camponesas há informações que indicam esse objetivo da associação. Azevedo (1982, p. 60) fala que a SAPPP tinha a pretensão de construir escolas; Bastos (1984, p. 19) e Santiago (2001, p. 13) dizem que a fundação de apenas uma escola estava entre os objetivos da associação. Já os depoimentos de duas lideranças do movimento, Francisco Julião (1982, p. 54; 2009, p. 127), que acompanhou juridicamente a SAPPP desde os seus primeiros meses de organização, tornando-se depois o presidente nacional das Ligas Camponesas, e Francisco de Assis Lemos de Souza (1996, p.

15), que foi presidente da Federação das Ligas Camponesas da Paraíba, afirmam que a entidade tinha por objetivo contratar uma professora para a função de alfabetizar as crianças. Todavia, a carta dirigida pela diretoria da SAPPP ao proprietário do Engenho Galiléia, Oscar Beltrão, convidando-o para ser o presidente de honra da associação, informa também que, na ocasião de sua nomeação, haveria a inauguração de uma escola¹⁰.

Fica claro, então, o interesse da Liga de Galiléia pela educação formal de suas crianças naquele período, quando o analfabetismo chegava a exceder 80% na zona rural (PAGE, 1972, p. 33). Contudo, quatro anos após a sua fundação, a Liga ainda não tinha conseguido atingir esse objetivo. Em 1959, Antonio Callado esteve em Pernambuco para realizar uma série de reportagens sobre as Ligas Camponesas e a situação do Nordeste para o *Correio da Manhã*. O jornalista constatou que não havia escola em Galiléia, registrando em uma de suas reportagens: “No Engenho Galiléia não há uma escola para um quase meio milheiro de crianças... O resultado é que a escola fica a duas léguas do Galiléia” (CALLADO, 1960, p. 40).

De acordo com o depoimento de Severino José de Souza, conhecido em Galiléia como Biu de Souza, que tinha o cargo de segundo secretário na primeira Liga Camponesa, Julião orientou a formação de escolas nos núcleos. O próprio Biu, juntamente com o seu pai, Zezé da Galiléia, foi um alfabetizador de adultos:

O camponês não sabia ler. Depois das Ligas é que começaram a aprender. Sempre tinha alguma pessoa aprendeu, né, porque depois existia escola também, paga pelas Ligas pra ensinar ao adulto (...) Eu mesmo participei de ensinar um bocado de gente, pelas Ligas, aqui em Galiléia. Agora, sendo lá, na sede lá (sic).¹¹

Já as Ligas Camponesas da Paraíba, por meio da atuação de sua federação, conseguiram vivenciar uma experiência mais ampla no campo da alfabetização de camponeses. Na década de 1960, com o apoio da CEPLAR (Campanha de Educação Popular), que utilizava o Método Paulo Freire para alfabetizar as populações pobres, criaram salas de alfabetização e formaram filhas de camponeses para atuarem como professoras de alfabetização (XAVIER, 2010, p. 16; SOUZA, 1996, p. 116). Em seu depoimento sobre a aliança entre as Ligas Camponesas da Paraíba e a CEPLAR, Francisco de Assis Lemos de

¹⁰ Carta ao Sr. Oscar Beltrão. Prontuário da Liga Camponesa de Vitória de Santo Antão. SSP-PE nº 29.709. Doc. Nº 41. Dops-PE, Acervo APEJE

¹¹ Biu de Souza. Entrevista concedida ao autor em 26/02/15.

Souza afirma que aquela iniciativa tinha por objetivo dinamizar a “conscientização dos camponeses”, que era muito lenta por causa do analfabetismo (SOUZA, 1996, p. 116).

2.3.2 – A participação dos camponeses no processo educativo

Mas, não são apenas os registros da tentativa de Galiléia e da experiência de Sapé com a alfabetização que mostram as Ligas Camponesas como um espaço de educação. Ainda que de forma fragmentada, a literatura sobre o movimento fala de pessoas que atuavam como educadores, fomentando processos educativos não formais, a exemplo de Maria Celeste Vidal, entre as Ligas Camponesas de Vitória de Santo Antão (CALLADO, 1980, p. 68; ABREU E LIMA, 2005, p. 71) e Ophélia Amorim, da Liga de Campina Grande (XAVIER, 2010, p. 13). Algumas lideranças das Ligas eram reconhecidas como pessoas que instruíam o povo, como, por exemplo, João Pedro Teixeira, Pedro Inácio Araújo (Pedro Fazendeiro) e João Alfredo Dias (Nego Fuba), que eram líderes na Liga de Sapé (XAVIER, 2010, p. 59). Francisco Julião, ao ser citado por outro líder das Ligas, Francisco de Assis Lemos de Souza, é apresentado como alguém que ensinou muito aos camponeses:

Sendo grande orador e poeta, seus discursos levavam as massas a grande entusiasmo. Conseguia se fazer entender por todos, do analfabeto ao mais letrado. Usava, com frequência, as citações bíblicas, sobretudo as que mostravam os caminhos para a libertação dos pobres, e combatia a opressão e os opressores. Trouxe um grande alento e apoio em um momento difícil, onde as lideranças locais estavam confusas quanto ao caminho a seguir. Ele trouxe, também, sua análise sobre o momento que atravessávamos. Orientou sobre o que deveria ser feito. (SOUZA, 1996, p. 37).

No período em que era aluno da Faculdade de Direito do Recife, Julião comprou, com a ajuda do pai, o Instituto Monsenhor Fabrício, uma escola de educação básica que ficava em Olinda. Nele, exerceu a função de diretor pedagógico e professor (AGUIAR, 2014, p. 62-66). Certamente, foi essa experiência como educador que contribuiu para que, anos mais tarde, sua liderança nas Ligas estivesse muito relacionada a atividades educativas, como produção de cartilhas, cordéis e outros textos com funções formativas.

Contudo, o conteúdo educativo das Ligas não se fazia presente apenas nas falas dos seus líderes ou de pessoas que se integravam a elas para cumprir a função de formadores. Revelava-se também nas reuniões entre os camponeses, nas quais, mesmo aqueles que não

eram líderes, tinham também espaço para falarem e comunicarem suas ideias e conteúdos, conforme depoimento de Francisco de Assis Lemos de Souza:

Muitos deles, analfabetos, mas possuidores de senso prático, usavam a palavra, naqueles encontros, apresentando opiniões sobre a situação e o que esperavam do futuro. Ensinavam muitas verdades, transmitiam conhecimentos acumulados e, muitas vezes, revelavam raciocínio superior. Aprendia-se muito com eles! (SOUZA, 1996, p. 34).

Analisando as histórias de antigos moradores e trabalhadores que, na década de 1970, envolveram-se nas lutas pelo direito à moradia nas terras do bairro de Casa Amarela, no Recife, Montenegro (2010b, p. 42-43) mostra como as reuniões em associações, movimentos, igrejas, clubes, sindicatos etc. são importantes para fomentar aprendizagens entre as camadas populares que se mobilizam para reivindicar direitos. Nas reuniões, as camadas populares, organizadas, aprendem a discutir, a defender ideias, a ouvir ideias divergentes, a construir argumentos em favor de um ponto de vista, de uma opinião... Em suma, aprendem um novo jeito de falar e agir, contrapondo-se à fala e ação das classes dominantes, elaborando, assim, uma nova relação com o mundo e novos aprendizados.

As reuniões, comícios, concentrações, assembléias e, até mesmo, encontros clandestinos e secretos, que eram realizados para evitar represálias dos latifundiários, constituíam-se espaços de construção de saberes (XAVIER, 2010, p. 62). Nesses encontros, os saberes eram construídos também com o auxílio de alguns instrumentos escolhidos ou escritos para cumprirem finalidades pedagógicas dentro do movimento. A maioria desses instrumentos, como as cartilhas e documentos orientadores, eram elaborados por Francisco Julião, que, como veremos, teve um importante papel como educador e também como coordenador político e pedagógico do movimento.

3 – FRANCISCO JULIÃO COMO EDUCADOR POPULAR, A CARTILHA DO CAMPONÊS E O DOCUMENTO “BENÇA, MÃE!”

3.1 – As ações de Julião enquanto educador popular e coordenação político-pedagógica

Para Brandão (1985, p. 67-68) a educação popular é uma teoria e uma prática educativa que pode ocorrer tanto em espaços formais quanto em espaços não formais de educação, onde o saber e os métodos de ensino e aprendizagem são construídos com as classes populares, objetivando a emancipação dessas classes, a partir de sua imersão em processos educativos que não sejam ajustamentos a uma ordem opressora vigente e de sua participação na transformação das estruturas que mantém essa ordem.

Nesse sentido, o educador popular é aquele que se compromete com as transformações almejadas pelas classes populares e relaciona o seu saber ao saber delas, contribuindo para a construção de conhecimentos a partir das trocas de experiências e informações e do exercício da crítica a ações e situações que geram a opressão (BRANDÃO, 1985, p. 72).

O papel educativo que Francisco Julião exerceu nas Ligas nos dão a possibilidade de classificá-lo como educador popular, posto que tanto a sua prática quanto os instrumentos pedagógicos que utilizava tinham como ponto de partida o seu compromisso com a causa dos camponeses, a relação com eles e o conhecimento de sua situação de opressão. A tudo isso agregaram-se os saberes que ele mesmo tinha adquirido nas suas relações com a academia, a docência, a advocacia e a atividade de parlamentar. O saber construído num trabalho de educação popular, segundo Brandão (1985, p. 73), tem por base “relações de intercâmbio de saberes entre os educadores eruditos e sujeitos populares”. E isso é percebido na atividade educativa do principal líder das Ligas Camponesas.

A Bíblia, o Código Civil, a poesia popular, as cartilhas e os documentos orientadores, que eram instrumentos utilizados por Julião com muita frequência, sempre tinham a sua utilização relacionada a conhecimentos elaborados a partir dos contatos dele com os camponeses e seu contexto.

Eu utilizava o Código Civil, a Bíblia e a literatura de cordel, os cantadores. Toda essa coisa eu fui descobrindo que era interessante para motivar os camponeses. A própria linguagem que eu usava era uma linguagem muito acessível, porque vinha dos camponeses, e eu a traduzia em documentos. (JULIÃO, 1982, p. 62).

Julião considerava a Bíblia e o Código Civil como fontes importantíssimas, que possibilitavam a ele extrair conceitos e temas que se comunicavam com a experiência de opressão e exclusão vivida pelos camponeses. Essa estratégia utilizada pelo presidente nacional das Ligas nos remete ao que Dewey (2011, p. 75) afirmou sobre “a educação concebida em termos de experiência”. Segundo ele, todos os conteúdos desse tipo de educação derivam de materiais que, originalmente, pertencem “ao escopo da experiência da vida cotidiana”. Nesse processo, o educador tem a tarefa de

selecionar coisas que, no âmbito das experiências existentes, possuam a potencialidade de apresentar novos problemas que, ao estimular novas formas de observação e julgamento, ampliarão a área para experiências futuras. (DEWEY, 2011, p. 78).

Os conteúdos extraídos, por Julião, das referidas fontes eram utilizados em suas palestras, discursos e textos dirigidos aos camponeses. Conhecendo melhor o Código Civil, os camponeses ganhavam mais força para se recusar, por exemplo, a pagar o cambão, que era um dia de trabalho gratuito que o foreiro era obrigado a dar anualmente ao dono da propriedade onde morava. Eles aprendiam que, perante o Código Civil, o cambão era uma prática de trabalho escravo. Foi também o conhecimento do Código Civil que ajudou muitos camponeses a levar latifundiários ao tribunal. Mesmo que perdessem a causa, o fato de levar o latifundiário ao tribunal já era considerado uma vitória, pois o mais comum era o latifundiário mandar matar ou prender o camponês que reagisse a alguma arbitrariedade sua (JULIÃO, 2009, p. 141). O camponês, que era constantemente ensinado a ver a lei apenas a serviço do grande proprietário de terras, passava a entender que podia usá-la para se defender (BASTOS, 1984, p. 68).

A Bíblia começou a ser utilizada por Julião a partir de sua crítica às relações amistosas entre a Igreja Católica e os latifundiários. De acordo com Alves (1979, p.39), até o início da década de 1960, a Igreja Católica, no Brasil, evitava questionar as injustiças sociais, abandonou as regiões pobres e concentrou sua atenção nas classes dominantes, focando suas ações no fortalecimento de ordens religiosas especializadas na educação de filhos e filhas de latifundiários, políticos e industriais, na construção de obras de beneficência (hospitais, orfanatos etc.) com financiamento do Estado e da burguesia e na realização de atividades religiosas que tinham o objetivo de mostrar a importância da Igreja para as elites econômicas e políticas do país.

Nesse contexto, onde a mobilização das camadas populares se resumia à participação em atividades religiosas formais, como congressos eucarísticos e procissões (ALVES, 1979, p. 39), a Bíblia era lida, interpretada e ensinada para acomodar os pobres à situação vigente. É por essa razão que Bastos (1984, p. 70) diz que Julião criticava a união da Igreja com as classes dominantes, sobretudo com os latifundiários, por entender que ela ensinava aos camponeses “o catecismo da acomodação”. Com base nessa crítica, a Bíblia, então, era citada numa outra perspectiva, com outra função educativa. Na Cartilha do Camponês (que será analisada pormenorizadamente mais adiante), Julião cita imagens e personagens bíblicos com frequência, usando uma linguagem que procurava se identificar com o vocabulário dos camponeses e fazendo uma interpretação da Bíblia bastante independente dos princípios de hermenêutica seguidos pela intelectualidade católica ou protestante.

Assim, incentivou os camponeses a não ficarem de braços cruzados esperando a reforma agrária, pois

já não acontece o milagre como no tempo de Moisés, que tocava na rocha e a água nascia, ou no tempo de Jesus, que de um pão e de um peixe fazia muitos pães e muitos peixes. Cada um de nós tem, hoje, de ganhar com o suor do próprio rosto o pão de cada dia. Assim manda a Escritura que pouca gente segue. (JULIÃO, 1960, p. 6).

Orientou-os a não acreditarem no discurso dos latifundiários que usavam o nome de Deus para amedrontar os camponeses e justificar as desigualdades e injustiças. Segundo Julião, o Deus do latifundiário não é o Deus do camponês, que

chama-se Jesus Cristo. Nasceu numa mangedoura . Viveu entre os pobres. Cercou-se de pescadores, camponeses, operários e mendigos... Queria a libertação de todos êles. Dizia que a terra devia ser de quem trabalha. E que o fruto era comum. Suas são essas palavras: “É mais fácil um camelo passar num fundo de agulha do que um rico se salvar”. Porque disse essas e outras coisas, foi crucificado pelos latifundiários do seu tempo. Hoje seria fuzilado. Se não fôsse metido em um asilo de loucos. Ou prêso como comunista (sic). (JULIÃO, 1960, p. 9).

Alertou-os de que eram falsos os padres e os pastores que, em nome de Deus, ameaçam os camponeses organizados nas Ligas. Afirmou que:

O padre verdadeiro ou o bom pastor é aquele que se levanta para dizer: “Deus fêz a terra para todos, mas os sabidos tomaram conta dela. Ganharás o pão com o suor do teu rosto, e não com o suor do rosto alheio. Ninguém deve ser escravo de ninguém. Nem um povo. Nem um homem de outro homem. Porque todos são iguais perante a lei. E perante a natureza. E perante Deus. Se isso é comunismo, então Deus é comunista. Porque é o que está na Escritura Sagrada. E na boca de Cristo. E na de todos os seus apóstolos” (sic). (JULIÃO, 1960, p. 9).

3.2 – Acionamento de uma interpretação bíblica protestante e de manifestações culturais tradicionais como estratégias didáticas na formação

Os protestantes foram os grandes aliados de Julião na tarefa de utilizar a Bíblia como um instrumento educativo e de mobilização¹². Nas suas críticas ao envolvimento da Igreja Católica com os latifundiários, Julião convidou os protestantes a utilizar os seus conhecimentos bíblicos para apoiar o movimento, provocando-os, inclusive, a refletirem sobre o fato de serem também perseguidos pelo catolicismo:

Chamei-os e disse: “Olhem, há um vazio que vocês precisam encher. Muitos camponeses não querem absolutamente perder a sua alma, esperam a salvação, e a Igreja os está ameaçando de não batizar, de não dar a extrema-unção, de não casar etc. Eu gostaria que vocês fossem lá. Vocês também são oprimidos aqui. Às vezes, querem fazer uma capelazinha, o padre vem e põe abaixo ou apedreja. Vocês são perseguidos, eu sei. Vocês são tão perseguidos quanto os camponeses. Venham para cá. Tragam a sua Bíblia, as suas rezas e venham cantando”. E eles foram. (JULIÃO, 1982, p. 93).

¹² A presença de protestantes nas Ligas é um fenômeno pouco pesquisado devido à escassez de documentos. Rolim (1994, p. 172) afirma que “vários pentecostais participaram das Ligas Camponesas. Eram na maioria jovens. Individualmente tomaram a decisão de aderir a elas. Mas nenhuma igreja pentecostal, como um todo, delas participou. Os pastores, segundo se sabe, não gostaram”. Não encontramos informações que comprovem o envolvimento desses protestantes em debates promovidos por grupos progressistas ligados às igrejas evangélicas, como, por exemplo, a Confederação Evangélica do Brasil, que, entre 1955 e 1960, período em que as Ligas já estavam em atuação e se expandindo, realizou, por meio do seu Setor de Responsabilidade Social da Igreja, várias reuniões, encontros e estudos para discutir a realidade brasileira naquele momento de tantas tensões políticas e sociais. Dentre os assuntos debatidos estava a reforma agrária. Esse processo de discussão resultou na realização, no Recife, da Conferência do Nordeste: Cristo e o Processo Revolucionário Brasileiro, entre os dias 22 e 29 de julho de 1962, tendo, entre os palestrantes, intelectuais como Celso Furtado, Gilberto Freyre e Paul Singer. Reforma Agrária, críticas ao latifúndio e denúncias contra a estrutura fundiária do Nordeste foram alguns dos assuntos tratados durante o evento. Um relato minucioso do encontro está no documento “A Conferência do Nordeste: Cristo e o Processo Revolucionário Brasileiro – Crônica da Conferência do Nordeste promovida pelo Setor de Responsabilidade Social da Igreja do Departamento de Estudos da Confederação Evangélica do Brasil”, redigido por Waldo Cesar.

É preciso analisar essa aliança das Ligas com os protestantes tomando por base a oposição que a Igreja Católica fez ao movimento, sobretudo a partir de 1960, quando lideranças como Dom Eugênio Sales, Padre Crespo e Padre Melo incentivaram a criação de sindicatos que tinham como finalidade organizar os camponeses, neutralizando as Ligas. Organizações como o Serviço de Assistência Rural (SAR), no Rio Grande do Norte, e SORPE (Serviço de Orientação Rural), em Pernambuco, faziam esse trabalho de fundação de sindicatos. Havia ainda o clero conservador, que condenava a reforma agrária sob o argumento de que a família e a propriedade eram inseparáveis como valores cristãos. Já o MEB (Movimento de Educação de Base), dirigido por católicos de esquerda, realizava ações de alfabetização na zona rural, tendo como um dos seus objetivos diminuir o raio de atuação das Ligas (AZEVEDO, 1982, p. 90-91).

Também é importante ressaltar a preocupação da Igreja Católica com o avanço do comunismo na zona rural. A Igreja via as Ligas como possíveis condutoras dessa ideologia para as massas camponesas, devido à sua aproximação com o PCB, principalmente no início da década de 1960. Conforme afirma Montenegro (2010a, p. 95):

A problemática do avanço do comunismo no continente latino-americano, de uma perspectiva internacional, não era apenas preocupação do governo dos EUA. A Igreja Católica, mais propriamente o Vaticano, por intermédio do papa Pio XII, publicou, na década de 1950 a encíclica *Fidei Donum*, que tinha como um dos seus objetivos o trabalho missionário de evangelização e combate ao comunismo, ao espiritismo e ao protestantismo, inicialmente em terras africanas e, posteriormente, também na América Latina. Com a morte de Pio XII, João XXIII reafirmou essa política. As dioceses de diversos países da Europa foram convidadas a colaborar nessa cruzada, enviando padres para os continentes em que havia escassez de vocações sacerdotais.

Então, visando fortalecer a aliança com os protestantes, Julião dava espaço para que eles, nos comícios e demais encontros das Ligas, utilizassem a Bíblia para falar do direito à terra e contra as opressões. Eles costumavam utilizar textos do Antigo Testamento, especialmente dos profetas, por considerarem que estes eram “mais ligados à terra”, “mais radicais” e “mais consequentes na luta pela terra” (JULIÃO, 1982, p. 93, 94).

Essa relação contribuiu para que alguns pastores protestantes se tornassem líderes em núcleos das Ligas Camponesas: Manoel da Conceição, no Maranhão; João Pedro Teixeira, na Paraíba; Joaquim Camilo e João Evangelista, em Pernambuco (BASTOS, 1984, p. 70). A

liderança desses pastores era vista de forma muito positiva por Julião. O fato de não fumarem, não beberem e de terem somente uma família impunha respeito e contribuía para que fossem vistos como pessoas honestas na condução do movimento (JULIÃO, 1982, p. 94).

A poesia popular foi outro instrumento educativo utilizado pelo movimento. Bastos (1984, p. 68-69) lembra que, sendo a maioria da população camponesa analfabeta, os violeiros, os cantadores e os folhetinistas ou cordelistas desempenhavam um papel fundamental na manutenção de elementos da cultura e história do campo, por meio da tradição oral. Esses poetas populares estavam sempre presentes nas feiras e festas do interior do Nordeste. Percebendo a importância deles, Julião convidou alguns para participarem das Ligas Camponesas, incentivando-os a compor versos que tratassem dos temas da exclusão dos camponeses e da reforma agrária. De acordo com o próprio Julião (1962, p. 41), a presença de cantadores, violeiros e folhetinistas nas Ligas desencadeava um processo educativo pautado nas relações com os camponeses e na vinculação à difícil situação do campesinato.

Em dezembro de 1959, Antonio Callado escreveu para a Revista Senhor, um artigo sobre a presença dos poetas populares nas Ligas Camponesas, sobretudo a partir do que viu na Liga de Galiléia. O artigo, intitulado “Trovadores Bossa Nova”, está publicado integralmente no livro “Os Industriais da Sêca e os ‘Galileus’ Pernambucanos”, no qual Callado reúne as reportagens que fez para o Correio da Manhã sobre as Ligas Camponesas e o Nordeste, as quais serviram também para a elaboração de dois artigos, um para a Revista Senhor e outro para a Revista Visão. O jornalista ressalta o poder educativo que os poetas populares exerciam sobre os camponeses:

O caboclo, que se liberta por suas próprias mãos, quer, como qualquer revoltoso que se apossa do poder, educar-se. Como não sabe ler, se educa pelo ouvido. Os trovadores populares, os autores do A, B, C têm de alimentar essa nova sêde de saber matada ao som do violão (sic). (In: CALLADO, 1960, p. 116).

Callado também chama atenção para um processo educativo que ocorreu entre os próprios poetas populares, depois de seu contato com as Ligas Camponesas. Nas regiões de influência do movimento, os versos das cantigas e dos cordéis foram saindo, aos poucos, dos temas relacionados à natureza e às brigas entre camponeses, para falar sobre a miséria e a exploração do camponês, a reforma agrária, o nacionalismo, o internacionalismo, o capitalismo, a importância das radiografias de pulmão feitas pelos médicos das Unidades Sanitárias Aéreas etc. Até Francisco Julião se tornou tema de cordel. O jornalista, então, evidencia:

Êsse é o tom dos violeiros e cantadores de agora, no sertão nordestino. Estão ficando didáticos. Nada mais de valentia e “cabra brabo”, olhos negros e penas de amor. A turma quer reforma agrária, fim do cambão, radiografia dos pulmões feita pelo Dr. Nutels (sic). (In: CALLADO, 1960, p. 121).

Dessa forma, de acordo com as impressões de Julião e Callado, os poetas populares, envolvendo-se com as Ligas, educavam e eram educados. As relações entre esses atores e as intencionalidades nelas presentes, produziam novos saberes e novas formas de conduta.

As cartilhas e os documentos orientadores eram outros instrumentos com forte conteúdo educativo. Julião começou a escrever textos para orientar camponeses antes da organização das Ligas. O primeiro, intitulado “Carta aos Foreiros de Pernambuco”, foi escrito em 1946, quando ele atuava como advogado de camponeses, na sua primeira atividade profissional após a conclusão do curso de Direito. A motivação para a produção desse tipo de texto apareceu quando ele percebeu que o camponês sempre perdia a questão nos tribunais. Assim, começou a produzir os primeiros textos, que objetivavam organizar os camponeses para lutarem por uma legislação que os atendesse. Esses textos eram distribuídos por um primo de Julião, Antônio Cícero de Paula, que tinha muito contato com foreiros por frequentar engenhos para fazer negociações comerciais com os proprietários (JULIÃO, 1982, p. 10-11).

Já como líder das Ligas Camponesas, Julião escreveu cartilhas e documentos com o objetivo de produzir conhecimentos que contribuíssem para a organização e mobilização dos camponeses. Santiago (2001, p. 34) aponta o Guia do Camponês, o ABC do Camponês, o Recado do Camponês e a Cartilha do Camponês. O próprio Julião (2009, p. 215-216) cita esses e mais dois: Carta de Alforria do Camponês e “Bença, Mãe!”.

Essas cartilhas e esses documentos tinham objetivos educativos, pois eram textos produzidos com a intenção de ensinar, orientar e informar (SANTIAGO, 2001, p. 34). Baseados em Gohn (2012, p. 9), poderíamos dizer que eram instrumentos pedagógicos típicos do que hoje se chama de educação não formal, visto que provocavam um jeito de “fazer política no cotidiano, questionando a ordem dominante” e não eram associados a currículos formais de ensino.

Mas, vale também ressaltar que o próprio Julião vivenciava um aprendizado ao produzir esses instrumentos, pois eram as suas relações com os camponeses que lhe traziam a

maior parte dos conhecimentos e conteúdos abordados nos textos das cartilhas e documentos (AGUIAR, 2014, p. 228).

Para Dewey (1959, p. 92), o tipo de educação que contribui para os indivíduos desenvolverem ações com vistas aos interesses comuns e perceberem a significação e a importância de seus atos é aquela que surge dos contatos e das constantes experiências construídas nas relações. Tomando por base esse pensamento de Dewey, podemos dizer que os protestantes, os poetas populares e o próprio Julião participaram de um processo educativo no qual os conteúdos ensinados por eles se originavam de aprendizados e de novos significados que eram construídos nas relações estabelecidas no cotidiano do movimento.

A Cartilha do Camponês e o documento “Bença, Mãe!”, que analisaremos a partir de agora, também nasceram dessas relações.

3.3 – Contextualização da Cartilha do Camponês e do Documento “Bença, Mãe!”

Mesmo alertando para o risco de um esquematismo, Azevedo (1982, p. 77-78) periodiza a prática das Ligas Camponesas em três fases: a primeira, situada entre 1955 e 1959, que corresponde da fundação da SAPPP à desapropriação do Engenho Galiléia, quando as Ligas eram orientadas, em linhas gerais, “para a assistência e a organização dos camponeses em litígio ou demanda com os grandes proprietários e para a campanha de denúncia e agitação, no meio rural, das condições sociais a que estava submetido o campesinato”; a segunda, entre 1960 e 1962, que compreende o momento de uma virada política e ideológica do movimento, quando as Ligas se tornaram nacionalmente conhecidas, por causa da vitória representada na desapropriação do Engenho Galiléia, expandiram-se de Pernambuco para outros estados do Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul do Brasil, iniciaram uma aproximação à Cuba, afastaram-se do PCB, definiram a tese da reforma agrária radical e passaram a defender a luta armada, criando, inclusive, campos de treinamento de guerrilheiros em Goiás; a terceira, entre 1963 e 1964, quando as Ligas enfrentaram uma profunda crise resultante de dissensões internas e da “perda da hegemonia do movimento social agrário para os sindicatos, controlados pelos comunistas e setores da Igreja”.

De acordo com essa periodização proposta por Azevedo, a Cartilha do Camponês, publicada em 1960, e o documento “Bença, Mãe!”, publicado em 1963, situam-se nas fases segunda e terceira do movimento, isto é, no período pós-desapropriação do Engenho Galiléia, quando a prioridade das Ligas deixou de ser a assistência social e o apoio jurídico aos

camponeses (ainda que essas ações continuassem acontecendo) e passou a ser a luta pela reforma agrária radical.

Já no final da década de 1950, as Ligas consideravam a reforma agrária como o resultado a ser alcançado pela sua prática política. A campanha para a desapropriação do Engenho Galiléia é exemplo disso. Contudo, as Ligas não tinham, nessa época, um contorno ideológico claro sobre a reforma agrária nem métodos políticos definidos para a sua realização. Elas só ganharam essa maior nitidez política e ideológica a partir de 1960 (AZEVEDO, 1982, p. 85).

É nesse momento que as Ligas, a partir das orientações de Julião, começaram a defender a importância do movimento camponês no processo de transformação da sociedade brasileira. Ao contrário do que dizia o PCB sobre a superação do modo de produção capitalista no Brasil, quando colocava a primazia desse processo sobre o movimento operário urbano, definindo o campesinato como uma força secundária, Julião acreditava que, por ser a massa camponesa numericamente maior do que a massa operária, naquela época, o movimento camponês precisava ser incorporado no grande processo de mudança do Brasil com a mesma importância do movimento operário. Para sustentar esse argumento, Julião dizia que a reforma agrária sempre esteve em primeiro plano nos programas dos partidos revolucionários latinoamericanos, mesmo aqueles de países onde a classe operária era maior que a classe camponesa (JULIÃO, 1982, p. 118). Segundo Moraes (1997, p. 39),

Os dirigentes das Ligas, em 1960, haviam planejado, em cinco ou dez anos, uma organização das massas rurais brasileiras para preparar as bases da chamada Aliança Operário-Camponesa, tida como imprescindível para a futura revolução brasileira.

É preciso analisar que a produção e publicação da Cartilha do Camponês e do documento “Bença, Mãe!” se deram num contexto em que, como já vimos, havia uma intensificação das disputas pelo campo político do campesinato brasileiro, envolvendo o PCB, a Igreja Católica, as próprias Ligas e o governo federal. De acordo com Martins (1986, p. 81), ao estudarmos os fatos relacionados à história política do campesinato brasileiro, não podemos desconsiderar “a história das lutas pela tutela política do campesinato”, que se iniciou em 1950, quando o PCB, através do já citado “Manifesto de Agosto”, definiu as primeiras linhas de ação mais direta para o enfrentamento aos problemas do campo, e a Igreja Católica, por meio de D. Inocêncio Engelke, bispo de Campanha, Minas Gerais, lançou sua primeira pastoral sobre a situação dos camponeses. Poucos anos depois dessas iniciativas do

PCB e da Igreja Católica, como também já mencionamos, as Ligas Camponesas surgiram como uma nova força política na luta pelo enfrentamento aos problemas do campo, primeiramente apoiada pelo PCB e, posteriormente, combatida por ele. Na década de 1960, com o rompimento entre o PCB e as Ligas, o início de novas ações da Igreja Católica para combater a influência dos comunistas e das Ligas entre os camponeses e a entrada do governo de João Goulart nas tentativas para resolver os problemas do campo, intensificou-se a disputa pelo controle político do campesinato brasileiro.

Recapitulando, nesse campo de disputa, a reforma agrária e o processo pelo qual ela deveria ser implantada eram vistos com várias divergências pelo PCB, pela Igreja Católica, pelas Ligas Camponesas e pelo Governo Federal. De modo que os conteúdos da Cartilha do Camponês e do documento “Bença, Mãe!” apresentam elementos que se relacionam diretamente com esse contexto, onde se evidencia a disputa pela hegemonia do movimento camponês, as divergências em torno dos métodos para se realizar a reforma agrária e a mudança política e ideológica das Ligas.

3.4 – O Conteúdo da Cartilha do Camponês

Escrita por Julião e publicada em 1960, a Cartilha do Camponês é dividida em nove parágrafos. Vale salientar que Julião não dividia os seus textos formativos por capítulos e subcapítulos. As divisões eram feitas a partir de números colocados em cada parágrafo. Na referida cartilha, os temas abordados são variados, dos quais alguns são mais recorrentes ao longo do texto, indicando a centralidade que, provavelmente, o autor objetivou lhes dar.

Nas primeiras linhas da cartilha observamos que as revoluções cubana e chinesa aparecem como experiências que puseram fim ao latifúndio e como modelo para o Brasil. Percebe-se também que a luta armada já era vista como uma possibilidade.

Depois do GUIA, do ABC e do RECADO, eu te mando, camponês, esta CARTILHA. Tenho uma boa notícia para te dar. Teu inimigo cruel – o latifúndio – não anda bem de vida. E eu te garanto que a moléstia é grave. Não há remédio para êle. Morrerá espumando de raiva como um cão danado. Ou como um leão velho que perdeu as garras. Morrerá como morreu na China, um país muito parecido com o nosso Brasil. Morrerá como foi morto em Cuba onde o grande Fidel Castro entregou a cada camponês um fuzil e disse: “Democracia é o govêrno que arma o povo” (sic). (JULIÃO, 1960, p. 3).

A influência das revoluções cubana e chinesa é perceptível ao longo do conteúdo da cartilha, sendo citadas como exemplo nos parágrafos 1, 2, 3, 4 e 9. Contudo, conforme já dissemos anteriormente, foi a experiência cubana que mais influenciou o movimento. Aproximando-se de Fidel Castro e do governo de Cuba (CAVALCANTI, 1980, p. 31), Julião contribuiu para reelaborar a concepção do movimento sobre a revolução brasileira, pois negou o caráter pacífico dela e a viabilidade política de conquistarem reformas estruturais sem um confronto direto com industriais e latifundiários, incorporando também a teoria da guerra de guerrilhas inspirada na Revolução Cubana (AZEVEDO, 1982, p. 92). Segundo Clodomir Santos de Moraes, que foi um dos formadores de quadros guerrilheiros nas Ligas, os planos do movimento para investir na formação de focos de guerrilha nasceram após a invasão da Baía dos Porcos, que ocorreu em abril de 1961:

Os dirigentes das Ligas admitiram que a derrubada da Revolução Cubana adiaria, sem nenhuma dúvida, a Revolução Brasileira. Admitiam também, que, à medida que os EUA estavam decididos a derrotar o governo de Fidel Castro, derrotariam do mesmo modo os governos amigos de Cuba, incluindo o de Jânio Quadros. E, como persistisse a ameaça de invasão à ilha castrista, as Ligas abandonaram o plano de organizar as massas rurais em longo prazo e passaram a preparar focos de resistência guerrilheira. (MORAIS, 1997, p. 39).

No seu já citado depoimento de 1977, cedido ao CPDOC, Julião afirma que não incentivou a formação de guerrilhas no Brasil e tentou evitar a criação de dispositivos militares nas Ligas (JULIÃO, 1982, p. 112-113). Sobre isso, em suas memórias, Paulo Cavalcanti, que, como líder comunista, criticou a radicalização das Ligas, reconheceu que muito do que aconteceu na formação de quadros guerrilheiros no movimento se deu sem a aprovação de Julião (CAVALCANTI, 1980, p. 31). Porém, a nosso ver, não se deve minimizar a participação de Julião no incentivo à preparação de quadros das Ligas para a luta armada. Conforme escreveram Moraes (1997, p. 42), Azevedo (1982, p.94) e Bastos (1984, p. 101), o presidente nacional do movimento era a favor da formação de guerrilheiros nas Ligas e até disputou o controle do dispositivo militar, quando as lideranças se dividiram sobre a condução desse setor.

A Cartilha do Camponês não traz orientações sobre a luta armada ou formação de guerrilhas. Porém, ao fazer uma referência positiva à luta armada que levou a Revolução Cubana à vitória sobre o latifúndio, as últimas linhas do primeiro parágrafo da cartilha,

citadas acima, já apontam que o movimento iniciava sua direção à radicalização criticada pelo PCB. Precisamos considerar que essa radicalização do movimento foi um processo que se iniciou antes das Ligas defenderem abertamente a reforma agrária radical. Montenegro (2010a, p. 93-94) cita o trecho de um provável discurso feito por um camponês numa assembléia das Ligas, publicado na edição de 31 de outubro de 1960 do jornal *The New York Times*. No referido discurso, o camponês teria afirmado que o movimento buscava uma via pacífica, mas estava disposto a utilizar a luta armada, como aconteceu em Cuba, caso a primeira opção falhasse. Mesmo não tendo certeza da veracidade do discurso, tendo em vista o interesse do jornalista Tad Szulc de apresentar as Ligas como um perigo e o Nordeste brasileiro como uma região que poderia propiciar uma nova revolução na América latina, não podemos negar que declarações desse tipo já estivessem começando a ser feitas por integrantes das Ligas, antes mesmo do PCB romper com o movimento, caracterizando-o de radical. Além do que, as inúmeras referências da cartilha à Revolução Cubana também nos dão esse indício.

Outro aspecto relevante da Cartilha do Camponês é a importância dada ao tema da união dos camponeses: os parágrafos 2 e 6 colocam a união como tema central; no parágrafo 4, a vitória no caso do Engenho Galiléia é apresentada como resultado da união dos camponeses; no parágrafo 5, os camponeses alfabetizados e não alfabetizados são orientados a se unirem em torno da eleição de Lott para a Presidência da República; no parágrafo 7, fala-se do uso da greve como um instrumento de união para pressionar a mudança de leis; no parágrafo 9, as Ligas e os sindicatos são apontados como espaços que favorecem a união dos camponeses para a luta contra o latifúndio e em favor da reforma agrária.

Acrescente-se que em seu livro “Cambão”, escrito no final da década de 1960, mas só publicado no Brasil em 2009, Julião (2009, p. 125) afirma que um dos objetivos das Ligas era unificar as massas camponesas. Na Cartilha do Camponês, ele descreve a união como a força que acabou com o latifúndio e a miséria dos camponeses em Cuba e na China, podendo fazer o mesmo no Brasil (JULIÃO, 1960, p. 4). A união pode também ser entendida como uma estratégia para mudar, por meio da pressão e da organização, as leis e as decisões judiciais. Na Cartilha, Julião orienta os camponeses a irem juntos para audiências em tribunais, quando o caso de algum camponês estivesse sendo julgado, pois acreditava que, por meio da pressão em conjunto, as decisões judiciais, quase sempre favoráveis aos latifundiários, poderiam ser influenciadas para favorecer o camponês em litígio. Da mesma forma, os camponeses unidos teriam muito mais poder para pressionar o Legislativo a mudar as leis do país, que protegiam mais os ricos do que os pobres. Por isso, segundo o autor da Cartilha, a união dos camponeses

é a estratégia mais temida pelos latifundiários, que utilizam “a violência, a astúcia e o dinheiro” para anulá-la (JULIÃO, 1960, p. 8).

O uso de termos típicos do cristianismo, de personagens bíblicos e de assuntos que tocam no tema da religiosidade é também algo bastante presente na Cartilha do Camponês. Como já dito anteriormente nesta pesquisa, Julião utilizava a Bíblia e imagens do universo religioso cristão como instrumentos formativos. Na análise que Julião faz do camponês, no livro “Cambão”, esse é apresentado como alguém profundamente ligado ao misticismo e à religião cristã. Porém, segundo Julião, o cristianismo, que “é a religião dos oprimidos da Judéia e dos escravos de Roma”, foi deformado, na Idade Média, passando a ser um instrumento dos opressores. O autor, então, denuncia que o discurso que associa o bom cristão ao ser humano obediente foi utilizado pelos latifundiários, com o apoio da igreja, para tornar os camponeses estáticos e passivos. Para Julião, a religião cristã, usada para manter o camponês paralisado diante das opressões, tinha também um potencial revolucionário. Ele usava como exemplo as revoltas camponesas na Europa Central, sobretudo na Alemanha, durante os séculos XV e XVI, que, resultantes da fome e da carga de tributos e trabalho imposta aos camponeses, encontravam sua justificativa numa interpretação do cristianismo que condenava a opressão dos ricos sobre os pobres. Julião baseou a sua estratégia de utilizar a Bíblia no processo formativo empreendido pelas Ligas, partindo da compreensão do camponês como alguém apegado à religião cristã e do potencial revolucionário que pode ser encontrado no cristianismo (JULIÃO, 2009, p. 78-81).

No parágrafo 1 da Cartilha do Camponês, ao fazer referência a Cuba como um modelo de país que venceu o latifúndio, Julião fala sobre as mudanças ocorridas na ilha após a revolução, citando o fim da exploração e da violência contra o camponês e a melhoria da qualidade de vida desse. Ele afirma que esteve lá e viu “tudo direitinho”. Viu, inclusive, que “cada camponês tem uma casa de tijolo e telha. Com a mobília novinha em folha. Até as imagens dos santos são novas (sic)” (JULIÃO, 1960, p. 3).

Nesse ponto da Cartilha do Camponês, o líder das Ligas comunica uma experiência aos leitores e aos ouvintes do texto: a sua primeira visita à Cuba, ocorrida em 1960, quando integrou uma comitiva formada pelo então candidato à Presidência da República Jânio Quadros, que recebeu um convite do próprio Fidel Castro para conhecer os resultados da revolução acontecida no ano anterior, sobretudo os impactos da reforma agrária cubana, que muito impressionou Julião (AZEVEDO, 1982, p. 77). A comunicação dessa experiência cumpre uma função educativa, pois o autor procura relacionar o que viu e sentiu com a experiência direta dos leitores e dos ouvintes da cartilha. Dewey (1959, p. 5-6) afirma que

toda comunicação é educativa, pois quem a recebe amplia a sua experiência a partir da experiência de quem comunica, modificando, assim, a sua própria atitude. Além disso, aquele que comunica também muda a sua atitude diante da experiência comunicada, pois só se comunica uma experiência quando essa passa por uma formulação para cumprir esse objetivo. E essa formulação, segundo o referido filósofo, é o exercício de se colocar fora da experiência para “vê-la como outra pessoa a veria, observarem-se os pontos de contacto que ela tenha com a experiência pessoal da pessoa a quem vai ser comunicada, a fim de ser apresentada em tal forma, que a dita pessoa lhe apreenda a significação”.

É assim que, ao relatar a existência de imagens novas de santos nas casas dos camponeses de Cuba, Julião indica que até a vida religiosa ganhou mais qualidade na ilha, após a revolução, tirando de Cuba, inclusive, a imagem, tão divulgada pela propaganda anticomunista, de país ateu. Ora, para os camponeses nordestinos, católicos em sua maioria, significava muito saber que a vitória sobre o latifúndio representaria também mais oportunidade para a devoção e para a vida cristã.

No parágrafo 2, as mudanças ocorridas em Cuba, após a revolução, são chamadas de “milagre” (JULIÃO, 1960, p. 4). O uso de um termo muito comum nos círculos cristãos aponta para a já citada estratégia de Julião de utilizar elementos do cristianismo como instrumentos de formação para os camponeses. A associação desse termo aos resultados da Revolução Cubana parece também objetivar a desconstrução da imagem de Cuba como país ateu.

No parágrafo 3, ao falar da propaganda anticomunista a serviço da oposição às Ligas, Julião relata um diálogo, também citado por ele no livro “Cambão” (JULIÃO, 2009, p. 198-200), em que um camponês é orientado por um latifundiário a não cooperar com as Ligas. Um dos argumentos do latifundiário era que as Ligas seriam um movimento comunista e, por isso, contrário à igreja e à religião. O camponês, então, diz ao latifundiário que, se o comunismo impede as pessoas de praticarem uma religião, então ele já estava acontecendo no Brasil e era combatido pelas Ligas. O referido camponês dá os seguintes exemplos para fundamentar o seu argumento: se um protestante mora nas terras de um proprietário católico, este o impede de celebrar os cultos e o ameaça de expulsão; se for o contrário, o mesmo acontece. Segundo Julião (1960, p. 5), o camponês do relato encerra o diálogo dizendo para o latifundiário: “Se essa lei é a do comunismo, a ‘Liga’ está contra ela, porque não separa o católico do crente, Ambos são irmãos”. Vemos aqui uma clara preocupação em aproximar as Ligas dos camponeses religiosos, evitando associar o movimento ao comunismo representado no discurso anticomunista, que o associava ao ateísmo.

O parágrafo 6 é repleto de termos e de imagens da religião cristã. Citando a Bíblia, Julião orienta os camponeses a lutar pelo seu sustento, buscando “o pão de cada dia”, com o “suor do próprio rosto”, ao mesmo tempo em que lutam pela realização da reforma agrária, que, segundo ele, não aconteceria como fruto de um milagre, mas como resultado da mobilização e da união do campesinato (JULIÃO, 1960, p. 7-8).

Ainda no parágrafo 6, Julião afirma que uma das estratégias dos latifundiários para desmobilizar os camponeses é o uso do nome de Deus para amedrontar os que se unem para vencer as opressões do latifúndio:

O latifúndio diz assim: “Deus castiga aquele que se rebela contra Ele. Se um é rico e o outro é pobre, se um tem terra e o outro não tem, se um deve botar a enxada nas costas para dar o ‘cambão’ e o outro se mantém ou enriquece com o fruto desse cambão, se um mora no palácio e o outro no mocambo, é porque Deus quer. Quem se rebelar contra isso está contra Deus. Sofre os castigos do céu: peste, guerra e fome. E quando morre, vai para o inferno. O pobre deve ser pobre para que o rico seja rico. O mundo sempre foi assim. E há de ser sempre assim. É Deus quem quer”. Assim fala o latifundiário, camponês. Usa o nome de Deus para te fazer medo. Porque tu crês em Deus (sic). (JULIÃO, 1960, p. 9).

Após fazer esse alerta, o autor sentencia: “Mas esse Deus do latifundiário não é o teu Deus. O teu Deus é manso como um cordeiro. Chama-se Jesus Cristo (sic)”. Daí em diante, Julião evoca o envolvimento de Jesus com os pobres, que seriam “pescadores, camponeses e operários (sic)”, e cita a passagem bíblica em que Cristo afirma que é mais fácil um camelo passar por um fundo de uma agulha do que um rico se salvar. Segundo o autor, foi por essa prática e por essas palavras que Jesus “foi crucificado pelos latifundiários do seu tempo”. E, se estivesse vivo no tempo presente dos leitores da cartilha, seria fuzilado, asilado entre loucos ou preso como comunista (JULIÃO, 1960, p. 9).

Freire (2011, p. 67-68) chama de “fatalismo” essa compreensão que os opressores querem que os oprimidos tenham de si. O “fatalismo”, na concepção freireana, seria uma forma de educação na qual o oprimido é ensinado a enxergar a sua situação como resultado do destino ou da vontade de Deus. E, sendo ensinado desta forma, o oprimido aprende que o correto é ficar calado e dócil diante da situação de opressão. Pelo que podemos ver no trecho da Cartilha do Camponês que citamos acima, Julião coordenava um processo educativo que tinha por objetivo contribuir para que os camponeses oprimidos rompessem com essa visão “fatalista” do mundo e de si mesmos, aprendendo a não aceitar o seu estado de opressão.

Nesse mesmo trecho do parágrafo 6, nota-se também que Julião fazia uma interpretação bíblica que procurava aproximar ao máximo as experiências dos personagens bíblicos à experiência dos camponeses. Tratava-se de uma hermenêutica livre, que, por exemplo, não se preocupava em dizer que Jesus se relacionava com “operários”, mesmo que a categoria “operário” não existisse no século I, ou que ele foi morto pelos “latifundiários do seu tempo”, mesmo que o termo “latifundiário” não fosse usado para definir os grandes proprietários de terra da Palestina daquela época.

Esse parágrafo termina com uma crítica aos padres e pastores que, em nome de Deus, ameaçavam os camponeses que se mobilizavam. Para Julião (1960, p. 9), um padre ou pastor que faz isso não é um ministro de Deus, mas um “espolêta do latifúndio (sic)”. O autor ainda define “o padre verdadeiro ou o bom pastor” como aquele que condena qualquer tipo de opressão e injustiça, “porque é o que está na Escritura Sagrada”. Com essa crítica, notamos uma clara orientação para os camponeses distinguirem os falsos dos verdadeiros líderes religiosos. Os falsos seriam os que se aliavam aos latifundiários; os que se opõem às opressões e injustiças seriam os verdadeiros, pois seguem o que está nas Escrituras Sagradas. Percebe-se que Julião cita mais uma vez a Bíblia como uma aliada na luta contra o latifúndio. Para o camponês religioso, que se unia às Ligas para combater o latifúndio, era de grande significado reconhecer a sua luta como uma prática respaldada na Bíblia. Assim, observa-se que há um esforço para aproximar a atividade das Ligas do universo da Bíblia, afastando o movimento do ateísmo materialista.

Igualmente, no parágrafo 8, novas críticas são feitas aos protestantes e aos católicos, só que agora incluindo também espíritas e ateus. Nesse trecho da cartilha, a crítica se dirige aos protestantes, aos católicos, aos espíritas e aos ateus que ficam passivos diante da miséria dos camponeses mais fragilizados: os condiceiros, os eiteiros, os cassacos, os tucuqueiros e os assalariados agrícolas. Julião denuncia que, enquanto protestantes, católicos, espíritas e ateus brigam entre si, “o braço do camponês fica mais fraco, a enxada mais pesada, a fome cresce e a liberdade murcha”. E conclui:

Não adianta ser Católico ou Protestante, Espírita ou Ateu, seguir essa ou aquela religião, adorar Deus ou negá-lo, se cada um de nós só cuida de melhorar a própria vida esmagando a dos outros. Não adianta ser Padre ou Pastor para ficar dentro da Igreja, fazendo sermão ou no Templo lendo versículos da Bíblia. E muito menos Espírita para convocar os mortos e Ateu só para negar a existência de Deus. Tudo isso não vale nada se há milhões de camponeses tratados como bêsta-de-carga pelos

que têm oratórios em casa, vão à missa, ao culto protestante e ao centro espírita em busca de perfeição para a sua alma (sic). (JULIÃO, 1960, p. 12).

Na cartilha, Julião constata que a passividade de católicos, espíritas, protestantes e ateus diante da miséria do camponês é causada pela disputa entre eles. E mais uma vez o tema da união é colocado, agora para chamar também para a luta aqueles que, ao resumirem suas ações às disputas em torno do tema da religião, tornam-se indiferentes frente ao camponês oprimido e explorado:

Ou o Padre se rebela contra a miséria do camponês e entra na luta para libertá-lo, ou tudo quanto êle prega não merece fé. Ou o Pastor sai a campo para lutar por um pedaço de terra e um salário justo para o irmão do campo, ou a Bíblia Sagrada queima a sua consciência como as pedras queimaram as mãos dos que tinham culpa. Ou o Espírita se junta ao Ateu para salvar da fome, da degradação e da miséria, o camponês sem terra neste País de tanta terra, ou não adianta convocar os mortos e muito menos negar Deus. (JULIÃO, 1960, p. 12).

Julião via as disputas religiosas como um problema para o movimento, já que podia dividi-lo. Assim, procurava evitar tais disputas. Em sua atividade como líder principal das Ligas, tentava fazer com que o movimento tratasse católicos, protestantes, espíritas e ateus com igualdade, buscando a união para vencer o latifúndio:

A Liga (...) sempre adotou a tática de jamais dar preferência a essa ou aquela seita como nunca discriminou entre padres católicos, pastores protestantes, pessoas espíritas ou materialistas. É que a Liga só tinha por objetivo ganhar a adesão de todos, gregos e turcos, para golpear o latifúndio. (JULIÃO, 2009, p. 198).

Outro assunto que se repete na Cartilha do Camponês é o da eleição para presidente da República. Julião dá orientações, em dois parágrafos da cartilha, sobre como os camponeses deveriam proceder nessa eleição, que ocorreu em 1960.

Na época, o Marechal Henrique Teixeira Lott, líder do movimento militar que garantiu a posse de Juscelino Kubitschek (JK) à Presidência da República, em 1955, e Ministro da Guerra desse presidente, foi lançado pelo PSD (Partido Social Democrático) como candidato a presidente nas eleições de 1960, tendo João Goulart (Jango), do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), como vice da chapa. A coligação PSD/PTB, que foi vitoriosa em 1955, com a eleição de JK para a Presidência e Jango para a Vice-Presidência, foi apoiada, em 1960, pelo

PCB, que, por sua vez, atraiu o apoio da Frente Parlamentar Nacionalista, que era composta por parlamentares progressistas de vários partidos, e de movimentos e organizações de esquerda, como as Ligas (CARLONI, 2010, p. 194).

Politicamente, Lott tinha alguns posicionamentos com os quais o PCB não concordava, como, por exemplo, a oposição às relações diplomáticas entre Brasil e União Soviética e as críticas à Revolução Cubana. Porém, o partido o via como um nacionalista, herdeiro do legado de Getúlio Vargas, e decidiu apoiá-lo baseado na estratégia de promover a revolução brasileira de forma pacífica, ampliando as liberdades democráticas e as reformas de base (CARLONI, 2010, p. 201).

No parágrafo 5 da Cartilha do Camponês, Julião faz uma defesa do voto do analfabeto, afirmando que, sendo os camponeses analfabetos em sua maioria, o acesso deles a esse direito enfraquecerá o latifúndio e fortalecerá a reforma agrária, tendo em vista que a classe votará em candidatos que estejam aliados aos seus interesses. Após essa argumentação, o autor apresenta Lott como o candidato à Presidência da República favorável ao voto do analfabeto. O registro desse apoio é fruto da relação ainda amistosa entre as Ligas e o PCB. Na apresentação feita por Julião, o candidato aparece com as características de um político que só fala a verdade, sensível aos problemas dos camponeses e nacionalista.

Sabes que há um homem, candidato à Presidência da República, favorável ao voto do analfabeto? Sabes que esse homem é o Marechal Henrique Teixeira Lott? Sabes que é um homem sério, que inspira confiança, que merece fé, que nunca mentiu, nem enganou ninguém? É um passo importante eleger esse homem para alcançar o voto do analfabeto. (...) Ele não esconde a grande tristeza que sente no seu coração de patriota porque ainda não se fez a “Reforma Agrária” no Brasil. Ele sabe que este país nunca será uma Nação completa enquanto houver um camponês expulso da terra alheia, esfolado pelo agiota que só empresta cem por duzentos, sem terra, sem adubo, sem semente, sem instrumento agrário, sem assistência financeira, nem técnica, nem garantia de preço para o seu produto. Esse homem de quem te falo, o Marechal Lott, diz isso abertamente. O mais importante é que ele fala de coração. Diz isso porque sente. Medindo as palavras. Pensando uma por uma. Incapaz de enganar (sic). (JULIÃO, 1960, p. 7).

As referências ao apoio de Lott ao voto do analfabeto e à reforma agrária têm a ver com o seu discurso, que, segundo Carloni (2010, p. 195), “o aproximava das esquerdas políticas ao, por exemplo, defender de forma intransigente o monopólio da Petrobrás, a reforma agrária e o voto do analfabeto – questões polêmicas no debate político da época”.

A eleição de Lott é retomada na conclusão da cartilha, no parágrafo 9. Aqui, aparece também o nome de Jango, o candidato a vice-presidente na chapa da coligação PSD/PTB. Nesse trecho, Julião apresenta Lott e Jango como herdeiros de Vargas. E Vargas, por sua vez, é apresentado como aquele que deu os primeiros passos para a sindicalização rural, mas que não conseguiu completar o processo por ter sido “abatido”. Sobre Jango, é dito que ele possui “a carta de Vargas”, apontando o caminho para a reforma agrária e o fim do latifúndio. Já Lott teria “a espada de Floriano”, que “garante a liberdade” (JULIÃO, 1960, p. 14).

A memória de Vargas esteve muito presente na campanha de Lott.

Muitos entusiastas do marechal o viam como sucessor de Getúlio. O próprio Lott discursava lembrando a memória do presidente morto. No dia 19 de Abril de 1960, em sua primeira viagem ao Sul, o candidato fez questão de visitar o túmulo de Vargas, na cidade de São Borja. A data era a mesma do nascimento do ex-presidente e momento de manifestações populares em sua homenagem. Ao lado de João Goulart, o marechal silenciou-se diante do mausoléu e ouviu concentrado os elogios a Getúlio. (CARLONI, 2010, p. 195).

As imagens da “carta de Vargas” e da “espada de Floriano”, associadas, respectivamente, a Jango e Lott, traziam à mente a carta-testamento do ex-presidente e o símbolo da campanha, que era uma espada, reforçando a ideia de que aquela candidatura representava a continuidade do legado de Vargas e a garantia das conquistas sociais já alcançadas (CARLONI, 2010, p. 201).

Como já dito anteriormente, a Cartilha do Camponês ainda não reflete a radicalização das Ligas, criticada pelo PCB e também assumida pelo próprio movimento, sobretudo a partir de 1961. A orientação para os camponeses se unirem para eleger Lott é um aspecto que mostra isso, pois o movimento ainda acreditava que era possível alcançar a vitória sobre o latifúndio e a realização da reforma agrária por meio do exercício do voto em candidatos que defendessem esses interesses. Isso mudou quando o movimento se radicalizou.

O documento “Bença, Mãe!”, que passaremos a analisar agora, reflete o momento de radicalização das Ligas. Nesse texto, a formação dos camponeses do movimento aparece com outra dinâmica: o uso de táticas violentas e de confronto armado entra como conteúdo formativo.

3.5 – O Conteúdo do Documento “Bença, Mãe!”

Em 1963, dissensões internas e o crescimento do número de sindicatos controlados pelo PCB e pela Igreja Católica começaram a provocar uma profunda crise nas Ligas. Esse era também o período em que o Estado brasileiro tentava colocar em seu controle as lutas do campo, facilitando o processo de sindicalização rural, defendendo a reforma agrária e tomando medidas como a criação da Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA) e a sanção do Estatuto da Terra (AZEVEDO, 1982, p. 78).

Os sindicatos e as Ligas passaram a rivalizar o controle do movimento social agrário. Todavia, os sindicatos tinham uma força de atração maior, pois atendiam as reivindicações mais imediatas dos camponeses assalariados e, além disso, eram apoiados pelo governo, que procurava neutralizar a proposta da reforma agrária radical, elaborada pelas Ligas. Segundo Santiago (2001, p. 44), as Ligas estavam “cercadas à direita e à esquerda”. Foi nesse contexto que foi escrito e publicado o “Bença, Mãe!”.

O documento foi publicado, pela primeira vez em 1963, no jornal A Liga. Depois lido publicamente num ato, em Recife. Julião explica a sua origem da seguinte forma:

Goulart, que presidira a sessão de encerramento do grande Congresso Nacional dos Camponeses, em Belo Horizonte, compreendeu que só havia uma maneira de frear o impulso do homem do campo: sindicalizá-lo para submetê-lo ao controle do próprio governo. (...) A fim de alertar os camponeses e assalariados do Nordeste e do País sobre essa questão, evidentemente delicada, sobretudo para uma massa rural sem quase nenhuma tradição de luta pela terra e miseravelmente sacrificada em seus salários e outros direitos correlatos, redigimos o documento “Bença, Mãe!”, a que demos ampla publicidade, depois de lê-lo para uma multidão de 10.000 pessoas, cuja metade era composta de camponeses e assalariados, concentrada na Praça General Dantas Barreto, na cidade do Recife, precisamente no dia 2 de janeiro de 1964, ocasião em que se comemorou o 5º aniversário da vitória da Revolução Cubana. (JULIÃO, 2009, p. 214).

Em seu conteúdo, o documento não faz uma oposição aos sindicatos, apesar das várias divergências ideológicas existentes entre a liderança das Ligas e as lideranças sindicais. De uma forma geral, orienta-se para que Ligas e sindicatos se completem, trabalhem em união. Mas, há vários trechos nos quais a luta das Ligas é apresentada como superior à luta dos sindicatos, revelando, assim, o clima de disputa pela hegemonia do movimento social agrário presente naquele momento. Também há registros claros da radicalização que foi alvo das

críticas do PCB, da Igreja Católica e do Governo Federal e que o próprio movimento assumiu como estratégia de ação.

Da mesma forma que a Cartilha do Camponês, o documento “Bença, Mãe!” é dividido por parágrafos e não por títulos separando os assuntos. Usa também uma linguagem com palavras, símbolos e imagens do mundo camponês. Note-se que o próprio título do documento remete o leitor a uma expressão muito utilizada no Nordeste, sobretudo na zona rural, que indica o respeito e a submissão dos filhos à mãe.

O parágrafo que inicia o documento revela a orientação para que Ligas e sindicatos não se opusessem. Algo que, segundo o autor, já tinha sido tratado em outros textos formativos:

Temos dito e repetido: quem for da Liga entre para o sindicato, e quem entrar no sindicato, fique na Liga. Não é de agora que falamos isso. É de longe. Está no “Guia do Camponês”, no “ABC do Camponês”, na “Cartilha do Camponês”, na “Carta de Alforria do Camponês”. É só pegar e ler. (JULIÃO, 2009, p. 215).

Dos onze parágrafos do documento, oito (parágrafos 1, 2, 5, 6, 7, 8, 9, 11) revelam a tentativa de apresentar as Ligas e os sindicatos como organizações que devem trabalhar unidas e se completando. Isso indica que essa ideia tem maior centralidade no texto.

No seu depoimento ao CPDOC, Julião (1982, p. 104) afirma que o “Bença, Mãe!” fora pensado para “mobilizar as massas e demonstrar que não havia incompatibilidade entre a liga e o sindicato, nem com a cooperativa”. O documento revelava a proposta para que a sindicalização rural acontecesse diferentemente de como aconteceu a sindicalização dos trabalhadores urbanos, que foi “controlada de tal forma que se formou o chamado peleguismo dentro dos sindicatos”. Ele ainda diz que:

Aqui havia milhões de camponeses que estavam esperando, que estavam sensibilizados, mas não estavam organizados. Eram milhões de camponeses que necessitavam estar nas ligas. E outros, que não eram camponeses, mas assalariados, necessitando de sindicatos. Ainda havia pequenos proprietários e fundiários, mesmo médios proprietários, que necessitavam se organizar em cooperativas. O que eu queria era unificar tudo isso, e, por isso, imaginei o “Bença, Mãe”. (JULIÃO, 1982, p. 105).

A ideia de que as Ligas estão numa posição superior a do sindicato aparece logo no segundo parágrafo do documento, quando elas são representadas como a “mãe” do sindicato e este como o “filho” que deve obedecer aos ensinamentos da mãe, devendo-lhe, inclusive, respeito, estendendo-lhe a mão diariamente para lhe dizer: “Bença, Mãe!” (JULIÃO, 2009, p. 216).

A ideia da superioridade das Ligas sobre os sindicatos também é expressa em outros parágrafos do documento: a) nos parágrafos 5 e 7, a sindicalização é definida como um processo feito sob o controle do governo e as Ligas como um movimento independente, que, como tal, deve ir à frente do sindicato; b) nos parágrafos 7, 8 e 10, a luta das Ligas, por ser pela terra, é considerada maior do que a luta do sindicato, que é por direitos trabalhistas; c) no parágrafo 9, o sindicato é representado como um “bacamarte” que pode falhar e ser substituído pelas Ligas, representadas como uma “foice” (JULIÃO, 2009, p. 218-220).

Saliente-se que o documento também revela que, no momento de sua produção, a radicalização do movimento já estava em pleno vigor. Os sinais dessa radicalização estão presentes nos parágrafos 3, 7 e em alguns conselhos do parágrafo 11.

Nesses parágrafos, há duas menções à reforma agrária radical, que, como já vimos, foi a tese que as Ligas levaram para o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em Belo Horizonte, no ano de 1961, sendo vitoriosa sobre a tese do PCB, que pretendia uma reforma agrária por etapas. Como já abordamos, tratava-se de uma tese que se associava à forma como as Ligas defendiam a revolução brasileira, que, ao contrário do que pensava o PCB, deveria ocorrer como ocorreu em Cuba, sem a necessidade de passar por etapas que incluíssem acordos com as classes dominantes.

Já no parágrafo 3, Julião faz um breve relato da vitória da tese da reforma agrária radical no congresso de Belo Horizonte e descreve um diálogo entre um camponês de Jaboaão e outro integrante do congresso, a quem ele chama de “gaiato”. Esse teria perguntado ao camponês de Jaboaão: “Você não acha que a gente deve fazer essa reforma agrária por etapas?” Ao que o camponês de Jaboaão teria respondido: “Só vai na tapa!” (JULIÃO, 2009, p. 217).

A reforma agrária radical é mencionada novamente no parágrafo 7. Nesse trecho, Julião diz que ela não é a reforma agrária de Jango, Juscelino ou Lacerda. Ressalta a palavra “radical”, colocando-a, no documento, em letras maiúsculas, para deixar claro que era uma reforma que se opunha a qualquer idéia de etapas ou de acordos com as classes dominantes. Segundo o autor, era a única reforma que servia para o camponês e não seria realizada pela lei, mas “na marra” (JULIÃO, 2009, p. 219).

Observa-se, no referido parágrafo, uma mudança em relação ao método defendido na Cartilha do Camponês para se chegar à reforma agrária. Como vimos, a Cartilha do Camponês orienta os camponeses a exercerem pressões para a mudança de leis e a utilizarem o voto como estratégias para se conseguir a reforma agrária. É feita, inclusive, uma campanha para a eleição de Jango para a Vice-Presidência da República, pois ele seria um candidato que poderia contribuir com a realização da reforma agrária. Agora, no documento “Bença, Mãe!”, não se concebe a reforma agrária pela lei, mas defende-se que ela seja feita à revelia da lei e de Jango que, no posto de presidente da República, também já não é visto mais como um aliado dela.

No parágrafo 11, a radicalização do movimento aparece em orientações para invasão de terras improdutivas, destruição de casas e lavouras de latifundiários que destruíssem casas e lavouras de camponeses, ataque ao gado dos latifundiários que colocassem bois no roçado de camponeses, matar capangas que assassinassem camponeses e compra de arma para usar como vingança contra os que matam os familiares de camponeses e os humilham cotidianamente. Todos os ataques aos latifundiários ou capangas são orientados para que aconteçam só no caso deles atacarem primeiro. Tomemos, como exemplo, a orientação para se atacar o gado do latifundiário:

Se o latifundiário meter o gado no teu roçado contra a tua vontade, junta os teus irmãos, retira o gado e leva à Prefeitura, a fim de tomar as providências e punir o invasor do teu roçado. Se o latifundiário não for punido e invadir o teu roçado pela segunda vez, prende uma cabeça de gado, a mais gorda, abate no teu terreiro, faz uma festinha e vai com os teus companheiros buscar o latifundiário e a família dele para comer o churrasco. Não adianta procurar a justiça para te indenizar os prejuízos e meter o latifundiário no xadrez, porque não há justiça para o pobre nem latifundiário no xadrez. (JULIÃO, 2009, p. 221).

Outro elemento que aponta para a expressão da radicalização das Ligas no documento é o aparecimento da palavra “soldado” para identificar os camponeses do movimento. Essa palavra aparece três vezes no parágrafo 3. O termo se relaciona com o momento de radicalização do movimento se nos lembrarmos que as Ligas incorporaram, no início da década de 1960, a experiência da Revolução Cubana e a teoria da guerra de guerrilhas, criando, inclusive, um dispositivo militar que funcionou entre 1961 e 1962. No ano de 1963, quando o “Bença, Mãe!” circulou pela primeira vez, o dispositivo militar das Ligas já não

existia mais. Porém, a defesa da luta armada como estratégia para se fazer a revolução brasileira ainda permanecia no movimento (AZEVEDO, 1982, p. 92).

Verificamos que a utilização de expressões religiosas, citações bíblicas e de personagens do cristianismo também está presente no documento “Bença, Mãe!”, em seu parágrafo 11, no qual o autor dá diversos conselhos aos camponeses. Em um trecho, Julião aconselha os camponeses a não acreditarem naqueles que dizem que o sofrimento na terra promoverá a salvação no céu, nem que o mundo é dividido entre pobres e ricos porque Deus quer. Para o autor, esse seria o discurso do latifúndio, da burguesia e do imperialismo, que querem manter os pobres sob seu jugo. Num outro momento, justifica a derrubada da casa e a destruição da lavoura do latifundiário como a aplicação da lei de Moisés: “olho por olho, dente por dente”. Mais adiante, diz que os que humilham camponeses e matam seus familiares e que, por isso, podem ser alvo da vingança camponesa, fazem essas atrocidades usando o nome de Jesus Cristo. Em seguida, aconselha os devotos do Padre Cícero ou de qualquer outro santo a realizarem os seus ritos religiosos, mas sem deixar de lado as suas obrigações seculares. Por fim, incentiva os camponeses que são chamados de comunistas a se orgulharem, pois com esse título eles estão sendo identificados com Jesus, Amós, Santo Antônio e com todos os outros santos que sempre defenderam a terra como propriedade de todos os seres humanos (JULIÃO, 2009, p. 220-224).

É interessante enfatizar a existência de um conselho no parágrafo 11, que se refere aos delegados do sindicato ou dirigentes das Ligas. Nele, Julião alerta para que esses líderes não bebam, não joguem nem frequentem “certos lugares”, a fim de evitarem o ataque dos inimigos dos sindicatos e das Ligas, que estão sempre desejosos de desmoralizá-los (JULIÃO, 2009, p. 223). Esse conselho tem muita semelhança com a conduta que é orientada pelas igrejas protestantes para os seus fiéis. É possível que o referido conselho esteja ligado à presença de protestantes que, como já foi abordado, exercia influência sobre o movimento.

Quanto ao uso de citações bíblicas e de outras expressões religiosas no documento “Bença, Mãe!”, podemos perceber que elas cumpriam, pelo menos, dois objetivos: o primeiro, que também está presente na Cartilha do Camponês, era o de desconstruir discursos de igrejas, padres e pastores que condenavam o movimento e se aliavam aos latifundiários, o que nos aponta que as Ligas também disputavam a hegemonia do movimento dos trabalhadores rurais com as igrejas protestantes e não só com o PCB e a Igreja Católica; o segundo era o de utilizar elementos do cristianismo para fundamentar ações radicais do movimento, inclusive a luta armada.

Vemos, então, que o conteúdo do documento “Bença, Mãe!” mostra uma mudança na dinâmica formativa dos camponeses das Ligas. O tom da Cartilha do Camponês, mesmo fazendo alusão à luta armada e às revoluções cubana e chinesa como estratégias de vitória sobre o latifúndio, evita o uso da vingança e da violência para a solução do problema da opressão contra os camponeses. Isso não acontece no “Bença, Mãe!”, no qual a luta do camponês contra o latifúndio passa a ter as armas como o instrumento mais eficaz para a vitória.

3.6 – O Camponês, o Latifúndio e o Conflito representados na Cartilha do Camponês e no Documento “Bença, Mãe!”

As representações que a Cartilha do Camponês e o documento “Bença, Mãe!” fazem do camponês, do latifúndio e do conflito entre eles são marcadas profundamente pelo próprio andamento da luta. Julião, autor dos dois textos, elaborou a sua visão sobre o camponês e o latifúndio através de um longo processo que se iniciou na sua infância e na sua adolescência, quando conviveu com os filhos dos trabalhadores do engenho de sua família e começou a observar as condições de vida e relações de trabalho no campo. Já como adulto, aprofundou os seus conhecimentos sobre essas duas classes, devido o ingresso na carreira de advogado dedicado às causas dos camponeses e o envolvimento na luta dos foreiros de Galiléia e na instituição das Ligas Camponesas.

De acordo com Bastos (1984, p. 38), os camponeses envolvidos com as Ligas construíram compreensões sobre si mesmos e sobre o seu adversário em meio à luta empreendida por eles próprios naquele movimento. Dessa forma, as representações do camponês e do latifúndio registradas na Cartilha do Camponês e no documento “Bença, Mãe!” não resultam apenas de uma visão particular de Julião, mas de percepções construídas, no decorrer da luta, tanto pelo autor como pelos próprios camponeses. Em alguns depoimentos, Julião afirma que escrevia as cartilhas e os documentos a partir de imagens que ele assimilava dos próprios camponeses: “Comecei a assimilar dos próprios camponeses muitas imagens interessantes, para poder entregar a eles essas imagens transformadas em documentos” (JULIÃO, 1982, p. 10). Em outro depoimento, ele enfatiza que o conteúdo formativo desses textos surgiam do contato direto com os camponeses (JULIÃO, 1962, p. 26-27).

Consequentemente, ao elaborar esses conteúdos formativos nas conversas com os camponeses embaixo de “‘pé de pau’, na casa de farinha, no meio do caminho, na feira, na

missa, no têço, no entêro, na briga-de-galo, no eito, na palha-da-cana (sic)” (JULIÃO, 1962, p. 33), o autor da Cartilha do Camponês e do documento “Bença, Mãe!” efetivava um trabalho educativo que buscava refletir sobre a opressão, encontrando estratégias para superá-la junto com os próprios oprimidos. Nesse sentido, vale ressaltar a afirmação de Freire (2011, p. 116) de que o conteúdo de uma educação que tenha o objetivo de problematizar e de enfrentar uma situação de opressão precisa ser elaborado com as pessoas que estão vivendo essa situação. Nesse processo, segundo o referido autor, o educador não doa o conteúdo para os educandos, mas devolve, de forma sistematizada e organizada, aquilo que eles lhe deram. É uma educação que “não se faz de A para B ou de A sobre B, mas de A *com* B” (grifo do autor).

Nos dois textos analisados, as representações do camponês, do latifúndio, do confronto entre eles e, consquentemente, do resultado final dessa luta, que deveria ser a reforma agrária, nos mostram conteúdos sistematizados por Julião, mas que foram construídos em diálogo com os próprios camponeses em momentos distintos da atuação das Ligas. O objetivo era promover uma formação que, como diz Freire (2011, p. 117), constrói conhecimentos concretos sobre a situação estudada e contribui para que todos os participantes do processo educativo se reconheçam inseridos no contexto e capazes de modificá-lo.

3.6.1 – O Camponês na Cartilha do Camponês

Uma das representações do camponês na Cartilha do Camponês é a de uma vítima de vários tipos de violência cometidos pelo latifúndio e pelo sistema político e econômico vigente no Brasil. Os parágrafos 1 e 2 citam o cambão, o barracão, os ataques dos capangas, a fome, a mortalidade infantil, o aumento do foro, a mendicância, a expulsão da terra, a derrubada de casas, a colocação de gado nos roçados dos camponeses e a destruição de lavouras como algumas das violências que têm origem no latifúndio e no sistema (JULIÃO, 1960, p. 3-4). Há de se destacar que a derrubada de casas, a colocação, por parte dos latifundiários, de gado nos roçados dos camponeses e a destruição de lavouras são as violências mais citadas, aparecendo em três parágrafos (1, 2 e 6).

O camponês é representado também, mais especificamente no parágrafo 6, como uma vítima de uma religiosidade que usa o nome de Deus para desmobilizá-lo. Essa religiosidade está presente nos discursos dos latifundiários e de algumas lideranças eclesásticas, que se aproveitam da espiritualidade e do misticismo do camponês para condená-lo ao inferno ou a qualquer castigo divino, caso ele se oponha ao latifúndio.

Contudo, a cartilha não resume o camponês a uma vítima. Nos parágrafos 6 e 7, Julião continua apresentando o camponês como uma vítima, mas ressaltando a sua capacidade de, mesmo vitimado pelo latifúndio, pelo sistema político e econômico e por alguns segmentos religiosos, vencer, pela força da união, os que promovem a opressão, sem precisar derramar sangue. As “armas” utilizadas seriam a cooperação mútua, o voto, a greve, os atos públicos e a rejeição a qualquer discurso ou liderança que tentar domesticá-lo. (JULIÃO, 1960, p. 7-11).

A cartilha também representa o camponês como escravo. Essa representação aparece em seis parágrafos (1, 2, 3, 4, 6 e 8). No parágrafo 8, Julião é enfático ao dizer que o camponês, que “nos alimenta” e “nos veste”, recebe em troca “a sujeição do escravo” (JULIÃO, 1960, p. 13). Todavia, mesmo como escravo, esse camponês pode lutar pela liberdade: “Tu podes, camponês, mesmo crucificado à terra como um escravo, alcançar tudo o que quiseses (...). Podes conquistar a liberdade, ter o pão com fartura, viver bem agasalhado e na boa paz, se conseguires unir teus irmãos sem terra” (JULIÃO, 1960, p. 8).

3.6.2 – O Camponês no Documento “Bença, Mãe!”

No documento “Bença, Mãe!”, o camponês é representado como “soldado”. O texto diminui a ênfase nas representações da vítima e do escravo, apesar de ainda pontuar as violências contra o camponês e identificar a sua luta como sendo pela liberdade. A representação do soldado ganha centralidade. Dessa forma, o camponês é aquele que luta pela terra até a morte, como João Pedro Teixeira¹³; defende a reforma agrária radical, não aceitando a reforma agrária por etapas, como queria o governo federal de então; e está pronto para “tomar” as terras, caso elas não sejam distribuídas imediatamente (JULIÃO, 1960, p. 216-217).

Essa representação do camponês como “soldado” contribui para que, em alguns conselhos do parágrafo 11, ele seja orientado a atacar o latifundiário, caso este lhe ataque primeiro, a matar o capanga, caso este mate algum camponês, e a se armar contra os seus inimigos (JULIÃO, 2009, p. 221-222).

Vemos, então, que a Cartilha do Camponês enfatiza as representações do camponês como “vítima” e “escravo” e o documento “Bença, Mãe!” o representa como “soldado”. Percebe-se que a dinâmica formativa passa por uma mudança.

¹³ João Pedro Teixeira, presidente da Liga Camponesa de Sapé, na Paraíba, foi assassinado na noite de 02 de abril de 1962, numa emboscada, a mando de proprietários e políticos da região. Os executores do homicídio foram três policiais e um vaqueiro. Estes chegaram a ser presos, mas foram soltos logo depois. Os mandantes e os executores do crime nunca foram condenados (SANTIAGO, 2001, p. 36).

No caso da Cartilha do Camponês, a representação do camponês como “vítima” e “escravo” servia como uma possibilidade para ensiná-lo a se reconhecer como oprimido por uma situação que seria mudada a partir do momento em que ele fortalecesse a união com os seus companheiros para utilizar instrumentos como o voto, a justiça e as mobilizações. Já para o “Bença, Mãe!”, o camponês não é só a “vítima” e o “escravo” que se une com os outros oprimidos para vencer a opressão, mas, sim, o “soldado”, que ataca com as mesmas armas do latifúndio se este o atacar primeiro. Enquanto a “vítima” e o “escravo” da Cartilha do Camponês derrotam o latifúndio sem derramamento de sangue, o “soldado” do “Bença, Mãe!” está disposto a matar e morrer para vencer o inimigo.

3.6.3 – O Latifúndio na Cartilha do Camponês e no Documento “Bença, Mãe!”

Tanto na Cartilha do Camponês quanto no documento “Bença, Mãe!”, o latifúndio é representado como “o inimigo”. A Cartilha do Camponês, já no seu primeiro parágrafo, o chama de “inimigo cruel” do camponês: aquele que lhe aumenta o foro, põe o gado em seu roçado, destrói a sua lavoura, derruba a sua casa, obriga-o a dar o cambão, expulsa-o da terra, esmaga o seu direito e mata a sua liberdade (JULIÃO, 1960, p. 3-4). O “Bença, Mãe!” o define como uma “onça que tem sede de sangue”, que “nunca mata a fome” e que “devora o camponês” desde que “o Brasil é Brasil” (JULIÃO, 2009, p. 219).

Os dois textos ressaltam a força desse inimigo, mas afirmam que ele está prestes a ser derrotado. Na Cartilha do Camponês, o latifúndio é o inimigo cruel que “morrerá espumando de raiva como um cão danado” (JULIÃO, 1960, p. 3). No documento “Bença, Mãe!”, :

Teu inimigo cruel – o latifúndio – não anda bem de vida. E eu te garanto que a moléstia é grave. Não há remédio para êle. Morrerá espumando de raiva como um cão danado. Ou como um leão velho que perdeu as garras (sic). (JULIÃO, 1960, p. 3).

Nesse documento, a imagem utilizada para descrever o latifúndio como o inimigo principal do camponês é de uma “onça acuada”, prestes a ser abatida pelas Ligas e sindicatos (JULIÃO, 2009, p. 219).

Bastos (1984, p. 38) mostra que as Ligas definiram o seu adversário ao longo da luta. A autora nos lembra que, nos momentos iniciais do movimento, o latifundiário ainda não era visto como o inimigo a se vencer. A prova disso é que o proprietário do Engenho Galiléia foi

convidado a fazer parte da diretoria da SAPPP. Contudo, com o passar do tempo e na medida em que o conflito foi se acirrando, os camponeses do movimento foram se identificando como opostos aos latifundiários, elaborando a concepção do latifúndio como a origem da sua opressão.

A representação do latifúndio como o inimigo a ser vencido é fruto de um processo educativo que se desenvolveu durante a luta do movimento, pois a luta também ensina. Segundo Pereira (2009, p. 128), “os fatos acontecidos na luta são situações pedagógicas privilegiadas para se ‘entender e aprender’”.

3.6.4 – O Conflito entre o Camponês e o Latifúndio na Cartilha do Camponês e no Documento “Bença, Mãe!”

Já vimos que, tanto na Cartilha do Camponês quanto no documento “Bença, Mãe!”, o latifúndio é o inimigo que há de ser vencido pelo camponês. Os referidos textos apresentam a luta entre os dois oponentes na expectativa da vitória do camponês, tendo em vista que o latifúndio já estaria em processo de derrocada. Essa crença surge do momento político pelo qual o Brasil passava, no qual as classes dominantes detinham vários mecanismos de manutenção de seu poder, mas eram constantemente ameaçadas pelo crescimento da esquerda e dos movimentos sociais (WEFFORT, 1980, p. 62).

Contudo, a forma como a luta entre camponês e latifúndio deveria se desenvolver é abordada de diferentes maneiras. Na Cartilha do Camponês, prevalece a orientação para que a luta ocorra por meio da estratégia da união, que deveria ser efetivada através da organização dos camponeses nas Ligas para provocar ações como pressões por mudança de leis, eleições de candidatos aliados aos interesses do campesinato, companheirismo em momentos de litígio e perseguições, mobilizações e greve. A cartilha é enfática: “Já é tempo, camponês, de aprenderes a usar a união contra o teu inimigo cruel que é o latifúndio” (JULIÃO, 1960, p. 9).

A união permanece como estratégia principal da luta entre camponês e latifúndio no documento “Bença, Mãe!”. No entanto, o que se fala agora não é somente da união do camponês com o camponês, mas também com o operário: “Os dois, unidos, o camponês e o operário, são a pólvora e a chama, o sol e a chuva, a bandeira e o hino, a PAZ e a LIBERDADE, a PÁTRIA e o FUTURO!” (JULIÃO, 2009, p. 220). Isso representa a união entre a Liga e o sindicato: “Os dois, a Liga e o Sindicato, seguirão unidos, cada qual levando o seu fardo, mas pelo mesmo caminho e para o mesmo destino” (JULIÃO, 2009, p. 218). Sendo assim, a união para vencer o latifúndio é entre camponês e operário, Ligas e sindicatos.

Observamos que, no “Bença, Mãe!”, a união é orientada para fortalecer o companheirismo, a solidariedade e as mobilizações, mas a ênfase maior é para que ela seja utilizada em ataques diretos, inclusive com o uso da força e da violência, aos latifundiários, aos policiais e aos capangas que ataquem os camponeses. Em quatro conselhos do parágrafo 11, os ataques ao latifúndio e aos seus aliados aparecem como retaliação. A orientação é para que os camponeses apliquem “a lei de Moisés: ‘olho por olho, dente por dente’” (JULIÃO, 2009, p. 221). Em apenas um conselho do mesmo parágrafo, o ataque aos capangas ou aos policiais a serviço do latifúndio é definido como defesa: “Mantém a tua foice sempre bem amolada atrás da porta para te defenderes da agressão do inimigo: o capanga e a polícia a serviço do latifúndio” (JULIÃO, 2009, p. 222).

Como podemos perceber, os dois textos formativos que estamos analisando concebem a união como a principal estratégia para a luta contra o latifúndio, porém, a forma como essa união deve ser utilizada no processo da luta se diferencia de um texto para outro. Na Cartilha do Camponês, o contexto onde a radicalização do movimento ainda não tinha se fortalecido influencia na dinâmica da formação: a união é para vencer o latifúndio por meio de atos pacíficos, como a mudança de leis, eleições, companheirismo, mobilizações e greve. Já no documento “Bença, Mãe!”, a formação é influenciada pela radicalização do movimento, que também concebe a união como a principal estratégia para se vencer o latifúndio, mas que deve ser usada como ataque e não apenas como instrumento de soluções por vias pacíficas. Enfim, nos dois textos, espera-se que o resultado da luta entre camponês e latifúndio seja a vitória do camponês e, conseqüentemente, a reforma agrária.

De acordo com Bastos (1984, p. 87), a burguesia agrária brasileira, pressionada pelas mobilizações de camponeses e pelo entendimento de que a agricultura no Brasil estava atrasada e entravando o desenvolvimento econômico, elaborou um projeto de reforma agrária baseado na ampliação de técnicas e financiamento para o pequeno agricultor, mas pouco preocupado com a divisão das terras e com o fim do latifúndio. Tratava-se de um projeto que tinha como finalidade última atender aos interesses burgueses agrários e industriais, na medida em que a concentração de terras não seria atacada e os industriais teriam mais consumidores para os seus produtos.

A Cartilha do Camponês e o documento “Bença, Mãe!” tratam da questão da reforma agrária e da luta para realizá-la sem expor uma teorização sobre o assunto, mas busca orientar os camponeses sobre os meios para consegui-la. Fruto de momentos distintos, os dois textos, como veremos, transitarão entre uma formação mais propensa para a reforma agrária burguesa

e outra de rejeição à tais propostas burguesas, através da realização de uma reforma agrária radical.

3.6.5 – A Estratégia da Luta na Cartilha do Camponês

Como já foi dito anteriormente, as Ligas já consideravam a reforma agrária como o resultado que deveria brotar de sua prática, desde o final da década de 1950, quando a luta pela desapropriação do Engenho Galiléia ocupou o lugar das finalidades assistenciais da SAPPP. No entanto, só a partir de 1960 é que elas ganharam maior nitidez política e ideológica em torno da questão.

Na Cartilha do Camponês, a reforma agrária é representada ainda com contornos burgueses. Não há uma apresentação teórica ou técnica da reforma agrária, mas a defesa que o texto faz da eleição de Lott e Jango nos aponta para o fato de que ela, naquele momento, estava sendo pensada sem ultrapassar muito os limites dados pela burguesia para a sua realização.

Segundo Carloni (2010, p. 194), ao final do governo de Juscelino Kubitschek, houve a polarização de dois projetos políticos:

De um lado os nacionalistas e reformistas, que reuniam os variados matizes da esquerda política na defesa da independência política e econômica do Brasil e de uma sociedade mais igualitária, de outro, estavam os conservadores, defensores da internacionalização da economia brasileira, do alinhamento político do Brasil aos Estados Unidos e do bloqueio das reformas de base, principalmente a reforma agrária.

A candidatura Lott/Jango estava alinhada com o projeto dos nacionalistas e reformistas, defendendo a continuação do programa desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek e colocando a reforma agrária nos parâmetros do que pretendia a burguesia (CARLONI, 2010, p. 199).

Então, apesar da utilização das revoluções cubana e chinesa como exemplos de experiências nas quais a reforma agrária ocorreu, a Cartilha do Camponês, ao defender abertamente a candidatura de Lott/Jango, aproxima-se mais da proposta burguesa de reforma agrária, que era também aceita pelo PCB; lembrando que o rompimento entre as Ligas e o PCB ainda não tinha acontecido.

Dessa forma, a luta pela reforma agrária na Cartilha do Camponês é representada como um processo que devia ocorrer de forma pacífica, dentro dos moldes da “revolução pacífica” defendida pelo PCB.

3.6.6 – A Estratégia da Luta no documento “Bença, Mãe!”

Em 1963, quando o documento “Bença, Mãe!” foi publicado pela primeira vez, as Ligas já tinham definido a sua tese da reforma agrária radical e estavam afastadas do PCB. O documento não teoriza sobre a reforma agrária radical, mas a define como a única capaz de garantir plenamente a terra para o camponês e de “arrastar” outras reformas atrás de si, “como a locomotiva arrasta os vagões”. Também a diferencia da reforma agrária “de Jango”, “de Juscelino” ou “de Lacerda” (JULIÃO, 2009, p. 219).

Tais argumentos mostram que o movimento já estava completamente afastado da tese da reforma agrária orientada e elaborada pela burguesia para atender aos seus próprios interesses, que, por sua vez, não eram os interesses do campesinato (BASTOS, 1984, p. 86).

O “Bença, Mãe!” procurava mostrar que o projeto de reforma agrária pensado pelos representantes da burguesia tinha como finalidade dar um “osso” aos camponeses, a fim de desmobilizá-los e evitar o acirramento da luta pela terra (JULIÃO, 2009, p. 217). Bastos (1984, p. 88) afirma que, naquele momento, “a proposta de reforma agrária elaborada pelas elites dirigentes, liga-se, em grande parte, à busca de medidas para deter o avanço do movimento camponês”.

O documento, então, já não incentivava mais o voto e a justiça como meios para se conseguir a reforma agrária. Sendo ela radical, o uso da força e, em alguns casos, da violência, é o mais orientado.

As estratégias das Ligas, no entanto, nunca foram aceitas e efetuadas de uma única forma em todos os núcleos. Veremos, a partir das falas de camponeses que integraram a Liga de Galiléia, que não eram todos os núcleos que seguiam as orientações das sedes ou das delegacias regionais. A recepção aos conteúdos formativos não acontecia de maneira uniforme.

4 – A FALA COMO APRENDIZADO: RECEPÇÃO DA CARTILHA DO CAMPONÊS E DO DOCUMENTO “BENÇA, MÃE!” PELOS CAMPONESES DE GALILÉIA

É importante iniciarmos este capítulo ressaltando que os depoimentos analisados aqui se referem a lembranças de fatos que ocorreram entre 1950 e 1960. Conforme nos alerta Montenegro (2010a, p. 39-40), a memória não é uma regressão ao passado, mas uma reelaboração desse passado, a partir das experiências construídas no presente e ao longo do tempo que transcorreu entre os fatos narrados e o momento do depoimento.

Partindo desse pressuposto, identificar conteúdos da Cartilha do Camponês e do documento “Bença, Mãe!” nas falas dos camponeses de Galiléia é, antes de tudo, procurar encontrar relações entre o que está nos referidos textos educativos e as ações que os integrantes do movimento registraram como importantes em suas memórias, observando, assim, a forma como aqueles conteúdos foram recebidos por eles. Como se verá mais adiante, os entrevistados não fazem referências diretas aos textos da Cartilha do Camponês e do documento “Bença, Mãe!”, mas relatam ações e aprendizados que suas memórias selecionaram, apontando, assim, possibilidades para identificarmos, nessas falas, relações entre alguns conteúdos dos textos e práticas que vivenciavam no cotidiano do movimento.

É também importante registrar que os camponeses entrevistados se lembram dos textos formativos que Julião costumava escrever e que circulavam entre os integrantes das Ligas. Cícero Anastácio da Silva, que foi sócio da Liga Camponesa de Galiléia e segundo secretário na sede central das Ligas Camponesas de Vitória de Santo Antão, hoje com 81 anos de idade, lembra:

Essas cartilha a gente entregava tudinho ao povo. A gente entregava ao povo, mostrando tudinho o que era que o camponês tinha direito. Ele fazia as cartilha mostrando tudinho. A gente entregava ao povo lá nas Ligas (sic).¹⁴

Cícero lembra, inclusive, o local de entrega das cartilhas e as formas de sua divulgação:

Era entregue na sede e a sede entregava às vez cada qual uma cartilhazinha pra ele ler. Aquele que souber ler, pra ler. Aquele que sabia ler, lê alguma coisa, né? E quando aquele que num sabia, nas reuniões eles lia aquela cartilha pra ver: “as leis é

¹⁴ Cícero Anastácio da Silva. Entrevista concedida ao autor em 26/02/15.

assim, e assim, e assim, e assim... Né? Desse jeito, desse, desse, desse... A gente tinha essa orientação todinha (sic).¹⁵

Severino José de Souza, conhecido como Biu de Souza, que está atualmente com 80 anos de idade e foi segundo secretário da Liga Camponesa de Galiléia, diz, ao segurar um exemplar da Cartilha do Camponês:

É, eu vi. É, ainda cheguei a ver essa. E outras várias. É porque eu não me lembro, né? É porque já passou... Essas cartilhazinha... Mas, tudo isso foi espalhado em Galiléia por tudo quanto é lugar e por fora também, né? Contando a vida, a luta das Ligas Camponesas com Francisco Julião. E tudo isso aqui foi... Foi lido pela classe baixa de camponês sem terra, né? (...) Ele sempre dava detalhe sobre isso aí logo em reunião, né? O que devia ser feito, o que era o camponês fazia e tal, e tal e tal. Agora se alguém lia, lia em casa, eu também não sei dizer (sic).¹⁶

Heleno José de Barros, que foi sócio da Liga Camponesa de Galiléia e hoje está com 85 anos de idade, também afirma lembrar das cartilhas, especialmente a Cartilha do Camponês: “Me lembro, me lembro, me lembro dessa aqui, me lembro dessa aqui. (...) Quem soubesse ler, lia em casa e quem não soubesse ler, ia ler lá na reunião (sic)”.¹⁷

4.1 – Moderação, Radicalismo e União

Vimos até aqui que a comparação entre os ensinamentos presentes na Cartilha do Camponês e no documento “Bença, Mãe!” mostram que o conteúdo formativo passou por mudanças, na década de 1960, saindo de um discurso mais moderado para um posicionamento mais radical. Contudo, os depoimentos que colhemos indicam que os camponeses de Galiléia, mesmo assumindo algumas ações consideradas radicais, não se reconheciam como integrantes de um movimento radical. Galiléia, para eles, manteve-se, até o fim das Ligas, numa posição moderada, sem defender a luta armada ou uso da violência no enfrentamento aos latifundiários. Cícero afirma que, mesmo Julião ensinando que a reforma agrária deveria ser realizada na “lei ou na marra”, a maioria dos camponeses daquele antigo engenho defendia a luta sem o uso de armas ou de violência: “Quem nos acusava de violentos eram os

¹⁵ Cícero Anastácio da Silva. Entrevista concedida ao autor em 25/10/14.

¹⁶ Biu de Souza. Entrevista concedida ao autor em 26/02/15.

¹⁷ Heleno José de Barros. Entrevista concedida ao autor em 05/07/15.

empresários, a polícia e o exército. O que nós tinha era espingarda soca-soca, pra matá passarinho (sic)”.¹⁸

Segundo Biu, nem mesmo quando os integrantes da Liga de Galiléia souberam que o engenho estava para ser ocupado pelo exército, horas após o golpe de 1964, concordou-se com a orientação dada por dois estudantes para se atacar os carros dos militares. Na opinião dele, reações como essas prejudicavam o movimento:

E quando a gente tava aguardando a entrada da polícia, apareceu dois que tratou na reunião aí. Esse tipo de reunião era mais pela noite, eles sempre comentavam: “Se o exército vir pra aqui que é que devemos fazer? O que deve fazer é o mais fácil: a gente vai num posto, compra uns vinte litros de gasolina, parte essa gasolina com uns dez litros enchidos e bota um pavio. Na hora que o carro entrar, vocês tocam fogo no pavio e avoa dentro do carro”. Tá vendo que astúcia desgraçada. Ninguém nunca aceitou isso, nunca aceitou essa astúcia. Isso era astúcia dos estudantes, que chegavam aqui somente pra criticar o povo e botar o povo pra trás. A gente conhecia logo que era pra botar trás, num era pra botar pra frente, era pra ir pra trás.¹⁹

Ao lembrar a ocupação do Engenho Serra, que ocorreu no final de 1963, liderada pelas Ligas, Heleno reprova a ação e faz questão de afirmar o não envolvimento da Liga de Galiléia com o grupo que promoveu o ato, procurando, assim, demarcar bem o posicionamento da maioria dos galileus em não apoiar ou realizar ações que poderiam ser interpretadas como radicais:

Tinha Maria Celeste aqui, que era uma professora daqui. E tinha Luiz Serafim e tinha um tal de Joel de Câmara, que era do Recife. Ele era um estudante forte, né, lá do Recife. Aí, chegemo cá e aí ficaram aí... Aí pegaram, levantaram a sede em Bento Velho. Levantaram a sede em Bento Velho e foi levando... Aqui tão bom! Era uma benção aqui em Galiléia e por aí afora, por todo canto. Daí fiquemo... Aí, Maria Celeste intentou de dar um golpe e invadiu o Engenho de Serra. O Engenho Serra fica aqui, perto de Glória. Aí, Maria Celeste invadiu, ajuntou o povo e invadiu o Engenho de Serra. Foi ela que fez a invasão mais Luiz Serafim. Mas, a gente aqui, não. Aqui ninguém foi lá. Foi um aqui escondido, sem ninguém saber, um tal de Bia Durão. (...) Ói, esse povo, essa mulé, fez uma derrota dentro de Serra, viu. Comeu os

¹⁸ Cícero Anastácio da Silva. Entrevista concedida ao autor em 25/10/14.

¹⁹ Biu de Souza. Entrevista concedida ao autor em 26/02/15.

pato do homem tudinho, matou os boi do homem, era aquela agonia. Lá foi... onde tinha uma planta de macaxeira comeram todinha, esse povo (sic).²⁰

É importante observar, no depoimento acima, que Heleno, antes de narrar a ocupação do Engenho Serra, faz referência a um suposto clima de tranquilidade em Galiléia e arredores (“Aqui tão bom! Era uma benção aqui em Galiléia e por aí afora, por todo canto”), como quem sugere que aquela ação trouxe intranquilidade para a região. Daí o seu nítido apoio à decisão de Miguel Arraes, de intervir diretamente junto aos camponeses que ocupavam o engenho, solicitando-lhes que se retirassem da propriedade:

Arraes correu, foi até em Serra: “O jeito que tem é eu ir lá”. Nesse dia que Arraes vinha pra Serra, aí Bia Durão me disse a mim: “Vamo Seu Heleno, que Arraes hoje tá em Serra pra tirar o povo”. Aí eu saí caladinho mais Bia Durão por aqui e fomo. Quando chegamo lá, perto de uma hora Arraes chegou. Quando Arraes saltou do carro, ela veio logo de frente mais Luiz Serafim. Deu logo voz de prisão a Arraes. Arraes disse: “Você sabe quem é que tá falando? Sabe? Você tá falando com o governo!” Aí ela murchou. Murchou e Arraes ficou por ali e mandou ela desaparecer, saísse: “Vocês vão simhora. Vocês querem me tirar eu do poder é? Desse jeito vocês vão tirar eu do poder. Não é assim que se faz. A luta não é pra isso aí, a luta é pra fazer a reforma agrária, sim, mas a reforma agrária sem sangue e na paz. Não é desse jeito, acabando com o que é dos outro”. Eu sei que ela aceitou, ficou por lá, mas, pensa que ela saiu? Ficou lá. Ficaram lá. Ficaram lá. Arraes foi simhora. Mandaram que ia sair, que ia sair, mas ficaram lá, batendo, batendo, batendo lá dentro do Engenho de Serra e Alarico mexendo por todo canto, por todo canto. Aí, foi até na América do Norte. A América do Norte foi que vieram esse golpe militar, nesse tempo, vieram esse golpe (sic).²¹

Percebe-se que, em sua crítica à ocupação do Engenho Serra, Heleno considera o Golpe Militar de 1964 como resultado daquela ação. Em outro trecho do mesmo depoimento, ele afirma: “Esse golpe veio a poder de Serra”.²² Sua fala ainda aponta que ocupações, como a ocorrida em Serra, não eram apoiadas pela Liga de Galiléia, por se constituírem um erro, tendo em vista que não contribuíam para a efetivação da reforma agrária “na paz”, e sim, possibilitavam reações mais duras vindas das classes dominantes.

²⁰ Heleno José de Barros. Entrevista concedida ao autor em 05/07/15.

²¹ Heleno José de Barros. Entrevista concedida ao autor em 05/07/15.

²² Heleno José de Barros. Entrevista concedida ao autor em 05/07/15.

Cícero também se refere à ocupação do Engenho Serra como uma ação que não teve a participação da Liga de Galiléia:

O pessoal foi, invadiram Serra né, invadiram Serra. As Ligas de Vitória invadiu Serra. Galiléia num foi não. O povo de Galiléia num foi não e o pessoal de Vitória, que arrumou o povo daquelas outras Ligas por lá, invadiram Serra, viu. E Arraes foi quem foi tirar (sic).²³

É preciso observar que, ao dizer que a ocupação do Engenho Serra foi realizada pelas “Ligas de Vitória”, Cícero está se referindo a uma ação coordenada pela delegacia ou sede das Ligas Camponesas de Vitória de Santo Antão. A não participação do núcleo de Galiléia, que estava ligado a esta sede, mostra que nem todos os núcleos recebiam e seguiam, da mesma forma, as orientações das lideranças. Também fica em evidência a tentativa da Liga de Galiléia em se manter numa postura mais moderada dentro do movimento.

O argumento de que a ocupação do Engenho Serra tirava a “tranquilidade” da região foi também usado pela imprensa escrita. O Correio da Manhã, em sua edição de 29 de fevereiro de 1964, noticiou a referida ocupação e uma greve geral de trabalhadores das usinas como ações de guerra promovidas pelos camponeses e assalariados rurais, que, organizados pelas Ligas, eram os responsáveis por abalar a “paz” da região e trazer sérios prejuízos à economia pernambucana:

Os usineiros responsabilizam o governo estadual pela formação de piquetes ilegais, constituindo verdadeira operação militar, e pelos prejuízos causados nas fábricas de açúcar. Os “cristalizadores”, aparelhos conhecidos como bastante sensíveis, estão sendo retirados a marretadas, com vultosos prejuízos. Tôda essa crise vem se refletindo na produção açucareira de Pernambuco, com prejuízos em tôda economia do Estado, cuja viga mestra é a produção do açúcar. Com a decretação da greve geral nos engenhos do município de Vitória de Santo Antão no dia de ontem, recrudescu o clima de agitação e intraquilidade, provocado pela recusa dos camponeses do Engenho da Serra, de abandonarem a propriedade de acôrdo com a decisão judicial. A líder dos camponêses, professora Maria Celeste, afirmou que existe a ameaça de morte para quem fôr à direção do Engenho da Serra, pois os camponeses estão portando armas de fogo, enquanto altos-falantes das Ligas Camponêses ameaçam a invasão da cidade de Vitória de Santo Antão a qualquer instante (sic). (CORREIO DA MANHÃ, 1964, p. 5).

²³ Cícero Anastácio da Silva. Entrevista concedida ao autor em 26/02/15.

Todavia, para Biu de Souza, a imprensa escrita local costumava utilizar a estratégia de associar as Ligas, sobretudo a Liga de Galiléia, a atos de radicalismo ou violência para prejudicar o movimento:

Denunciava o jornal da cidade e do estado: “Também o pessoal de Galiléia tão queimando cana”. O jornal bradava isso: “As Ligas Camponesas estragando, acabando com o canavial de cana”. Queimando, né, mas tudo isso era mentira, eles faziam isso pra provocar e pra ver as ligas se apagar. Mas isso nunca aconteceu: sair camponês de Galiléia ou ser convidado camponês de fora pra sair uma turma colocar fogo nas canas de senhor de engenho que existia por aí, isso nunca foi feito, não. Isso era denúncia que eles faziam pra acabar com as Ligas. Eles denunciavam isso, de queimadores de cana, somente pra prejudicar Galiléia e mais pra nada. Galiléia não mexia com ninguém. (sic).²⁴

Cícero também atribui à imprensa o papel de associar o movimento às ações de radicalismo e violência. Ele faz uma relação entre a oposição dos “empresários” e a postura acusatória da imprensa contra as Ligas, evidenciando, assim, que a fala da imprensa estava a serviço das classes dominantes:

As Ligas Camponesas gritava: “reforma agrária na lei ou na marra”. Naquilo, os empresários ficavam com raiva porque a gente dizia “reforma agrária na lei ou na marra”, né? Aí dizia que a gente tava tudo armado, aí a reportagem quando vinha dizia que a gente tava tudo armado, mas num existia nem sequer um revólver aqui. Existia espingarda, dali de banda, espingarda de fecho mesmo. Nem de cartucho num existia dentro de Galiléia, né? Existia espingarda soca-soca, né? E somente era o que existia, mas ele dizia que tava tudo armado, que quando chegava a reportagem aqui, que quando a gente soltava um fogos lá em cima, na sede, chegava tanta da gente no mundo, tudo de enxada, foice e estrovenga. Era a arma da gente. Era essa aí. Ele dizia que tava tudo armado, né? Tudo armado porque Julião pregava “reforma agrária na lei ou na marra”, né? Aí eles dizia que tava tudo armado, mas num existia nem sequer um revolver aqui dentro de Galiléia (sic).²⁵

De acordo com Julião (1962, p. 31),

²⁴ Biu de Souza. Entrevista concedida ao autor em 26/02/15.

²⁵ Cícero Anastácio da Silva. Entrevista concedida ao autor em 25/10/14.

A imprensa da classe dominante, ao surgir uma Liga, inicia contra ela um ataque violento e histérico, como se estivesse em frente a uma corja de bandidos e assaltantes. É obrigatório, nessa fase, para o redator policial, o registro com destaque de fatos deturpados, contendo insultos e calúnias contra os camponeses, sua Liga e seus dirigentes. Todos são chamados de comunistas, carbonários, terroristas e agitadores.

Também, segundo Julião (1962, p. 32), a mesma imprensa que denunciava as Ligas como um movimento violento, calava-se diante dos crimes praticados pelos latifundiários contra os camponeses: os ataques dos capatazes, as torturas, as derrubadas de casebres, a destruição de roçados, a aplicação do cambão e do vale do barracão etc.

Para Biu, essa imprensa servia como porta-voz dos latifundiários. Era por ela que os latifundiários cumpriam o objetivo de lançar o movimento contra a opinião pública, acusando-o de “fazer coisas erradas”: “O latifundiário sempre denunciava pelo jornal as coisa errada que Galiléia fazia, que nunca fez nada errado. Aqui, em Galiléia, ninguém nunca fez nada errado, só fazia certo (sic)”²⁶.

Cícero e Biu apresentam um contra-discurso: a acusação de que as Ligas eram violentas ou radicais, vinha das classes dominantes, utilizando, sobretudo, a imprensa, e dos órgãos oficiais do Estado, mas não condizia com a prática dos camponeses. Percebemos, assim, uma demarcação, mostrando que há um discurso oficial sobre as Ligas e outro que a ele se contrapõe, deixando claro que a história é um “campo de luta”, onde se registram conflitos, contradições e diversidades normalmente “esquecidos” pelos registros oficiais (MONTENEGRO, 2010b, p. 27).

Trata-se de um contra-discurso que, de acordo com Montenegro (2010a, p. 32), procura “rachar as palavras”, ou seja, desnaturalizar as palavras de um discurso dominante que, no caso das Ligas, definia a luta dos camponeses como naturalmente violenta.

Nota-se que esse contra-discurso foi construído no aprendizado da luta, no cotidiano do movimento, quando os camponeses conseguiam identificar a diferença entre o que faziam e o que era registrado nos jornais e nos discursos oficiais. Certamente, conteúdos formativos sistematizados, como a Cartilha do Camponês e o documento “Bença, Mãe!”, também serviram de base para o aprendizado da construção desse contra-discurso. Observe-se, por exemplo, que a Cartilha do Camponês, em seu parágrafo 6, além de definir a violência como uma prática que parte dos latifundiários e não dos camponeses, confrontando-se, assim, com o

²⁶ Biu de Souza. Entrevista concedida ao autor em 26/02/15.

que diziam os porta-vozes das classes dominantes, orienta à não conformação com um discurso que naturalizava a situação de opressão como algo que acontece porque “Deus quer” (JULIÃO, 1960, p. 7-8). Uma orientação muito parecida está no parágrafo 11 do documento “Bença, Mãe!”, no qual os camponeses são provocados a não aceitarem o discurso dominante que afirma a divisão entre pobres e ricos e a condição de pobreza dos camponeses como expressões da vontade de Deus. Tal discurso, segundo o documento, interessava aos opressores, mas não aos camponeses oprimidos (JULIÃO, 2009, p. 220-221). Portanto, orientações como essas, aliadas a tudo aquilo que se vivia no cotidiano do movimento, contribuíam com a formação de novos saberes e, conseqüentemente, de novos discursos.

Conforme Cícero, os enfrentamentos com proprietários, capatazes e policiais eram sempre momentos de tensão, porém não aconteciam com uso de violência por parte dos camponeses, como diziam os jornais, mas, sim, por táticas de mobilização, que incluíam, por exemplo, mutirões para reconstruir casas de moradores que eram expulsos sem indenização e concentrações na frente das casas de moradores ameaçados. O depoimento abaixo mostra uma dessas táticas de mobilização:

Quando botava um morador pra fora, daqui da redondeza da gente, que o patrão não indenizava ele, queria expulsar ele de qualquer jeito, botava os “trem” dele pra fora, a gente ia e botava os “trem” dentro de casa. Juntava todo o povo ao redor assim, ia pra lá pra aquele engenho, botava os trem dentro de casa, se descobria, ele estava com a casa descoberta, a gente cobria a casa de novo. O patrão descobria a casa para ficar descoberta, a gente ia, cobria a casa e botava os móveis dentro de casa e dizia: “Não sai daqui, não. De maneira nenhuma. Só sai se indenizá-lo (sic)”.²⁷

Outro exemplo da tática da Liga de Galiléia está neste relato:

Um dia vieram, se juntaram, derrubaram uma casa de um companheiro, aqui em Galiléia. O exército veio... O exército, não. Foi a polícia. O companheiro tinha uma casa, eles mandaram derrubar a casa e a gente viemo e não deixemo. Num deixemo. O pessoal num deixaram eles derrubarem a casa, da ordem da justiça, né. Aí veio um grupo de policial de Vitória, tudo armado de fuzil: “A gente vai derrubar a casa!” Aí João Virgínio perguntou: “Quem mandou derrubar essa casa?” “A justiça”. “A justiça, não. Eu quero saber a ordem do governador”. João Virgínio. “Se for ordem do governador derruba, se não for ordem, não derruba, não”. Aí, nessa hora, um companheiro, os policial tudo assim, com os fuzil, um companheiro deu um bote na

²⁷ Cícero Anastácio da Silva. Entrevista concedida ao autor em 25/10/14.

mão de um policial daquele e escalou assim, da polícia, assim: “Pra trai, volta!” Um tá de Bia Durão. Pegou o fuzil dele e escalou na frente da polícia, assim, dele mesmo, né? Aí eles voltaram, foram simhora. Mas, num passou nem duas hora. Menino! Chegou um batalhão de polícia! Parece que voaram! Vieram avoando. Chegou tanta da polícia no mundo, que invadiu lá, ao redor, onde tava perto da casa. E a gente tudo lá esperando e disse: “Ele vai chegar”. Quando deu fé, chegou, né. João Virgínio: “Tem que trazer a ordem”. Aí disseram e vieram com um documento: “Óia aqui, o governo autorizou”. João Virgínio pegou o papel e disse: “É, se foi do governo, pode derrubar”. A gente se afastemo, aí eles pegaram a casa e derrubaro (sic).²⁸

O acontecimento relatado por Cícero tem a ver com uma das orientações do “Bença, Mãe!”, que no seu parágrafo 11, letra “g”, diz: “Quando teu irmão estiver sendo atacado pelo latifundiário, pelo capanga ou pela polícia, a seu mando, vai em socorro dele, mesmo com o risco da tua vida” (JULIÃO, 2009, p. 221).

Observa-se também que o relato de Cícero ressalta o papel de liderança exercido por João Virgínio na Liga de Galiléia. Como dissemos no segundo capítulo, João Virgínio fez parte da primeira diretoria da SAPPP e, segundo o próprio Cícero, foi com o apoio dele que José Ayres dos Prazeres contou para realizar as primeiras articulações e reuniões que resultaram na criação da sociedade:

Eu ouvi João Virgínio conversando com José Ayres dos Prazeres, né. Aí Zé Ayres dos Prazeres: “Ô João, por que vocês num faz uma sociedade? Num cria a sociedade pra fazer enterro?” Aí João: “Eu não sei fazer, não. Eu sei lá fazer isso!” Aí Zé Ayres dos Prazeres disse: “Eu dou a ideia, eu dou a dica de como é que faz, que fazer se reúne”. Aí, de repente, já tava se conversando isso e eu tava presente, junto de João Virgínio, Zé Hortêncio, Zé Francisco, pai Francisco, né.²⁹

Heleno também aponta João Virgínio como o principal apoio de José Ayres dos Prazeres para a criação da SAPPP:

Aí João Virgínio, conversando com Zé dos Prazeres: “Porque num faz uma sociedade?”. Ele falou: “E eu sei, Zé dos Prazeres. Fazer sociedade aqui por quê? Patrão num quer, Zezé num quer, porque Zezé é administrador dele.” Aí ele disse assim: “Tem jeito, rapaz. Você fala com Zezé e aí depois você vai falar com o

²⁸ Cícero Anastácio da Silva. Entrevista concedida ao autor em 25/10/14.

²⁹ Cícero Anastácio da Silva. Entrevista concedida ao autor em 26/02/15.

velho”. Aí João Virgínio foi, falou com Zezé. Aí Zezé disse: “É João, o que é que eu vou fazer? Se a gente não falar com seu Oscar, a gente num pode fazer nada, porque só se falar com ele”. Aí ele disse: “É, vamos lá falar com seu Oscar”. Chegou lá, falou com seu Oscar. Aí seu Oscar disse assim: “É João, como é isso, João?” “Isso aí, seu Oscar, estamos fazendo essa associação pro mode se morrer um, ter o enterro. Pro mode se cair um doente, vai limpar o roçado dele, vai fazer farinha pra pagar seu foro, se ajunta tudo e faz pra pagar seu foro. Num é pra nada, não, é somente sobre isso.” “É João, sendo assim tá bom. Tá bom, João, tá bom” (sic).³⁰

Em seu livro *História das Ligas Camponesas do Brasil*, Clodomir Santos de Moraes transcreveu uma carta recebida de José Ayres dos Prazeres, datada em 09 de novembro de 1966, na qual ele afirma que o apoio de João Virgínio foi muito importante para se alcançar a adesão do administrador do engenho, Zezé da Galiléia, à SAPPP e para se conseguir o local onde deveriam ocorrer as primeiras reuniões da sociedade, que por sua vez, foi a casa do próprio Zezé (MORAIS, 1997, p. 63).

Em um de seus depoimentos, Cícero fala sobre João Virgínio como um líder ousado e que agia com um radicalismo que o tornou alvo dos proprietários da região. Ele conta que, quando as Ligas mobilizavam os trabalhadores para entrarem em greve nos engenhos, alguns proprietários pediam para que, pelo menos, o destilador continuasse trabalhando até se concluir a destilação da cachaça, a fim de que não fosse perdido o produto. Cícero costumava atender a esses pedidos, mas João Virgínio não atendia:

A gente parava os engenhos todinho, não ficava ninguém nos engenhos. A gente vinha pra sede de Vitória, né, eu ia parando os engenhos, eu ia pra um lado, João Daniel pro outro, João Virgínio pro outro e cada cá saía pra uma parte, né. Eu entrava pra essa parte aqui. Quem pedia a mim, os engenhos que não ia, que fazia a cachaça, que já tava destilando, ele pedia: “Se não vou perder”. Todo mundo queria ir, que todo mundo era sócio das Ligas, todo mundo queria ir, né. Aí tinha gente, chorava pedindo pra eu deixar, pelo menos, o destilador por conta da cachaça, pra num perder. Eu deixava ficar o destilador: “Quem é o destilador?” “É fulano”. Eu deixava: “Fique fulano, tomando conta”. E João Virgínio e outros não deixavam: “Num fica ninguém”. Perdia a cachaça todinha do engenho (risos). Aí os engenhos denunciaram eles também, os donos de engenho. E eu, ninguém denunciou de mim, porque eu deixava a pessoa pra tomar conta da cachaça. A cachaça tava destilando, enchendo um, botando outro, enchendo um, botando outro, né, aí eu deixava, né, só não deixava o engenho moendo. O engenho parava, mas a cachaça, que já tava

³⁰ Heleno José de Barros. Entrevista concedida ao autor em 05/07/15.

destilando, tinha que correr até... Se não tivesse ninguém, ela derramava no chão, né. Aí os engenhos que eu passava, nenhum deu parte de mim (sic).³¹

Assim como Cícero, Heleno também afirma que João Virgínio foi um dos líderes mais procurados pelo exército, quando o Engenho Galiléia foi ocupado no momento do golpe de 1964:

Eu só sei que aí, eles ficaram nessa luta pra pegar João, pegar João, pegar João... E João Virgínio, dentro das matas, lá pra cima, que aqui era mata viu... Pra dentro dessas matas, escondido. Os meninos era quem ia levar um comezinho pra ele. Compadre Ciço, aí, que era o mais conhecido dele, porque ele não confiava em todo mundo, né. Aí o compadre levava comer, levava café pra mode de ele não enfraquecer lá e num morrer. E o exército em cima, em cima, em cima. Aí o exército disse a mulher: “Diga a ele que pode vir, que ninguém vai fazer nada com ele, não. Quer saber somente da boca dele como é e como num é isso e também como é essas Liga, como foi que começou”. A mulher foi e disse a ele. Ele: “Vou nada, eles querem me matar, eles tão é te enganando, mulher. Oxe, eles querem é me matar” (sic).³²

A liderança de João Virgínio também estava acompanhada de uma ação educativa. Referindo-se a essa ação educativa daquele camponês de Galiléia, diz Heleno: “João tinha uma cabeça viu! Ali era muita cabeça! O cabra era feito na luta, viu, o João Virgínio”.³³ Segundo Cícero, ele foi o único camponês de Galiléia a visitar Cuba e, ao voltar, falou de sua experiência e orientou os galileus a resistirem com armas, caso o golpe se concretizasse no Brasil:

João Virgínio foi pra Cuba, né. Quando chegou lá, tava aquela confusão em Cuba, medonha, né. Os americanos querendo acabar com Cuba, né. E João Virgínio foi nesse rolo, né, mas ficou por lá. (...) João Virgínio contou a história todinha, como era em Cuba. João disse: “Olhe, Fidel não para em pé só num canto, né. Num fica parado num canto.” Ele contava essa história e mostrou a foto dele treinando guerrilha, né, detrás de saco de areia, o fuzil, metralhadora, João Virgínio. Aí essa foto de João Virgínio saiu por aí a fora, por todo canto. (...) Ele contava a história todinha como foi, mas ele dizia: “Se por acaso houver uma revolução, a gente tem que pegar em arma”. Mas, não existia arma: “Olha, aparece, depois, na hora,

³¹ Cícero Anastácio da Silva. Entrevista concedida ao autor em 26/02/15.

³² Heleno José de Barros. Entrevista concedida ao autor em 05/07/15.

³³ Heleno José de Barros. Entrevista concedida ao autor em 05/07/15.

aparece. Se houver a revolução, o governo resolver agir, aparece arma”. Mas, não chegou o ponto de o governo agir. João Goulart não chegou o ponto de agir, né.³⁴

Biu lembra que João Virgínio fez um relato bastante positivo sobre Cuba, que, vale ressaltar, aproxima-se muito da forma como a experiência cubana é apresentada no parágrafo 1 da Cartilha do Camponês, conforme vimos no terceiro capítulo:

Ele achou muito bom né, ele espalhou a notícia que lá em Cuba num tem nada de mau não, de ruim não. O governo de Fidel Castro falando que tudo era de bom. Não existia gente passando fome, nem gente preso, nada de violência existia em Cuba. João Virgínio passou uns oito dias mais ou menos. O pessoal: “Não, porque João Virgínio foi em Cuba? Vai trazer coisa ruim pra cá”. Ele disse que lá achou foi bom, num achou nada errado lá não.³⁵

Diferentemente de Julião, João Virgínio não deixou textos formativos escritos, mas aparece na oralidade dos camponeses de Galiléia, conforme veremos mais adiante, como um importante educador. Pelo que se pode perceber é que os depoimentos de Cícero e Heleno, registrados até aqui, apontam aquele camponês de Galiléia como um líder e educador influenciado pelo radicalismo assumido pelo movimento no início da década de 1960 e presente, sobretudo, no conteúdo do documento “Bença, Mãe!”.

É nesse sentido que Cícero, mesmo afirmando, em seus depoimentos, o caráter pacífico do movimento, relata que participou de ações nas quais os camponeses das Ligas de Vitória se juntaram para ameaçar queimar a casa de proprietários, caso estes expulsassem moradores sem o pagamento de indenização, demonstrando seguir, assim, uma orientação do “Bença, Mãe!”, registrada no parágrafo 11, letra “i”, para a aplicação da Lei de Talião ou Lei de Moisés: “Se o latifúndio derrubar a tua casa ou arrancar a tua lavoura, junta os teus irmãos e derruba a casa dele e arranca a lavoura dele, aplicando a lei de Moisés: ‘Olho por olho, dente por dente’” (JULIÃO, 2009, p. 221). São lembrados dois casos. O primeiro, ocorrido no Engenho Paris, no Cabo de Santo Agostinho:

A gente fomos daqui, ói, pra um engenho aqui chamado Paris. O homem botou o morador da banda de fora, os “trem” dele. O morador chegou aqui. Tava com os “trem” e a família tudo da banda de fora da casa. Tava com a casinha descoberta. A

³⁴ Cícero Anastácio da Silva. Entrevista concedida ao autor em 26/02/15.

³⁵ Biu de Souza. Entrevista concedida ao autor em 26/02/15.

gente se ajuntemo o pessoal dessa redondeza todinha aqui e fumo pra Paris. Botemo o morador dentro de casa. Um engenho chamado Paris. Botemo o morador dentro de casa, cobrimos a casa, plantemo o roçado dele todinho num dia, o sitinho dele, que ele trabalhava. Plantemo tudinho. O patrão... Num chegou ninguém: “Se bulir a gente queima tudinho dessa sua casa aí. Se bulir”. Isso com o morador lá (sic).³⁶

O outro, ocorrido no Engenho Bento Velho, vizinho do Engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão:

Aqui em Bento Velho, outro. Coroné Tavares tinha um associado, botou, mandou pra fora. Botou os “trem” da banda de fora, né? Quando ele correu, contou aqui na sede. A gente fomos pra lá, juntemo o pessoal todinho. Levou maniva, levou enxada, levou tudo: foice, enxada, tudinho. O sitinho dele não tinha um hectare de terra, não. Era um meio hectare de terra. A gente, dentro de uma hora, plantemo tudinho, de lavoura. Era gente pra todo o lado, assim, plantando, óia, lavoura. Quando deu fé, chegou a polícia. Chegou a polícia de Vitória. O juiz com a polícia. “Quem mandou fazer?” “Só sai se for indenizado. Se não indenizar... Cumpra a lei! Que tá escrito”. Até a gente dizia os artigo da lei tal, tal, tal... Alguns que tinha mais inteligente, dizia: “Cumpra essa lei! Que tá escrito”. O sítio já tava plantado, do homem. Aí: “Cadê o véio Zezé? Vamos resolver lá no Engenho. A gente vai indenizar, vai indenizar o homem. Vai indenizar, vamos pra casa-grande do engenho, aí, em Bento Velho. Aí, vamos com o véio Zezé”. Aí eu disse: “Ói, o véio não vai, não. Só vai se for com a gente. Vocês querem pegar o véio Zezé, querem pegar e seqüestrar ele, acabar com ele”. “Não, a gente não vai fazer isso, não. Vai resolver lá na casa-grande do engenho”. Aí eu disse: “Ói, você vai. Pode até levar ele, mas a gente vai logo mandar um bocado lá pra casa-grande, antes de vocês saírem daqui. Se vocês chegar e agente vai atrás de vocês aqui, na carreira. (...) Se não chegar com o véio Zezé lá, a gente toca fogo na casa-grande, viu? A gente toca fogo na casa-grande”. Aí é quando eles vieram: “A gente vai pra casa-grande, resolver o negócio lá do morador”. Mas, o pessoal vieram tudo numa carreira. Já tinha um grupo, já tava cá. A gente viemo tudo na carreira, atrás. Eles vieram. Se não chegar, toca fogo na casa-grande (sic).³⁷

Os depoimentos acima reforçam as orientações presentes no parágrafo 11 do “Bença, Mãe!”, já citadas anteriormente neste trabalho, de só se atacar os latifundiários como resposta aos ataques deles.

³⁶ Cícero Anastácio da Silva. Entrevista concedida ao autor em 25/10/14.

³⁷ Cícero Anastácio da Silva. Entrevista concedida ao autor em 25/10/14.

Cícero lembra, por exemplo, que, antes de fazer parte das Ligas, tinha constantemente o seu roçado destruído pelos bois do latifundiário: “Quando a roça tava tudo desse tamanho, assim, os bois entravam e comiam tudinho (sic)”.³⁸ E quando isto acontecia, não reagia, “perdia tudo, não arrumava nem farinha pra comer”.³⁹ Ele afirma que não teve mais esse problema, depois que se envolveu com a Liga de Galiléia, até porque o patrão, com medo de reações das Ligas, “não deixava fazer mais”⁴⁰, ou seja, evitava que seus bois destruíssem as lavouras de integrantes do movimento. Como já vimos, uma das orientações do parágrafo 11 do documento “Bença, Mãe!” era para que fosse atacado o gado dos latifundiários que soltassem bois nos roçados dos camponeses. Mesmo não afirmando ter participado deste tipo de ação, Cícero lembra que ela era orientada e efetivada: “Se tivesse, se fosse nos tempos das Ligas, ele matava. Matava e comia”.⁴¹

Cícero, no entanto, mantém a crítica aos que tentaram agir, em momentos de enfrentamento, com ações mais radicais: “Nesse meio, tem gente que quer se levantar. Quer se levantar, quer ser... Eles pega, mete o cacete pra cima, mata, faz e acontece”. Ele lembra, inclusive, que havia orientações das Ligas para se matar boi do proprietário, caso este não cedesse um para algumas festas, ou pescar, à força, no açude do engenho, caso não fossem doados peixes para os moradores na Semana Santa. Porém, afirma que isso não ocorria em Galiléia.⁴²

Biu também afirma que não havia radicalismo nas ações da Liga de Galiléia: “A turma aqui não falava nada pra agitar, não. Quando era problema de agitação, não era com o pessoal de Galiléia”.⁴³

Ao afirmar que as Ligas, sobretudo em seu núcleo de Galiléia, não tinha ações radicais e ao criticar a radicalização de alguns integrantes do movimento, Cícero e Biu nos ajudam a compreender que os camponeses assimilavam as orientações mais radicais do documento “Bença, Mãe!” com independência, apesar de, em várias ocasiões, Julião se referir aos textos formativos que escrevia como doutrinadores (JULIÃO, 1962, p. 26).

Nota-se que, mesmo que alguns depoimentos, sobretudo de Cícero, registrem ações da Liga de Galiléia consideradas radicais, há todo um cuidado para se evitar que essas ações sejam associadas àquilo que as classes dominantes chamavam de crime ou violência. Essas ações, normalmente chamadas de radicais, são interpretadas, nos depoimentos, como reação

³⁸ Cícero Anastácio da Silva. Entrevista concedida ao autor em 26/02/15.

³⁹ Cícero Anastácio da Silva. Entrevista concedida ao autor em 26/02/15.

⁴⁰ Cícero Anastácio da Silva. Entrevista concedida ao autor em 26/02/15.

⁴¹ Cícero Anastácio da Silva. Entrevista concedida ao autor em 26/02/15.

⁴² Cícero Anastácio da Silva. Entrevista concedida ao autor em 25/10/14.

⁴³ Biu de Souza. Entrevista concedida ao autor em 26/02/15.

ou defesa contra as violências cometidas pelos latifundiários, que, como já vimos, faziam parte das orientações do documento “Bença, Mãe!”. Para eles, violentos eram os latifundiários.

Outra coisa que os depoimentos nos permitem compreender é que o tema da união dos camponeses, que, como já vimos, é o tema central da Cartilha do Camponês e do documento “Bença, Mãe!”, estava presente no cotidiano do movimento e era sempre discutido em reuniões. De acordo com Biu, o tema da união: “Sempre falava. Era o que mais... Era mais discutido, né? Era o que era mais discutido em reunião”.⁴⁴

Os depoimentos acima também ressaltam um aprendizado importante para aqueles camponeses que se integraram às Ligas: o aprendizado da fala para argumentar, discutir, reivindicar, denunciar, criticar.

4.2 – A Fala como Aprendizado

Freire (2011, p. 170) classifica a educação que nega às “massas populares” o “direito de dizer sua palavra” como o caminho da dominação, pois sendo ensinados a não denunciar, a não questionar e, conseqüentemente, a não atuar em favor da transformação do mundo, os oprimidos adaptam-se à realidade que serve ao dominador.

Tanto a Cartilha do Camponês como o documento “Bença, Mãe!” orientam o uso da fala, pelos camponeses, para construir contra-discursos, protestar e reivindicar. Como já vimos, a Cartilha do Camponês tem vários trechos com orientações referentes à desconstrução de discursos elaborados por latifundiários e seus aliados, à mobilização em favor da garantia de direitos e à união para o fortalecimento da luta. Desconstruir discursos, fazer mobilização e unir a classe para a luta requer o aprendizado de um novo jeito de dizer a palavra. No documento “Bença, Mãe!”, especialmente no parágrafo 11, a fala é incentivada para debater ideias, para desconstruir o ensinamento de que a terra tem que ser governada pelos “homens ricos” e para reelaborar conceitos como os de grevista e comunista (JULIÃO, 2009, p. 220-224).

Cícero confirma esse aprendizado da fala nas Ligas: “A gente aprendia, Julião ensinava a gente, dizia ‘olha, essa lei é essa’ e a gente gritava e falava”.⁴⁵ Não só Julião, mas também João Virgínio, no contexto da Liga de Galiléia, atuava como um educador que

⁴⁴ Biu de Souza. Entrevista concedida ao autor em 26/02/15.

⁴⁵ Cícero Anastácio da Silva. Entrevista concedida ao autor em 25/10/14.

contribuía com a construção, entre os camponeses, de um processo educativo no qual a fala crítica, denunciante e propositiva era aprendida e também ensinada:

A gente aprendeu a explicar às pessoas com a ideia de Julião e João Virgínio, ensinando a gente como era que a gente explicava, né, denunciar as coisas, dizer o que era que o pessoal tinha direito, ao povo, explicar... A gente explicava na multidão do povo, quando a gente se reunia... Quando a gente ia pra cidade, a gente ia pra cidade, que fazia comício, discutia em carro de palanque, em cima de carro, de caminhão, né, com microfone, com som, falando, eu nunca subi pra falar, em cima, eu ficava em baixo, no meio da multidão do povo, conversando com o povo, explicando ao povo as coisas como era. Aí, os meninos subia: João Virgínio subia, Braz Francisco subia, Zé Francisco subia, Rosário subia, o velho Zezé subia, né, os outros tudo subia (sic).⁴⁶

Heleno narra uma discussão que teve com o administrador (Zé Veinho) e o proprietário do Engenho Brasil (“Seu” Luiz), nos arredores do município de Chã de Alegria, onde ele trabalhava, associando a sua fala crítica, no momento do enfrentamento com o administrador e o patrão, aos aprendizados construídos na Liga de Galiléia, da qual ele era sócio. O depoimento também mostra que os saberes decorrentes das práticas do movimento estabeleciam novas relações de poder e novos sujeitos:

Aprendi com as Ligas. Olhe, quando foi um sábado, eu pedi a ele: “Ô seu Zé Veinho...” Num sábado... Não, na segunda-feira: “No sábado eu não venho trabalhar, não, porque eu vou fazer uma prensa de mata pra fazer farinha pra comer”. Ele disse: “Tá certo, Heleno”. Bom, quando foi no sábado, eu disse: “Tá certo, seu Zé, o que eu lhe disse segunda-feira, pra eu ir fazer a farinha?” Ele foi e disse: “Você num pode, não. Ainda tem que cobrir esse resto de cana”. Num dava meia conta, mas era pirraça dele comigo, era o jeito dele fazer pirraça comigo, porque ele sabia que eu era das Ligas. Aí ele não quis deixar. Aí eu disse: “Apôis se o senhor quiser, eu vou, e se o senhor não quiser, eu vou, porque eu tô com a mandioca arrancada lá na casa de farinha e eu não vou perder minha mandioca, não. Eu vou, viu?” Ele disse: “Apôis eu lhe amostro que você num vai”. Aí eu disse: “Apôis eu lhe amostro como eu vou. Eu lhe amostro se eu venho amanhã aqui”. No outro dia eu fui fazer minha farinha. Quando foi no domingo, uma base de umas sete horas, chegou ele: “Olha aqui, seu Luiz disse que você fosse lá, você e Dé”. Dé era um morador que tinha lá que também foi fazer farinha. Mas Dé também tinha pedido a ele, com tempo, né. Aí quando chegamos lá, seu Luiz tava sentado na frente de casa,

⁴⁶ Cícero Anastácio da Silva. Entrevista concedida ao autor em 26/02/15.

parecia o senhor do mundo. Demos bom dia, mandou nós sentar, nós sentamos. Eu com medo que ele viesse dar na gente, né. Ele não, os capangas. Mas, não, ele sabia que eu era das Ligas já: “Não, ninguém vai bulir com ele, não. Se for entrar aqui... Quem entrar aqui, entra pra valer”. Ele chegou e disse: “Ô seu Heleno, me diga uma coisa: esse engenho aqui é meu ou é seu?” Eu digo: “É do senhor. E eu tenho engenho? Eu já moro aqui, como é que tenho engenho? Só pode ser seu”. “É porque eu mandei...” “Mas eu pedi, seu Luiz, desde segunda-feira, a seu Zé Veinho, ele aceitou pra gente mandar arrancar a mandioca na sexta-feira, pra no sábado a gente fazer e ele aceitou. Quando foi no sábado, ele queria que a gente perdesse a mandioca já arrancada lá na casa de farinha. Não, eu tinha que fazer. E tem uma coisa: se o senhor quiser eu aqui, bem, se o senhor não quiser, pode dizer que eu já vou desocupando. De hoje em diante o senhor dê o seu sítio a quem quiser, que eu não quero mais, não. Ele: “Não, não, não.” Eu disse: “Quero nada”. Aí eu vim embora. Aí ele chamou seu Zé Veinho e disse: “Olhe, num mexa com ele, não. Deixe ele lá. Deixe ele sair quando ele quiser. Aí é das Ligas de Galiléia” (sic).⁴⁷

Ao pronunciar uma fala que ia contra os interesses do administrador e do dono do engenho, Heleno anunciava a prática de um novo sujeito, disposto a romper com as humilhações que normalmente eram impostas aos camponeses e a construir uma nova relação com o patrão. Já o proprietário, frente a frente com Heleno, reconhecia que não deveria manter com aquele camponês a mesma relação que os proprietários de terra costumavam estabelecer com os camponeses naquele período, na base da violência, prepotência e arbitariedades. Era preciso mudar a relação, pois ele estava diante de um integrante “das Ligas de Galiléia”, ou seja, de um camponês apoiado por esse movimento e que, nele, havia aprendido sobre os seus direitos e a questionar as ordens do patrão.

De acordo com Gohn (2011, p. 113), “os procedimentos metodológicos utilizados nos processos de educação não formal estão pouco codificados na palavra escrita e bastante organizados ao redor da fala”. Uma fala que surge a partir dos problemas do cotidiano e das trocas com os outros integrantes do movimento, articulando saberes que vão contribuindo para pensar, discutir e reelaborar a realidade presente. Por isso que, de acordo com Cícero, o conteúdo dos discursos nos palanques e caminhões e das conversas “no meio da multidão do povo”, visavam compartilhar conhecimentos sobre a importância das Ligas para aquele momento e sobre os direitos dos camponeses e trabalhadores rurais:

⁴⁷ Heleno José de Barros. Entrevista concedida ao autor em 05/07/15.

Eu falava para o povo que as Ligas resolvia todo problema do trabalhador, todo problema do trabalhador: a aposentadoria foi de ter aparecido foi por parte das Ligas, indenização, férias, décimo, tudinho a gente falava pro povo, que não tinha nada disso, não, trabalhava, saía, simbora, sem nadinha, né. Tudo isso tem. A gente explicava tudo para o povo, tudinho nos engenhos, quando a gente saía para os engenhos: “Vocês tem direito a isso, isso, isso e isso, só sai se pagar isso a vocês. E, quando sair, ser indenizado, né” (sic).⁴⁸

Pelo depoimento de Cícero, percebe-se também a importância das Ligas para o aprendizado e a troca de informações acerca de questões legais, antes não dominadas pelos integrantes do movimento, como, por exemplo, o direito à indenização:

Aprendemos isso adepois das ligas, que Julião disse: “A lei é assim, assim, só pode sair se for indenizado, a lei diz desse jeito, desse e desse”. Julião dizia: “Só pode sair da terra se for indenizado, se não for indenizado não sai” (sic).⁴⁹

Ao relatar sobre a tentativa de expulsão de um associado das Ligas, que era morador do Engenho Bento Velho, Cícero diz que os camponeses de Galiléia, ao se mobilizarem para defender o referido morador, citaram, diante das autoridades presentes no momento do despejo, artigos da legislação que davam ao camponês o direito de ser indenizado: “‘Só sai se for indenizado. Se num indenizar... Cumpra a lei que tá escrito’. Até os artigos da lei tal e tal e tal. Os mais inteligente dizia: ‘Cumpra essa lei que tá escrito’” (sic).⁵⁰ Ao dizer que quem citou os artigos da lei foram “os mais inteligentes”, Cícero está pontuando que nem todos tinham o mesmo domínio dessas questões legais. Porém, fica claro que o conhecimento construído favorecia o acesso a assuntos antes complexos e obscuros para os camponeses.

O mesmo podemos dizer em relação aos assuntos relacionados aos direitos trabalhistas. Nas Ligas, os camponeses acessavam informações que lhes possibilitavam aprender sobre quando esses direitos estavam sendo violados, conforme vemos neste depoimento de Heleno:

Quando tinha aumento de trabalho, nesses engenho, que as Liga ia lá pro mode... Se o engenho não queria pagar (...) as Liga batia em cima. (...) Esse aí de Serra Grande, era um senhor de engenho forte, esse aí de Serra Grande, aí João Virgínio foi, paremo lá, para o Engenho Serra Grande, tava, o engenho tava com as cuba tudo

⁴⁸ Cícero Anastácio da Silva. Entrevista concedida ao autor em 26/02/15.

⁴⁹ Cícero Anastácio da Silva. Entrevista concedida ao autor em 26/02/15.

⁵⁰ Cícero Anastácio da Silva. Entrevista concedida ao autor em 26/02/15.

cheio de cachaça, de cada, pra fazer aguardente, né, fazer aguardente. Aí, João Virgínio: “Para tudo, para tudo!” Aí parou tudo lá. “Num mói nada! Enquanto você num pagar o direito do povo, aqui num mói nada!” Aí, ele disse: “Mas João, num faça isso, João! Assim eu vou perder minhas calha, as cuba tá tudo cheia aí, já pra fazer aguardente”. Aí, João Virgínio disse: “Apoi...” “Num faça isso, deixe dois ou três aí pra fazer a cachaça, pra eu não perder”. Aí, João Virgínio disse: “É, você tá me pedindo muito, eu vou deixar. Mas, é somente pra fazer a cachaça. Pra fazer, tá tudo parado!” Eu só sei que ele... João Virgínio deixou ele, aí ele resolveu. Cortou a braça, cortou, aí fez o pagamento, o aumento do pagamento do povo, direitinho (sic).⁵¹

Ao ser perguntado sobre se, antes de seu envolvimento com as Ligas, sabia fazer essas mobilizações em torno dessas questões trabalhistas, Heleno é enfático: “Não, num sabia, não. Aprendi com as Ligas” (sic).⁵²

Para Gohn (2012, p. 22), os processos de educação não formal ocorridos nos movimentos sociais contribuem para que os grupos oprimidos tenham acesso a informações mais precisas e técnicas sobre assuntos relacionados à legislação. Assim, a atuação de assessorias ou coordenações técnicas, como a exercida por Julião e outros líderes nas Ligas, possibilitaram que os integrantes do movimento não apenas agregassem essas informações, que antes estavam dispersas, mas também as multiplicassem com os seus pares, resultando no fortalecimento de ações de mobilização, reivindicação e pressão sobre os patrões e os governos.

Os depoimentos de Cícero e Heleno demonstram que ambos, no movimento, construíram aprendizados acerca dos direitos do indivíduo enquanto cidadão. De acordo com Gohn (2011, p. 106), esse tipo de aprendizagem é uma das dimensões da educação não formal desenvolvida por movimentos populares. Uma aprendizagem que nasce da participação dos indivíduos em atividades de interesse coletivo, que lhes ajuda a construir conhecimentos para analisar o meio social onde estão inseridos e identificar sua exclusão do exercício de direitos garantidos em lei, mas não efetivados na prática.

As autoridades locais viam o aprendizado e a prática da fala dos camponeses das Ligas como uma ameaça. Segundo Cícero, os camponeses que faziam as denúncias publicamente, em cima de palanques ou caminhões, utilizando microfones, ou que tinham mais participação no exercício da fala nas reuniões, foram os que ficaram sob atenção maior da polícia e, na ocasião do golpe militar de 1964, foram os primeiros a ser procurados e presos pelo exército:

⁵¹ Heleno José de Barros. Entrevista concedida ao autor em 05/07/15.

⁵² Heleno José de Barros. Entrevista concedida ao autor em 05/07/15.

Ficou visto todos eles que subia em cima de palanque. Ficou visto da polícia. Eles ficava tudinho de olho, né, observando. E eu não subia. Eu ficava somente conversando com todo o povo, assim, em baixo, no chão. Aí, eu não fui visto na revolução. (...) Eu não falava muito, não, que eu não falava, né. Mas, quem falava, metia a boca pra cima, sobre o latifundiário, sobre o latifundiário, metia a boca pra cima, falava o escambal, né? Eu não falava muito, mas por isso que eu não fui visto muito do povo. Não fui, a polícia, o exército nem a polícia me olhou tanto para me pegar. Mas, quem foi, quem falava muito sobre o latifundiário, foi visto, foi chamado tranquilo. Nos engenhos por aí afora, tinha engenho por aí afora que tinha cada um cara que metia o pau pra cima, viu, falava mesmo, desculhambava o latifundiário, né. Esse na revolução, Vige Maria! O que não morreu, mas apanhou muito (sic).⁵³

Entretanto, não eram só as autoridades brasileiras que definiam a fala desses camponeses como uma ameaça. O governo dos Estados Unidos, preocupado em agir para que o Brasil não passasse por uma revolução nos moldes da Revolução Cubana, enviava agentes para conhecer o que estava se passando no Nordeste brasileiro, sobretudo observando a atuação das Ligas (PAGE, 1972, p. 11). Os conteúdos das falas dos camponeses constituíam-se como fontes principais para a interpretação do Nordeste do Brasil como uma região à beira de uma revolução socialista. Cícero lembra:

A CIA entrava aqui dentro pra pegar as conversas da gente. Vinha se fazendo de tão bonzinho, pra a gente contar as história todinha pra eles pegarem e botar no jornal e prejudicar, até que prejudicou as Ligas Camponesas. Terminou fazendo a revolução (sic).⁵⁴

A atenção do governo estadunidense se voltou para o Nordeste brasileiro depois que Tad Szulc, correspondente do jornal *The New York Times* na América Latina, publicou, em 31 de outubro de 1960, um artigo de primeira página apontando essa região do Brasil como um lugar de extrema pobreza e que vinha sendo bastante influenciada por extremistas de esquerda e líderes comunistas como Fidel Castro e Mao Tsé-Tung. No mesmo artigo, Szulc lembrava que Recife era uma cidade estratégica para a Força Aérea dos Estados Unidos, pois era o local de escala de técnicos e de materiais que seguiam para a base de rastreamento de mísseis teleguiados que ficava na Ilha da Ascensão, localizada no Atlântico Sul, ressaltando,

⁵³ Cícero Anastácio da Silva. Entrevista concedida ao autor em 26/02/15.

⁵⁴ Cícero Anastácio da Silva. Entrevista concedida ao autor em 26/02/15.

com isso, o perigo para a segurança do país norte-americano, caso a região fosse dominada pelo comunismo. Esse artigo de Szulc provocou a publicação, no dia seguinte, de outro artigo, intitulado “Marxistas estão organizando os camponeses no Brasil”, o qual focalizava as Ligas Camponesas. A partir das reações advindas da reportagem de Szulc e da recente Revolução Cubana, John Kennedy, que acabara de vencer as eleições presidenciais, definiu o Nordeste do Brasil como a área que precisava de maior e mais urgente necessidade de atenção, começando a enviar agentes de seu governo para acompanhar a região (PAGE, 1972, p. 28). Além disso,

Instalou no Recife uma missão da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional, a fim de coordenar os esforços da Aliança para o Progresso⁵⁵ por toda a região. O entendimento que rapidamente se cristalizou nos meios oficiais de Washington era de que, enquanto a negligência e os erros americanos no passado podiam ter ajudado a causar a revolução cubana, o Nordeste do Brasil era a segunda rodada do circuito – na verdade um desafio mais crítico, pois estavam em jogo o Brasil inteiro e o resto da América do Sul. (...) O Nordeste do Brasil tornou-se uma parada obrigatória nas viagens de todo mundo à América do Sul. Políticos e funcionários do governo, universitários, jornalistas e escritores, distintos visitantes procedentes de vários países seguiam-se uns aos outros, entrando e saindo do Recife, a fim de dar uma olhada em primeira mão nas agitações revolucionárias. (PAGE, 1972, p. 29).

Cícero lembra a presença constante de estrangeiros, sobretudo norte americanos, em Galiléia:

Óia, era tanto do americano aqui, tanto do americano, que a gente não tinha nem tempo, até, tempo às vez nem de trabalhar no roçado. Quando dava fé, chegava uma reportagem americana. Chegava uma reportagem daqui, outro daqui, outro de acolá, né. Eu já tava até aprendendo a falar americano, de tanto americano que chegava. Aqui tinha uma casa de farinha, nessa frente aí, nessa casa dessas cabras aí, tinha uma casa de farinha aí. Quando dava fé, chegava os americano aqui, a gente fazendo farinha, chegava os americano aqui, né, com mulher, com filho, com tudo, criança pequena, tudinho. Até tinha os filhos, os pivetinho dos americano, os galeguinho,

⁵⁵ A Aliança para o Progresso era um programa de ajuda humanitária, com princípios reformistas, que, na década de 1960, serviu como estratégia dos Estados Unidos para impedir o avanço do socialismo na América Latina. De acordo com Page (1972, p. 11), o envolvimento dos Estados Unidos em países latino-americanos, por meio da Aliança para o Progresso, “visou primeiro preservar a estrutura básica do status quo e apenas incidentalmente procurou melhorar as condições na região por caminhos que não enfraquecessem a ordem estabelecida”.

que queria entrar debaixo do forno (risos): “Num entre, não, que se queima!” (risos) (sic).⁵⁶

Uma dessas visitas foi a de Edward M. Kennedy, promotor-assistente no estado de Massachusetts e irmão do presidente Kennedy. Seu desembarque no Recife, em 30 de julho de 1961, era parte de uma viagem que ele fez pela América Latina, com o objetivo de analisar a atual situação da região. O plano era ficar 42 horas em Pernambuco colhendo informações sobre os problemas do Nordeste. A agenda incluiu um encontro com o governador Cid Sampaio e uma visita ao Engenho Galiléia para conhecer a primeira Liga Camponesa. Nas terras do antigo engenho, Edward Kennedy ouviu de Zezé da Galiléia queixas sobre a presença da polícia na localidade, que não estava ali para garantir a segurança dos moradores, mas, sim, para reprimir o movimento. Também anotou depoimentos sobre a mortalidade infantil na região e a ausência de energia elétrica na comunidade. Saiu de lá prometendo o envio de um gerador de energia elétrica, que chegou algum tempo depois, mas só foi utilizado em 1965, para garantir o fornecimento de energia à uma escola que foi instalada em Galiléia (PAGE, 1972, p. 148-149). A visita de Edward Kennedy ao Nordeste brasileiro, especialmente à sede da Liga Camponesa de Galiléia, ocorreu duas semanas depois que seu irmão, o então presidente dos Estados Unidos, definiu a região como prioritária para as atenções do seu governo. Isso nos permite analisar a referida visita como parte das estratégias daquele país para manter sob controle ou até mesmo dismantelar os movimentos que, na suposição dos norte-americanos, poderiam tornar o Brasil um país socialista (SANTIAGO, 2001, p. 48).

Com relação à presença da CIA (Agência Central de Inteligência) no Nordeste brasileiro, Page (1972, p. 157) afirma que a seção política do Consulado dos Estados Unidos, instalado no Recife, “mantinha constante observação sobre o pulso político da região”, lendo e recortando jornais, colecionando documentos e mantendo “um arquivo completo sobre todas as figuras políticas da região”. Todas essas informações eram compartilhadas com a CIA, que também tinha agentes trabalhando dentro do consulado:

Virtualmente, todas as embaixadas e consulados maiores dos Estados Unidos tinham seus “fantasmas”, como estes agentes eram comumente conhecidos. Em 1960 e 1961, o homem da CIA no consulado do Recife era um dos dois ou três vice-cônsules designados para este posto, gozando da reputação de ser extremamente bem informado sobre as ocorrências locais. (...) No início de 1962, existiam dois homens

⁵⁶ Cícero Anastácio da Silva. Entrevista concedida ao autor em 26/02/15.

da CIA no consulado, e dois anos depois o número tinha aumentado para três – uma amostra da atenção que a Agência Central de Informações estava dispensando ao Nordeste do Brasil.

Page (1972, p. 158) ainda cita a presença de “um jovem simpático e bem-apessoado”, cujo nome ele não revela, que chegou ao Recife com a sua esposa para trabalhar na formação de cooperativas agrícolas no interior. Na execução desse trabalho, aproximou-se de pessoas importantes da comunidade americana no Recife, de intelectuais de esquerda e de líderes de trabalhadores rurais. Esse jovem teria sido um agente secreto da CIA infiltrado na Liga Cooperativa dos Estados Unidos da América (CLUSA), que era uma organização privada dedicada ao cooperativismo. Segundo o referido autor, sua vinda ao Brasil foi organizada por H. Jerry Voorhis, um ex-deputado federal pela Califórnia que, à época, era presidente e diretor da CLUSA. A CLUSA, por sua vez, recebia doações de fundações privadas que eram utilizadas para financiar parcerias com a CIA. De acordo com Page, “em 1967, o *The New York Times* informou que, entre 1963 e 1965, a CLUSA recebera US\$526.500 destas fundações”.

Diante do que foi visto, o aprendizado da fala era, assim, uma séria ameaça ao *status quo* da estrutura fundiária brasileira, historicamente opressora e desigual. O latifúndio era o principal alvo das críticas dessas falas e a reforma agrária era a solução anunciada por elas.

4.3 – Latifúndio e Reforma Agrária

As definições do latifúndio como o mal e da reforma agrária como a solução, presentes na Cartilha do Camponês e no documento “Bença, Mãe!”, encontram-se nas falas e memórias dos camponeses que participaram das Ligas. Biu é enfático ao lembrar como ele e os camponeses integrados ao movimento definiam o latifúndio:

Mau! Não tinha um que prestasse naquele tempo, viu? Num tinha um que prestasse, era tudo ronhento. Era tudo ronhento. Eu queria... O latifúndio só queria bater nos outro. Ele tinha capanga pra isso. Agora, o pessoal daqui como era ativo, já tava prevenido, né? Que podia o latifúndio botar gente aqui dentro pra bater no povo, fazer tudo quanto é de coisa. Mas, nunca aconteceu. Nunca aconteceu. O mais forte latifúndio que era contra o povo, que era o homem de Águas Compridas, mas nunca

veio aqui. Era o homem de Serra Grande, mas também nunca veio. Alarico Bezerra, que morava prá ali, nunca veio (sic).⁵⁷

Mais uma vez, associa-se a prática da violência ao latifúndio. Como representação do mau, o latifúndio é violento e deveria ser acabado. De acordo com Cícero:

O latifúndio era pra ser acabado! A gente falava era pra acabar com o latifúndio, né? Acabar com o latifúndio, porque todos os engenho, bem dizer era latifundiário: dava, batia, prendia, né? Tinha os capanga dele, os jagunço dele pra fazer isso, né? Matava, jogava dentro do açude, né? Torturava de todo o jeito. Chamava-se “O Latifúndio”. Então, a gente falava contra esse latifundiário, né? Todos os engenho era assim, né? Algum era mais calmo um pouquinho, não fazia, não. Mas, aqui, Serra fazia, Javuna fazia, Gameleira fazia. Tudo fazia essa coisa. Itamatimirim, que era de Constâncio Maranhão, fazia. Constâncio Maranhão, na época das Ligas Camponesas, quando estourou as Ligas Camponesas, que entrou vinte e um sócio nas Ligas, quando ele soube que tinha vinte e um morador, ele trouxe a polícia, mandava buscar o vigia, chamar um em um... Deu vinte e uma pisa numa noite.⁵⁸

Heleno, ao se referir a Alarico Bezerra, proprietário do Engenho Serra, adjectiva o latifundiário da seguinte forma: “Alarico, brabo que só um cavalo”.⁵⁹ E ao falar sobre Cid Sampaio, afirma: “Cid Sampaio era mau, viu. Era um usineiro. Usineiro. Usineiro não tem pena do trabalhador. Só pode ser mau. A gente já tava cismado com o senhor de engenho, quanto mais com um usineiro no poder” (sic).⁶⁰ Esses conceitos sobre os latifundiários, segundo Heleno, aprendia-se na própria experiência, a partir das relações conflituosas com os proprietários, mas também nas reuniões, nos discursos, nos encontros informais e nos momentos de leitura e de discussão dos textos formativos do movimento. Em Galiléia, até a escultura de Abelardo da Hora, “O Camponês sem Terra”, que ficava exposta em cima de uma pedra, nas proximidades da casa onde funcionava a sede da Liga, era também um lugar de formação, pois

aquilo ali era uma prova, foi de um homem que morreu de fome no terreno lá do patrão. Aí Julião foi fazer aquela, botar ali, mode ver o que é que os patrão fazia com o povo. Como é que os patrão fazia: judiava, fazia trabalhar a pulso... Esse

⁵⁷ Biu de Souza. Entrevista concedida ao autor em 26/02/15.

⁵⁸ Cícero Anastácio da Silva. Entrevista concedida ao autor em 25/10/14.

⁵⁹ Heleno José de Barros. Entrevista concedida ao autor em 05/07/15.

⁶⁰ Heleno José de Barros. Entrevista concedida ao autor em 05/07/15.

homem de Bela Vista, de Itamatamirim, de Serra Grande, de Gameleira... Muitos, muitos por aí fora (sic).⁶¹

Nas reuniões, os líderes do movimento falavam que os latifundiários

era tudo errado. Um pessoal mau, um pessoal do coração mau, não tinha amor com o povo, queria que o povo trabalhasse a pulso, de graça. Quando ele não queria que trabalhasse a pulso, ele não pagava nada. Trabalhava de graça, a pulso mesmo. E apanhando mais (sic).⁶²

Cícero lembra que “sobre o latifúndio se falava muito. Só era o que se falava na reunião”.⁶³ E acrescenta: “Luiz Serafim, Maria Celeste, falava que só num sei o que sobre o latifundiário. Sim, Maria Celeste. Maria Celeste era solta! Era uma professora. Ói, mas falava mesmo, viu. Falava mesmo!”⁶⁴

Gohn (2010, p. 19) diz que os saberes produzidos num processo de educação não formal, tendo como espaço as estruturas informais e como educador “o outro” e não necessariamente um educador profissional, educa o ser humano para, dentre outras coisas, se opor à barbárie. Assim sendo, os depoimentos nos mostram que os aprendizados sobre a violência e a opressão do latifúndio, construídos nas ações educativas não formais da Liga de Galiléia, contribuíam para que aqueles camponeses se posicionassem em favor de uma solução para aquele problema coletivo. Tal solução seria a reforma agrária, como lembra Biu:

A gente acreditava, né? Falava muito. Agora, só era difícil dela entrar, né? As Ligas falava muito em reforma agrária. Chico Julião, quando era vivo, ele falou muito, falava muito em reforma agrária. Agora, que era difícil dela ser aprovada, né? (sic)⁶⁵

Ao se lembrar de como a reforma agrária era tratada nas Ligas, Cícero lembra das passeatas:

A reforma agrária a gente gritava direto pela rua: “A reforma agrária já! Na lei ou na marra! Já! Reforma Agrária já! Na lei ou na marra!” E eu, quando fazia as passeata, dentro do Recife, pegando o Palácio do Governo, pegando a Assembléia Legislativa,

⁶¹ Heleno José de Barros. Entrevista concedida ao autor em 05/07/15.

⁶² Heleno José de Barros. Entrevista concedida ao autor em 05/07/15.

⁶³ Cícero Anastácio da Silva. Entrevista concedida ao autor em 26/02/15.

⁶⁴ Cícero Anastácio da Silva. Entrevista concedida ao autor em 26/02/15.

⁶⁵ Biu de Souza. Entrevista concedida ao autor em 26/02/15.

passava pelo quartel do Derby, arroteava por ali, assim, voltava pra cá de novo, Dantas Barreto, por ali, pegava o quartel do... Palácio do Governo, né? Assembléia Legislativa, quartel do Derby, a gente passava por lá gritando: “Reforma Agrária já! Na lei ou na marra! Reforma agrária já! Na lei ou na marra!” (sic).⁶⁶

O que está registrado na Cartilha do Camponês e no documento “Bença, Mãe!” sobre o latifúndio e a reforma agrária encontra eco nas falas de Biu, Cícero e Heleno: não deve haver negociação com uma estrutura que permita a existência de latifúndios; o fim do latifúndio é o único caminho para uma sociedade justa; a reforma agrária será a solução para mudar a estrutura fundiária do Brasil, pois extinguirá o mal do latifúndio e, conseqüentemente, implantará uma sociedade na qual o camponês deixará de ser vitimado pela violência de jagunços ou capatazes e viverá em paz.

⁶⁶ Cícero Anastácio da Silva. Entrevista concedida ao autor em 26/02/15.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Ligas Camponesas foram um lugar de educação. Nelas, camponeses aprenderam, por meio de diversas relações e experiências, a identificar a opressão que lhes afligia e os caminhos necessários para lutar por direitos, cidadania e reforma agrária. Já que não há espaço educativo estático, as Ligas vivenciaram mudanças que interferiram diretamente na educação que se pretendia desenvolver com os camponeses. A Cartilha do Camponês e o documento “Bença, Mãe!”, dois dos vários instrumentos formativos utilizados pelo movimento, apontam para essas transformações ocorridas no processo educativo desenvolvido pelas Ligas.

Por terem sido escritos no período em que as Ligas experimentavam mudanças em suas concepções políticas e ideológicas, os dois instrumentos registram, em seus conteúdos, orientações que se movimentam da moderação à radicalização política. Essas mudanças são resultado direto do campo de confronto em que esteve inserido o tema da reforma agrária na década de 1960, tendo as Ligas, o PCB, a Igreja Católica e o Governo Federal como principais atores em disputa.

Evidentemente, não devemos nos referir às transformações ocorridas no processo educativo vivenciado nas Ligas Camponesas sem considerar as mudanças na ação político-pedagógica de Julião.

Como vimos, Francisco Julião tinha um papel político no movimento: começou como advogado, tornando-se, posteriormente, o seu presidente nacional. É nessa atividade política que o encontramos como educador. De acordo com Freire (2011, p. 120), o político é também um educador, se entendemos a expressão “educador” num sentido mais amplo. Integrantes das Ligas, como vimos nos depoimentos, atribuem muitos dos seus aprendizados sobre direitos e luta para se vencer a opressão à atuação de Julião. O próprio Julião, mesmo não se autodenominando educador, afirmava ser o educativo uma das partes constitutivas do seu trabalho nas Ligas, quando trabalhava em três frentes: no campo, construindo conhecimentos a partir de boletins e cartilhas que ele próprio escrevia; na Justiça, promovendo ou contestando ações que se multiplicavam na medida em que as Ligas cresciam; no Parlamento, denunciando e protestando contra as violências, as arbitrariedades, as prisões e os assassinatos impunes de camponeses (JULIÃO, 1962, p. 26-27).

O papel político-pedagógico de Francisco Julião mostra que ele exerceu uma função de educador popular. Sua prática se assemelhava mais com a de um educador que se colocava no centro das atividades educativas. Como dissemos no quarto capítulo, Julião considerava os

seus textos formativos como doutrinadores, o que aponta para uma educação cujo conteúdo maior da fala está com quem doutrina. No entanto, toda ação educativa que coordenou nascia do que já trazia de conhecimentos construídos na academia, na docência de uma escola e na profissão de advogado, mas também do que aprendia no convívio com os camponeses, seu mundo e seus problemas. Para Brandão (1985, p. 20), o educador popular é aquele que contribui com a construção de conhecimentos baseados em saberes que já circulam entre as classes populares. Nesse sentido, Julião, ao coordenar um processo de educação que tinha como base a situação presente dos camponeses, sua cultura, linguagem e compreensões, atuou como educador popular.

Segundo Gohn (2010, p. 51), uma das características de um educador que atua num espaço de educação não formal é a sensibilidade para entender e captar a cultura local e as demandas que surgem no cotidiano dos grupos onde o processo educativo está se desenvolvendo. Desta forma, os conteúdos e temas trabalhados por esse educador nascem do contexto, que, por sua vez, é problematizado. No entanto, para que esse tipo de ação educativa seja viável, o educador precisa ser também um educando, que constantemente está aprendendo com a cultura, os problemas e as lutas do grupo ao qual ele assessoria. Como sua atividade não se restringe apenas ao ensinar, mas se pauta também no aprender, está sempre em mudança, tendo em vista que precisa acompanhar as mudanças que vão ocorrendo na sociedade em geral e no contexto mais imediato do grupo. É nesse sentido que entendemos a atividade de Julião enquanto educador: uma atividade que foi se transformando na medida em que o movimento e o seu contexto foram também mudando.

As Ligas Camponesas passaram por transformações políticas e ideológicas que foram da luta pela assistência e permanência na terra dos camponeses de Galiléia à reivindicação da reforma agrária radical em todo o país. Tais mudanças, por sua vez, tinham relação com transformações que ocorriam na sociedade, com o aumento das tensões sociais em torno da questão agrária e as disputas pelo campo político do campesinato, envolvendo a Igreja Católica, o PCB, o Governo Federal e as próprias Ligas. A atividade educativa de Julião, diante dessas mudanças, foi também se modificando, saindo de um discurso mais moderado em relação à solução dos problemas no campo para um conteúdo que seus opositores e ele próprio chamaram de radical.

Os últimos quatro anos das Ligas, 1960 a 1964, marcam esse período de transformações na sociedade, no movimento e, conseqüentemente, na forma como a ação político-pedagógica de Julião passou a interferir na educação dos integrantes daquele movimento social agrário. A Cartilha do Camponês, o primeiro texto educativo escrito por

Julião naquele período, orienta o enfrentamento aos latifundiários e a luta em favor da reforma agrária, ainda numa postura moderada. Mesmo colocando a Revolução Cubana, executada através de uma luta armada, como exemplo de transformação social, a cartilha orienta a busca de soluções por meio de ações na Justiça, de diálogos com o Poder Público, do voto em candidatos aliados à causa dos camponeses etc. Já o documento “Bença, Mãe!”, o último texto educativo escrito por Julião no referido período, além de defender abertamente a reforma agrária radical como o único caminho para a mudança da estrutura agrária brasileira, orienta os camponeses das Ligas à reação contra o latifúndio por meio do uso da “Lei de Talião” (olho por olho, dente por dente), a matar capangas que assassinarem camponeses, a não confiar na Justiça e no voto etc.

A passagem da moderação para a radicalização, no entanto, não foi reconhecida pelo núcleo de Galiléia, onde surgiu a primeira Liga Camponesa do Brasil. Para os camponeses dali, aquela Liga manteve-se num posicionamento de rejeição ao radicalismo, mesmo recebendo orientações para se radicalizar. Como afirmaram os camponeses que fizeram depoimentos para esta pesquisa, tanto a Cartilha do Camponês quanto o documento “Bença, Mãe!” foram textos que circularam em Galiléia. Os camponeses de Galiléia também leram ou ouviram as orientações do “Bença, Mãe!” para pegarem em armas ou matarem bois invasores dos proprietários, mas, segundo eles, preferiram manter ações de luta mais moderadas, participando de mobilizações, passeatas, comícios, fazendo articulações políticas, mesmo que defendessem também a “reforma agrária na lei ou na marra” ou que realizassem algumas ações de enfrentamento que incluíam ameaças diretas ao patrimônio de proprietários.

Ao não concordarem com ações radicais do movimento, os camponeses de Galiléia mostram que leram e interpretaram o conteúdo formativo das Ligas com independência. O que vinha de orientação da liderança era por eles significado de outra forma, a partir de outras conclusões sobre quais seriam os melhores caminhos para se conseguir o principal objetivo do movimento, que era a reforma agrária. Para a Liga de Galiléia, mesmo tendo líderes como João Virgínio, que foi à Cuba aprender técnicas de guerrilha e costumava ser mais radical no enfrentamento aos latifundiários, a melhor estratégia para se chegar à reforma agrária era as ações de reivindicação que incluíam as passeatas, os comícios e outras mobilizações pacíficas. Também consideravam as reuniões, as conversas, as leituras e estudos de cartilhas e documentos como outras formas de fortalecer a luta, pois favoreciam aprendizados sobre os direitos dos camponeses. A ação armada era rejeitada e um dos grandes orgulhos daqueles camponeses é o fato do exército, na ocasião da invasão ao Engenho Galiléia, após o golpe

civil-militar de 1964, não ter encontrado as armas que justificariam a acusação de que aquela Liga era um núcleo guerrilheiro.

Clodomir de Moraes (1997, p. 41), acusa as Ligas de ser um movimento com grande carência organizativa desde o seu início. A base de sua crítica está no fato de que o movimento sempre esteve muito dividido, com núcleos quase que independentes uns dos outros. Por exemplo, o núcleo de Sapé, que era o maior do Brasil, agia quase que independente das orientações de Julião e do núcleo de Galiléia. O mesmo ocorria com outros núcleos. Pouco antes do golpe civil-militar de 1964, as Ligas estavam sofrendo com sérios conflitos internos.

Essa crítica de Clodomir, que exerceu funções de liderança no movimento, aponta para a falta de unidade das Ligas, mas também pode nos indicar que os processos educativos desenvolvidos pelo movimento não uniformizavam os camponeses. Sendo assim, é importante que se ressalte que um processo educativo não age uniformemente nas pessoas. A educação é dinâmica, porque as pessoas são dinâmicas. Nesse sentido, levando em consideração o que os depoimentos feitos para esta pesquisa registraram, os camponeses de Galiléia receberam melhor os conteúdos educativos da Cartilha do Camponês, mas rejeitaram as orientações mais radicais do documento “Bença, Mãe!”. Com isso, podem ter ido no sentido contrário à direção tomada por outros núcleos e até de alguns líderes do movimento. Vimos, por exemplo, que a Liga de Galiléia não seguiu a orientação da Sede das Ligas Camponesas de Vitória de Santo Antão para invadir o Engenho Serra. Isso não significa que aquela Liga não tenha assimilado os conteúdos trabalhados no processo educativo desenvolvido pelo movimento, mas aponta que aprendeu de outro jeito e com outras significações.

Mediante o exposto, os conteúdos da Cartilha do Camponês e do documento “Bença, Mãe!”, a recepção dos camponeses de Galiléia a esses conteúdos e a atuação político-pedagógica de Julião mostram que nas Ligas Camponesas houve uma história de educação, construída fora dos “muros escolares”. Uma história na qual educação não é sinônimo de escola e o conceito de educador não está atrelado unicamente ao docente de instituições de ensino formal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU E LIMA, Maria do Socorro. **Construindo o sindicalismo rural**: lutas partidos, projetos. Recife: Editora Universitária da UFPE; Editora Oito de Março, 2005.

AGUIAR, Cláudio. **Francisco Julião**: uma biografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

ALVES, Márcio Moreira. **A Igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Agricultura e capitalismo**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

_____. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 6. ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.

AZEVEDO, Fernando Antonio. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BASTOS, Elide Rugai. **As Ligas Camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984.

BEAL, Tarcísio. A reforma agrária e seus inimigos. **A Cruz**, Cuiabá, 22 Fev. 1962, p. 1.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação popular**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. **O que é educação**. 24. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CALLADO, Antonio. **Os industriais da seca e os “galileus” de Pernambuco**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.

_____. **Tempo de Arraes**: a revolução sem violência. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

_____. **Trovadores bossa-nova.** In: CALLADO, Antonio. **Os industriais da seca e os “galileus” de Pernambuco.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.

CARLONI, Karla Guilherme. **Marechal Henrique Teixeira Lott: a opção das esquerdas.** 2010. 250 f. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CAVALCANTI, Paulo. **O caso eu conto como o caso foi: a luta clandestina.** Vol. 4. Recife: Guararapes, 1985.

_____. **O caso eu conto como o caso foi: da Coluna Prestes à queda de Arraes.** São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

_____. **O caso eu conto como o caso foi: memórias políticas.** Vol. 2. Recife: Guararapes, 1980.

CORREIO DA MANHÃ. Continua greve nas usinas de açúcar. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 29 fev. 1964, p. 5.

DABAT, Christine Rufino. **Moradores de engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais.** 2. ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012

DEWEY, John. **Democracia e educação.** Trad. Godofredo Rangel e Anísio Teixeira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

_____. **Experiência e educação.** Trad. Renata Gaspar. Petrópolis: Vozes, 2011.

DIARIO DA MANHÃ. E a greve não chegou. **Diario da Manhã**, Recife, 4 Out. 1965, p. 3.

_____. Cid cai no vazio e seu “estalo” não encontra repercussão. **Diário da Manhã**, Recife, 11 Dez. 1967, p. 2.

DIARIO DE PERNAMBUCO. Bispo de Pesqueira: comunistas agem no interior Nordeste. **Diário de Pernambuco**, Recife, 7 Abr. 1959, p. 1.

_____. Comunas não queimaram cafezais. **Diário de Pernambuco**, Recife, 28 Abr. 1959, p. 12.

_____. Comunas planejavam incêndios na lavoura cafeeira de Garanhuns. **Diário de Pernambuco**, Recife, 16 Abr. 1959, p. 3.

_____. Concentração camponesa a 7: desapropriação do “Galiléia”. **Diário de Pernambuco**, Recife, 29 Nov. 1959, p. 14.

_____. Julião vai fazer comícios em Vitória: banho de sangue (1º) no atual governo. **Diário de Pernambuco**, Recife, 30 Out. 1959, p. 7.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e cultura política**: impactos sobre o associativismo do terceiro setor. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Educação não formal e o educador social**: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Movimentos sociais e educação**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

JACCOUD, Luciana de Barros. **Movimentos sociais e crise política em Pernambuco**: 1955-1968. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1990.

JULIÃO, Francisco. **“Bença, mãe!”**. In: JULIÃO, Francisco. **Cambão**: a face oculta do Brasil. Recife: Bagaço, 2009.

_____. **Cambão**: a face oculta do Brasil. Recife: Bagaço, 2009.

_____. **Cartilha do camponês**. Ligas Camponesas do Brasil, 1960.

_____. **Francisco Julião**: depoimento 1977. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC – História Oral, 1982.

_____. **Que são as Ligas Camponesas?** Coleção Cadernos do Povo Brasileiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

LAVILLE, Christian. & DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Trad. Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MARTINESCHEN, Basílio. O exemplo sindicalista do Nordeste. **A Cruz**, Cuiabá, 22 Jun. 1962, p. 1.

MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História, metodologia, memória**. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. **História oral e memória**: a cultura popular revisitada. 6. ed. São Paulo: Contexto 2010.

MORAIS, Clodomir Santos de. **História das Ligas Camponesas do Brasil**. Brasília: IATTERMUND, 1997.

PAGE, Joseph A. **A revolução que nunca houve**. Trad. Ariano Suassuna. Rio de Janeiro: Record, 1972.

PAVIANI, Jayme. **Problemas da Filosofia da Educação**: o cultural, o político, o ético na escola, o pedagógico, o epistemológico no ensino. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

PENNA, Lincoln de Abreu. **Caminhos da soberania nacional**: os comunistas e a criação da Petrobras. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais, 2005.

PEREIRA, Antonio Alberto. **Pedagogia do movimento camponês na Paraíba**: das Ligas aos assentamentos rurais. João Pessoa: Idéia/Editora Universitária, 2009.

PORFÍRIO, Pablo Francisco de Andrade. **De pétalas e pedras**: a trajetória de Francisco Julião. 296 f. 2013. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

ROLIM, Francisco Cartaxo. **Pentecostalismo**: Brasil e América Latina. Petrópolis: Vozes, 1994.

SANTIAGO, Vandek. **Francisco Julião**: luta, paixão e morte de um agitador. Recife: Assembléia Legislativa de Pernambuco, 2001.

SOUZA, Francisco de Assis Lemos de. **Nordeste, o Vietnã que não houve**: Ligas Camponesas e o golpe de 64. Londrina: Editora da Universidade Federal do Paraná, 1996.

SOUZA, João Francisco de. **E a filosofia da educação: quê?** A reflexão filosófica na educação como um saber pedagógico. Recife: NUPEP/UFPE: Edições Bagaço, 2006.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WEFFORT, Francisco Corrêa. **O Populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

XAVIER, Wilson J. F. **As práticas educativas na Liga Camponesa de Sapé**: memórias de uma luta no interior da Paraíba (1958 – 1964). 2010. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

ANEXOS

ANEXO 1 – A CARTILHA DO CAMPONÊS⁶⁷

Francisco Julião

1 – Depois do guia, do ABC e do RECADO, eu te mando, camponês, esta CARTILHA. Tenho uma boa notícia para te dar. Teu inimigo cruel – o latifúndio – não anda bem de vida. E eu te garanto que a moléstia é grave. Não há remédio para êle. Morrerá espumando de raiva como um cão danado. Ou como um leão velho que perdeu as garras. Morrerá como morreu na China, um país muito parecido com o nosso Brasil. Morrerá como foi morto em Cuba onde a o grande Fidel Castro entregou a cada camponês um fuzil e disse: “Democracia é o governo que arma o povo”. Eu fui lá e vi tudo, camponês. Em Cuba não há mais “cambão”, nem “meia”, nem “têrça”, nem “vale”, nem “barracão” e nem “capanga”. Lá naquela ilha libertada ninguém arranca mais lavoura. Nem põe a casa abaixo. Nem bota o gado no roçado. Nem cobra por um quadro de terra 150 quilos de algodão. Acabou-se a “vara” que, aqui, passa da medida e ainda tem o pulo. Não há mais o “engano-do-lápis” como aqui. Eu fui lá e vi tudo direitinho. A terra, agora, é de quem trabalha e não de quem faz uso dela para escravizar. Como ainda acontece aqui. Lá o campo que era velho e triste está ficando novo e alegre. Tudo, agora, virou cooperativa. Cada camponês tem uma casa de tijolo e telha. Com a mobília novinha em folha. Até as imagens dos santos são novas. A mulher não dá mais à luz numa esteira ou no girau de varas. É na maternidade. O médico vive no campo. E não falta remédio. Nem escola. Nem adubo. Nem semente. E sabes, camponês, como se operou esse milagre?

2 – Esse milagre se fêz por causa da “união” dos camponeses. Juntou-se tudo a Fidel Castro para acabar com a tirania, com a injustiça, com o latifúndio, com o capanga, com o cambão, com a meia, com a têrça, com a sardinha pôdre, com o páu-de-arara, com o travessão, com o atraso, com a miséria. A fome não leva mais o menino para o cemitério, nem a mocinha para a perdição, nem o homem maduro para a escravidão e nem o velho para a porta da igreja ou a estação de ferro com uma cuia na mão pedindo esmola pelo amor de Deus. Foi a união que acabou com tudo isso lá em Cuba. Assim também foi na China. Assim também será aqui no

⁶⁷ Transcrição feita da primeira edição da Cartilha do Camponês, datada em 1960, disponível no acervo da Coordenação-Geral de Estudos da História Brasileira Rodrigo Melo Franco de Andrade (CEHIBRA) da Fundação Joaquim Nabuco. Localização no acervo: FJ P1p5 doc 40.

Brasil. Digo e repito, camponês, como disse no “GUIA”– separado, serás um pingo d’água, mas unido, serás uma cachoeira. Enquanto caminhares sozinho o teu inimigo zomba da tua fraqueza, levanta o teu fôro, põe o gado em teu roçado, arranca a tua lavoura, derruba a tua casinha, obriga-te a dar o cambão ou te expulsa da terra, esmaga o teu direito e mata a tua liberdade.

3 – No começo da viagem não havia caminho. Tivemos de abrir uma picada. Dura e penosa. Aqui caindo um soldado. Outro adiante, fugindo. Mas já se pode falar, hoje, em “Reforma Agrária”. E em “Liga Camponesa”. Antes o latifúndio não queria. A polícia proibia. A igreja tinha medo. E a reação berrava: “É comunismo”. Essa palavra ainda espanta muita gente. Foi usada contra a paz. E contra o petróleo. Está sendo muito gasta, agora mesmo, contra Fidel Castro e o povo de Cuba. Lembro-me bem do que me contou, há quatro anos atrás, um pobre camponês. Ele fora à casa de uma autoridade, senhor de muitas terras, convidá-la para assistir à fundação de uma Liga. A autoridade negou-se a ir e disse: “Isso é comunismo”. O sócio da Liga quis saber que lei era aquela. E a autoridade, rico senhor de terras, deu a definição: “Comunismo é tomar o que é da gente, fazer mal à filha da gente e empatar a religião da gente”. O sócio pensou um pouco e disse para o latifundiário: “Se é assim, já está tudo nessa lei, desde que me entendo de gente. Veja se eu tenho razão ou não. O pobre, arrenda um pedaço de terra, faz casa e barreiro, levanta cerca, planta fruteira, leva 10, 20 ou 30 anos cuidando do sítio, pagando o fôro e dando o cambão. Muito bem. Um dia, descobre que o cambão é sobra de cativo. Ou não quer mais pagar o aumento do fôro porque já não aguenta. Ou reclama o salário de fome. Então, o dono da terra se zanga e bota o pobre para fora. O pobre resiste. Vem o capanga. Vem a polícia. Vem a justiça. O pobre termina perdendo tudo. Porque não há justiça para o pobre. A lavoura é arrancada. A casa é posta abaixo. E o camponês é ameaçado de ir para a cadeia. Quando não é assassinado. Perde o trabalho, o suor, o socêgo ou a vida. Será essa a lei de comunismo? Se é, já estamos nela, desde que me entendo de gente. E é contra essa lei que o camponês se junta ao seu irmão e vai para a “Liga”. Vamos a outro fato. O pobre tem uma filha jeitosa. O rico se engraça dela. Devora a infeliz. Bota na perdição. Não casa porque êle é rico e ela pobre. Se o pai vai à autoridade pedir justiça, é logo expulso da terra. E no fim perde sempre. Porque perde o socêgo e perde a filha. Ninguém aparece pra dar jeito. O processo, se há processo, vai parar no arquivo. E a mocinha na ponta da rua. Se essa é a lei do comunismo, a “Liga” está contra essa lei. Vamos ver, agora, o caso da religião. Um crente mora na terra de um católico. Basta o crente dizer ao católico que não dá mais o cambão para o católico dizer ao crente: “Não

quero mais “bode” em minha terra”. Daí por diante a coisa mais fácil é empatar o culto do crente. Também pode acontecer o contrário. O crente, como dono da terra, dizer para o católico: “Aqui não quero quem adora imagem de pau”. Deixe o sítio para um irmão de minha crença. É só o católico sustentar que não quer dar o cambão. Se essa lei é a do comunismo, a “Liga” está contra ela, porque não separa o católico do crente. Ambos são irmãos. Assim me falou o camponês que foi convidar o latifundiário para assistir à fundação de uma Liga. Isso faz quatro anos.

4 – Agora o caminho se alarga. Aqui em Pernambuco já ganhamos a batalha do engenho “Galiléia”. Foi trabalho da Liga. Foi fruto da união. A Liga cresce. Por todo o Brasil só se fala na Liga. E até fora do Brasil. Quando a Liga nasceu cabia dentro de uma casa-de-farinha. Era uma candeia. Hoje é uma estrela. Era uma gota d’água. Hoje é um rio. Era uma árvore. Hoje é uma floresta. A estrela é o guia da vitória. O rio, o caminho da liberdade. A floresta é o abrigo da paz. Onde a Liga finca a sua bandeira, nasce a esperança e morre o medo. Aquê que tinha sede de sangue por causa de ódio passa a sentir fome de terra. É a fome de terra e não a sede de sangue que faz a Liga crescer. E ficar respeitada. Crescendo a Liga, o latifúndio perde a força. E a “Reforma Agrária” toma corpo. Ela já esta na cabeça de todo mundo. Tu dormes pensando nela, camponês. E o latifúndio também. Tu sabes que ela virá, mais cedo, se te unires sem demora ao teu irmão. O latifundiário também sabe que ela chegará como chegou na China, como chegou em Cuba. O melhor é que venha sem sangue. Com o sino das igrejas badalando de alegria. Com uma chuva de flores maior de que aquela que o povo jogou sobre os deputados quando aprovaram a lei acabando com a escravidão negra no Brasil.

5 – A “Reforma Agrária” pode vir com o voto. Mas é preciso que esse voto não seja dado somente por quem sabe ler. O analfabeto também deve votar. No Brasil, quase todo camponês é analfabeto. Mais de vinte milhões não votam porque não sabem lêr. No entanto pagam imposto. E carregam o País nas costas. A tua luta, camponês, deve ser nesse sentido. Fica certo de que no dia em que o analfabeto votar neste País a escravidão da terra se acabará. O latifundiário perderá o esporão. E ficará manso como um capão gordo. Porque? Porque sendo o camponês sem terra a imensa maioria que não sabe lêr, essa maioria só votará nos candidatos que irão lutar pela reforma agrária. Tu sabes, camponês, que já existe no Congresso uma emenda à Constituição em favor do voto do analfabeto? Sabes que se ficares de braços cruzados, essa emenda não será nunca aprovada? Sabes que há um homem, candidato à Presidência da República, favorável ao voto do analfabeto? Sabes que esse

homem é o Marechal Henrique Teixeira Lott? Sabes que é um homem sério, que inspira confiança, que merece fé, que nunca mentiu, nem enganou ninguém? É um passo importante eleger esse homem para alcançar o voto do analfabeto. Vai por toda parte, camponês, convencer o teu irmão, o teu amigo, o teu compadre, que tenha título de eleitor a votar nesse candidato. Ele não esconde a grande tristeza que sente no seu coração de patriota porque ainda não se fez a “Reforma Agrária” no Brasil. Êle sabe que este País nunca será uma Nação completa enquanto houver um camponês expulso da terra alheia, esfolado pelo agiota que só empresta cem por duzentos, sem terra, sem adubo, sem semente, sem instrumento agrário, sem assistência financeira, nem técnica, nem garantia de preço para o seu produto. Êsse homem de quem te falo, o Marechal Lott, diz isso abertamente. O mais importante é que êle fala de coração. Diz isso porque sente. Medindo as palavras. Pesando uma por uma. Incapaz de enganar.

6 – Mas, enquanto não chega o voto para o analfabeto e não se faz a reforma agrária, tu não hás de ficar de braços cruzados. Já não acontece o milagre como no tempo de Moisés, que tocava na rocha e a água nascia, ou no tempo de Jesus, que de um pão e de um peixe fazia muitos pães e muitos peixes. Cada um de nós tem, hoje, de ganhar como o suor do próprio rosto o pão de cada dia. Assim manda a Escritura que pouca gente segue. Se não há mais milagre porque Moisés se foi e, depois dele, o Cristo, tu podes, camponês, mesmo crucificado à terra como um escravo, alcançar tudo o que quiseses, sem depender de milagre. Podes conquistar a liberdade, ter o pão com fartura, viver bem agasalhado e na boa paz, se conseguires unir os teus irmãos sem terra. Nenhuma palavra tem mais força de que esta – União. Ela é a mãe da Liberdade. Aprende a defender o teu direito junto como o teu irmão sem terra. Nunca fiques sozinho. Vai sempre com êle à casa da Justiça já que é junto dele que tu te encontras na igreja, na festa, no enterro, na feira e no trabalho. Lembra-te de que se êle, hoje, é perseguido e não conta com a tua ajuda, amanhã, quando tu caíres na desgraça, sob o ódio de latifúndio, não podes também contar com a ajuda dele, isso foi sempre a tua perdição. Para te separar o latifundiário usa a violência, a astúcia e o dinheiro. Começa com a violência. Arma para isso o capanga. Bota a polícia na tua porta. E por fim a justiça. É sempre melhor lidar com a justiça. Vez por outra aparece um Juiz que se rebela contra o latifundiário, mesmo sendo filho, genro ou amigo de dono de terra. E abranda o rigor da lei, porque já vê na pobreza uma injustiça. Não se pode esperar muito da justiça quando ela diz que não há outro caminho senão cumprir a lei. É que o juiz aceita sempre o que já está escrito. Não se rebela. Descansa a consciência sobre a lei. E disso vive. Qual é o caminho? É mudar a lei. E como

mudar a lei? Com a união de todos. Com o movimento de massa. Com a pressão. Por isso existe a Liga. Para isso deve haver a União. Se a violência do capanga e o aperto da polícia não te vencerem, já que tens uma gota de luz na consciência e estás pronto a morrer pela tua liberdade, o latifúndio diz assim: “Deus castiga aquele que se rebela contra Êle. Se um rico e o outro é pobre, se um tem terra e o outro não tem, se um deve botar a enxada nas costas para dar o “cambão” e o outro se mantém ou enriquece com o fruto dêsse cambão, se um mora no palacete e o outro no mocambo, é porque Deus quer. Quem se rebelar contra isso está contra Deus. Sofre os castigos do céu: peste, guerra e fome. E quando morre, vai para o inferno. O pobre deve ser pobre para que o rico seja rico. O mundo sempre foi assim. E há de ser sempre assim. É Deus quem quer”. Assim fala o latifundiário, camponês. Usa o nome de Deus para te fazer medo. Porque tu crês em Deus. Mas esse Deus do latifundiário não é o teu Deus. O teu Deus é manso como um cordeiro. Chama-se Jesus Cristo. Nasceu numa manjedoura. Viveu entre os pobres. Cercou-se de pescadores, camponeses, operários e mendigos. Queria a libertação de todos eles. Dizia que a terra devia ser de quem trabalha. E que o fruto era comum. Suas são essas palavras: “É mais fácil um camelo passar num fundo de agulha do que um rico se salvar”. Porque disse essas e outras coisas, foi crucificado pelos latifundiários do seu tempo. Hoje, seria fuzilado. Se não fosse metido em um asilo de loucos. Ou prêso como comunista. Escuta bem o que te digo, camponês. Se um padre ou um pastor falar em nome de um Deus que ameaça o povo com peste, guerra e fome, raios, coriscos e trovões e ainda com o fogo do inferno, fica sabendo que esse padre ou esse pastor é um espoleta do latifúndio. Não é um ministro de Deus. Êsse padre é falso. Êsse pastor não presta. O padre verdadeiro ou o bom pastor é aquele que se levanta para dizer: “Deus fêz a terra para todos, mas os sabidos tomaram conta dela. Ganharás o pão com o suor do teu rosto, e não com o suor do rosto alheio. Ninguém deve ser escravo de ninguém. Nem um povo. Nem um homem de outro homem. Porque todos são iguais perante a lei. E perante a natureza. E perante Deus. Se isso é comunismo, então Deus é comunista. Porque é o que está na Escritura Sagrada. E na boca de Cristo. E na de todos os seus apóstolos”.

7 – Já é tempo, camponês, de aprenderes a usar a união contra o teu inimigo cruel que é o latifúndio. Segue a lição do operário. Do estudante. Como é que o operário vence o patrão? E o estudante defende a liberdade? É com a arma da greve. A greve é a união de todos. Tem a força da correnteza d’água. E o rumor da cachoeira. O operário vai para a fábrica e conquista melhor salário. O estudante fecha a escola e vai para a rua gritar pela liberdade, pela paz, pelo petróleo, pelo ensino gratuito. Usa a greve como arma. Eu te explico. Há muitas formas de

greve que o campo pode fazer. Um exemplo, um camponês tem a sua casa derrubada e a sua lavoura arrancada pelo latifundiário. Como proceder? É simples. Todos os camponeses devem juntar-se. Cem, duzentos, mil, três mil. E marchar para a cidade. Levando os destroços da casa. E a lavoura arrancada. Vão ao prefeito. Ao padre. Ao juiz. Ao promotor. Ao delegado. A todos clamarão juntos por justiça. E a justiça se fará. Por quê? Porque são muitos a pedir. Um só poderá ir para a cadeia. Dez poderão não ser ouvidos. Mas cem já serão. E mil ainda mais depressa. O delegado fica manso, o Juiz, uma sêda. O padre vem receber. O prefeito se derrete. E o promotor nem se fala. Não é preciso usar a foice. Nem o olho da enxada. A massa é quem faz a lei. Povo unido é quem manda. Vamos mostrar outro exemplo. Um delegado mete na cadeia um camponês, porque foi intimado a deixar o sítiozinho e não quer obedecer. A Liga, então, se reúne e avisa a todo mundo que ninguém vai mais à feira da cidade ou povoado onde a autoridade manda. A Liga faz os piquetes e põe em cada caminho, a fim de barrar o passo do camponês que tentar romper o cordão da greve. Vai uma comissão falar com as autoridades e explicar a razão porque não se faz a feira. O resultado eu te digo, camponês. Antes do novo dia da feira o delegado é mudado. E a Liga fica mais forte. E o camponês respeitado. Sem derramar uma gota de sangue de um só cristão. Aprende a usar essa arma poderosa que tem o nome de greve. O operário já usa. O estudante também. E a nossa Constituição, que é chamada Lei Maior, assegura esse direito sem separar estudante de operário ou camponês, porque a própria Constituição já diz em um dos seus artigos: “Todos são iguais perante a lei”. E a Constituição o que é? É a lei que nasce do povo. E o camponês é o povo. Como é o operário. Como é o estudante.

8 – Não quero findar esta Cartilha, camponês, sem um grito em favor deste teu outro irmão, mais desgraçado do que tu que és rendeiro, meeiro, parceiro ou posseiro. Falo de condiceiro, do eiteiro, do cassaco, do tiququeiro, do assalariado agrícola. É êle quem suporta todo o peso da canga. Trabalha de domingo a domingo. Usa farrapos. Sua casa tem a coberta de capim ou de palha. A parede dos lados é de barro. Nem há frente nem fundo. Não há porta. A mesa é o chão. A cama é de varas. Não junta um cruzeiro porque não sobra nada. Quando canta o seu canto é magoado. No eito. Na palha da cana. No engenho. Na plantação de fumo, de mate, de arroz, de cacau ou de café. No seringal. Como o canto do escravo. Se adocece, morre à mingua, antes do tempo. E se chega a velhice vira mendigo. De cuia na mão. De mochila vazia. A mão está cheia de moedas de ouro. São os calos do cabo da enxada. Entra governo e sai governo, foi-se a Colônia, caiu o Império, veio a República melhorando a sorte de todos e piorando a dele. Até agora só conhece como companheiras a Fome, a Miséria, a Nudez, a Escravidão e a

Morte. A Pátria é para êle um imenso “eito” onde geme como o escravo que Nabuco tudo fêz para libertar. Entre êle e a liberdade que é o seu sonho há um dragão – o latifúndio. Esse dragão mata a fome com a sua carne e a sede com o seu sangue. Para êle nada existe. Nem agasalho. Nem pão. Nem remédio. Nem escola. Nem alegria. Nem paz. Nada. Ninguém escuta o seu gemido de dor. A igreja cruza os braços, abafa a voz e prega a resignação. Como no tempo da escravidão. Se um padre clama em seu favor, é punido. Se é um leigo, é comunista. Assim foi no tempo da Colônia e do Império, quando a Igreja se omitia porque tinha terras e mantinha escravos. Quem diz isso não sou eu. É Joaquim Nabuco, que nasceu católico e morreu católico. E que tem feito o Protestante? E o Espírita? E o Ateu? Briga o Protestante com o Católico e o Espírita com o Ateu. E enquanto brigam, o braço do camponês fica mais fraco, a enxada mais pesada, a fome cresce e a liberdade murcha. De onde concluo que não adianta ser Católico ou Protestante, Espírita ou Ateu, seguir essa ou aquela religião, adorar Deus ou negá-lo, se cada um de nós só cuida de melhorar a própria vida esmagando a dos outros. Não adianta ser Padre ou Pastor para ficar dentro da Igreja, fazendo sermão ou no Templo lendo versículos da Bíblia. E muito menos Espírita para convocar os mortos e Ateu só para negar a existência de Deus. Tudo isso não vale nada se há milhões de camponeses tratados como bête-de-carga pelos que têm oratórios em casa, vão à missa, ao culto protestante e ao centro espírita em busca de perfeição para a sua alma. Ou o Padre se rebela contra a miséria do camponês e entra na luta para libertá-lo, ou tudo quanto êle prega não merece fé. Ou o Padre sai a campo para lutar por um pedaço de terra e um salário justo para o irmão do campo, ou a Bíblia Sagrada queima a sua consciência como as pedras queimaram as mãos dos que tinham culpa. Ou o Espírita se junta ao Ateu para salvar da fome, da degradação e da miséria, o camponês sem terra, neste País de tanta terra, ou não adianta convocar os mortos e muito menos negar Deus. Tudo é em vão, se nada se faz, não só em palavras, não só em hinos sacros e cânticos religiosos, mas em atos e ação corajosa, para libertar esse escravo, esse pobre irmão nosso, o camponês humilde e bom, das garras do dragão – o LATIFÚNDIO. Sua desgraça deveria envergonhar não só o Padre, não só o Pastor, não só o Espírita, não só o Ateu, mas o homem que possui a terra, que vive do comércio, que domina a indústria, que governa, e também o médico, o juiz, o promotor, o advogado, o engenheiro, o estudante, o operário, a dona de casa, o professor, o jornalista, o militar, o servidor público, numa palavra, a Nação inteira. Porque é o camponês que nos alimenta e quem nos veste, recebendo, como trôco, a sujeição do escravo, a infâmia do cambão, o trabuco do capanga, o facão do soldado, a casa destelhada, a lavoura destruída, o filho sem escola, sem remédio e sem comida, o páu-de-arara, o chão do hospital, a velhice sem amparo, e por último, a vala comum do cemitério

onde só chegam os ossos enrolados na pele torturada. Eis tudo quanto resta de ti, infeliz eiteiro, furtado no barracão, na medição da conta, no salário de fome, nas horas de trabalho, seja no norte ou no sul, na beira do mar ou nos confins de Mato Grosso, por todo esse imenso Brasil que tu cavas com a tua enxada e regas com o teu suor e o teu pranto de escravo.

9 – Para o meeiro, o ferreiro, o parceiro e o posseiro, como para o pequeno proprietário, existe a Liga. E para o eiteiro, o tiququeiro, o cassaco-de-linha, o camponês que aluga o seu braço, que vive, somente do salário, na usina, no arrozal, na zona de fumo, do cacau, da borracha, do café e do mate? O caminho é o Sindicato. Mas quem pode falar em Sindicato Rural neste país? Quantos há? O que fazem? Como vão? Tudo existe apenas no papel. Na vontade de um. Na esperança de outros. O latifúndio odeia o sindicato como espuma de raiva contra a Liga. Quando se funda um a Polícia fica de olho. A carteira ministerial devia ser a carta de alforria para o camponês que aluga o braço. Mas ainda não é. O senhor da terra pode ter a sua sociedade. O operário, seu sindicato. O industrial, o seu centro. O estudante também. E o funcionário público. Todos podem unir-se e defender-se. O camponês, não. Nem Liga, nem Sindicato. Porque no dia em que cada camponês estiver na sua Liga e no seu Sindicato este país muda de rumo. O latifúndio se acaba. E surge uma nova vida. Como surgiu na China, que se parece tanto com o Brasil. Como acaba de surgir em Cuba, com Fidel Castro comandando a batalha pela reforma agrária. Há um homem que, há muitos anos, rompeu o silêncio que pesava sobre o camponês. E falou em Sindicato. E deu os primeiros passos. Esse homem foi Vargas. Quando se preparava para dar o salto decisivo foi abatido. Todo o peso da sua memória caiu sobre outro homem. Esse outro homem chamava-se Jango. Não podendo carregá-la sozinho, dividiu com outro companheiro a tarefa. Esse outro companheiro tem o nome de LOTT. Mesmo juntos, os dois, sozinhos não conseguirão libertar o camponês do latifúndio. Nem o Brasil do entreguismo. Um tem a carta de Vargas. O outro, a espada de Floriano. A carta é o caminho. A espada é a liberdade. Foi assim em 55. Assim será em 60. Mas sem a união dos camponeses há o risco de se perder a carta e se partir a espada. Com a carta e com a espada a viagem é mais curta. Ao lado do operário. Do estudante. Do intelectual. Da dona-de-casa. Do candango. Do nacionalista. De Brasília. De Três Marias. De Furnas. De Paulo Afonso. De Volta Redonda. Da Petrobrás. Levando muitas bandeiras gloriosas. Uma nas mãos dos trabalhistas com o rosto de Vargas sorrindo para o Povo. Outra nas mãos dos pessedistas com o dedo de Juscelino mostrando Brasília. Outra nas mãos dos socialistas com o velho João Mangabeira pregando a liberdade. Outra nas mãos dos comunistas com Prestes olhando tranquilo para o futuro. Outra com os nacionalistas de Bento

Gonçalves e essa legenda: “Não há mais lugar no Brasil para o entreguismo”. E a frente de toda essa imensa coluna LOTT e JANGO. LOTT com a espada de ouro. JANGO com a carta de Vargas. A carta ensinando o caminho. E a espada garantindo a liberdade. Camponês vamos embora. O dia já amanhece. O sol é teu. Para o latifúndio anoitece. Que a escuridão seja eterna para o latifúndio. E para ti, camponês, o Sol da liberdade seja eterno.

Camponês, vamos embora. O dia já vem raiando!

ANEXO 2 – “BENÇA, MÃE!”⁶⁸

Francisco Julião

1 – Temos dito e repetido: quem for da Liga entre para o Sindicato, e quem entrar no Sindicato, fique na Liga. Não é de agora que falamos isso. É de longe. Está no “Guia do Camponês”, no “ABC do Camponês”, na “Cartilha do Camponês”, na “Carta de Alforria do Camponês”. É só pegar e ler.

2 – A Liga é a mãe do Sindicato. Foi de suas entranhas que nasceu esse filho. Por isso, ela tem que cuidar dele, e ele, dela, como a mãe cuida do filho e o filho cuida da mãe. Têm que andar juntos. Sofrer juntos. Vencer juntos. A mãe que abandona o filho é desnaturada. E o filho que deixa a mãe é ingrato. Por isso, a Liga quer estar sempre perto do Sindicato. Para ensinar a ver o bom caminho. Para aconselhar quando ele estiver errado. Para tirá-lo do mau guia que bota na perdição. E o Sindicato, para mostrar que é bom filho, tem que lhe estender a mão todo santo dia, e dizer para ela: “Bença Mãe!” E escutá-la com atenção. Sim. Porque assim como a mãe quer ver o filho forte e sadio, a Liga quer ver o Sindicato forte e sadio.

3 – Para que esse filho nascesse, a Liga sofreu muito. O parto foi doloroso. Ela teve que caminhar sozinha, partindo da Galiléia para o Brasil. Mudando de nome. Perseguida. Faminta. Esfarrapada. Vendo tombar pelo caminho, nas emboscadas, os seus fiéis soldados. Como João Pedro Teixeira, de Sapé, e muitos outros. Fez passeatas. Entrou pelas Assembléias de deputados. Pelos palácios dos governos. Realizou congressos, como o do Recife, em 1958, o de Londrina, em 60. Valeu-se do operário, do estudante, do jornalista, do escritor, de todo o mundo que tinha vergonha na cara e amor aos humildes. Foi a campeã no Congresso Nacional dos Camponeses de Belo Horizonte, em 1961, com delegações de vinte estados, mais de 1.600 delegados, do Norte, do Centro, do Sul, do Leste e do Oeste. O Presidente da República esteve lá. Esteve o Primeiro Ministro. E o Governador de Minas. E o Prefeito de Belo Horizonte. E o Ministro Gabriel Passos, cuja morte a Nação ainda chora. Até o Santiago Dantas, que era também ministro, lá esteve. E mais de 30 deputados federais. E milhares de operários e estudantes. E o povo. A Liga, então, gritou nas barbas do Presidente, do Primeiro Ministro, do Governador de Minas, dos deputados, de todo o mundo: “Reforma Agrária

⁶⁸ Transcrição do documento “Bença, Mãe!” registrada em: JULIÃO, Francisco. **Cambão**: a face oculta do Brasil. Recife: Bagaço, 2009.

Radical, na lei ou na marra”. Um gaiato perguntou a um dos seus soldados, um camponês de Jaboatão: “Você não acha que a gente deve fazer essa reforma agrária por etapas?” E o camponês, como um bom soldado da Liga, respondeu na bucha: “Só vai na tapa!”

4 – Vendo tudo aquilo, o Presidente, o Primeiro Ministro, os deputados, os mandões da república (com “r”, pequeno, porque só será República com “R” grande, quando for popular, isto é, do Povo, da Liga, do Sindicato) cochicharam entre si: “É preciso acabar com essa agitação. Este Congresso de camponeses é uma séria advertência. É um convite à Revolução. Ou se dá um osso ao camponês ou ele se levanta e toma as terras. E tomando as terras, toma o poder. E adeus, sossego!” Assim disseram os pais da Pátria, os donos das terras, das fábricas, dos bancos, do comércio por atacado. E ainda confabularam: “Já não se pode mais acabar com isso no pau. É muita gente. A maré encheu. A questão social não é mais caso de polícia. O problema camponês já não pode ser mais resolvido pelo capanga, pelo inspetor de quartelão, na boca da fornalha, no porão do açude, a coice de fuzil”.

5 – Foi, então, que a sindicalização saiu do papel, da lei morta, para ser uma coisa viva, controlada pelo Ministério do Trabalho, debaixo da asa da Igreja. O Ministro do Trabalho bate nos peitos e berra: “Eu sou o pai do Sindicato”. E diz para a Igreja: “E a senhora é a mãe!”. Mas é só na vontade. O Ministério pode ser o padrasto. E a Igreja, a madrinha. O pai verdadeiro é o Povo. Este sim, tem a consciência segura de que gerou tal filho. E a mãe, como já foi dito, é a Liga. Sem a união do Povo e da Liga não teria, jamais, nascido o Sindicato Rural. E se nascesse de outro pai ou de outra mãe, seria um aleijão, um aborto, um monstro que não se criaria.

6 – O Povo tem o dever de sustentar a Liga e de defender o Sindicato Rural. Os dois, a Liga e o Sindicato, seguirão unidos, cada qual levando o seu fardo, mas pelo mesmo caminho e para o mesmo destino.

7 – O Sindicato organizado, pedindo mais salário, décimo terceiro mês, férias, aposentadoria, indenização, escola, hospital, maternidade, casa decente. E uma volta, outra não, fazendo greve, para encostar o latifúndio no canto da cerca, acabar com a goga dessa gente. A greve tem gosto de fel para o patrão, mas para o proletário, é doce de coco. A greve não é invenção de rico. É invenção de pobre, de operário, de quem trabalha, de quem sua para ganhar o pão.

A Liga, que não depende do Ministério do Trabalho, vai na frente abrindo o caminho, fazendo a picada, e gritando para o SINDICATO, para o latifúndio, para o governo, para todo o mundo. “O salário é bom, mas não resolve. O décimo terceiro mês, também não. Tudo serve, mas não basta. É migalha. O que resolve é a terra. Isso sim! Enquanto houver camponês sem terra neste País, haverá LIGA. Porque terra é pão. E pão é paz. Para ter pão é preciso ter terra. E para ter terra, é preciso fazer a reforma agrária radical. Vejam bem: A RADICAL! Não é qualquer reforma. Nem a de Jango. Nem a de Juscelino. Nem a de Lacerda. Somente a RADICAL. E esta Reforma, a única que serve ao camponês, não sai na lei. Só sai na marra. Somente a reforma agrária radical arrasta as outras atrás de si, como a locomotiva arrasta os vagões.

8 – Do jeito que o Sindicato luta pelo SALÁRIO, a LIGA luta pela TERRA. O SALÁRIO é como um copo d’água. A TERRA é como a fonte que enche o copo. O SALÁRIO é como uma xícara de café. A TERRA é como o cafezal. O SALÁRIO é como um torrão de açúcar. A TERRA é como canavial. O SALÁRIO é como um ponto de partida. A TERRA é o fim da viagem. O SALÁRIO é a promessa. A TERRA é o milagre. O SALÁRIO é a esperança. A TERRA é a liberdade.

9 – Repetimos para que todo camponês grave bem na lembrança: quem for da Liga, entre para o Sindicato, e quem entrar no Sindicato, fique na Liga. É mais seguro andar com duas armas do que com uma só. A Liga é a foice. O SINDICATO é o bacamarte. O latifúndio é a onça que tem sede de sangue. Desde que o Brasil é Brasil, que ele devora camponês. E nunca mata a fome. Está ainda fornida, mas já acuada. Vamos acabar com ela. A Liga de um lado. O Sindicato do outro. Se o bacamarte negar fogo é só pegar na foice. E a luta continua!

10 – Para isso, é preciso que o camponês não se iluda com o salário, mas lute pela terra. Aquele que luta pela terra, luta pelo poder. Porque o poder vem da terra em forma de pão ou de petróleo. Pão quer dizer camponês. Petróleo quer dizer operário. Os dois unidos, o camponês e o operário, são a pólvora e a chama, o sol e a chuva, a bandeira e o hino, a PAZ e a LIBERDADE, a PÁTRIA e o FUTURO!

11 – E para findar uns conselhos:

- a) Onde houver uma Liga, camponês, funda um Sindicato, e onde houver um Sindicato, funda uma Liga.
- b) Dá também tua ajuda à Cooperativa, que tem um bom lema: “todos por um e um por todos”.
- c) Comparece toda semana, quando fores a feira na cidade ou na vila, à sede da tua Liga, do teu Sindicato, da tua Cooperativa, para saber das novidades, ouvir teus dirigentes, fazer tuas queixas, reclamar teus direitos e cumprir com tuas obrigações.
- d) Não te esqueças nunca de que teu maior amigo é o teu irmão de sofrimento, aquele que não tem terra ou tem pouca terra, e não sabe como vai ser o dia de amanhã para ele, a mulher e os filhos.
- e) Não escutes a voz daquele que disse: “É preciso sofrer na Terra para alcançar a salvação no Céu”. Isso é mentira, porque quem assim fala, tem a barriga cheia e a vida folgada. Nem daquele que fala assim: “O mundo está dividido entre ricos e pobres. É Deus quem quer”. Outra mentira. Quem quer isso é o latifúndio, é a burguesia, é o imperialismo, para viver montado no espinhaço do pobre, bebendo o seu sangue, como a onça ou o morcego, e só deixando os ossos.
- f) Nunca digas: “É Deus no Céu e os homens ricos na Terra”. Isso é fraqueza, é atraso. Diz sempre: “É Deus no Céu e a união dos pobres na Terra”.
- g) Quando o teu irmão estiver sendo atacado pelo latifúndio, pelo capanga ou pela polícia, a seu mando, vai em socorro dele, mesmo com o risco da tua vida. Isso é o que se chama solidariedade. É assim que se forja a união. É por caminhos duros que se conquistam a liberdade e a paz.
- h) Prepara-te com os teus irmãos para invadir a terra desocupada porque a terra existe para ser cultivada. É assim que se mata a fome do povo. É assim que se faz a boa justiça.

- i) Se o latifúndio derrubar a tua casa ou arrancar a tua lavoura, junta os teus irmãos e derruba a casa dele e arranca a lavoura dele, aplicando a lei de Moisés: “olho por olho, dente por dente”.
- j) Se o latifúndio meter o gado no teu roçado contra a tua vontade, junta os teus irmãos, retira o gado e leva à Prefeitura a fim de tomar providências e punir o invasor do teu roçado. Se o latifundiário não for punido e invadir o teu roçado pela segunda vez, prende uma cabeça de gado, a mais gorda, abate no teu terreiro, faz uma festinha e vai com os teus companheiros buscar o latifundiário e a família dele para comer o churrasco. Não adianta procurar a Justiça para te indenizar os prejuízos e meter o latifundiário no xadrez, porque não há justiça para o pobre nem latifundiário no xadrez.
- k) Funda mais Liga e mais Sindicato e mais Cooperativa para acabar com o foro, a meia, a terça, o cambão, o capanga, o vale e outras correntes que te prendem ao latifúndio, porque a terra deve ser de quem trabalha nela.
- l) Se um capanga matar um irmão teu, seja ele da Liga, do Sindicato ou da Cooperativa, podes matar o capanga, porque não é gente, é bicho.
- m) Não esperes muita coisa da Justiça, porque a Justiça é de classe, há poucos juízes com os pobres, e muitos com os ricos, comendo do bom e do melhor e aplicando uma lei que não é a tua lei.
- n) Mantém a tua foice sempre bem amolada atrás da porta para te defenderes da agressão do inimigo: o capanga e a polícia a serviço do latifúndio.
- o) Faz economia, aperta mais o teu cinturão, compra uma “ferramenta” e esconde, para, um dia, ajustares contas com todos aqueles que mataram os teus pais, os teus avós, de fome, que ainda te perseguem e te humilham todo santo dia, usando até o nome de Jesus Cristo, que foi crucificado por eles.

- p) Sempre que alguém chegar à tua porta e provar, com a carteirinha, que é da Liga ou do Sindicato, recebe essa pessoa como um irmão, e escuta o que ele tem para te dizer, seja de outro município ou de outro estado.
- q) Respeita a mulher e as filhas dos teus companheiros como se fossem tuas irmãs e tuas filhas.
- r) Se és delegado do Sindicato ou dirigente da Liga, não debes beber, nem jogar, nem frequentar certos lugares, porque o inimigo não dorme, e está sempre alerta para te apanhar de surpresa, te vencer pelo vício e depois te desmoralizar aos olhos de teus próprios companheiros.
- s) Se tu és devoto do Padre Cícero do Juazeiro ou de qualquer santo da Igreja, faz a tua peregrinação ou a tua oração indo ao Templo, mas nunca te esqueças de que, em primeiro lugar, vem a obrigação, depois a devoção, porque é mais fácil passar sem religião do que sem pão.
- t) Nunca andes sozinho nem mal acompanhado.
- u) Não debes destruir a propriedade de ninguém a não ser a do latifundiário que destruir a tua, para que ele sinta na carne a tua dor.
- v) Defende com unhas e dentes os canaviais, os cafezais, os cacauais, os arrozais e outras lavouras de largo cultivo, assim como as fábricas que transformam essas lavouras, porque todos esses bens foram edificados por ti, custaram muitos sacrifícios dos trabalhadores, e deverão um dia, quando o Brasil for um País Socialista, passar às tuas mãos, às mãos dos pobres, como ocorreu na União Soviética, na China, em Cuba e outros países.
- x) Quando te chamarem de agitador, não te sintas envergonhado ou medroso porque sem agitação, o pobre não vai para a frente, do mesmo modo que sem o sangue agitando as veias, não há vida, e sem o vento agitando as árvores não há fruto.

y) Se te chamarem de grevista, bate no peito e diz: “Sim, sou grevista, porque a greve não é invenção de rico, é invenção de pobre; é a arma da classe operária para se defender da ganância do patrão”.

z) Finalmente, se te chamarem de comunista, bate no peito ainda com mais força e responde como aquele camponês de Surubim, Pernambuco, que tinha a Bíblia na ponta da língua: “Está me chamando de Jesus, de Moisés, de Amós, de Santo Antão, de tudo quanto é santo que passou por este mundo, e disse: “A terra deve ser de todos, porque de todos é a luz, é o ar, é a água, que o homem já encontrou aqui para poder viver”.

Como não há mais letra no alfabeto para dar conselhos, aqui ficamos com a mão estendida para a LIGA a quem também pedimos: “BENÇA, MÃE!”

ANEXO 3 – PRIMEIRA ENTREVISTA COM CÍCERO ANASTÁCIO DA SILVA

Reginaldo (R)- Entrevista realizada com o senhor Cícero Anastácio da Silva, no dia vinte e cinco de outubro de dois mil e quatorze. Realizada por Reginaldo José da Silva, aluno do Mestrado em Educação do Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco. Entrevista realizada com a finalidade de compor dados para uma dissertação de mestrado. Seu Cícero, o senhor, então, fez parte das Ligas Camponesas?

Cícero (C)- Fiz

R- Como era a sua participação no movimento?

C- Olha, eu fiz parte das Ligas Camponesas desde o início, antes de ela ser registrada eu já tava fazendo parte pra levantar essas Ligas Camponesas. Mas, o nome dela era Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, aí depois que registraram ela por esse nome, aí eu comecei fazendo parte dela como sócio fundador das Ligas Camponesas, da sociedade, e hoje em dia é Ligas Camponesas, mas eu participei para todos os setores dentro de Pernambuco. Eu pra onde ela ia me chamava, o presidente, eu acompanhava. Todos lugares, né? Num teve uma parte por dentro de Pernambuco que eu não fui participar. Chegava gente de toda parte, de toda parte daqui pra entrevistar a gente. E o movimento foi crescendo. Foi aqui dentro de Galiléia. De Galiléia saiu pros engenho, foi espalhando de engenho em engenho. Aí num era mais sociedade. Quando saía de um engenho era Ligas Camponesas, saía noutro engenho era Ligas Camponesas, saía noutro engenho era Ligas Camponesas, noutro estado era Ligas Camponesas... Aí bateu o Brasil todo, bateu o Brasil todinho, Ligas Camponesas. Então, desde que eu saí daqui, mandado dos dirigentes pra ir pra um congresso em Belo Horizonte de Ligas Camponesas, tava lá João Goulart, Miguel Arraes, Brizola, todos dirigentes que fazia parte, que apoiava as Ligas Camponesas, dos políticos, tava lá com a gente. Então, eu daqui eu fui, passemos dias lá e voltamos, até chegar o ano de sessenta e quatro, que houve a revolução, e ficamos nas Ligas sem sair, sem sair de lá, né? Quase todo setor ainda fui, só não fui da diretoria, mas ainda fui da sede central de Vitória, segundo secretário, a pessoa quase, que num faz quase nada, que eu era analfabeto, não sabia assinar mal meu nome. Assim mesmo fui segundo secretário aqui na central de Vitória. Mas aí, quando chegou o ano de sessenta e quatro, houve o golpe militar e deixou a gente tudinho sofrendo dentro do mato escondido. Passei quatro dias dentro do mato, sem beber e sem

comer, né? Sem comer e sem beber, na mata escondido. Daí eu saí pra fora e encontrei um amigo, que era mais novo do que eu, a donde tava fazendo o filme “Cabra Marcado para Morrer”. Eu encontrei ele, disse: “Olha, eles tão procurando quem?” “Estão procurando o velho Zezé, o repórter que tava fazendo o filme, o velho Zezé, João Virgínio, véi Francisco, Zé Francisco...” Tava procurando esses home, que era os da diretoria, né? E eu: “Não falaram no meu nome não?” “Não, no seu nome num falaram”. Já quando disse: “Num falaram no meu nome”, aí eu digo: “Eu vou pra casa”. Resolvi sair do mato e vir pra casa, né? Vim pra casa. Aí eu comecei andar mais ele. Peguei, trabalhei na frente de casa, quando eles passaram no outro dia, no quarto dia, eles passaram pra casa donde tava fazendo o filme, tava tudo reunido lá, todo dia, aí eles passaram e me viram: “Ei, caboclo, venha cá!” Eu vim, cheguei na frente da estrada onde eles tava, ele disse: “Onde você tava no dia que nois tivemo, entremo aqui?” “Eu tava trabalhando ali em cima. Eu vi quando o senhor passou aqui, o exército. Aí eu vi quando o senhor passou aqui”. Aí ele disse: “Bora lá pra cima!” Aí eu fui mais ele, num neguei, não. Eu fui, né? Aí ele começou a fazer pergunta pelos meninos, pelo pessoal da diretoria, eu digo: “Olha, tão tudo dentro da mata escondido porque disseram que ia matar tudinho. Eles se esconderam tudo na mata, tá tudo escondido.” “Você num sabe não?” Sei não. Eu num vi, eu tava dentro de casa, eu tava trabalhando no meu roçado. Quando eu cheguei sujo, já tava tudo no mato escondido.” Aí a gente fiquemo aqui, aqueles tempo tudinho, até chegar a anistia, sem a gente abrir a boca, porque se abrisse a boca... Não conversava nem com um companheiro, porque, se abrisse a boca, prendia a gente. Uns oito dias eu vinha do quarto, morreu o sogro do meu irmão, eu fui pra outro engenho fazer o velório do cumpade lá, mas só podia voltar de noite, escondido. Quando eu vinha voltando, peguei um taquinho da pista, aí, quando eu dei fé, parou o carro. Quando acendeu a luz, era a polícia. Eles disseram: “Óia ele aqui!” Era até um motorista que tava carregando o repórter do filme do Recife para aqui e daqui pro Recife. Esse motorista era policial. Foi Arraes que tinha dado pra ele carregar o pessoal do repórter, né? Aí ele vinha com a polícia e foi me pegar. Eu tava, eu participava do filme, né? Tava trabalhando no filme, né? Aí quando ele foi me pegar, eu dei um pulo dentro da cana, da beira da pista, assim, dentro da cana, dei uma carreira, ele bateu com um revólver, deu seis tiros atrás de mim. Mas, eu dentro do matagal, uma cana empurrada e grande, corri tanto. Eu só vi o tiro pei, pei, pei, pei... e eu correndo. Fui me bora. Graças a Deus num fui atingido e até aqui, graças a Deus, estou aqui, até essa data, né? Num saí daqui. Saí, sim, depois de muitos tempos. A situação foi muito difícil. Difícil de sobreviver, né? A gente num tinha mais condição pra nada. A gente vivia tudo imprensado, aqui, sem direito a nada na vida. Nem falar. Eu fui me bora pra São Paulo, passei três anos em

São Paulo. Foi quando Coutinho saiu da mata se entregaram o velho Zezé, Zé Hortêncio, João Virginio, Rosário... Se entregaram. Aí se entregaram se retiraram daqui de Galiléia, foro simbora. Só tava somente esperando pegar os meninos. Aí eu fiquei por aqui, trabalhando, mas a situação foi muito difícil demais. Aí eu fui me bora pra São Paulo, passei três anos lá. Mas aí, quando eles pegaro Coutinho, prendero. Quando Coutinho saiu, pegou a pista pra ir pro Recife, predero ele, os outros repórteres tudinho que tava com ele. Mas a globo soltou Coutinho, né? Aí eu recebi um recado que ele vinha terminar o filme “Cabra Marcado para Morrer”. Vinha terminar o filme. Aí eu esperei, esperei, ele num chegou, eu passando necessidade aqui, eu fui me bora pra São Paulo. Vendi tudinho que tinha aqui, as mobilha de casa, tirei a passagem e fui pra São Paulo. Cheguei em São Paulo, peguei trabalhar. Quando eu cheguei, tava em São Paulo, chegou um recado na minha porta. Dissero: “Ele tá em São Paulo, em tal lugar assim, assim... Quando eu dei fé, na fábrica que eu trabalhava, eu tava até fazendo no domingo, eu trabalhava a semana todinha, no domingo o patrão me chamava pra eu tirar a folga do vigia, aí eu ia tirar a folga do vigia. Quando eu dei fé, chegou um cara no portão, assim: “Ei vigia, vigia, venha cá, salte aqui”. Quando eu olhei, eu vi que era Coutinho. Aí eu fui: “Tás me conhecendo?” Eu digo: “Tô, o senhor é Coutinho, né?” “Olhe, eu vim aqui, que eu preciso fazer, terminar o filme. Eu vou levar você pra Pernambuco. Você vai?” “Eu tô trabalhando aqui na fábrica, tô empregado, mas eu peço uma licença aqui. O senhor quer me levar, eu vou, né? Pois, quando for pra resolver, eu vou”. Mas já tinha tanta da gente pra ele trazer que tava em São Paulo: a família de Elizabete Teixeira todinha tava por São Paulo, todinha. Tinha tanta da gente pra trazer que não tinha condições de trazer muita gente. Ninguém queria deixar, a família dela num queria deixar ela vim só. Elizabete só queria vim também, né? Aí ele resolveu fazer por lá mesmo, cada qual na suas casas pra terminar o filme, né? Aí ele foi lá, falou: “Eu posso filmar você aqui?” Aí eu disse: “Só você conversando com o dono da firma. Se o dono da firma consentir, você pode fazer. Se ele não consentir, eu não posso fazer nada, não. Eu sou empregado dele”. Aí ele falou com o dono da firma, o dono da firma falou, mas depois que o dono da firma aceitou fazer, chegou o carro com tanta reportagem, com tanto holofote, com tanta máquina em cima de mim, da globo, em cima de mim, né? Filmou eu trabalhando, filmou eu batendo cartão, filmou tudo. Aí, quando foi depois, o homem cismou. Disse: “Esse negócio aqui tá errado, seu Ciço! Essa Globo quer fazer alguma coisa aqui, na minha fábrica, né? Se acontecer alguma coisa comigo, o culpado é você.” “O senhor pra quê deixou? O senhor dizia que num fizesse, né?” “Olhe, num deixe aqueles homi vim aqui mais não, viu? Quem é aqueles homi?” “É os repórteres da Globo, que tava fazendo um filme lá em Pernambuco, o filme ‘Cabra Marcado para Morrer’, e disse que

vinha terminar o filme comigo, que eu trabalhei. Eu tava fazendo o trabalho com ele, né?” Aí ele chegou e disse: “Num deixe vim mais não”. Acenei, Coutinho acenou pra mim e disse: “Olhe, se prenderem você, a minha firma tira você donde você tiver. Minha firma tira aí”. Coutinho terminou, filmou o resto das coisas lá na minha casa. O dono da casa também cismou. Disse que iam fazer alguma coisa com a rua, com a casinha dele, muito pobrezinha. Aí Coutinho deixou, filmou o resto por aqui por Pernambuco e eu fiquei lá. Depois resolvi vim me bora, por conta do meu sitinho, né? E tô aqui, graças a Deus, e até hoje estou aqui.

R- Certo

C- Aí eu fui pra Fortaleza nas Ligas Camponesas, acompanhando, fui pra Fortaleza, fui pra vários setores aqui dentro de Pernambuco, vários setores eu fui acompanhar as Ligas Camponesas em Recife fazia passeata direto dentro de Vitória, fazia dentro de Recife: “reforma agrária na lei ou na marra”. As Ligas Camponesas gritava: “reforma agrária na lei ou na marra”. Naquilo, os empresários ficavam com raiva porque a gente dizia “reforma agrária na lei ou na marra”, né? Aí dizia que a gente tava tudo armado, aí a reportagem quando vinha dizia que a gente tava tudo armado, mas num existia nem sequer um revólver aqui. Existia espingarda, dali de banda, espingarda de fecho mesmo. Nem de cartucho num existia dentro de Galiléia, né? Existia espingarda soca-soca, né? E somente era o que existia, mas ele dizia que tava tudo armado, que quando chegava a reportagem aqui, que quando a gente soltava um fogos lá em cima, na sede, chegava tanta da gente no mundo, tudo de enxada, foice e estroenga. Era a arma da gente. Era essa aí. Ele dizia que tava tudo armado, né? Tudo armado porque Julião pregava “reforma agrária na lei ou na marra”, né? Aí eles dizia que tava tudo armado, mas num existia nem sequer um revólver aqui dentro de Galiléia.

R – O senhor estava dizendo que aqui em Galileia ninguém tinha arma. O exército procurou arma, mas ninguém tinha arma. Só tinha mesmo aquelas armas de caçar passarinho, caçar animais. Mas, o senhor ouviu, em algum momento, Julião ou outro líder da Liga orientar vocês a pegarem em armas, a lutar com armas, ou não?

C- Olha, em nenhum momento a gente tinha essa orientação de pegar em arma. Nada de arma, porque num tinha condições pra que pegasse em arma. Agora, ele pregava “reforma agrária na lei ou na marra”. A arma que existia aqui... Esse repórter que tava fazendo o filme, o motorista era policial. Então, ele ficava aqui e tinha muita rolinha. Então, um dia ele trouxe

uma espingarda de cartucho. Então, enquanto tava filmando alguma coisa ele tava caçando. Aí quando houve a revolução, antes da revolução, aí o véi Daniel, pai de Dão, que eles correram tudo, até ele correu também, pegou o carro, foi embora, o policial, e o repórter ficou dentro da mata. Aí essa espingarda de cartucho, o véi Daniel escondeu num buraco, numa pedra, o pai de Dão. Aí quando o exército, perguntando pelas armas, pelas armas, aí a gente: “Não existe não”, e eles: “Tem. Julião num disse ‘na marra’, tem que pegar ‘na marra’, tem que pegar na arma pra fazer valer e acontecer. Os cubanos num tavam aqui, né? Os cubanos...” “Não, não teve cubano não”. Não teve nenhum cubano, né? Tinha cubano aqui, os pessoal dizia que tava cheio de cubano. “Num tem arma, não. A arma que tinha aqui foi uma espingarda que o motorista que carregava, de cartucho, que carregava o pessoal que o governo mandou, trouxe uma espingarda de cartucho”. “Cadê ela?” “Eu escondi lá no local da pedra, lá embaixo, dentro do mato”. Aí eles disse: “Vamos buscar”. Aí eles foram lá, foram com ele, pegaram ele, levaram ele assim, aí ele disse: “Olha aqui, tá aqui, nessa maloca de pedra”. Aí trouxeram a espingarda. Aí saiu caçando arma. O exército bateu Galiléia todinha. Olhe, esse mato, por onde tem mato aqui em Galileia o exército bateu. Subiu um grupo num canto, outro grupo no outro, caçando, caçando... Todas casas ele caçou pra ver se encontrava arma. Só encontra às vezes espingarda de soca-soca. Era a arma que tinha. O meu irmão mesmo tinha uma espingarda de soca-soca, que carregava pela boca, assim, socando, de soca-soca. Ele escondeu dentro do monturo da cocheira, no esterco do cavalo. Pegou, escondeu, né? Aí eles passaram por lá, o exército, passou por lá. Aí fluviou até o estrume da cocheira, do cavalo, descobriu a espingarda debaixo. “Isso aqui é pra eu caçar”. “Isso aqui num vale nada, não”. Aí deixou ela, né?. “A gente quer arma dessa aqui, olhe. Que Julião disse que tinha, que vai fazer a revolução”. Num existe, não. Aqui nunca existiu, só existiu aqui, na época que existiu um contrabando de álcool. Tinha um tal de Biu Queiroz, aqui, em Vitória, que tinha um depósito de álcool. Esse tal de Biu Queiroz era um cara que era do exército, mas tinha um depósito de álcool aí. Então, aí tinha botado fiscalização pros contrabando de álcool, né? Aí João Virgínio, botou João Virgínio como fiscal, pra olhar contra o contrabando de álcool. Botou pra olhar, aí João Virgínio ficava olhando. Biu Queiroz com medo de João Virgínio não denunciar: “João, toma esse revólver, fica com ele que o pessoal fica tudo aqui querendo te perseguir. Tu anda com esse revólver. Tu anda com esse revólver”. Mas, quando foi antes da revolução, aí João Virgínio disse: “Sabe de uma coisa, seu Biu, eu não quero esse revólver, não, pro modo eu tá com um revólver, pra depois eu fazer alguma coisa aí a toa”. Aí destampou a revolução, João Virgínio já tinha entregado o revólver a ele de novo né? Foram as armas que a gente viu aqui e mais nenhuma. Num existia arma aqui. Pregava “revolução

na lei ou na marra”. Isso aí ele pregava e a reportagem dizia que tava tudo armado. E nunca chegou de encontrar um com revólver, nem com um fuzil, nem com uma metralhadora, nem com nada, nunca.

R – Agora, “Seu” Cícero, ele orientava alguma coisa, assim, se o capataz do engenho fizesse algum mal contra vocês?

C- Olha, o capataz tinha revólver do senhor de engenho. Só andava com revólver nos quartos. Um revólver e um fuzil.

R- O daqui mesmo de Galileia?

C- O daqui mesmo de Galileia, o vigia era cum fuzil né, chama rifle parece, né fuzil não era rifle né e outro cum revólver né, pra ir buscar o pessoal a força e trzer o pobre do trabalhador pra fazer trabalhar forçado, isso ele fazia né. O dia viero se juntaro e derrubaro uma casa de um companheiro.

R- Aqui em Galiléia?

C- Aqui em Galileia. O exército veio, o exército, não, a polícia. E viero derrubar a casa, mandaro derrubar a casa. A gente viemo e num deixemo.

R- O que foi que vocês fizeram?

C- Não deixemo eles derrubar a casa, da justiça, né? Aí veio um grupo de policial de Vitória, tudo armada de fuzil: “A gente vai derrubar a casa”. Aí João Virgínio perguntou: “Quem mandou derrubar essa casa?” “A justiça”. “A justiça, não, quero saber ordem do governador”, João Vigínio. “Se for ordem do governador derruba, se não for, não derruba, não”. Aí, nessa hora, um companheiro, os policial tudo, assim, com fuzil, o companheiro deu um bote na mão de um policial, daquele, assim, e tomou o fuzil e escalou para polícia assim: “Pra trás, volta!” Um tal de Bia Durão. Pegou o fuzil dele e escalou na frente da polícia, assim, dele mesmo, né? Aí eles voltaro, foro simhora. Mas, não passou nem duas horas. Menino, chegou um batalhão de polícia, parece que avoaro, veio voando! Chegou tanta da polícia no mundo, que invadiu lá, ao redor onde tava perto da casa, e a gente tudo lá, esperando, dizendo: “Ele vai

chegar”. Quando deu fé, chegou. João Virgínio: “Tem que trazer a ordem. Eles disseram: “Olha aqui. Aí viero com o documento, governo autorizou. João Virgínio olhou: “Se for do governo pode derrubar. Aí a gente se afatemo eles pegaro a casa, derrubaro, arrastaro os móveis do homi pra fora, assim, arrastaro a casa e derrubaro tudinho. Tanta da polícia no mundo que era um castigo. Aí dissero: “Cadê o fuzil?” “Olha aqui”, entregaram o fuzil a ele, foro simbora e deixaro a casa derrubada. Isso aconteceu aqui.

R- E Julião? Ele orientava vocês a se defenderem?

C- A se defender?

R- Dos jagunços.

C- Ele... Ele orientava a gente. Quando houve a revolução... Ele soube que ia estourar a revolução. Ele avisou a gente. Disse: “Olha, vai haver um negócio aí muito forte. Não se levante ninguém pra que não perca a cabeça. Eu vou viajar pra Brasília, fique tudo quieto, vai estourar um negócio muito forte”. Ele já tinha sabido que a revolução ia estourar. “Num se levante ninguém pra não perderem a cabeça”. Eu vou pra Brasília”. Ele era deputado federal. Aí ele viajou pra Brasília. Quando foi trinta e um de março, estourou a revolução. Aí a gente fiquemo tudo quieto. “Num se levante ninguém”, avisou todas Ligas Camponesas. Todas elas ele avisou num se levantar. Mas, nesse meio tem gente que quer se levantar. Eles pega mete o cassete pra cima, mata faz e acontece né.

R- Tem uma cartilha... O senhor lembra que Julião escrevia cartilhas pra o pessoal? O senhor lembra disso?

C- A cartilha?

R- Sim

C- Olha, de vez em quando chegava cartilha pra aqui, pra a gente lê.

R- Deixe eu lhe mostrar uma. Olhe, essa aqui era uma cartilha, não sei de o senhor lembra dela (mostrando um exemplar da Cartilha do Camponês).

C- A gente tinha.

R- O senhor lembra que chegava?

C- Me lembro, hum... Cartilha do Camponês.

R- Essa é a Cartilha do Camponês.

C- A enxada... (Neste momento, Cícero fitou os olhos na foto da capa da Cartilha do Camponês, onde se encontra Francisco Julião segurando uma enxada). Tinham uns brochezinhos com a enxada. Quando a gente saía... Era uns brochezinhos amarelinhos com a enxada. Quando a gente saía pra fazer qualquer passeata, a gente saía com aqueles brochezinhos, botava aqui na camisa, com a enxadinha. Era o trabalhador, mostrando que era o trabalhador. E aqui tá a enxada, era um brochezinho mesmo assim, amarelinho, e tava todo mundo é o trabalhador. E essa cartilha... Eu lembro dessa cartilha.

R- O senhor lembra? Tem uma outra cartilha. Na verdade, não é uma cartilha, é um documento que ele escreveu que ele diz o seguinte: “Se o capataz ou um capanga matar um camponês, vá lá e mate o capataz, porque esse capaz não é gente.” Isso ele diz nesse documento lá. Ele falou alguma coisa sobre isso aqui ou não? O senhor lembra?

C- O pessoal fazia, o pessoal que tava com o poder na mão, com autorização, apoiado pelo presidente da república, o pessoal fazia. O pessoal ia, às vezes, nos engenhos, matava inté boi. O pessoal tava com voz, com força, né? Matava inté boi. O senhor de engenho, no tempo da festa, na quaresma, quando num dava o peixe, a Liga dizia: “Vá, abra o açude, e pegue o peixe, pra você comer”. Aí, quando ele num dava, o pessoal abria o açude. Na festa, quando num dava a carne de boi pra ele comer, ele matava um boi. As Ligas autorizava isso, mandava fazer, né? Mata o boi pra comer, a obrigação é dar a carne do boi do trabalhador e dá o peixe pra quaresma”. Então, as Liga dizia isso. Aqui mesmo num fazia não, né? Mas, vários setores fazia isso aí, várias ligas por aí a fora fazia. Agora, Galiléia não fazia. Galiléia se mantinham no regime sem fazer essas coisas. Agora, a gente, quando botavam um morador pra fora daqui, da redondeza da gente, que o patrão não indenizava ele, queria expulsar ele de qualquer jeito, botava os trem dele de fora, a gente ia e botava os trem dentro de casa. Juntava todo

povo de redor, ia pra lá pro engenho botava os trem dentro de casa. Deixava a casa descoberta, a gente cobria a casa de novo. Patrão descobria a casa, pra ficar descoberta, a gente ia, cobria a casa e botava os móveis dentro de casa. E dizia: “Num sai daqui, não, de maneira nenhuma! Só sai se indenizá-lo. Se não indenizar, a gente vem, quebra tudinho”. A gente dizia isso.

R- Agora, antes das Ligas, antes das Ligas, vocês não sabiam que o camponês tinha que ser indenizado, né?

C- Não, num sabia não.

R- Aprenderam isso com as Ligas?

C- Aprendemos isso adepois das Ligas, que Julião disse: “A lei é assim, assim... Só pode sair se for indenizado. A lei diz desse jeito, desse e desse”. Julião dizia: “Só pode sair da terra se for indenizado. Se não for indenizado, não sai. Se sair, bota os trem dentro de casa, invade tudinho e bota os trem dentro de casa e vai trabalhar. Agora, se indenizar, ele sai”. Aí resolveu. Só resolveram indenizar o povo tudinho, que botaram todo mundo, todo mundo era nos engenho... A rua hum... Era cheio de gente assim, não. Olhe, nos engenhos existia duzentas a trezentas famílias. Aqui, em Bento Velho, tinham mais de trezentos moradores. Aqui, tinham cento e oitenta e tantos moradores, aqui em Galiléia. Quando eles botava pra fora, a gente tem que ser indenizado. Aí, quando o patrão... As Ligas: “Olhe, o coronel Oscar botou agente pra fora aqui, né? Mas, Julião disse: “Só sai se indenizar”. Não num vai, vai, num vai, batendo, batendo, batendo. A justiça perguntou: “Você pode indenizar os trabalhadores? Porque é a Lei”. Ele disse: “Posso”. Então veio uma comissão do Estado para que fizesse a valoração de tudo que tivesse aqui, dentro de Galiléia, de tudo dentro do sítio, cada cá. O homi só dava a terra, a gente fazia a casa plantava, plantava tudo, toda coberta de lavoura, o sítio. O homi arrendava o sítio, mas a gente fazia tudo isso. A casa era da gente. Agora, a casa era de taipa, não tinha casa de tijolo, não existia, era tudo de barro, né? Aí quando ele resolveu botar, que Julião mostrou a lei, a justiça, a justiça, deu direito a gente ser indenizado aqui em Galiléia. Perguntou ao patrão se ele pode indenizar, ele disse: “Indenizo.” “Vou mandar fazer a valoração do que o pessoal tem pra você indenizar o povo, pro pessoal sair”. “Se indenizar, sai?” “Sai tudinho, num fica ninguém”. Aí veio a comissão do Estado, fazer a valoração do pessoal. Correu Galiléia todinha, cento e tantos moradores, aí fizeram a

valoração todinha. Quando fizeram a valoração, olhe, o que o pessoal tinha em cima da terra valia mais do que o preço da terra. Aí quando ele olhou, disse: “Ah, desse jeito eu não posso pagar não”. “Você não disse que podia pagar, indenizar? Então não tem como fazer a justiça.” Aí sustentou a questão, né? Sustentou a questão. Aí ficou, não botou ninguém pra fora, ficou sem poder indenizar ninguém. Aí apareceu indenização pra tudo, pra tudo. Não existia carteira assinada de ninguém. A gente trabalhava numa firma, saía, trabalhava um ano, dois, num recebia o dinheiro que trabalhava, num tinha carteira assinada, num tinha nada nessa época. Nem sindicato num existia, né?

R- Aí essas coisas...

C- Essas coisas saiu depois desse movimento pra cá, que Julião mostrou tudinho, essas lei todinha que foi assinada, que foi assinada por Getúlio Vargas. Tudo foi assinado por Getúlio Vargas, né? Aí Julião mostrava as lei tudinho, né? “A lei é assim, assim e assim”.

R- E ele falava isso pra vocês

C- Falava isso pra gente. Ele dizia nas outras Ligas também. Todas Ligas ele ia. A gente também dizia. Aí ficou todo mundo com isso, só saí se fosse indenizado. A gente saiu daqui, olhe, pro engenho aqui, chamado Paris. O homi botou um morador pra fora com os trem dele. O morador chegou aqui, que botou pra fora com a família dele, tava com a casinha descoberta, a gente juntou o pessoal dessa redondeza aqui todinha, fomos pra Paris, butemo o morador dentro de casa, no engenho chamado Paris, cobrimos a casa, butemos o roçado dele tudinho no lugar num dia. O sitinho dele, que ele trabalhava, plantemo tudinho. O patrão dele chegou, aí a gente: “Se bulir, a gente queima tudinho, se bulir”. Outro aqui em Bento Velho...

R- Esse engenho Paris ficava onde?

C- Ficava aqui, perto de... Pro lado de...

R- Era aqui em Vitória mesmo?

C- Era não, era ali, pra dentro de Capuaçu, pra aquele mei de mundo ali pra dentro, aqui pra dentro né? Esse engenho Paris.

R- Certo.

C- Ai a gente chegou aqui, em Bento Velho, outro, Coronel Tavares, botou um associado, botou pra fora né? Quando ele correu, contou aqui na sede, a gente fomos pra lá, juntemo o pessoal todinho, levou maniva, levou enxada, foice... O sitinho dele não tinham um hectare de terra não. Era um meio hectare de terra. A gente, dentro de uma hora, plantemo tudinho de lavoura. Era gente pra todo lado, assim, plantando, olha, lavoura. Quando deu fé, chegou a polícia de Vitória. O juiz com a polícia. “Quem mandou fazer?” “Só sai se for indenizado. Se num indenizar... Cumpra a lei que tá escrito.” Até os artigos da lei tal e tal e tal. Os mais inteligente dizia: “Cumpra essa lei que tá escrito”. Aí não, lá vai e coisa... O sítio já tava plantado, do homi. “Cadê o véi Zezé? Vamos resolver lá no engenho. A gente vai indenizar o homi. Vamos pra casa grande do engenho”. Aí, em Bento Velho né? “Vamos com o véi Zezé”. “Olhe, o véi Zezé num vai, não. Só vai se for com a gente. Vocês quer pegar o véi Zezé e seqüestrar ele, acabar com ele, né?” “Não, nós vai resolver lá na casa grande do engenho.” “Vai, pode até levar ele, mas nós vai mandar logo um bocado lá pra casa grande, antes de vocês saírem daqui. E a gente vai atrás de vocês, aqui, na carreira”. Aí eles fizeram a volta na estrada, pegou a pista né? Quando chegou lá... “Se não chegar com o véi Zezé lá, a gente toca fogo na casa grande, viu?” Aí eles: “Não, a gente vai pra casa grande resolver lá o negócio do morador”. Aí o pessoal vieram tudo na carreira, já tinha um grupo, já tava cá. Eles vieram. “Se num chegar, toca fogo na casa grande, a gente vai pra lá”. Eles vieram, aí chegaram com o véi Zezé. Chegaram na casa grande, o juiz, o véi Zezé e a polícia. Aí a gente cheguemo, invadimos, arrudiamo a casa dele todinha, aí batero, batero, batero, resolvero indenizar o véio. Aí quando foi no outro dia, parece no meio da semana, fizemos uma passeata por dentro de Vitória, dizendo: “Queremos juiz na comarca de Vitória! Não juiz da casa grande de senhor de engenho”. Uma passeata gritando, pra cima e pra baixo, gritando na passeata com a bandeira brasileira na frente e gritando: “Queremos juiz na comarca, resolvendo os problemas do trabalhador, não juiz da casa grande do senhor de engenho.” Aí rodeamos a cidade todinha, pra cima e pra baixo, passemos na frente da delegacia. O pessoal tava com essa voz. Foi quando eles fizeram a revolução, foi sobre isso.

R- E isso tudo que vocês falavam eram coisas que vocês aprendiam nas Ligas?

C- Que a gente aprendia. Julião ensinava à gente: “Olhe, a lei é essa”. A gente gritava, falava.

R- Essas cartilhas que vocês recebiam elas ensinavam essas coisas?

C- Elas diziam as leis todinha que existia. Tinha lei, tinha tudo pra falar pro pessoal, né? Julião tirava as cartilhas e mostrava, a gente lia e via. Eu não sabia ler direito, mas algum nomezinho eu ainda dizia.

R- E quando as cartilhas chegavam pra vocês, elas eram lidas em público ou ele entregava pra vocês ficarem?

C- Não, ele entregava na sede e a sede entregava, cada cá, uma cartilhazinha pra ele lê. Aquele que souber lê...

R- Aquele que sabia ler, lia então?

C- É, ler alguma coisa. E quando aquele que não sabia... Quando era nas reuniões, eles liam aquelas cartilhas: “É assim, assim e assim. Desse jeito, desse, desse, desse”, né?

R- E sobre reforma agrária, falava sobre reforma agrária?

C- Falava: “Reforma agrária na lei ou na marra! Reforma agrária já, na lei ou na marra!” A gente falava isso dentro do Recife, na frente do quartel do Derby, por todo canto, por dentro do Recife: “Reforma agrária na lei ou na marra! Na lei ou na marra!”.

R- Falava muito sobre Cuba também?

C- Não, falava sobre Cuba, não. Agora, aqui, quando tava nessa confusão em Cuba... Parece que tava uma revolução, né? Era uma confusão lá em Cuba, né? Então, Julião levou João Virgínio lá, em Cuba. João Virgínio foi. “Quem quiser aprender problema de guerrilha bora pra Cuba”, João Virgínio chegou.

R- E quando ele voltou falou alguma coisa pra vocês?

C- Quando ele voltou com umas fotos, deitado por trás de uns sacos de areia, num sei de que era, com um fuzil assim... Na guerrilha se esconde por detrás dos sacos de areia, né? Nas guerras se esconde também, né? Faz os valado, faz tudo, se esconde né? Então, João Virgínio trouxe essas fotos e fez esse treinamento. Somente João Virgínio e mais ninguém. Tem gente aí que disse que foi, mas não.

R- O único que o senhor lembra é João Virgínio?

C- Tem gente que diz que foi, mas não foi, viu? Agora, João Virgínio foi. Não teve ninguém de Cuba aqui. Eu não vi ninguém de Cuba. Chegou a notícia que disse que Che Guevara teve aqui. Eu participei de todas reuniões e não vi esse Che Guevara aqui pra dentro de Galiléia. Eu via Che Guevara nas fotos.

R- Certo. E o que vocês aprenderam aqui nas Ligas sobre o Latifúndio? O que é que se falava sobre o latifúndio?

C- Sobre o latifúndio? O latifúndio era pra ser acabado. As palavras eram pra acabar com o latifúndio, né? Porque todos engenhos, bem dizer, eram latifundiários. Dava, batia, prendia, né? Tinham os capangas deles, os jagunços deles pra fazer isso. Matava, jogava dentro do açude, né? Torturava de todo jeito, chama-se o latifúndio. Então, a gente falava contra o latifundiário, né? Todos engenhos era assim. Alguns eram mais calmos um pouquinho, não fazia, não. Mas, aqui, Serra fazia, Gameleira fazia... Tudo fazia essas coisa. Itamatamirim, que era de Constâncio Maranhão, fazia. Constâncio Maranhão, na época das Ligas Camponesas, chamou vinte e um colono... Quando ele soube que tinham vinte e um morador nas Ligas, chamou a polícia, mandou o vigia chamar um e um, deu vinte e uma pisa, numa noite, Maranhão. E era da família de Julião. Deu vinte e uma pisa. Que quando foi desapropriado Galiléia, que fizemos uma festa aqui, a gente mandamos um convite pra Constâncio Maranhão. Ele ajudou com cinco bois, a festa, que se arrependeu do que fez. Foi tanta da carne aqui no mundo, foi tanta da gente aqui no mundo, tanta gente ali em cima, no campo ali, viu? Foi tanta da gente que num cabia ninguém. De todo canto, na comemoração da desapropriação, né? E Constâncio Maranhão deu cinco bois. Ele criava muito. Era tudo boi, era alvinho, alvinho de boi. Deu cinco bois, mandou o convite pra ele, ele deu, se arrependeu do que fez, né? Ele como já tava, parece, político, né? Ou era ele ou era o filho, né? Já era político na época, se arrependeu, viu que o pessoal já tava com direito. Aí tinha um

companheiro, um tal de Miro, morava lá. O derradeiro foi Miro. Miro era um homem muito forte, né? Foi o derradeiro que trouxeram. Mandava chamar de um em um, pau, pau... Esse Miro, quando trouxeram ele, não diziam o que era, não. Dizia: “Constâncio Maranhão disse que fosse lá”. Quando chegava era a polícia pra meter o pau. Miro pulou tanto, pulou o muro, mais de dois metros de altura. Miro, no cacete, pulou o muro, no cacete, quando caiu da banda de fora, quebrou duas costelas, chegou aqui morrendo, quebrado duas costelas. Aí a gente peguemo Miro, levemo pra Julião, Julião botou ele no hospital tratou, tratou, disse: “Arrume um lugarzinho, bote Miro dentro de Galiléia”. A gente arrumemo um lugarzinho e botemo Miro dentro de Galiléia. Morreu um tempo desses. Não se revoltou contra, não. A família dele mora aí ainda, mas eles fazia disso, os latifundiários. Os latifundiários tinham que ser acabado e, de fato, olhe, adepois das Ligas pra cá, acabou com os coronéis, acabou com os major, acabou com os doutores, acabou com todo tipo de latifundiário. Acabou, aqui dentro de Pernambuco. Se acabaro tudo, quase. Existe algum longe. Tudo era engenho, só existe agora uma empresa ou é duas moendo cana, chamasse JB. O pessoal tudo nas cidade, morando, ele vai buscar o pessoal nas cidade ficha, contratando a trabalho, aí vai, mói... Acabou os coronéis. Olhe, Bento Velho não tem, Itamatamirim não tem, Una não tem, não tem, não tem. Eles planta cana nos engenho, mas não tem esses latifundiário todinho que fazia isso. Existe uma empresa comprando todas canas dos engenhos. Uma empresa só e o pessoal, agora, tudo é fichado, recebe seus direitos, recebe férias, recebe remunerado, recebe tudo que não existia nada disso. Por isso que eu digo, a luta do trabalhador das Ligas Camponesas valeu a pena. Aqueles doze homens que começou aquelas Ligas Camponesas, porque hoje aqui no Brasil, bem dizer, aqui em Pernambuco, não vou dizer nem no Brasil, vou dizer Pernambuco, porque não tô andando noutros lugares, estados, né? Mas, Pernambuco tá quase sossegado, liberto dos coronéis, né? Existe ainda algum cativo, lá pra aquelas banda Goiás. Alguma fazenda, os homens ainda faz o pessoal cativo, leva o pessoal pra ganhar dinheiro, chega lá o pessoal fica trabalhando forçado lá, trabalhando somente pelo comer. Quando sabe, a justiça bate em cima e faz indenizar todo aquele trabalhador que ta lá, né? E não fazia, o que tinha era cacete, né? Multa aquela empresa, né? Lá pras banda de Goiás, de vez em quando, aparece umas fazendas lá pra aqueles mundo e essa fazenda ninguém sabe de quem é. É de gente que tá na política, querendo entrar agora, querendo fazer a mudança, porque a mudança naquela época foi uma tristeza. A gente vivia numa tristeza, a gente votava no candidato do patrão: “Você tem que votar no meu candidato, viu? Se não, não dou trabalho, não tem trabalho pra você”. A gente ia e votava no candidato dele, viu? E agora não é mais assim, mudou tudo. Daquela época pra cá tudo mudou.

ANEXO 4 – SEGUNDA ENTREVISTA COM CÍCERO ANASTÁCIO DA SILVA

Reginaldo (R)- Entrevista com o senhor Cícero Anastácio da Silva, realizada por Reginaldo José da Silva, no dia vinte e seis de fevereiro de dois mil e quinze, com o objetivo de levantar dados, informações, para a construção de uma dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco. Seu Cícero, conte pra nós um pouco como foi, qual foi a ideia que fez surgir a Sociedade Agrícola Pecuária?

Cícero (C)- A ideia que fez surgir a Sociedade Agrícola, né, como fosse uma sociedade de morte, surgiu porque aconteceu um caso aqui, em Galiléia, e João Virgínio estava presente, foi quem fez o enterro. Morreu um velhinho por detrás do posto médico, que tem hoje em dia lá em cima de sapé, e esse velhinho, só existia o velhinho e a velha, morreu. Ninguém fez o enterro dele. O dono de engenho num fez de jeito nenhum, passou mais de quatro dias em cima da cama, lá. Já tava apontando urubu, a velha já tava fora de casa debaixo de um pé de pau. E João Virgínio, conversando com o companheiro José Ayres dos Prazeres, que aconteceu isso aqui em Galiléia. e João Virgínio ia todo dia na casa do velho Oscar e ele dizia que não fazia, não fazia: “O urubu come, mas eu não faço. Faça, João! Tá muito doido, faça! Quer fazer? Faça!”. “Mas coronel...” “Faça, João!” Aí terminou que quem fez o enterro foi João. Sabia que na prefeitura existia um tal de caixão de Nonô, de Vitória. João Virgínio foi lá, eu não me lembro bem do prefeito qual era, se era Zé Joaquim ou era Nô Joaquim, só passava de um para o outro, se não era um era o outro, saía um entrava o outro, saía um entrava o outro, eu não sei dos dois qual era, se era Zé Joaquim ou Nô Joaquim. Aí João Virgínio foi lá, falou com ele, ele disse: “Eu vou lhe dar um caixão, dar um despachozinho, mas você trás o caixão de volta, viu? Que pra servir pra o outro, quando outro precisar”. João Virgínio trouxe o caixão botou o velhinho dentro, eu não cheguei vê não, eu não estava nem aqui ainda em Galiléia, foi antes de eu chegar.

R- Essa história, o senhor ouviu?

C- Eu ouvi João Virgínio conversando com José Ayres dos Prazeres, né. Aí Zé Ayres dos Prazeres: “Ô João, por que vocês num faz uma sociedade? Num cria a sociedade pra fazer enterro?” Aí João: “Eu não sei fazer, não. Eu sei lá fazer isso!” Aí Zé Ayres dos Prazeres disse: “Eu dou a ideia, eu dou a dica de como é que faz, que fazer se reúne”. Aí, de repente, já

tava se conversando isso e eu tava presente, junto de João Virgínio, Zé Hortêncio, Zé Francisco, pai Francisco, né. Eu tava presente, né. Eu vendo essa conversa. Aí chegaro discutir: “Olha, agora quarta-feira tu vai lá pra Bela Vista. No domingo eu tô aqui. Agora, nas quartas-feiras tu vai lá pra Bela Vista com os meninos.” Discutimos lá, dormimos na casa de Zé Hortêncio. Nas quartas-feiras, Bela Vista. Depois de lá, ele saiu do emprego, arrumou outro emprego em Itamatamirim, do mesmo irmão do dono do engenho de Bela Vista. Aí, cá a gente vinha se reunir de novo em Itamatamirim e de cá deixamos tudo pronto, tudo amarrado, conversando, conversando e escrevendo tudinho, como é que fazia, como é que não fazia. De cá ficou tudo pronto, amarrado. “Tá tudo pronto, João agora é chegar, arrumar gente pra tirar a diretoria e arrumar lugar donde é que vai discutir isso aí, pra levantar ela”. Aí João disse: “Eu vou conquistar o véi Zezé. Eu me dou muito com o véi Zezé. Eu vou conquistar o véi Zezé pra levantar na casa dele, que é o administrador.” João Virgínio veio, conversou com o véi Zezé... O véi Zezé já tava chateado muito com aquela história que Zé Hortêncio foi pegar o foro e não tinha o dinheiro completo. E ele ficou brabo porque botaram ele pra fora, né. O véi Zezé já tava chateado. Aí João Virgínio, conversando com o véi Zezé, aí o véi Zezé: “Pior do que tá num pode ficar”. Aí conversaram tudinho, o que é que a sociedade dava benefício até o dono do engenho, ajudava até pagar o foro do pessoal. Aí foi pra lá, foi pra lá, conversou, conversou, ele concordou, viemos pra cá, tiramos a diretoria na casa do véi Zezé, né, e eu acompanhando, né. Aí ele foi lá pra baixo, pro Recife, tirou o registro, arrumou um companheiro, registrou, quando veio já veio com o estatuto pronto, ele: “Pronto, agora vou falar com o véi Oscar pra vê se ele fica como presidente de honra”. Como de fato foi a comissão pra lá: João Virgínio com a diretoria, o véi Zezé, que era presidente e era o administrador, né, veio falou, aí ele aceitou, né. Aí ficou funcionando a sociedade bem. Só entrava de sócio aqueles bem pobrezinho, que não tinha nada. Os foreiro rico, que tinham alguma coisa, não queria ser sócio porque podia fazer seu enterro. Os pobrezinhos não podia, entrava pra fazer o enterro, quando morresse um, né. Aí ficou, ficou, ficou... Quando já quase no fim do ano, aí lá vem um diabo do filho do véi, que tava estudando pra dentista lá pro lado do Recife, num sei donde era, pra mim ele tava estudando fora, mas disseram que era pra dentista. Quando deu fim do ano, o filho do véi chegou, o véi contou a história a ele da sociedade de morte pra fazer o enterro do pessoal e lá vai, né, e até tinham convidado ele pra ser presidente de honra e ele aceitou, né, ajudava a pagar o foro do pessoal, a sociedade né, aí ficou... Aí o diabo do filho... Olha, já fazia uns cinco ou era seis meses que ela tava funcionando sem confusão nenhuma, né. Aí lá vai, lá vai... Aí o filho disse: “Pai, sabe o que é isso? Isso é uma espécie de comunista”, o filho do velho, “de comunista, vai terminar tomar

seu engenho! Chame o véi Zezé, o administrador, bote tudinho pra fora. Quem for sócio, bote tudinho pra fora dentro de vinte e quatro horas. Não fica um”. Aí ele chamou, foi logo pra justiça, botou uma ação na justiça. Ele botou tudinho pra fora. Aí João Virgínio correu e chamou Zé Ayres dos Prazeres, que tava trabalhando em Itamatamirim de administrador. Aí Zé dos Prazeres quando chegou lá, que João Virgínio contou ele: “Ô meu Deus! Que foi que eu fiz!? Será que eu botei todo mundo a perder!?” Mesmo assim: “Mas, não tem nada, não. Eu conheço um homem que trabalha pros pobres de graça. E eu vou lá onde ta. Ele, um advogado, trabalha de graça pros pobres.” Deixou o trabalho e foi pro Recife, pra casa de Julião, lá em Caxangá. Chegou lá, na casa de Julião, contou a história, aí Julião disse: “Traga a diretoria, uma comissão a cá”, Julião disse. Alugamos um ônibus e fomos. Eu fui no meio, eu sempre acompanhando. Eu era um cativo do véi Oscar, trabalhava os sete dias da semana apulso, pagando nove dias de condição de um sítio, nove dias de cambão, que cambão é os dia de graça que a gente trabalha. Pagava nove dias de um sítio de meio hectare de terra.

R- O senhor?

C- Eu, porque era três irmãos. Cada irmão tinha que dá três dias, eu três, o outro irmão três e o outro três, era nove dias de um sítio né, aí eu vivia num sofrimento desses, eu não saía. Aí eu fiquei acompanhando a Sociedade, acompanhando, acompanhando... Aí fui pra casa de Julião, aí Julião disse... Quando chegamos lá, que contamos a história, mostrou o estatuto, tudo direitinho, tudo registrado, aí Julião disse: “Isso era pra ter nascido há dez anos atrás”. Julião disse: “Há dez anos atrás... Nasceu agora, eu vou pegar a questão”. Julião. Já tava com ação de despejo. Julião: “Eu vou preparar o mandato de segurança, né. Preparou o mandato de segurança: “Vou pra justiça”. Quando ele disse “vou pra justiça”, olha, a imprensa só veio quando entrou na justiça. A imprensa... Num tinha, num tinha ninguém, somente o pessoal sozinho se movimentando. Aí, quando entrou na justiça, a imprensa soube, né, que Galiléia formou uma Sociedade assim, assim e assim, aí a imprensa veio, veio repórter, eu não sei qual era o repórter dessa época, Jornal Nacional ou era Repórter Esso, era uma coisa assim, né. Aí lá vem o repórter, foi parar lá em cima na sede, chegou lá vai entrevistando, querendo saber, olhando os documentos todinho, lá vai, estatuto, tudinho, lá vai, aí teve um repórter que disse: “Sabe o que é isso? As Ligas Camponesas de Iputinga nasceu aqui em Galiléia. As Ligas Camponesas de Iputinga, que foi acabada na revolução, nasceu aqui em Galiléia”. Aí ficou por Ligas Camponesas, o apelido ficou por Ligas Camponesas. É o apelido. Ela é sociedade, mas o apelido é Ligas Camponesas, né, que não foi registrado por Ligas Camponesas, né. Aí

ficou por Ligas Camponesas. Aí quando os outros engenhos viram, aí ficou a questão. Olha, Julião botava um mandato de segurança, o véi botava outra ação de despejo. Aí botava um, botava outro, aí ficava brigando, brigando na justiça, e terminou a gente perdendo na justiça. Mas, Julião já tava se preparando pra botar na Assembléia, pra ver que desapropriava. Já tava tudo pronto, já pronto, né. Aí botou na assembléia pra ver se desapropriava. Olha, passou o governo que tinha pra outro governo, entrou Cid Sampaio. Foi Cid Sampaio quem desapropriou Galiléia. Fomos fazer a campanha de Cid Sampaio. Julião disse: “Doutor se o senhor... Se as Ligas Camponesas fizer sua campanha, se o senhor ganhar, desapropriar Galiléia?”. Aí ele disse: “Desaproprio”. “Apois agente vai cair no campo pra fazer sua campanha. Se o senhor ganhar, a gente pode ir na sua casa falar com o senhor?” “Pode.” Fizemos a campanha dele. Julião defendendo na justiça, defendendo, defendendo, defendendo... Quando chegou o final, Cid Sampaio ganhou a eleição. Aí Julião disse: “A gente pode ir lá?” “Pode.” Levamos um ônibus cheio e fomos pra casa de Cid Sampaio, né. Fomos lá, até almoçamos na casa dele. Dissemos tudinho, numa sala grande, assim, cheio de bandeira, uma mesa grande e ele sentado, assim, no meio, conversando com a gente tudinho, Cid Sampaio. Aí Cid Sampaio disse: “Olha, eu não posso dizer que desaproprio por minha conta só, porque tem a Assembléia. Se eu disser que vou desapropriar, a Assembléia pode protestar, não aceitar, a Assembléia”. A Assembléia dos deputados, né. “Tem que botar na Assembléia, porque, ele aprovando, eu desaproprio. Se ela aprovar, eu desaproprio Galiléia”. Aí ficou. Aí Julião já tava com tudo pronto. Carlos Luiz de Andrade parece que foi quem preparou o projeto, jogou na Assembléia. Quando foi, marcaram o dia da audiência pra ser julgado, pra ver se a gente ganhava na questão. A gente juntamos o pessoal das Ligas Camponesas de todo canto daqui de dentro de Pernambuco, invadimos aquela Assembléia, num sei se ainda é no mesmo canto, né. Invadimos aquela Assembléia, aquela Assembléia na beira da maré ali, ficou tanta da gente no mundo que não passava ninguém. Carro nem ninguém. A Ponte da Boa Vista ficou lotada de canto a canto. Num passava mais ninguém de tanta da gente que tinha das Ligas Camponesas, né, pra apressar os deputados, pra que eles votassem o projeto de Galiléia, né. Aí bateu, aí foi briga viu. Quando entraram todos os deputados, todinho, começaram: “Agora vai se discutir como é que vai fazer”. Aí chegou todo mundo. Fechamos as portas, aí dissemos: “Agora não sai ninguém daqui. Nenhum deputado num sai daqui. Num deixa sair ninguém”. Cercamos as portas da Assembléia todinha, assim: “Se sair um aqui, a gente joga dentro da maré. Se sair é pegado e jogado na maré”. Aí ficou João Virgínio lá. Era menino, criança, mulher, de toda qualidade de gente, tudo com fome, já. O dia todinho ali, viu, com fome. João Virgínio comendo farinha seca, com aquela barbona,

comendo farinha seca com sardinha, né, lá no meio do povo. Aí lá vai, lá vai... Aí foi a briga dos deputados. Olha, tinha um padre que era deputado. Esse padre era quem mais era brabo. Dava tanto do bufete em cima do birô, que era capaz de arrebentar: “Num se pode desapropriar Galiléia, de maneira nenhuma. Vai se desapropriar Galiléia, porque se desapropriar Galiléia não vai ser uma Galiléia só, vai ser várias Galiléias”. Olha, ele disse uma coisa e foi isso aí mesmo, foi várias Galiléias que aconteceu, né. Ele disse assim. Aí dava tanto bufete e bate, bate... Mas, “não sai ninguém, num sai, porque se sair vai pra dentro da maré, enquanto não aprovarem o projeto”. Aquela briga danada, com a gente lá dentro. Num deixava ninguém sair. Deu onze horas, deu meia noite, deu uma hora da madrugada e tudo lá. Aí bateu uma hora da madrugada, botaram pra votação. “Ou aprova ou não sai ninguém, não. Vai tudo pra dentro da maré”. Aí lá vai, lá vai, lá vai... Aí no fim das contas, a gente ganhamos na votação. Eu não sei nem quantos votos foi, que eu não me lembro, né. A gente já tava em casa. Ficamos na casa do véi Zezé, por ali, com o radinho ligado. O véi Zezé tinha comprado um radinho “Campeão”. Num existia rádio, não, mas existia um tal de “Campeão”, né. Já tava sabendo que Galiléia tinha sido desapropriada. Aí ficamos lá, só viemos sair pras casas bem cedo, quando deu condição, porque duas horas, três horas, não tinha condição ainda pra valer, né. Tinha trem subindo, mas três horas da madrugada não tinha trem. Duas nem três horas não tinha trem, né. A gente tudo reunido... Aí quando começou os ônibus funcionar, a rodoviária era lá no Cais de Santa Rita, era ali no Cais de Santa Rita, a rodoviária, né? Ficamos tudo por lá, dormimos por lá mesmo. Lá vai lá pela central do trem e tudo esperando que o trem saísse bem cedo, pra vim nos trem, um pro canto outro pra outro canto, outros pegava ônibus, né, e terminou que, quando chegamos em casa, já tava aquela festa, o pessoal tudo contente, né, porque Galiléia tinha sido desapropriada. Aí o povo viram no mundo essa história, né. Aí não se levantava mais Sociedade. Era Ligas Camponesas. Num engenho, Ligas Camponesas; noutro engenho, Ligas Camponesas; noutro engenho, Ligas Camponesas; noutro engenho, Ligas Camponesas... Aí isso pegou nos engenhos todinho. Pegou daqui, que pegou o Brasil todo, pegou São Paulo, pegou Rio Grande do Sul, pegou Paraíba, pegou foi tudo. Aí o pessoal viram e aí ficou Ligas Camponesas, né. São Paulo... São Paulo foi um manifestação tão grande também, naquela época. Naquela época você sabe quem estava lá no meio dominando as Ligas Camponesas? Dilma, a presidente da república que tá hoje em dia aí. Era quem ministrava as Ligas Camponesas de São Paulo, que nem Celeste ministrava aqui de Vitória. Véi Zezé aqui, mas Celeste a de Vitória, né. Eu tava já como segundo secretário das Ligas Camponesas de Vitória. Daqui não fui nada não, mas de Vitória fui segundo secretário. O primeiro secretário era João Daniel e eu era o segundo. Não

sabia ler. Botaram eu como segundo, né. Aí ficamos, né. Aí lá vai, lá vai levando a vida, aí Cid Sampaio desapropriou, botou pra medir tudo. Aqui tinha pra cento e quarenta e poucos moradores, né, cento e poucos moradores tudo botado pra fora. Aí quando botaram pra fora, ninguém foi pra fora e ninguém mais trabalhou pra o véio Oscar. Ninguém mais pagou foro, enquanto tava a questão. Ele veio mediu Galiléia, dividiu quarenta e cinco lotes de dez, porque o plano de reforma agrária é de dez a vinte e cinco, o plano de reforma agrária. O mínimo é dez, mas é de dez a vinte e cinco. Aí mediu quarenta e cinco lotes, só dava pra quarenta e cinco pessoas, tinha cento e quarenta e tantas pessoas, morador. Aí o pessoal disseram: “Ô doutor, e o resto do povo?” “Não se importe com o resto do povo, se importe com vocês.” “E os outros também é irmão da gente, os outros também lutou pra desapropriar Galiléia. Tem que ter lugar pros outros também, né. Pra expulsar os outros na rua não.” Aí ficou a luta, brigando. Cid Sampaio botou polícia aqui dentro de Galiléia. Parecia até quartel de polícia, pra que o pessoal aceitasse o plano dele. Cid Sampaio foi quem fez isso aqui, o quartel de polícia. Polícia chegava na frente da casa mijava. Chegava, mijava na frente da porta, assim, pra cima e pra baixo, pra ver se o camarada dizia, pra eles pegar, né. Aí ficou. Aí quando chega a ideia, aí Cid Sampaio foi levando, levando... Passou um ano, passou dois passou três, passou quatro e a questão rolando. Aí o pessoal... Agora não foi com o proprietário, foi com o governo, brigando com o governo de Cid Sampaio, Julião. Aí quando chega os quatro anos dele, encerrou. Aí vem Arraes, candidato. Lá vem Arraes pra sair candidato, pra substituir Cid Sampaio. Julião foi pra Arraes: “Doutor, se o senhor...” Olha, compraram Barra de Terra Preta, mas Barra de Terra Preta tinham trezentos moradores nesses dois engenhos, cento e cinquenta em um e cento e cinquenta noutro. Dava trezentos moradores. Comprou pra gente, pro resto da gente que sobrar, ir pra lá. Aí João Virgínio: “Mim diga uma coisa, aqueles trezentos moradores que estão lá vão pra onde? Vai pra porta da rua? Pedir esmola? Eles são humanos que nem a gente também. Ô da terra a todo mundo ou se não, não dá”. Compraram Barra de Guabiraba, compraram Piriri, Massangana, aqui, um engenho chamado Piriri, mas lotado de gente assim. Num dava pra botar o pessoal. Aí não aceitou. Aí Julião, sustentando a questão, né. Aí lá vem fazendo a campanha de Arraes. Arraes ganhou, aí Julião: “Se você ganhar, você resolve aquele problema? Mede aquelas terras? Eles querem cada cá o seu cantinho, o seu sitinho”. “Eu resolvo.” Aí, quando Arraes ganhou, mandou medir cada qual o seu lote. Teve gente que ganhou meio hectare de terra, gente solteiro, um tal de Zé Serafim, solteiro, pegou meio hectare de terra, num tinha família nenhuma, deu um taquinho de terra lá pra ele lá. Aí era dois hectare, era de três, era dois, de quatro, um, dois, três, quatro e deu tudinho. Todo mundo aqui dentro de Galiléia, né. Arraes

fez, né. Arraes fez, deu, mas Cid Sampaio já tinha dado a posse, mas não tinha dado título de posse. Arraes também passou os quatro anos e não tinha dado título de posse. Aí lá vem a campanha de Joaquim Francisco. Joaquim Francisco ganhou. Joaquim Francisco deu o título de posse. Nós temos título de posse. Não é dono, é possessor, né. Nós fomos receber esse título de posse no engenho aqui dentro, no sul. Fizeram uma festa quando desapropriaram lá. Quando foram inaugurar, entregaram o título de posse do pessoal de Galiléia. Somente Heleno foi que não foi, parece. Heleno ficou aqui, foi não pra lá, não: “Eu não moro lá, tem que me entregar o meu é aqui. Num tenho o que vê lá”, Heleno (Risos). Aí depois vieram e entregaram o dele aqui. Joaquim Francisco deu, né. Aí lá vai, lá vai e quando foi trinta e um de março, estourou a revolução. Antes disso, em sessenta e três, o congresso dos trabalhadores em Belo Horizonte, primeiro congresso dos trabalhadores em Belo Horizonte, houve lá. Olha, não existia aposentadoria, não existia nada. Agora, já estava o negócio das leis assinada, pra só sair se indenizar, né. Só sair se indenizar, se fosse botado pra fora. Aí, congresso de Belo Horizonte, lá estava João Goulart, todas as comitivas das Ligas Camponesas, deputado Julião, Arraes, Brizola, tudo, os advogados tudo das Ligas Camponesas, né, e mais Carlos Luiz de Andrade, Jarbas Vasconcelos, tudo tava lá, no congresso, né, em Belo Horizonte, né. Eu estava lá também, escalaram eu pra ir pra Belo Horizonte. Tudo o pessoal escalava eu, Cícero Anastácio da Silva. Foi Orlando, que era pedreiro, foi Joaquim Coelho, era um velhinho que brincava mamulengo, tinha uma barraquinha, brincava mamulengo, né, Joaquim Coelho, e foi Manezinho da Galiléia, que ele era de Mirueira, levantou as Ligas em Mirueira, lá no Recife. Ele vivia mais aqui, aí ficou conhecido como manezinho da Galiléia. Só vivia mais aqui. Pegando as ideias daqui, levantou as Ligas, lá de Mirueira, do lugar dele, mas só vivia aqui pegando todas as instruções. Aí foi escalado ele pra ir pra lá. Chegou lá em Belo Horizonte, no congresso, chegou Arraes, chegou Julião, chegou Brizola, chegou toda comitiva no meio do congresso. Orlando adoeceu, Manezinho adoeceu, né, eu não adoeci. Eu fiquei, num adoeci não. Orlando era um pedreiro, era bom, Joaquim Coelho, que era doente, não adoeceu. Ele sofria um puxado, um asmático, que só vivia doente. Ele chorou pra ir, num sofreu nadinha, deu tudo bom por lá. Oito dias de reunião, a gente lá e ele assistiu tudinho, né, e ele num adoeceu. Manezinho também era da Galiléia, mas era de Mirueira, né. Aí assistimos tudinho e Orlando, não sei, só tinham mesmo bom eu aqui, de Galiléia, e Joaquim Coelho era adoentado. Aí Brizola passou mais de três horas comigo, assim, que nem a gente tá conversando, procurando saber como foi que formamos essas Ligas Camponesas. Brizola, ele queria levar eu de lá pro Rio Grande do Sul, pra eu conversar essa história lá, no Rio Grande do Sul. Eu disse: “Doutor eu não vou poder

ir, porque os companheiros que vieram de lá mais eu tá tudo doente no hospital aqui. Não tá assistindo nada, só quem tá bom mesmo sou eu. Eu tenho que voltar pra lá pra contar o que eu ouvi aqui aos meus companheiros. Agora, se o senhor quiser depois, manda me chamar que eu vou pro Rio Grande do Sul”. “Apois tá certo.” Essa menina, Dilma, tava lá no congresso, no meio dessa reunião, nova, menina, menina, casada de novo, o marido tinha deixado ela porque ela tava acompanhando os pobrezinhos.

R- E quando o senhor voltou pra cá fizeram alguma reunião?

C- Fizemos uma reunião pra eu contar o que foi que eu vi. Foi assinada a aposentadoria dos véi, João Goulart assinou. Eu contando a eles, contando tudinho, sessenta anos de idade, aposentar os véio da agricultura, né, aposentar os véio. Eu contei a história todinha ao povo, né, eles ficaram tudo satisfeito. Brizola preparando pra eu ir... Quando Brizola escreveu pra eu ir, já tava em cima, já foi no dia vinte e cinco de março. Quando foi no dia trinta e um de março de sessenta e quatro, destampa a revolução, né. Aí parou tudo, foi tudo preso, com a revolução, foi tudo preso, todo mundo calado, sem abrir a boca pra falar. Ninguém passava por um pra abrir a boca pra falar. Muito mal “bom dia”. Saía de cabeça baixa, assim, saía e ia embora. Aqui em Vitória, aqui na sede, ali onde tava fazendo o filme, tinham, parece, três policiais que fazia parte do filme. Três policiais. Os policiais pediram por tudo no mundo pra a gente não abrir a boca pra dizer que eles estavam aqui. À gente que vivia junto com eles, eu mais que vivia no filme, né, pediu por tudo: “Pelo amor de Deus, não diga que a gente vivia aqui, junto de vocês, não, não diga não! Vocês não conversem com ninguém. Se vocês tiverem conversando, assim, no meio da rua, assim, e o pessoal vê, fica assim nas portas, assim, e com o gravadorzinho, assim, falando. E quando dá fé, diz assim: ‘Você tá preso!’ Com agente mesmo, que contavam a história da gente”. Aí ficamos ali e não dissemos quem foram aqueles policiais, mas os policiais: “O que é isso companheiro?” O policial eu sei quem foi: Vera e Sebastião. Os dois que faziam parte do filme, né, fazia parte do filme. Vera e Sebastião fazia parte do filme. E terminou a questão e agente não dissemos nada e eu fiquei quietinho, me escondi quatro dias na mata. Aí, depois de quatro dias, voltei, comecei a andar mais eles, mais o policial, mais Vera. Comecei a trabalhar mais pra ali, na macaxeira lá, ali, e de noite eles ia embora. Pegaram os maquinários do filme tudinho, levaram tudinho. Vinha de bem cedo e de noite ia embora. Aí, dia de segunda-feira, eu tava lá, junto da cacimba, que era roça nova e eu tava limpando, aí quando ele me viram: “Ei, caboclo!”. Mas, eu já tinha conversado com um companheiro que tinha ficado. Eu já tinha mandado Duda avisar ao

repórter que o exército já tava entrando pra lá. Aí Duda trabalhava em Uma. Aí eu digo: “Eu vou pra Uma, Duda trabalha em Una, Duda é irmão de João Daniel, Duda trabalha lá, eu vou saber o que foi que houve”. Aí eu fui pra lá, no corte de cana, cheguei no corte de cana ele tava lá: “Duda, que foi que fizeram?” “Pegaram tudo que tinha lá, levaram tudinho, pegaram tudo, tudo, da minha casa, da casa de pai, viraram tudo. Olhe, fizeram uma bagunça tão grande, espalharam tudo, não ficou um pano que não ficasse espalhado no meio da casa assim olha, levaram o relógio de pai, de mãe, levaram tudo, né.” E João Daniel tava dessa grossurinha de uma pneumonia, tinha ficado magro, magro, dentro das roças, escondido. João Daniel, dessa grossurinha, só tinha o osso. Aí ficou de lá, olhando, quando foi embora tudinho de noite, João Daniel foi embora pra casa. Pegaram os maquinário do filme lá, todinho, aí João Daniel chegou cá, tava com uma capa preta, vestido numa capa preta, escondido, capa de plástico: “Lote de safado! Roubaram a casa de meu pai todinha, olha o que foi que fizeram, um lote de ladrão, foi ladrão”. Aí pegou, esculhambava, a boca dele assim, uma bocona. Mas, quando eles foram embora, na frente da casa de João Daniel, onde tem umas casas agora, era mato, ficou um escondido a noite todinha, um do exército de lá. Ele tava vendo João Daniel esculhambando, dizendo coisa. O pai já tava no quarto, escondido mais o repórter, mais João Virgínio, mais todo mundo, né, escondido, né, e João Daniel esculhambou, esculhambou, esculhambou, esculhambou... Quando foi no outro dia, eles chegaram. João Daniel tava lá em cima da rede: “Ei, o você tava fazendo aqui, rapaz?” “Eu tava na casa de farinha, eu tava fazendo farinha, né, mas roubaram tudo aqui. Olhe, tenente, roubaram tudo.” “Não, o exército não rouba nada de ninguém, não.” “Levaram o relógio de papai, num sei o que das meninas.” “O exército não rouba nada de ninguém.” Tinha os livros grandes, assim, um livro de Coutinho que João Daniel tem ele, né, que Coutinho tem ele, que foi de Havana, lá de Cuba. “O exército não leva nada de ninguém não.” “Mas o relógio de papai sumiu e das meninas.” “Olhe tá aqui escrito, o exército levou isso, isso e isso, mas vai devolver. Amanhã ele trás tudinho.” Aí chegou a mãe dele né, a veinha, né, o irmão dele né, aí ficaram. Aí chegou eu, depois de quatro dias, aí levaram eu pra lá: “Bora lá pra cima! Você vai?” Olha, aí eu perguntei a Duda: “Duda, eles tão procurando quem, Duda?” Duda um garoto. Aí Duda: “Eles querem João Virgínio, véi Zezé, Brás, Zé Francisco, Rosário... É quem eles tão procurando”. “Num falou no meu nome não? Zé Anastácio?”. “Não, no seu nome não falou.” “Falou não, Duda, no meu nome não?” Aí Duda: “Não, no teu nome não falou”. Em Vitória eu num tô no visto deles, não. É porque os meninos faziam parte cá, na diretoria, né, e eu não fazia parte na diretoria aí né. Eu tava fazendo parte da sede de Vitória, né. Aí peguei, vim embora, desci por aqui por trás com Zé Hortêncio, saí aqui. Aí, bem cedinho, eu fui pra ali,

pra beira da estrada, peguei trabalhar limpando roça, quando eles me viram: “Ei, caboclo, venha cá!”. Aí me chamaram pra eu ir lá pra cima: “Bora pra lá, bora! Você vai? Cadê o pessoal daqui? Onde é que você tava?”. Eu tava trabalhando lá em cima. Vi quando vocês passaram aqui, eu tava trabalhando lá em cima, eu moro ali em cima, naquela casa ali, olhe”. Aqui num tinha essa casa, não, só tinha uma casinha aqui, né. “Eu tava trabalhando ali em cima, limpando essa roça. Hoje peguei no leito aqui embaixo de novo.” “Você vai lá pra cima?” “Bora!” Pra eu dizer que não ia, ele ia dizer que eu tava com medo, né. Eu digo “bora”, aí eu fui. Quando chegou lá, eles tome a perguntar por fulano, véi Zezé, João Virgínio, véi Francisco, Zé Francisco e lá vai... Rosário... “Eu ouvi dizer, os meninos disseram que eles correram tudinho pra mata, eu num sei qual foi a mata que eles saíram, se foi pra lá, se foi pra cá, por todo canto tinha mato, pra aqui, pra cá, pra lá, pra todo canto tinha mato, né, ninguém sabe pra qual lado foi, nem o filho dele, que é pequeno, num sabe. Eles desapareceram e não sabe pra onde foi.” “E o repórter? E os Cubanos?” “Desapareceu foi tudo, não tem ninguém, né.” Eu fiquei mais eles, todo dia perguntava a mim, todo dia, todo dia perguntava pelos meninos se eu sabia: “Eu num sei não, sei não”. Mas eu tava sabendo onde tava os meninos. Todo dia, quando eu saía de casa, eu ia conversar com os meninos. João Virgínio, véi Francisco e Zé Francisco só confiava neu pra eu não dizer. Não queria que ninguém chegasse lá onde eles tavam, dentro da mata, pra ninguém dizer, nem a mulher de João Virgínio ele não queria que ela fosse lá, dentro da mata. Quando foi depois, resolveram se entregar. Aí foi que o exército, comida, remédio, médico, vitamina de toda qualidade, comida... Eu é quem distribuía a comida. Eu, meu irmão Sebastião e um tal de Zé Ipojuca. Eles separaram a gente pra distribuir a comida. Vinha gente de todos os engenhos aí por fora pegar comida: Una, Bela Vista, Itamatimir, Águas Compridas, Bento Velho, Espírito Santo... Vinha tudo pegar comida. Era caminhão atrás de caminhão de comida, remédio e médico. Quando os meninos resolveram se entregar, que se entregaram, pegaram tudinho, botaram tudinho em cima do caminhão e partiram, foram embora, só queriam mesmo pegar os meninos. A comida era pra pegar os meninos. Pegaram, foram embora. Aí, quando foram embora, com uns oito ou quinze dias, morreu o sogro do meu irmão. Aí, em Bento Velho, tinha uma sede também das Ligas. Aí eu fui pro velório de noite. Quando a gente viemos de madrugada: “Vamos embora pra a gente não amanhecer aqui”. Quando a gente vinha ali, pegava ali, naquela entrada do shopping, saía na pista e vinha embora, a vagem era cana só, onde tá a pista, agora onde tá a vaquejada do homem ali, onde tem umas firmas, era cana só. E tava chovendo. Lama que só. O rio tava cheio. A gente pegamos um taco da pista, pra sair em Santa Cristina. Quando atravessamos a ponte, que dei fé, lá vem um carro, um carro de polícia

com a luz apagada. Quando passou pela gente, acendeu a luz. É polícia, a gente, se é de correr logo e entrar dentro dos matos, da cana, não corremos. Ele foi, pegou Santa Cristina, ali, fez como quem ia entrar pra Glória, e voltou, assim, entrou dentro do posto e saiu de novo. Quando veio, veio com a luz apagada de novo, aí a gente foi embora. Aí lá vem os carros passando, descendo, a gente pensava que a polícia não vinha: “Se for a polícia, a gente corre pra dentro dos matos”. Num vinha com aquela luz acesa. Ia eu, meu irmão e outro menino de Bento Velho. Quando chegou em cima da gente, assim, acendeu a luz da polícia: “É a polícia!”. Eu disse: “Num estremece, não, que é a polícia”. Eu tava com uma faca, soltei minha faca no chão, né, aí eles: “Soltaram uma coisa aí no chão”. Aí deu um tabefe no menino que tava na frente, assim, e eu vinha por derradeiro atrás. Deu um tabefe no menino, que o menino caiu por dentro da cana, assim. Deu uma carreira que pelosse. Aí, o outro que tava assim, disse: “Não é esse daí não, é esse de atrás”. Esse cara me conhecia, foi o motorista que carregava os meninos do filme, que Arraes tinha dado um carro pra carregar o repórter do Recife para aqui, daqui pro Recife. Era um policial, que Arraes tinha dado, um tal de Jorjelão, a gente conhecia por Jorjelão. Aí, quando veio a revolução, ele corre, vai pra lá. Os meninos desapareceram no mato, ele correu pra lá, foi embora. Aí ficou com a polícia, pra cima e pra baixo, mostrando. Aí, quando me viu, disse: “É esse daqui de detrás”. Por causa do filme, ele me via toda hora, todo instante, né. Aí veio em cima de mim, aí passou uma tapa. Menino, eu tirei a cabeça, assim, ainda pegou por aqui, olhe, desse lado aqui, ainda pegou. Eu descí numa barreira, assim, olhe, descí numa carreira, assim, olhe, na cana, numa descida assim... É até aquela pensão que tem, assim, da ponte pra cá, que o pessoal vai se hospedar, até mulher com mulher, parece né. Parece que é ali, mesmo ali, uma barreira, assim. Eu descí, ganhei a cana, foi uma carreira do estopim, meu filho. Aí eu só vi os tiros atrás de eu: “pá, pá, pá, pá”... A salva dentro da cana: “ti, ti, ti, ti...” Seis tiros dentro da cana. Agora, eu forte, novo, não sentia nada. Fui embora. Aí corri, fui bater no lugar do enterro, avisar. E meu irmão ficou sozinho mais ele lá. Eu disse: “Eu não sei o que foi que foi que fizeram com Sebastião, se pegaram, se prenderam, se não prenderam...”. Aí deixamos tudinho lá, o enterro, e fomos embora, por dentro dos matos, por dentro das canas. Cheguei em casa, mandaram Sebastião vir embora. Disseram: “A gente queria pegar aquele dali, que vivia lá no filme”. Mas, felizmente, eu escapoli, graças a Deus! Se tem me pegado, tem me derretido no cassete, né.

R – Seu Cícero, e esse aprendizado todo que o senhor teve, essa coisa de aprender a falar, a discutir com as pessoas, a denunciar as coisas erradas, isso tudo o senhor aprendeu convivendo com as Ligas?

C- Olha, a gente aprendeu explicar as pessoas com as ideias de Julião e João Virgínio, ensinando a gente como é que agente explicava: denunciar as coisas, diziam o que era que o pessoal tinha direito, ao povo explicar...

R- O senhor ouvia mais essas explicações de João Virgínio?

C- Eu ouvia mais de João Virgínio, Zé Francisco, véi Francisco, tudo. Eles tinham idéia, né. Aí eles explicavam pra gente. Vinha de Julião, explicava pra gente e a gente explicava na multidão do povo, quando a gente se reunia. Agora, eu não fui visto, porque quando a gente ia pra cidade, que fazia comício, subia em carro de palanque, em cima de caminhão, né, com microfone, com som falando, eu nunca subi pra falar. Eu ficava em baixo, no meio da multidão do povo, conversando com o povo, explicando as coisas ao povo como era. Aí os meninos subiam, João Virgínio subia, véi Francisco subia, Zé Francisco subia, Rosário subia, o véi Zezé, né, os outros tudo subia. Aí ficou visto de tanto subir em palanque. Ficou visto da polícia, né. Eles ficavam tudinho de olho, observando, e eu não subia, eu ficava somente conversando com todo povo aqui em baixo, no chão. Aí eu não fui visto na revolução. Olha, nem mesmo nos próprios engenhos, que a gente parava, os engenhos todinho, no tempo de Arraes, a gente mandava parar, Arraes mandava parar pra fazer, pra sede, dizia que era ordem de Arraes. A gente parava os engenhos todinho, não ficava ninguém nos engenhos. A gente vinha pra sede de Vitória, né, eu ia parando os engenhos, eu ia pra um lado, João Daniel pro outro, João Virgínio pro outro e cada cá saía pra uma parte, né. Eu entrava pra essa parte aqui. Quem pedia a mim, os engenhos que não ia, que fazia a cachaça, que já tava destilando, ele pedia: “Se não vou perder”. Todo mundo queria ir, que todo mundo era sócio das Ligas, todo mundo queria ir, né. Aí tinha gente, chorava pedindo pra eu deixar, pelo menos, o destilador por conta da cachaça, pra num perder. Eu deixava ficar o destilador: “Quem é o destilador?” “É fulano”. Eu deixava: “Fique fulano, tomando conta”. E João Virgínio e outros não deixavam: “Num fica ninguém”. Perdia a cachaça todinha do engenho (risos). Aí os engenhos denunciaram eles também, os donos de engenho. E eu, ninguém denunciou de mim, porque eu deixava a pessoa pra tomar conta da cachaça. A cachaça tava destilando, enchendo um botando outro, enchendo um botando outro, né, aí eu deixava, né, só não deixava o engenho moendo. O engenho parava, mas a cachaça, que já tava destilando, tinha que correr até... Se não tivesse ninguém, ela derramava no chão, né. Aí os engenhos que eu passava, nenhum deu parte de mim. Eu subia por aqui, olhe, pegando Pedreira, São Francisco, Arandu de cima,

Arandu de baixo, por esse meio de mundo aí. Quando João Daniel subia por aqui, por dentro, e se encontrava num engenho desse aí, nos confins, a gente dois, aí chegava lá, tava assim de gente na sede.

R- E o senhor lembra o que é que o senhor falava para as pessoas?

C- Olhe, eu falava para o povo que as ligas resolvia todos problemas do trabalhador: aposentadoria, indenização, férias, décimo, tudo a gente falava pra o povo, que num tinha nada disso não. Trabalhava saía ia embora sem nada né. “Tudo isso tem”, a gente explicava ao povo tudinho nos engenhos, “vocês têm direito a isso, isso e isso e só sai se pagar isso a vocês e ser indenizado né. tem que dar férias, décimo, tudinho e mais a carne de boi pela festa”. O senhor de engenho tinha obrigação de dá. Quando não dava, o povo matava o boi, a gente mandava matar o boi no engenho. A gente mandava: “Mata um boi, pra vocês comer!” Quando não dava peixe... Tinha obrigação de dá o peixe pela quaresma. Muitos senhores de engenho tava combinando já dando o peixe, dando a carne, matava um boi pra dar ao pessoal, os moradores né. Quando tinha um que num dava o pessoal abria o açude, juntava tudinho, metia um pau arrombava o açude. Aí João Virgínio fazia disso, o pessoal ficava tudo com raiva de João Virgínio. E eu, quando eu saía, eu num fazia isso. Eu deixava né. Eu não fazia isso. João Virgínio mandava fazer né: “Abra o açude, arromba o açude. Num quer dá peixe não, arromba o açude, mata o boi”. Comia pela festa.

R- O senhor disse que dava cambão ao proprietário aqui né? O senhor mais seus dois irmãos, não é isso? Trabalhava nove dias de graça.

C- Nove dias. Cada irmão trabalhava três dias de graça.

R- Depois que o senhor se envolveu com as Ligas, o senhor continuou dando esses dias de trabalho?

C- Não. Quando nós entramos nas Ligas, que ele botou pra fora, nós não trabalhamos pra o patrão de jeito nenhum mais. Deixamos de trabalhar pra o patrão, tava tudo despejado. E nem ninguém pagou foro mais. Ninguém. Ficou todo mundo sem pagar foro, porque tava tudo em questão. A questão bem dizer pegava todo mundo de Galiléia, né. Aí ninguém trabalhou mais e nem eu paguei mais cambão.

R- Vocês foram orientados a não fazer isso pelas Ligas?

C- É. Aí a gente orientava isso ao povo, pelas Ligas, pra ninguém pagar mais cambão, porque todo mundo pagava cambão. Olhe, ainda hoje. Eu vendi uma cabra aqui a semana passada e o cara que comprou a cabra a mim me disse que ali, no Canha era dois dias de graça por semana. Era o cambão. Eu perguntei: “O senhor sabe o que é cambão?” Esse cara que comprou as cabras, ele é corredor de boi. Ele disse: “Sei, é trabalhar de graça pro patrão”. Eu disse eu aqui pagava nove dias de um sítio: meu irmão pagava três, o outro pagava três e eu pagava três, era nove dias de um sítio de mil hectares de terra. No Canha é dois dias de cada uma pessoa. Se tiver quatro, cinco homens, cada cá tem que dá dois dias de graça. Se na casa tiver três, quatro, cinco filhos, cada cá tem que dá dois dias lá no Canha. Eu perguntei se ele lembrava disso, ele disse que lembrava disso ali. Depois a gente pagava nove de um sítio de meio hectare de terra, viu. Pagava nove dias, era essa a situação. E na Pedreira, a gente trabalhava a semana todinha, os sete dias, recebia os sete, os sete dias, mas a gente plantava, a gente morava tudo dentro do cercado, tudinho dentro do cercado, assim, e tinha um alto, assim, e o homem botou a gente pra trabalhar lá, a nossa família trabalhava lá, nossas irmãs e nossas mães, né. Mas, quando a roça tava tudo desse tamanho, assim, os bois entravam e comiam tudinho.

R- Os bois do dono?

C- Os bois do dono, do senhor de engenho.

R- E aí o senhor fazia o quê?

C- Nada, perdia tudo, não arrumava nem farinha pra comer. Quando eu trabalhava lá, eu recebia. Os dias tudinho, recebia. Aí vim pra aqui trabalhar nove dias de graça, porque eu vim morar aqui, porque era longe do engenho. Não tinha boi pra comer, o que a gente plantava, a gente lucrava tudo. Minha mãe plantava mais minhas irmãs, eu tinha três irmãs, o que a gente plantava, fazia farinha, comia e lá não comia.

R- Essa época que o senhor tá falando, aí, que o boi entrava e comia seu roçado, isso é antes das Ligas? Antes do senhor se envolver com as Ligas?

C- Foi antes de eu me envolver nas Ligas lá e aqui também. E quando as ligas nasceram, que eu me envolvi nas Ligas, passou mais ou menos uns seis, sete meses, aí botou pra fora, aí não trabalhei mais pro patrão de jeito nenhum. Ninguém trabalhou mais pro patrão. Patrão ficou sozinho, sem ninguém mais.

R- Naquela época se um boi entrasse na lavoura do camponês, se esse camponês tivesse nas Ligas, ele reagia?

C- Se tivesse, se fosse nos tempos das Ligas, ele matava. Matava e comia.

R- Matava o boi?

C- Sim, matava e comia. Mas os patrão já tava tudo... Com as Ligas. Não deixava fazer mais. Nem ninguém tava dando mais em ninguém. Tinha alguns ainda que dava. Em Itamatamirim, quando soube vinte e duas pessoas que era sócio, metia o cassete viu. Ali, Serra, era do mesmo jeito. Gameleira do mesmo jeito. Aqui, outro engenho aqui em baixo, do mesmo jeito né, tudo era assim. A gente abrimos açude e encontramos caveira dentro do açude. João Virgínio mandou abrir. Em Serra mesmo tinha caveira. Quando abriu o açude de lá de Serra tinha caveira dentro.

R- O engenho de Serra era Alarico Bezerra?

C- Alarico Bezerra, ele, Alarico Bezerra, foi secretário de segurança daqui de Pernambuco. Foi secretário de segurança. Alarico de Serra vivia ali, tava veio, aposentado, vivia ali no engenho de Serra e o pessoal morando ali e lá vai. Quando foi em Arraes... O pessoal foi, invadiram Serra né, invadiram Serra. As Ligas de Vitória invadiu Serra. Galiléia num foi não. O povo de Galiléia num foi não e o pessoal de Vitória, que arrumou o povo daquelas outras Ligas por lá, invadiram Serra, viu. E Arraes foi quem foi tirar. E o povo que foram queria expulsar até Arraes de lá. Agora, a gente aqui invadimos Itamatamirim, Coqueiro... A gente invadimos e Arraes veio também tirar o pessoal daí. Veio Arraes e Julião. Julião disse: "Olhe, não se invade um Coqueiro, porque se invade um coqueiro, a gente tem que invadir os coqueirais. Coqueirais é todos, mas um coqueiro não se invade, que os outros coqueiros vêm e abafa. Agora, se invadir um coqueiral é todo mundo. Invadiu todos os coqueiros". Julião disse

essas palavras, me lembro como se fosse hoje, lá na sede, ali, junto com Arraes. Aí veio tirou o povo, a gente saímos de lá. Lá o pessoal saíram depois de Serra, né. Saímos daqui, né, o homem daqui, né, o homem aqui, do engenho Paris, botou o morador pra fora, botou do sítio, botou os trem pra fora, as Ligas juntou todo o povo aqui de Galiléia, tudinho, mulher, menino, tudo, e fomos pra lá. Chegamos lá, tinha destelhado a casa do homem, botou os trem pro lado de fora, o patrão. A gente fomos tudinho, subimos em cima da casa, cobrimos a casa todinha, uns em cima cobrindo e outros embaixo trabalhando, onde era o sitinho do homem, a gente cobrimos tudinho de lavoura, levamos maniva, levamos tudo, plantamos tudo. Era limpando, um matão medonho, era limpando e plantando, limpando e plantando. Fomos lá e dissemos: “Se botar pra fora, a gente bota fogo na casa grande, viu? Não bote não! Ele só sai daqui se indenizar ele! É lei, né? Só sai se indenizá-lo! Se botar pra fora, a gente vai botar fogo na casa grande”. Aí ficou quieto. A gente fazia isso pros trabalhador, aqui em Bento Velho, do mesmo jeito.

R- Agora, quem fazia isso? O pessoal de Galiléia? O pessoal de outras Ligas? Todo mundo junto?

C- Olha, às vezes, quando o patrão era mais brabo, vinha gente de quase todas Ligas. Num vinha só de Galiléia, vinha de Bento Velho, vinha de Águas Compridas, vinha daqui, de São Francisco, vinha de Boa Sorte, bastava soltar um fogos, chamando o pessoal, e na sede era o microfone, o carrinho falando.

R- E isso vocês faziam porque recebiam orientações de Julião?

C- Recebia orientação de Julião.

R- E aquelas cartilhas que Julião escrevia, feito essa aqui?

C- Essas cartilhas, a gente entregava tudinho ao povo.

R- Nessas cartilhas ele ensinava isso?

C- A gente entregava ao povo, mostrando o que o trabalhador tinha direito, levando as cartilhas, mostrando tudinho. A gente entregava ao povo nas Ligas, onde passava, a gente

entregava, vinha pra cá e agente saía entregando pelas ligas pro povo né: “Vão lendo e vão reparando qual é o direito que vocês têm, né”. Aí correu o mundo todo, abalou o Brasil todo. Aí, olha, era tanto do americano aqui, tanto do americano. A gente, às vezes, num tinha até tempo nem de trabalhar no roçado, cansado, quando dava fé, chegava uma reportagem americana. Então vinha reportagem daqui, outra daqui, outra de acolá... Eu tava até aprendendo a falar americano, de tanto americano que chegava. Aqui tinha uma casa de farinha, aqui na frente, aqui nessa casa aí, quando dava fé, chegava os americanos, a gente fazia farinha, dava aos americanos, aqui, com mulher, com filho, com tudo, criança pequena, tudinho. Tinha até uns pivetinho, galeguinho, queria entrar debaixo do forno (risos): “Entra aí não que se queima”. Já tava até aprendendo. Eu aprendi, eu falei uma fala americana no filme, porque o estrangeiro conhecia a minha fala. Eu, conversando com Coutinho, e eu falei como fala de americano, estrangeiro, aí Coutinho disse: “Êita, menino! O que você disse agora todo estrangeiro conhece sua fala! E você vai dizer a mesma fala”. Na hora ele não tava ativando, aí mandou eu fazer, eu dizer, aí eu num acertei mais dizer de jeito nenhum. Disse ele que eu disse depois, mas passei mais de cinco horas no sol quente: “Diga”, eu dizia, “corta, num tá certo, corta, num tá certo, corta num tá certo”. No fim foi que eu disse, aí ele num mandou cortar não: “Agora tá certo”. Mas, essa fita o exército... Houve a revolução em cima, a fita de som do filme, coisas que eles pegaram, a fita de som levou fim, né. Aí não ficou essa fala, né. Vê eu cobrindo a casa, mas a fita de som, dizendo essa fala, essa palavra, não tem mais, foi perdida.

R- E vinha também muita gente do Partido Comunista aqui, não vinha?

C- Vinha, vinha muita gente. Quando vinha gente do Partido Comunista aqui, o pessoal dizia que era de Cuba (risos).

R- E o pessoal do Partido Comunista fazia o que com vocês aqui?

C- Olha, eles vinha saber também da ideia, saber como foi que a gente levantamos a ideia. Quem deu essa ideia, quem não deu. A gente explicava tudinho como foi: “A ideia nasceu desse jeito, desse e desse”. Tudo que vinha queria saber como foi.

R- E vocês se davam bem com eles?

C- A gente se dava bem com todo mundo. A gente não era contra ninguém, até os americanos, que os americanos era que era contra o movimento, né. Eles vinham, fazia a reportagem, filmando, né, querendo saber de tudinho. A gente conversava com todos eles, se dava tudo bem com todos eles, né, com todos eles.

R- Vocês ficaram sabendo do problema que houve entre Julião e o pessoal do Partido Comunista, depois daquele congresso que o senhor participou?

C- Depois daquele congresso?

R- Depois daquele congresso. Naquele congresso que o senhor participou, Julião se desentendeu com o pessoal do Partido Comunista. O senhor acompanhou aquilo ali?

C- Olha, aquilo ali eu não acompanhei muito não. Só sei que Julião não tava se dando muito bem com o pessoal do Partido Comunista, né. Mas, a gente não sabia por qual foi a ideia. Eles se desentenderam, o pessoal do Partido Comunista, mas o pessoal todo dizia que a gente era comunista aqui. Todo mundo só dizia que Galiléia era comunista. Quando o pessoal falava na rua: “É os comunista de Galiléia!” Todo mundo só falava que a gente aqui era comunista, né. Mas, não era comunista, era um pessoal sofrendo de fome, passador de fome, o comunismo era a fome, isso era o que existia, sem ter direito a nada na vida, viu. A ideia só era essa. Aí o pessoal se revoltaram, viu. E o Partido Comunista... João Virgínio foi pra Cuba, né. Quando chegou lá, tava aquela confusão em Cuba, medonha, né. Os americanos querendo acabar com Cuba, né. E João Virgínio foi nesse rolo, né, mas ficou por lá. Mas, terminou Fidel venceu, né. Não tiveram poder de dominar Fidel. Os americanos deixaram Fidel, né, e passou aqueles tempos tudinho. Venceram, terminou. Terminou. O irmão dele, hoje em dia, é Raul Castro, por lá né?

R- E João Virgínio, quando voltou, ele falou o quê pra vocês?

C- João Virgínio contou a história todinha, como era em Cuba. João disse: “Olhe, Fidel não para em pé só num canto, né. Num fica parado num canto.” Ele contava essa história e mostrou a foto dele treinando guerrilha, né, detrás de saco de areia, o fuzil, metralhadora, João Virgínio. Aí essa foto de João Virgínio saiu por aí a fora, por todo canto.

R- E ele quis ensinar alguma coisa sobre guerrilha aqui pra vocês?

C- Se ele queria ensinar aqui?

R- Sim, João Virgínio.

C- Não, ele não chegou a criar nada sobre isso não. Ele contava a história todinha como foi, mas ele dizia: “Se por acaso houver uma revolução, a gente tem que pegar em arma”. Mas, não existia arma: “Olha, aparece, depois, na hora, aparece. Se houver a revolução, o governo resolver agir, aparece arma”. Mas, não chegou o ponto de o governo agir. João Goulart não chegou o ponto de agir, né. A gente tava tudo esperando. Tá gravando, num tá?

R- Tá. Quer falar? Se não quiser...

C- (Risos) Olhe, a gente tava tudo em Vitória, na sede, com o policiamento de Vitória todinho.

R- No dia do Golpe?

C- No dia do Golpe, viu. Olhe, eu não vou falar não.

R- Não quer falar?

C- Não quero falar não.

R- Tá bom.

C- No dia do Golpe...

R- Certo, vocês estavam lá em Vitória.

C- Tudo em Vitória, na sede.

R- Com os policiais?

C- A polícia todinha de Vitória, na sede de Bento Velho, viu, tudo com as armas: “Se João Goulart resolver agir...” “Mas, a gente não sabe!” “Vocês aprendem na hora. Façam!”

R- Certo.

C- Foi quando a gente viu o que tava acontecendo, quando resolveu, João Goulart se entregou. Correram tudinho. Pediram, por tudo no mundo, pra a gente não denunciar os policiais de Vitória: “Não conversem nada com ninguém, não, pelo amor de Deus! Se não a gente vai ser tudo pegado. Não conversem nada, não!” Se João Goulart resolver agir, seja preso na hora. Tava tudo esperando ver se João Goulart ia agir. Ele resolveu não agir pra não derramar sangue. Aí foram tudo embora. A polícia de Vitória pediu por tudo no mundo, a polícia de vitória, porque a polícia de Vitória tava tudo do lado da gente, tudinho, na época. E dos outros cantos não era tudo do lado do governo. Os policiais era tudo do governo, era tudo de Arraes né. Era tudo do governo, pertence ao governo. Só o exército que não era do governo. O exército que era do governo federal, mas, quando resolveu, quem veio abafar Pernambuco não foi o exército daqui, foi o exército da Paraíba, que o governo era contra. Botou o exército todinho pra Pernambuco. Trancou Pernambuco, assim, olhe. Os quartéis do governo Arraes, onde tinha quartel que pertencia ao governo Arraes, os da Paraíba fechou. O quartel do Derby foi cercado por tanto do canhão que só vendo, pra o exército, pra o policial, não se levantar, viu. Tinha um sargento que namorava com uma irmã minha. Tava lá, tava tudo tranqüilo, se esperar nada. Quando deu fé, quando menos esperava, o quartel tava todo cercado de ponta a pé no Derby, cercado: “Se descer morre tudinho”. Ficaram tudinho, caladinho lá dentro, sem se mover. A polícia, porque pertencia ao governo Arraes, era quem dominava, não é? A polícia pertencia ao governo Arraes. Só o exército pertencia ao governo federal. Mas, o exército da Paraíba abafou Pernambuco. Olhe, quase todas cidades abafou, o exército da Paraíba. E quando chegou aqui, o exército veio pra aqui, o exército que tava aqui, depois que Arraes se entregou e João Goulart se entregou, aí eles pegaram o exército também daqui, saiu se espalhando pra todo canto. Aí mandaram os policiais pra Galiléia, a polícia recusou de vim: “Pra Galiléia ninguém entra não, a gente não vai morrer.”

R- Porque a fama a que era de que...

C- A fama era de que tava tudo armado. A fama que corria era que tava todo mundo armado: “Se a gente for, a gente morre! Chama o exército pra Galiléia! Se for, morre”. Quando eles vieram, vieram tudo de pé por aqui, olhe, todo de pés. Encontrou um homem ali, bem em frente à casa de Heleno, ali embaixo. O homem ali, tirando capim com uma serrinha, assim. Quando o exército passou, eu tava em cima, eu vi e corri. Ele não viu. Quando viu, já tava em cima. Aí ele: “Olha um ali. Ei, caboclo, venha cá!” Ele ficou tremendo, assim. Aquela linha verde, tudo de pés, os carros vindo atrás, devagarzinho. Olhe, aquela linha verde... Olhe, até Bento Velho vinha assim, olha, um atrás do outro, marchando. Eu vi, corri e fui avisar aos meninos do filme. Os meninos do filme correram. Quando eu cheguei lá, ali por cima, eles já vinham de frente à casa daquele homem, ali, subindo a ladeira, ali por cima, que tem dois caminhões de Zé Pequeno e Dona Amara. Eles já vinham ali, quando eu cheguei lá em cima de carreira, né. Avisei os meninos do filme, os meninos correram. Avisei João Daniel, João Daniel escondeu-se dentro do mato, na roça, a roça dessa altura, assim. Aí eu passei pro outro lado, assim, foi quando eu vim da mata né. Eu ia voltar pra casa por aqui por detrás, mas o companheiro que tava mais eu, Leno Virgínio, irmão de João Virgínio, não deixou eu vir de jeito nenhum. Dormi lá na mata, né. Aí depois eu acertei a casa onde João Virgínio tava, né. Aí João Virgínio conversava comigo, mas os meninos conversavam com João. Mas os outros ficavam escondidos. Os meninos do filme se escondeu logo, depois resolveu ir embora. Depois João resolveu vir embora. João veio, se entregou, mas passou não sei quantos dias na mata ainda.

R- E sobre os latifúndios, vocês nas reuniões falavam muita coisa sobre os latifúndios? Sobre os latifundiários?

C- Sobre os latifundiários se falava muito, só era o que se falava nas reuniões, sobre o latifúndio.

R- Como é que vocês viam os latifundiários?

C- Olhe, eu num falava muito não, que eu num falava, né. Mas, quem falava, metia logo a boca pra cima sobre os latifundiários, falava o escambal né. Eu num falava muito, por isso que eu não fui visto, assim, pelo povo. O exército nem a polícia não me olhou tanto pra me pegar, mas quem falava muito sobre os latifundiários, foi visto, foi chamado tranquilo. Nos engenhos, por aí a fora, tinha cada um cara que metia o pau pra cima, viu. Falava mesmo,

escolhambava os latifundiários. Esses meninos na revolução, ave Maria, o que não morreu, mas apanhou muito. Maria Celeste falava demais sobre os latifundiários.

R- Maria Celeste?

C- Sim, Maria Celeste. Maria Celeste era solta. Olhe, era uma professora, mas falava mesmo, viu, tomava conta do movimento das Ligas de Vitória, mais Luiz Serafim.

R- Ela atuava na sede era? Das ligas?

C- Ela atuava na sede. Era de Vitória.

R- Ela vinha muito aqui em Galiléia?

C- Vinha muito aqui. No princípio, ela vinha antes de ter sede. Vinha muito aqui antes de ter sede lá. Depois resolveram fazer a sede central, qualquer coisa ia pra sede central, né. Foi João Virgínio, Zé Vidente, aí depois foi Rosário. Depois de Rosário passou pra Celeste e Luiz Serafim.

R- Mas, fale de Maria Celeste. O senhor estava dizendo que ela falava muito, não era?

C- Ela falava muito contra os latifundiários, viu.

R- O senhor lembra o que é que ela dizia?

C- E falava contra o iaque americano, sobre a Cia, que a Cia entrava aqui dentro pra pegar as conversas da gente, vinha se fazendo de tão bonzinho pra gente contar as histórias todinhas pra ele pegarem e botar no jornal. E isso prejudicou as Ligas Camponesas, terminou fazendo a revolução.

R- E sobre o latifundiário, o senhor lembra o que é que ela dizia?

C – Olhe, num lembro muito, não, o que é que ela falava, não. Mas, lembro que ela falava muito dos latifundiários.

R- Ela utilizava essas cartilhas? Do movimento?

C- Usava, falava.

R- E a reforma agrária, senhor Cícero?

C- A Reforma agrária a gente gritava direto pela rua: “Reforma agrária já! Na lei ou na marra!” E eu quando fazia as passeatas, dentro do Recife, pegando o palácio do governo, pegando a Assembléia Legislativa, passava pelo quartel do Derby, rodeava por ali, assim, voltava pra cá de novo, Dantas Barreto, por ali, assim, pegava o palácio do governo, né, a gente passava por lá gritando: “Reforma agrária já! Na lei ou na marra!” Eles pegavam eu e mais outro, eu não me lembro qual era o outro companheiro que ia mais eu, com a bandeira brasileira na frente. Eu era o frenteiro da bandeira brasileira, né, na frente, um pegado na ponta e outro noutra. E o pessoal dizia: “Ó os comunistas. Lá vai os comunistas”. O pessoal dizia, o pessoal dizia assim: “O comunismo tinha que dominar, pelo menos, vinte e quatro horas”. O pessoal mais velho dizia que o comunismo tinha que durar, pelo menos, vinte e quatro horas: “Chegou a hora, olha, olha a hora”, o pessoal dizia isso. E bem dizer dominou mesmo. O Brasil bem dizer tava dominado mesmo, viu. E dizia que era os comunistas Dominava, pelo menos, vinte e quatro horas. Aí eles viram que as Ligas Camponesas tavam com poder, o poder tava com o povo, dado por João Goulart. Aí o que foi que fizeram? Se juntou os generais, fizeram um congresso, depois do da gente, no mesmo cantinho, os generais que fizeram a revolução. Fizeram um congresso em Belo Horizonte, no mesmo cantinho onde a gente fizemos com João Goulart. Eles fizeram um congresso lá, resolveram fazer a revolução, dar um golpe, os generais. Aí Julião soube, tava sabendo de tudo. Julião, participando de tudo, vivia por todo canto, olhando né. Aí Julião disse: “Olha, vai haver um negócio muito pesado”. Julião avisou a gente: “Não se avôe pra não perder a cabeça”. Já sabia que ia haver a revolução: “Eu vou pra Brasília, não se avôe ninguém, não, pra não perder a cabeça”. Aí a gente avisamos as Ligas todinhas, pra ninguém de avoá na revolução. Mas, a gente ainda tava esperando ver se João Goulart...

R- Tem uma história, senhor Cícero, um fato que está escrito em alguns livros, que diz que Maria Celeste, no dia do golpe, juntou um grupo de camponeses, tomou a rádio de Vitória e convocou o povo pra defender Arraes. O senhor lembra dessa história?

C- Olha, no dia do golpe eu não tava. Celeste não tava junto com a gente. Celeste tava em outro grupo. Aí eu não tava no grupo que tava Celeste. Eu tava no grupo que tava em Bento Velho. Celeste já tava em outro grupo, viu.

R- Certo.

C- Procurando ver o que é que fazia. Mas, quando viu que João Goulart se entregou, cada cá que pistousse.

R- Certo, entendi.

C- Cada cá que se pistou, né. Bento Velho tava assim, olhe, de gente, junto com Severino Santana, que era o presidente, num sei se você já viu ele.

R- Não, nunca vi, não.

C- Ele tá por aí. Ele teve aí, na festinha da casa que Rosário fez. Rosário não, Zito. E é fácil ele vim agora, nesse negócio que a gente vai fazer no primeiro de março. É fácil Severino Santana vim. Eu não tinha visto Severino Santana de jeito nenhum. E disse que Severino Santana desapareceu daqui de Vitória. Ele não chegou a ser preso, não, parece. Ele desapareceu daqui em traje de mulher. Muito bonzinho, moço, se vestiu de mulher, pronto, ficou parecendo uma mulher mesmo, e saiu e passou, não sei pra donde. Parece que num chegou a ser preso, não. Severino Santana. Que nem Zé Francisco, que não chegou a ser preso. Velho Francisco se escondeu. Só foi preso João Virgínio, véi Zezé, Rosário, né. Só foi o que foi preso. Zito, uma semana dessas, disse a mim que João Virgínio sofreu mais porque quis se exhibir demais. Eu disse: “Olha, João Virgínio não quis se exhibir demais. João Virgínio bem dizer criou ela junto com Zé dos Prazeres. Foi João Virgínio. Então, quando chegou a hora de ser preso, João Virgínio tirou a culpa de Véi Zezé, tirou a tua, tirou a de Rosário e botou a culpa em cima dele. Mas, quando foi julgado... Passou cinco anos e pouco ou foi três anos e pouco pra ser julgado, aí quando julgaram, João Virgínio disse: “Olhe, véi Zezé não tem culpa de nada, tudo quem criou as Ligas fui eu, junto com Zé Prazeres, e ele não tem culpa de nada. A culpa tá toda em mim, eu que foi pra casa do véi Zezé convencer ele pra fazer as Ligas Camponesas. Rosário também não sabia de nada, então toda culpa tá em cima

de mim”. Mas, quando julgaram, julgaram tudo igual. Foi solto todos três: véi Zezé, João Virgínio e Rosário, tudo numa época só, né. Mas, quando chegou em casa, João Virgínio morava ali na frente da casa de Vitor Souza, mais pra lá assim, como quem vai pro açude, uma casinha assim. João Virgínio morava ali, onde trabalha Antônio Joventino, morava ali. Quando João Virgínio chegou, mas foi tanta da gente na casa dele de noite que ficou assim. Onze horas da noite, meia noite, um bocado de gente. Aí a gente vimos apontar um carro ali, na frente do pé de cana ali: “Aquilo ali é um carro, aquilo ali”. A gente ficou tudo espiando e o carro não chegou de jeito nenhum. O carro não chegou, né. Aí disseram: “É a polícia”. Mas, não chegou. Eles vieram, se esconderam, deixaram o carro, foram de pé devagarzinho, olhar. Viram tanta da gente que tiveram medo de entrar, a polícia. Tanta da gente que tava na casa de João Virgínio, tava assim, de ponta a ponta, de meia noite, na casa de João Virgínio. Aí voltaram. Aí viemos pra cá, corremos. Não tinha carro, não tinha nada. Aí a gente, rapaz, voltou, voltou. Só vieram num carro e voltou. O carro voltou e foi a polícia. Fomos embora. Quando amanheceu o dia, o carro já tava na porta de João Virgínio, a polícia.

R- Prenderam ele de novo?

C- Prendeu novamente, porque o exército disse: “Olha, João, da gente você tá livre, mas tem um negocio contra tu, um processo contra tu aí”. O juiz de Vitória, parece que foi um tal de Zé Albino, João Virgínio fez um negocio, quebrou a palavra do juiz e ele processou João, mas não podia prender João, porque João tava com todo apoio de todo mundo. Aí ficou com o processo lá, calado. Quando João Virgínio saiu da cadeia ele botou a polícia pra prender, aí prendeu João de novo. Quando João abriu a porta bem cedo, já tava a polícia na porta, assim, atucalhando. Aí prendeu novamente. Aí parece passou mais três anos e pouco, o processo da polícia. Quando veio terminar o processo da polícia, já passou três anos e pouco de novo né.

R- Certo, senhor Cícero, só pra gente encerrar agora: o senhor tá com quantos anos hoje?

C- Quantos anos hoje?

R- Sim.

C- Eu tenho oitenta e um anos.

R- O senhor hoje, com oitenta e um anos, o senhor acha que guarda muita coisa que aprendeu com as Ligas Camponesas?

C- Olha, eu aprendi muita coisa no mundo. Eu não entendia muita coisa. Fui um analfabeto e sou. Não sei de nada, nem falar direito eu não sei. Falo gaguejando, a palavra meia tata, né. Mas, eu aprendi muita coisa, porque a gente vivia num sofrimento tão grande e essa luta tirou a gente do sofrimento. Eu acho que, fiquei pensando, eu vejo o que aconteceu na época passada de Deus. Deus enviava um homem pra tirar o povo do Egito, que tava sofrendo. Enviou Moisés, né. E a gente aqui vivia sofrendo na escravidão, Deus enviou João Virgínio e Prazeres pra tirar a gente do sofrimento, viu. Eu fiquei pensando nisso. Aí, o que foi que eu pensei e li o que tá escrito na escritura e o que tá acontecendo: tá se cumprindo o que tá escrito na escritura. Tá se cumprindo, Deus envia uma pessoa, pra pessoa fazer aquilo ali e a pessoa vai e faz, viu, e vence a história. E a gente vencemos. Moisés num venceu, né? Noé num venceu o dilúvio, ele e a família dele num salvou-se, né? Outros e outro num venceram, né? Tirou Davi lá dos bosques, de dentro das ovelhas, ungiu ele rei de Israel pra tomar o reino de Saul, num venceu, mas, enquanto ele tava dentro do mato escondido, correndo com medo de Saul, viu, correndo com medo de Saul, sabe o que foi que aconteceu? Tava sofrendo dentro dos matos, sendo mordido de bicho, sendo comido e Saul atrás, atrás, pra pegar, pra matar, atrás, atrás. Um dia quando ele orou, pediu a Deus: “Até quando Senhor eu vou viver nessa situação? Resolva, Senhor, minha situação, Senhor!” Aí caiu no pranto de choro que só num sei o que, viu, Davi. Eu vi isso dentro da Bíblia. Tá escrito na Bíblia. Aí Deus falou pra ele: “Davi, cai na luta, Davi! Cai fora e cai na luta. Tá entregue todos valentes na tua mão. Tu não serás atingido”. Aí ele caiu na luta pra brigar. Num venceu? Eu digo: mesmo assim foi aqui. Deus enviou João Virgínio e Zé Prazeres pra que inventasse essa sociedade, pra que a gente saísse dessa escravidão que a gente vivia, porque eu vivia trabalhando sete dias da semana, aqui mesmo, viu. Sete dias sem parar, viu. Não podia nem ir na rua. Eu nem na rua não podia ir, tirar um dia de domingo, tirar um pouquinho de capim, que minha mãe comprou um cavalo, pra ir pegar um mói de farinha na rua, pra ir na casa de farinha, viu. Eu pedia ao véi Zezé pra ir no domingo, tirar um mói de capim, ele não deixava. O véi Zezé, o véi Zezé não deixava. Era o administrador, viu. E era o bonzinho, mas não deixava eu sair: “Eu vou tirar capim”. “Tu vai tirar capim... Tu cria nada”. Eu digo: “Tiro. É pro cavalo. Minha mãe comprou um cavaliño pra carregar as cargas dela e ela vai pra rua com as cargas mais minhas irmãs. E é o senhor que tira?” Aí ele disse assim: “Eu tiro pra sua mãe.” O véi Zezé. Aí eu disse: “E eu tiro pra sua!” Mesmo assim. O véi Zezé disse isso a mim. E era o

bonzinho, o melhor administrador que tinha. Mas, fazia disso. O patrão mandava ele fazer grosseria com a gente.

R- Mas, depois que ele entrou para as Ligas, ele mudou?

C- Ah, depois que ele entrou pras Ligas, ele num usou mais essas frases, de jeito nenhum, que foi botado pra fora também. Ele tinha que seguir o movimento das Ligas, que foi botado pra fora, né. Tinha que seguir o movimento das Ligas. Aí mudou o sistema: trabalhava pra defender o povo, ficou trabalhando pra defender o povo, né. E era administrador dos melhores aqui. Era o véi Zezé. Quem tem escrito naquele panfletozinho que Zito deu, entregou por aí. Ele sempre defendia um pouquinho. O véi, mandava ele fazer isso. Ele sempre defendia um pouquinho. Tá escrito naquele papelzinho, né.

R- Ok, senhor Cícero, vinham cantadores também pra cá não era? Cantadores?

C- Cantadores?

R- Sim?

C- De viola?

R- Sim, cantadores de viola vinham pra cá também?

C- Olha, a brincadeira que tinha aqui ou era pastoril cavalo marinho ou cantador de viola. Só era a brincadeira que a gente via.

R- E eles cantavam coisas sobre as Ligas?

C- Aí eles cantavam versos sobre as Ligas. Os cabras pediam mote sobre as Ligas Camponesas, aí eles metiam o pau pra cima. Eles cantavam que só num sei o quê. Eu sei que os meninos puxavam tanta ideia pra conversar sobre as Ligas Camponesas. Aí, no meio do mundo, pra todo canto, tinha cantador de viola. Aí o pessoal pedia o mote, aí eles metiam o pau, defendendo as Ligas Camponesas, o cantador. Mas, defendia que só num sei o quê. Era

bonito. A gente achava bonito. Só era a brincadeira que a gente tinha. Só era cantador de viola, viu. Ou se não, pastoril. Sabe o que é pastoril?

R- Sei.

C- Bumba meu boi, cavalo marinho... Hoje é tudo na televisão, né, passa tudo na televisão. É bumba meu boi na televisão, passa pastoril na televisão, né.

R- E isso tudo servia também como coisas pra vocês se mobilizarem ainda mais?

C- É, pra se mobilizar. A gente pedia os motes, um defendendo as Ligas Camponesas e o outro maltratando, um defendia e outro metia o pau. Era aquela alegria medonha com os cantadores de viola.

R- Senhor Cícero, eu lhe agradeço por mais essa entrevista. Já é a segunda. Eu lhe agradeço e espero que o senhor continue contribuindo com outros pesquisadores, pra tocar essa história pra frente, tá bom? Muito obrigado!

ANEXO 5 – ENTREVISTA COM JOSÉ HELENO DE BARROS

Reginaldo (R)- Entrevista com o senhor José Heleno de Barros, no dia cinco de julho de dois mil e quinze, realizada por Reginaldo José da Silva, aluno do Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco. Entrevista realizada com a finalidade de compor dados para uma dissertação de mestrado. Senhor Heleno, bom dia.

Heleno (H)- Bom dia.

R- O senhor, então, poderia me falar agora como começaram as Ligas Camponesas? Como foi que o senhor entrou?

H- Esse menino, as Ligas Camponesas começou aqui, devido a um patrão que num ajudava ninguém, num ajudava ninguém, num se importava com o povo, só queria receber a condição e o foro, uma parte de foro e outra parte de condição. Aí morreu um velho, aí em cima. Por parte num sei de quem morreu aquele velho, lá em riba. O velho morreu, João Virgínio correu até onde tava o velho, disse: “Eu só vim aqui pra você fazer o enterro do velho, que o velho morreu, morreu ontem, tá lá dentro de casa e o que é que vai se fazer?” Ele disse: “E o que é que eu vou fazer, João? Vai pega e enterra. Vai, vai, pode enterrar. Por mim mesmo, pode apodrecer lá.” Aí João disse: “E é assim que o senhor pode fazer na sua propriedade?” “É, e eu mesmo, por mim, olhe, num tenho nada a ver com isso aí. Você quiser, faça.” João Virgínio voltou, aí ficou: “Meu Deus! Que é que eu vou fazer?” Aí depois voltou cá de novo: “E aí? Resolveu alguma coisa?” “Eu num já disse a você que num faço, João! Num faço, não. Se você quiser fazer, faça. Se num quiser, deixe apodrecer lá pro urubu comer pra lá. Eu num tenho conta com isso.” Aí João disse assim: “Mas o que é que eu vou fazer? Eu não tenho, só o senhor quem tem, eu não tenho, o que é que eu vou fazer?” “Por mim, olhe...” Aí João soube que na prefeitura tinha um caixão chamado lôlô. Aí João Virgínio foi na prefeitura, parece que era o pai de Adaílson, era, falou com ele: “O caixão tá ali, você leva o caixão, pega o corpo e bota dentro. Chega lá no cemitério, você pega o corpo, bota no chão e trás o caixão e bota lá de novo.” “Tá certo.” Aí ele veio, pegou, ninguém agüentava mais o homem. Pegou, botou dentro desse caixão, levou pra rua, chegou lá, botou dentro da cova, botou lá, o pessoal voltou pra trás. E ficamos aqui. Esse homem aqui, olhe, era um coração muito ruim, muito ruim, horrível, miserável mesmo, viu, o homem era mau. Aí João Virgínio, conversando com

Zé dos Prazeres: “Porque num faz uma sociedade?”. Ele falou: “E eu sei, Zé dos Prazeres. Fazer sociedade aqui por quê? Patrão num quer, Zezé num quer, porque Zezé é administrador dele.” Aí ele disse assim: “Tem jeito, rapaz. Você fala com Zezé e aí depois você vai falar com o velho”. Aí João Virgínio foi, falou com Zezé. Aí Zezé disse: “É João, o que é que eu vou fazer? Se a gente não falar com seu Oscar, a gente num pode fazer nada, porque só se falar com ele”. Aí ele disse: “É, vamos lá falar com seu Oscar”. Chegou lá, falou com seu Oscar. Aí seu Oscar disse assim: “É João, como é isso, João?” “Isso aí, seu Oscar, estamos fazendo essa associação pro mode se morrer um, ter o enterro. Pro mode se cair um doente, vai limpar o roçado dele, vai fazer farinha pra pagar seu foro, se ajunta tudo e faz pra pagar seu foro. Num é pra nada, não, é somente sobre isso.” “É João, sendo assim tá bom. Tá bom, João, tá bom.” Aí o véi Zezé foi falar com Zé dos Prazeres. Zé dos Prazeres veio, aí reuniu com o povo na casa daquele, esqueci o nome dele agora, o pai daquela menina... Zé Hortêncio. Fomos pra casa de Zé Hortêncio. Chegou lá, tinha um pessoal lá, fez a reunião lá. Aí chegou, disse assim: “Agora vamos falar com o véi de novo e tirar a diretoria pro mode de ver o que é que se faz.” Aí Zé dos Prazeres veio, a gente reunimos na casa de Zé Hortêncio, foi levantada na casa de Zé Hortêncio. Da casa de Zé Hortêncio, a gente fomos discutir lá no engenho Bela Vista. Depois de Bela Vista, fomos pra o Engenho Itamatamirim, que lá tinha um cara, Pedro Góia, o administrador de lá era Pedro Góia. Aí chegou lá, reuniu-se lá umas duas vezes. Aí depois, Zé dos Prazeres veio tirar a diretoria. A diretoria foi falar com o velho, conversou com o velho tudinho, como era, o que fazia, pra que era, pra que num era, pra caçar as coisas, que num era pra nada, não. De fato, num era pra nada mesmo, não, só era a favor da gente, do pequeno. Ele era grande, num queria saber do pequeno, queria, sim, pra ser escravo dele. Aí ele chegou, falamos lá, ele aceitou, botou-se até ele lá como presidente de honra. Ele foi presidente de honra da associação. E ficou a associação pra frente. Isso aqui não faltava gente, aqui de fora. Isso aqui, Julião fazia parte aqui. Pro mode disso aqui, fomos bater na mão de Julião, mas foi depois. Julião fazia parte aqui. Arraes, foi num foi, tava aqui. E era gente de fora, gente de fora, de outro estado, vinha para aqui pra Galiléia. E a gente tava tudo em casa quando soltava um fogos, a casa do véi Zezé ficava assim de gente. Olhe, era gente! Do engenho de Una, Bela Vista, por aqui ao redor vinha tudo pra vê Julião falar ou Arraes ou algum deputado que vinha de fora, né. Aí ficou ali, a gente na associação tão bem, tão bem, tão bem, fomos levando, fomos levando, levando, tudo bom. Ficamos ali só escutando o que é que os homens faziam, né. O que é que os homens vinham de fora fazer, mas ninguém fez nada aqui, fazia nada, só vinha somente conversar, conversar, somente quem fazia alguma coisa era Julião e Arraes. Arraes foi o melhor governo do mundo, do Brasil, foi Arraes. De

governo num entrou outro, nem vai entrar. E pra presidente só foi Getúlio Vargas. Agora foi que entrou um que prestou, porque nenhum prestava, só Getúlio Vargas, porque Getúlio Vargas, acabaram com a vida dele, ninguém sabe como e ficou pra lá. E a gente ficamos escutando, escutando, escutando. E a gente... E haja luta! E haja luta! Só sei que acaso disso, tinha Maria Celeste, aqui, que era uma professora daqui. E tinha Luiz Serafim. E tinha um Joel Câmara, que era do Recife. Ele era um estudante forte, do Recife. Aí chegamos cá, aí levantaram a sede em Bento Velho, aí fomos levando. Era tão bom! Era uma benção, aqui em Galiléia e por aí a fora, por todo canto. Aí Maria Celeste intentou de dar um golpe e invadir o engenho de Serra.

R- Invadir o Engenho Serra que fica aqui perto?

H- É, o Engenho Serra fica aqui, perto de Glória.

R- Certo.

H- Aí Maria Celeste juntou o povo e invadiu o engenho de Serra.

R- Foi ela quem liderou a invasão?

H- Foi, foi ela quem invadiu, mais Luiz Serafim.

R- Certo.

H- Mas agente aqui, não. Aqui ninguém foi lá.

R- Ninguém de Galiléia foi?

H- Não, não. Foi um aqui escondido, sem ninguém saber, um tal de Bia Durão, que morava ali.

R- Como era o nome dele?

H- Bia, mas chamava Bia Durão. Aí ele pegou, saiu escondido, foi pra lá. Olhe, chegou lá, essa mulher fez uma derrota dentro de Serra, viu. Comeu os patos do homem tudinho, matou os bois do homem e era aquela agonia. Tinha uma planta de macaxeira, comeram todinha. Era assim de gente lá, da invasão. E eu só sei que Alarico, brabo que só um cavalo, aí Alarico ficou, rodou, rodou... Olhe, Alarico abalou até a América do Norte. Esse golpe veio a poder de Serra, foi. A poder de Serra e esse filme que foi plantado aí em riba, botado que Arraes aprovou, né, pra ele vim.

R- O filme Cabra Marcado pra Morrer?

H- É isso aí, é esse mesmo. Aí ficou aquela luta, Arraes correu foi até em Serra: “O jeito que tem é eu ir lá”. Nesse dia que Arraes vinha pra Serra, aí Bia Durão me disse: “O povo tá dizendo que Arraes hoje tá em Serra pra tirar o povo”. Aí eu saí caladinho aqui, mais Bia Durão, e fomos. Quando chegamos lá, com pouco de uma hora, Arraes chegou. Quando Arraes saltou do carro, ela veio logo de frente, mais Luíz Serafim, deu logo voz de prisão a Arraes. Arraes disse: “Você sabe com quem é que tá falando? Sabe? Você tá falando com o governo”. Aí ela murchou. Arraes mandou ela desaparecer, sair: “Vocês saiam, vão embora! Vocês querem tirar eu do poder, é? Desse jeito vocês vão tirar eu do poder. Não é assim que se faz, a luta não é pra isso aí, a luta é pra fazer reforma agrária, sim, mas reforma agrária sem sangue e na paz. Não é desse jeito, acabando o que é dos outros”. Eu sei que ela aceitou, ficou por lá, mas pensa que ela saiu? Ficou lá, ficaram lá, disseram que ia sair, mas ficaram lá batendo, batendo, batendo lá dentro do engenho de Serra. E Alarico mexendo por todo canto, por todo canto. Aí foi até na América do Norte. Foi que vieram esse golpe militar. Nesse tempo vieram esse golpe. Aí depois do golpe... Antes do golpe veio o filme Cabra Marcado Pra Morrer. Muita gente trabalhava, eu num quis, não, trabalhar não, porque eu num me agradava, não, daquilo ali, não.

R- Do filme? Por que o senhor não se agradava?

H- Não me agradava, não, porque, era tudo, olhe... Parece que era tudo os cubanos, não era? Tudo barbudo. E eu não me agradava, não. Teve um biscoitinho com compadre Ciço, aí, e um bocado deles, por aí, trabalhava no filme. Foi filmado aí, na casa grande, e depois passou lá pra cima, por Sapé, pra casa de seu Daniel. Tinha João Daniel, que era o filho, João Daniel gostou muito, ele gostava. Já teve lá em João?

R- João? Não, ainda não fui lá, não.

H- João gostava muito desse filme. Eu sei que... Esse menino, de dia era bom, que trabalhava tudo no claro, né. Mas, de noite, quando eles trabalhavam, tinha uma luz que eles acendiam e focava pra cima, ia pras nuvens, rapaz, clareava tudo, ia até o Recife, clareava tudo, era uma luz tão fina, tão fina, tão fina... Aquilo ali rodava, olhe, e o exército ficou tudo assombrado: “O que é isso? O que é isso? O que é isso? E vamos saber o que é isso”. E eles faziam de noite e quando iluminava, era uma coisa bonita. E eles ficaram com isso aqui. Aí veio o golpe de sessenta e quatro e esse golpe veio. Só sei que a gente aqui... João Virgínio disse: “O que é que vai fazer?” Aí Julião disse: “O Que é que vai fazer, João? Num vai fazer nada”. Aí João disse: “Vamos quebrar a ponte de Itamatamirim, porque eles não entram, e aqui e as daqui a gente bota tudinho abaixo”. Aí depois, Julião disse: “Não senhor, num faça não, porque se fizer é pior, ainda vai ser pior. Vai entrar aqui, vai matar é tudo”. Aí João Virgínio ficou e ninguém fez não. Quem veio num foi o exército do Recife, não, foi o vinte e um da Paraíba. Porque eles mandaram a polícia, mas a polícia: “Vou nada! Pra Galiléia? Vou nada!” O exército num quis vim também, não. Veio o vinte e um da Paraíba. Foi quem entrou aqui. Esse menino, mas ficou assim, olhe, de polícia aqui dentro.

R- Senhor Heleno, quer dizer que a polícia teve medo de entrar aqui dentro? E o Exército também?

H- Teve medo, porque disse que Galiléia tava entrincheirada e ninguém entrava. Devido esse negócio do filme, eles pensavam que era pra caçar avião, né. Eles pensavam que era pra isso. Aí ficou, aí o pessoal do filme se levantaram e foram embora, eles e essa Elizabete da Paraíba que também tava no filme. Aí isso foi negócio de cinco horas pra seis horas. Oxe, João Virgínio ganhou os matos, o véi Zezé arribou, Rosário, todo mundo. Só ficou mesmo em casa mulher, o que foi de homem ganhou tudo os matos.

R- O senhor se escondeu também?

H- Eu num me escondi, não, porque quando o povo do filme chegou lá em casa, aí disse, assim, eu morava lá na ribanceira da mata: “Seu Heleno, onde é que tem um lugar bom pra gente se esconder até amanhã bem cedo?” Eu disse: “Rapaz, o melhor lugar que tem é aqui

embaixo, nesse córrego”. Mas menino, pra eu entrar na mata com esses homens, com um facão pra cortar tiririca, hum. Hoje quem mora lá é a mãe de Moisés Coutinho, a esposa de Moisés Coutinho, lá nesse córrego. Aí eu fui pra lá, mais eles. Era um córrego embaixo. Eu sei que eles ficaram com um telefone no ouvido e foi pra de noite, foi pra meia noite, eu ainda tava lá, mas depois eu digo: “Eu vou em casa”. Aí eles disseram assim: “Não. num vá, não, porque se você for, eles pegam você e você vem mostrar onde tá a gente”. Eu disse: “Não pega nada, eles num vem pra cá essa hora, não. Eles vem pra cá amanhã bem cedo. É que o exército vai entrar aqui”. Aí eu vim em casa. Quando eu cheguei em casa, tava um bocado de gente lá, tava Zé Feliciano, tava Virgínio, tava um bocado deles tudo lá, deitado na sala, na esteira, lá em casa, que lá é no canto da mata mesmo.

R- Quer dizer então que sua casa foi uma das casas onde o pessoal se escondeu?

H- Foi, foi muito. Aí eu voltei e disse: ”Num tem ninguém lá não. O pessoal tem um bocado lá em casa e o resto caiu por matos”. E fiquei lá, mais eles. Quando foi por volta de quatro horas da madrugada eu disse assim: “Eu vou lá em casa”. “Num vá, não, que tá clareando e com um pouco mais eles tão por aí e pega você.” Aí eu: “Pega nada”. Eu vim em casa o pessoal tava tudo dormindo. Aí voltei de novo: “Tá tudo calmo, ainda num tem ninguém não. Tá tudo escuro, ainda num tem ninguém”. Aí eles: “A gente vai embora agora por aqui abaixo. Você vá embora pra casa e a gente vai por aqui abaixo”. Aí foram por aqui, nas casa de uma, esses homens e essa mulher. Eu num sei, num vi mais, acabou-se, desapareceu e eu... Olhe, esse menino, num sei, não. Num prestou, não. Quando foi bem cedo aqui, era tanto do soldado do exército que Ave Maria! Agora, num bateram em ninguém, não. Agora, a polícia aí por fora batia em muita gente, matou muita gente.

R- Quer dizer que aqui em Galiléia o exército não bateu em ninguém?

H- Não, não. O exército veio aqui, entrou aí na casa do véi Daniel. O véi Daniel tava dentro do mato, escondido. Quem tava em casa era João Daniel, o filho, que o senhor ainda vai lá. Foi quem tava dormindo em cima da cama. O exército chegou lá, ele tava em cima da cama, ele tava até com hepatite. Só sei que eles ficaram lá e aqui o exército num fez nada de mal aqui. Mas, antes, favoreceu o pessoal daqui. O vinte e um da Paraíba veio, trouxe comer pro povo, trouxe remédio, trouxe um bocado de coisa pro pessoal que tava doente e trouxe comer. Olhe, comer foi demais, viu.

R- Mas, eles não fizeram isso pra atrair o pessoal pra prender, não?

H- Pra prender João Virgínio mais o véi Zezé. Foi, eles fizeram isso a poder disso, né. Aí, ali tinha um tal de Biu do Álcool, eu num sei se ele é vivo ainda ou se é morto já, mora aí por Vitória, aí do lado que vai pra Pacas, pra aquele meio de mundo. Ele chegou e disse assim, falou com a mulher de João: “Você diga a João que eu vou levar um bocado de arma, botar lá dentro do açude, pra dizer que as armas tá tudo dentro do açude”. Aí a mulher voltou, chegou lá, conversou com João, João disse: “Oxe, ele tá doido, é? E você tá doida, mulher? Você mais ele? Isso aí vai me derrotar ainda mais. Eles já tão atrás de arma que tinha vindo de Cuba pra aqui”. Mas, de Cuba num veio nada pra cá, só o filme, que disse que era cubano, não sei se era mesmo ou não.

R- Quem dizia que era cubano? O povo de Galiléia ou era a polícia, o exército?

H- Era o pessoal de Galiléia mesmo, que dizia que o povo era cubano. Mas, não sei se era mesmo ou não, que eu não conhecia esse povo. Eu só sei que aí, eles ficaram nessa luta pra pegar João, pegar João, pegar João... E João Virgínio, dentro das matas, lá pra cima, que aqui era mata viu, pra dentro dessas matas, escondido. Os meninos era quem ia levar um comezinho pra ele. Compadre Ciço, aí, que era o mais conhecido dele, porque ele não confiava em todo mundo, né. Aí o compadre levava comer, levava café pra mode de ele não enfraquecer lá e num morrer. E o exército em cima, em cima, em cima. Aí o exército disse a mulher: “Diga a ele que pode vir, que ninguém vai fazer nada com ele, não. Quer saber somente da boca dele como é e como num é isso e também como é essas Liga, como foi que começou”. A mulher foi e disse a ele. Ele: “Vou nada, eles querem me matar, eles tão é te enganando, mulher. Oxe, eles querem é me matar”. Aí pegaram o véi Zezé. O véi Zezé veio e se entregou. Rosário veio e se entregou. Agora, Brás Francisco e Zé Francisco, esses num vieram, não: “Vou nada, eu vou morrer no pau lá em baixo, na mão deles. Vou não”. E João Virgínio também: “Vou não, num vou não”. Aí eles conversaram com o véi Zezé e tudo. Pegaram o véi Zezé e Rosário e levaram lá pra baixo, preso. Aí ficou João, aí depois João Virgínio resolveu abrir: “Eu vou me entregar, vou me entregar dê no que der”. Só sei que quando João Virgínio chegou, pegaram João Virgínio e levaram lá pra baixo. Mas, judiaram muito com João lá pra baixo. Judiaram muito. Ele mesmo foi quem me disse, que batiam nele com as duas mãos que o sangue voava. Cada uma marra de soldado da gota. Pegaram, fizeram

um tanque grande cheio de fezes de gente, com água, e ele ficou com água por aqui, olhe, e ele disse que tinha fezes de gente. Passou a noite todinha ali dentro. Ele disse a mim que passou a noite todinha ali dentro. Depois botaram ele pra fora e botaram ele pra tomar banho. Batia no ouvido dele pra ele dizer aonde estavam as armas. Ele: “Galiléia não tem arma, não. A arma que tem em Galiléia é do povo, alguma espingarda de matar passarinho é que o povo tem. Lá nunca entrou rifle não”. E eles num acreditava, não.

R- E o senhor, seu Heleno, na Liga de Galiléia, o senhor fazia alguma coisa?

H- Eu num fazia, não, esse menino. Eu era sócio. Mas, a gente saía pra viajar. Quando Julião chegava pra sair com a gente pra algum canto, a gente saía. A gente fomos pro engenho Paris, que lá o homem botou o homem de pé a pé. Aí Julião chamou, a gente fomos, gente assim. Chegamos lá, plantamos o sítio todinho de banana, cobrimos a casa do homem lá. E Julião: “Agora bula com ele! Bula com ele!” Bento Velho, botaram a casa do homem, destelharam, a gente fomos cobrimos a pulso lá. Quando tinha aumento de trabalho nesses engenhos que as Ligas iam lá, pra mode se o engenho não queria pagar, dava conta pro pessoal, dois dias e não tirava. As Ligas batia em cima, pega a vara, corta a vara, só fica dois metros, curta a vara e é dois metros também. Em Serra Grande, tinha um dono de engenho forte, aí João Virgínio foi, o engenho tava com as cubas tudo cheio de cachaça, pra fazer aguardente, né, aí João Virgínio: “Para tudo, para tudo, num mói nada. Enquanto você não pagar o direito do povo aqui num mói nada”. Aí ele: “Mas João, não faça isso, João! Eu vou perder as coisas, as cubas tão tudo cheia aí, já preparada pra fazer aguardente. Deixe dois ou três aí, pra fazer a cachaça pra eu num perder”. Aí João disse: “Você tá me pedindo muito, eu vou deixar. Mas, somente pra fazer a cachaça”. Aí cortou a braça, aí fez o aumento do pagamento do povo direitinho, que as Ligas era pra isso, somente a favor do pequeno, num era pra tomar nada de ninguém, porque eles judiavam demais com o povo, fazia o povo trabalhar a pulso, as ligas era pra defender o pequeno, num era pra tomar nada de ninguém.

R- E o senhor, antes das Ligas, sabia dessas coisas? Sabia participar dessas mobilizações, dessas coisas?

H- Não, sabia não, aprendi com as Ligas. Olhe, quando foi um sábado, eu pedi a ele: Ô seu Zé Veinho...” Num sábado, não, na segunda-feira: “No sábado eu não venho trabalhar, não, porque eu vou fazer uma prensa de mata pra fazer farinha pra comer”. Ele disse: “Tá certo,

Heleno”. Bom, quando foi no sábado, eu disse: “Tá certo, seu Zé, o que eu lhe disse segunda-feira, pra eu ir fazer a farinha?” Ele foi e disse: “Você num pode não, ainda tem que cobrir esse resto de cana”. Num dava meia conta, mas era pirraça dele comigo. Era o jeito dele fazer pirraça comigo, porque ele sabia que eu era das Ligas. Aí ele não quis deixar. Ai eu disse: “Apôis se o senhor quiser, eu vou, e se o senhor não quiser, eu vou, porque eu tô com a mandioca arrancada lá na casa de farinha e eu não vou perder minha mandioca não, eu vou, viu?” Ele disse: “Apôis eu lhe amostro que você num vai”. Aí eu disse: “Apôis eu lhe amostro como eu vou. Eu lhe amostro se eu venho amanhã aqui”. No outro dia, eu fui fazer minha farinha. Quando foi no domingo, uma base de umas sete horas, chegou ele: “Olha aqui, seu Luiz disse que você fosse lá. Você e Dé.” Dé era um morador que tinha lá, que também foi fazer farinha. Mas, Dé também tinha pedido a ele com tempo, né. Aí quando chegamos lá, seu Luiz tava sentado na frente de casa. Parecia o senhor do mundo. Demos bom dia, mandou nós sentar, nós sentamos. Eu com medo que ele viesse dar na gente, né. Ele não, os capangas. Mas, não, ele sabia que eu era das Ligas já: “Não, ninguém vai bulir com ele, não! Se for entrar aqui, quem entrar aqui entra pra valer”. Ele chegou e disse: “Ô seu Heleno, me diga uma coisa, esse engenho aqui é meu ou é seu?” Eu digo: “É do senhor. E eu tenho engenho? Eu já moro aqui, como é que tenho engenho? Só pode ser seu”. “É porque eu mandei...” “Mas, eu pedi, seu Luiz, desde de segunda-feira, a seu Zé Veinho. Ele aceitou pra gente mandar arrancar a mandioca na sexta-feira, pra no sábado a gente fazer. E ele aceitou. Quando foi no sábado, ele queria que a gente perdesse a mandioca, já arrancada, lá na casa de farinha. Não, eu tinha que fazer. E tem uma coisa, se o senhor quiser eu aqui, bem, se o senhor não quiser, pode dizer que eu já vou desocupando. De hoje em diante, o senhor dê o seu sítio a quem quiser, que eu não quero mais não. Ele: “Não, não, não.” Eu disse: “Quero nada”. Aí eu vim embora. Aí ele chamou seu Zé Veinho e disse: “Olhe, num mexa com ele não. Deixe ele lá. Deixe ele sair quando ele quiser. Aí é das Ligas de Galiléia”.

R- E esse engenho que o senhor morava era...?

H- Era Engenho Brasil, aqui perto de Chã de Alegria. Aí ficamos, ficamos... Eu passei seis meses ainda trabalhando aqui e morando lá no sítio, ajeitando minhas lavouras.

R- Então o senhor era morador desse engenho e fazia parte, aqui, das Ligas?

H- Era morador desse engenho e fazia parte, aqui, das Ligas, porque eu gostava muito das Ligas.

R- O senhor participava das reuniões que tinha aqui?

H- Todas reuniões a gente tava de dentro.

R- O senhor lembra das cartilhas que Julião entregava ao povo?

H- Me lembro, me lembro. Eu ainda tenho uma por aí. Agora, vai ser ruim de eu achar.

R- Agora, o senhor lembra dessa aqui? Cartilha do Camponês?

H- Me lembro. Lembro dessa aqui.

R- O que o senhor lembra? O que Julião fazia com essas cartilhas?

H- O que ele fazia aqui era ensinar o povo, né. Ensinava pro modo de ninguém fazer nada errado. Ensinava como era e como não era que fazia, que se lutava... Tudo isso ele ensinava a gente aqui. Ensinava a João Virgínio, ao vói Zezé e a gente ia lá somente pra escutar.

R- Essas cartilhas eram distribuídas para as pessoas?

H- Eram, eram.

R- Como é que elas eram lidas? Lia nas reuniões ou cada um lia na sua casa?

H- Quem soubesse ler, lia em casa, quem não soubesse ler, ouvia ler lá na reunião. Na reunião, se ouvia ler como era que podia se fazer. Era numa pedra, lá em cima. Já estive lá? Uma pedra do camponês sem terra? Já viu?

R- Sim, vi.

H- Apôis, aquilo ali foi de um homem que morreu de fome, num terreno lá do patrão. Aí Julião foi botar ali, mode de ver o que os patrões faziam com o povo, mode ver o que os patrões faziam: judiavam, faziam trabalhar a pulso... Esse homem de Bela Vista, de Itamatamirim, de Serra Grande, de Gamileira, muitos, muitos por aí a fora. O de Serra mesmo matava gente, amarrava uma pedra no pescoço e voava dentro de um açude que tinha pra lá pra trás da casa grande dele. Quando Maria Celeste deu essa invasão, abriu esse açude e tirou quase meio caminhão de cabeça de gente.

R- Do Engenho Serra?

H- Sim, do Engenho de Serra. Disse Maria Celeste, eu num vi não. Ela disse que tirou de lá de dentro. Tudo que ele fazia de judiação pro povo.

R- Julião, Maria Celeste... Essas pessoas que faziam parte da liderança das Ligas, o que é que elas falavam dos latifundiários?

H- Eles falavam que era tudo errado né, um pessoal mal, de coração mal, num tinha amor com o povo. Queria que o povo trabalhasse a pulso de graça. Queria que o povvo trabalhasse apusso mesmo, de graça e apanhado mais. As Ligas nasceu sobre isso aí. Julião disse: “Só vai levantando uma associação pra ver se quebra esses homens”.

R- E essas cartilhas diziam isso também?

H- Dizia. Ensinava como era que o povo fazia. Aqui num tem?

R- Sim. Elas diziam pra vocês pegarem em armas pra ir pra luta?

H- Não, ele nunca ensinou isso aqui, não. Julião, nunca. Isso aí era mentira. Ninguém pegava em arma aqui. Se pegava em arma pra matar rolinha, um teju, uma raposa quando vinha pegar as galinhas... As armas que tinha era essas aqui.

R- Mas o senhor ouviu falar de que alguma outra Liga fazia esse tipo de coisa?

H- Não, eu nunca ouvi falar, porque as Ligas que levantaram era Iputinga, mas acabou-se logo, já por medo disso aí, né. Aí Zé dos Prazeres pegou esse jornalzinho e viu né: “Olhe, as Ligas de Iputinga levantou-se, nasceu em Galiléia”.

R- Que eram as Ligas dos comunistas, não era?

H- Que era dos comunistas, mas eram socialistas. Eles lá tratavam por comunista, mas a gente era socialista do partido brasileiro.

R- Que era o partido de Julião?

H- Era o partido de Julião, que era o partido do trabalhador, que nem hoje é Lula, que tá aí no poder. Lula foi um sofredor, mas tá aí no poder. Foi pro poder e governou pro povo saber que as Ligas de Galiléia valeu alguma coisa. Julião ficou por aqui, fez uma festa muito grande aqui. Cid Sampaio foi se candidatar pro governo, aí disse assim: “Julião, você faça a minha campanha, se eu ganhar a minha campanha, eu desaproprio Galiléia”. Julião disse: “Você faz isso?” Ele disse: “Faço.” Aí Julião tomou a frente, incitou o povo, só sei que Cid Sampaio ganhou a campanha. Aí, quando foi outro dia, Julião veio pra desapropriar Galiléia. Aí fomos pra lá, pra Assembleia, lá embaixo. Mas, Julião cismado com Cid Sampaio... Cid Sampaio era mal viu, era um usineiro.

R- O senhor considera que ele era mal porque ele era usineiro?

H- É. Usineiro. Usineiro num tem pena de trabalhador, só pode ser mal.

R- Isso vocês ouviam também nas ligas.

H- Era, a gente marcava logo aqui. A gente já tava cismado com o senhor de engenho, quanto mais um usineiro no poder! Aí lascou! Aí ficou de nessa noite desapropriar Galiléia, na Assembléia. Aí fomos pra Assembléia. Olhe, Galiléia foi tudinho, tudinho. Olhe, gente dessa Elizabeth da Paraíba, olhe, de todos engenhos que ficou, que a Assembléia num cabia. Aí, haja esperar e esperar. A véia Maria, mulher de Biu de Souza, esse que você entrevistou, disse: “Que hora é essa, seu Julião?” Ele: “Calma Maria, tenha calma”. Olhe, isso quando veio desapropriar era uma hora da madrugada e a gente tudinho lá. Julião, na casa da

Assembléia, também, esperando que ele viesse. Aí Julião perdeu a paciência, pegou o carrinho, partiu pra lá. Quando chegou lá, Cid Sampaio já ia fugindo de pijama, pra num ir pra Assembléia desapropriar Galiléia. Ta vendo? Era mal ou num era? Era mal, coração mal, viu. Eu sei que ele veio mais Julião, desapropriou Galiléia. E depois disse assim: “É, Julião, depois vou lá mandar medir Galiléia pro povo. Galiléia é minha. Do povo e é minha. Porque que ganhou fui eu a luta, junto com o povo. Galiléia é meu e ninguém mexe”. Eu sei que Cid Sampaio, ele veio, mandou medir aqui, tinha duzentos e quarenta famílias aqui. Ele veio, mediu Galiléia somente pra quarenta famílias. Aí João disse assim: “E o resto? O senhor vai botar aonde doutor?” Ele disse: “O resto eu vou levar pra Barra, Terra Preta, Tiririca e Cova de Onça, cada cá eu boto um bocado”. Aí ele disse: “Não, você desapropriou Galiléia foi pro povo de Galiléia, num foi pra pegar o povo de Galiléia e botar pra aqui e pra acolá não. Você desapropriou Galiléia pro povo daqui. Ou sai tudo ou fica tudo”. João Virgínio falou pra Cid Sampaio. Aí Julião: “É, você desapropriou pro povo, você num pode dizer que num é não, foi pro povo”. Só sei que passou-se quatro anos, Galiléia nesse clamor. Ninguém ajudava aqui em nada não. Governo não, governo deixou pra lá, a gente aqui. Só sei que ele passou os quatro anos dele, depois saiu e Galiléia ficou nessa agonia sem ninguém. Aí veio Arraes. Foi Arraes com Zé Múcio. Arraes ganhou pra Zé Múcio.

R- Zé Múcio era...?

H- Usineiro também. Outra derrota também. Só sei que Arraes ganhou. Oxe, foi uma benção. Olhe, Arraes trouxe bota. Foi quando se calçou um sapato. Foi no tempo de Arraes, que chegou bota pra gente andar, que apareceu um sapatinho. Foi de Arraes pra cá. Pra trás era os pés no chão, um tamanquinho, uma sandália furada no meio pra enganchar os dedos, era assim. Agora, o Arraes não. O Arraes foi uma benção aqui dentro de Galiléia. Arraes veio, mediu Galiléia, até de meio hectare, e estamos tudo aqui. A metade já morreu. O pessoal daquele tempo desapareceu já quase tudo, num tem quase ninguém aqui. Olhe, Arraes deu aqui foi trinta e duas casas pra Galiléia. Arraes trouxe um projeto chamado São Vicente, aqui pra Galiléia. Mas, tudo era fundo perdido, num era pra se pagar, né.

R- Como era o nome do programa?

H- Fundo perdido. Era que Arraes trouxe aqui. Cada um pegou doze conto, foi doze conto cada um. O projeto que Arraes botou. Nós pegamos, fomos trabalhar, compramos uns

bichinhos, um bezerro, compramos umas cabras pras mulheres criar e a gente ficamos aqui, trabalhando tão bem, tão bem com Arraes.

R- E o que é que o senhor aprendeu com as Ligas? O Senhor lembra o quê? De ter aprendido o que com as Ligas?

H- Eu aprendi que era pra fazer o que as Ligas queria. Não era tomar terra de ninguém. Era um pedaço de terra pra gente morar, sem ser pesado a ninguém. Estamos aqui nesse pedacinho de terra, a poder de Deus, primeiramente, e, segundo, Julião. Julião, junto com o povo de Galiléia, foi quem arrumou esse terreno para a gente. O que a gente queria era isso, num era riqueza, num era ser rico, não. A gente queria somente ter um bocado pra comer e não fazer trabalho a pulso, não bater na gente... Lutava por esse projeto aí. Só era o que a gente queria. Não era ser rico e nem tomar nada de ninguém, não. Só sei que Arraes vivia aqui mais Julião muitas vezes. Fazia festa aqui. Era uma alegria pra gente.

R- Vinham estudantes também?

H- Oxe, vinha estudante! Era assim de estudante aqui. Vinham muito.

R- E esses estudantes faziam o que aqui? O senhor lembra?

H- Tinha os estudantes bons e os estudantes maus.

R- Quem eram os estudantes maus?

H- O filho de Heleno Virgínio mesmo, era estudante e professor, mas ele era do jeito que falava contra Galiléia. Falava contra o povo de Galiléia, maltratava o povo de Galiléia. E foi filho daqui de dentro. Tá vendo?

R- E ele falava o quê? O senhor lembra?

H- Ele falava que era comunista, tomador do que é dos outros, porque virou, porque mexeu, que num era assim que fazia, tomar terra dos homens. Aí, tomar terra, não, foi desapropriado e foi pago, o governo pagou Galiléia ao senhor de engenho, não foi tomada. A gente

caçamos um poder pra não sair das terras. A gente não queria sair da terra. Ainda hoje nós estamos aqui.

R- Tinha o pessoal do partido comunista que vinha aqui também?

H- Eu não conheci esse povo, não. Eu conheci esse cubano, né.

R- Do filme?

H- É, do filme. Vinham muita gente aqui barbudo, que os mais velhos diziam que era comunista. Mas, não sei se era mesmo ou não.

R- Eles falavam sobre as Ligas, que as Ligas eram boas, que era assim que se fazia, que a terra devia ser do trabalhador, não era do senhor de engenho, a terra era pra ser do povo e Deus deixou a terra para o povo, não foi pra senhor de engenho.

R- E a igreja católica? Ajudava ou não ajudava?

H- A igreja católica? A igreja católica era mau. Aqui tinha um padre que veio para aqui derrotar Galiléia, dali de baixo, num sei da onde, falando de Galiléia, porque Galiléia é assim, porque Galiléia é assado... Aí depois, João Virgínio pegou ele aqui, deu uma lição nele.

R- Como era o nome dele? O Senhor lembra do nome do padre?

H- Padre Melo. Parece que era padre Melo. Aí João Virgínio, enfezado como era, pegou Padre Melo, disse: “Como era que o povo podia viver assim? Num era cativo de senhor de engenho, num era sujeito a ninguém. Queria terra, num era pro mode de fazer guerra com ninguém, não”. Só sei que ele veio, depois se deu bem com João Virgínio. Foi num foi, tava aqui, pra conversar com João. João tinha uma cabeça, viu. Ali era muita cabeça. O cabra era feito na luta, viu, o João Virgínio. Ainda hoje, esse menino, eu quando falo no Joao Virgínio, eu me sinto mal, porque fizeram com João Virgínio o que fizeram com Jesus. Mesma coisa, porque João Virgínio passou seis anos na cadeia. Foi a mesma coisa de Arraes. Arraes passou seis anos e ele seis anos. Julião também seis anos na Argélia. Só sei que João Virgínio com seis anos chegou aqui. Ele conversava com a gente aqui, chorava que nem criança, contava

que batiam no ouvido dele, o que fizeram com ele dentro do tanque de água, passar a noite todinha lá dentro, com água por aqui, pelo pescoço. Ele ficava contando a gente e chorando. Olhe, a gente pode dizer que o que fizeram com o senhor, fizeram com Jesus, porque quando foi tirar o povo do Egito, salvar o povo, faraó num quis matar ele, até que mataram. Mesma coisa fizeram com o senhor. Ele disse, conversando mais eu aqui: “Eu num vou demorar muito tempo aqui, não, porque eu sofri muito. Tem gente que pensa que eu num sofri, mas eu sofri. Judiaram muito de mim. Acabar dizer que num fizeram nada comigo”. Demorou pouco, acho que num passou dois anos, ele morreu. Esse enterro de João Virgínio foi um estouro, abalou Vitória todinha, enterro de João Virgínio, o comunista da Galiléia.

R- Comunista?

H- Comunista, porque foi tudo de vermelho, porque de vermelho só era comunista.

R- Quem era que dizia isso?

H- O pessoal de Vitória.

R- E os jornais falavam o quê?

H- Falavam: “O enterro do comunista de Galiléia, João Virgínio”. Era o comunista de Galiléia.

R- Os jornais, parece que chamavam vocês de comunista o tempo todo?

H- O tempo todo. Era os comunistas. Oxe, a gente num podia dizer que morava em Galiléia não. Tinha medo de dizer, porque o pessoal tinha vontade bater na gente mesmo, viu.

R- Eles achavam que Galiléia era um lugar de gente violenta?

H- De gente violenta. Mas, não era. Era um pessoal socialista, trabalhador, vivedor, num era violento com ninguém.

R- Então, senhor Heleno, só pra a gente encerrar: o senhor considera, acha que aprendeu muita coisa por causa das Ligas?

H- Aprendi, aprendi por causas das ligas. Sei respeitar o povo, sei tratar o povo bem, como é que se vive não é tomar nada de ninguém, não é matar ninguém, isso aí, não. Galiléia lutou para uma vida melhor, num foi para uma vida má, foi o pessoal tudo unido. A gente fazia passeata daqui pra Vitória. Inclusive, fizemos uma passeata aqui, Julião mandou a gente fazer, nós fizemos, quando chegou na metade da rua... E ninguém entrou? Tava assim de exército, olhe, e a gente voltamos pra trás, viemos embora. Fomos à viagem em Caruaru, pra dar comício em Caruaru. Fomos tudo lá, em Caruaru, fomos tudo preso. Olhe, num sei não, era uns estudantes, tudo mau, atiravam pedra com isso aí, olhe.

R- Jogavam em vocês?

H- Com bodoque. Foi. Até que nós fizemos comício lá. Fizemos de Julião, fizemos de Arraes em Caruaru, mas a poder de Julião ir lá e garantir a polícia deles num fazer nada. E quando Julião saiu, já tavam com pedra pra jogar no carro de Julião, mas Julião chegava num carro branco e saía num carro preto. Quando eles pensavam que não, Julião já tava em Recife. Foi muita coisa, a gente aprendeu muita coisa viu.

R- Senhor Heleno, muito obrigado pela sua entrevista.

ANEXO 6 – ENTREVISTA COM SEVERINO JOSÉ DE SOUZA

Reginaldo (R)- Entrevista com o senhor Severino José de Souza, conhecido em Galiléia por Biu de Souza, no dia vinte e seis de fevereiro de dois mil e quinze. Entrevista com a finalidade de compor dados para uma dissertação de mestrado em educação do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco. Entrevista realizada por Reginaldo José da Silva. Seu Biu, vamos conversar um pouco aqui. Eu queria ouvir um pouco o senhor sobre sua experiência nas Ligas Camponesas. O senhor teve uma participação muito importante nas Ligas, chegou a ser secretário, não é? Segundo Secretário da Associação Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, que depois ficou conhecida como Ligas Camponesas. Queria conhecer um pouco, ouvir um pouco sobre sua memória acerca desse movimento. O Senhor lembra de como foi que tudo começou?

Biu (B)- Dá pra lembrar um pouco, né.

R- Como foi?

B- Começou não só com gente de Galiléia, veio gente de fora também e se juntaram com o finado João Virgínio, já falecido hoje. Aí, se juntaram e falaram de uma sociedade em Galiléia, mas só que não tinha gente suficiente pra levar pra frente, né. Uma pessoa que inventasse como deveria ser. Aí o finado João Virgínio e outros companheiros dele disseram: “Não, nós temos conhecimento com o administrador do Engenho Itamatamirim e a gente pode reunir com ele, dá uma fala com ele e vê o que é que pode fazer”. Aí assim fizeram, reuniram na cozinha da casa grande do Engenho de Itamatamirim e discutiram como é que deviam levantar uma sociedade aqui em Galiléia, porque a exigência do povo era fraca, até uma estrada pra se fazer se dava sacrifício e o corte de cana do senhor de engenho também, e a gente, com a associação, possa ajudar até o senhor de engenho. Aí criaram a Associação Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, na cozinha da casa grande do Engenho Itamatamirim, vizinho ali daquela pedreira, do lado de quem vai pra Recife. Ali reunidos com Zé dos Prazeres, fundaram, conseguiram discutir como é que fazia a sociedade. Aí eu não sei contar direito como foi a criação dos estatutos, né, dessa sociedade, só sei que discutiram como foi feito. Aí dava também dificuldade pra se achar uma casa pra se discutir aqui em Galiléia. Aí João Virgínio, que era muito conhecido do finado meu pai, disse: “Não, a gente tem a casa do administrador de Galiléia e ele pode dar uma orientação pra nós e ceder a sua

casa pra a gente reunir”. Aí vieram a meu pai, meu pai deu consentimento e eles vieram pra cá à noite, até na boca da noite, e eles discutiram como a sociedade ia dando beneficência a outros moradores que fossem sócios, e assim criaram. Aí, noutro domingo, marcaram outra reunião pra tirar a diretoria. Aí tiraram a diretoria e aí até eu mesmo pessoalmente fiquei no lugar de segundo secretário. Já o primeiro secretário era outro que não morava aqui, vinha de Recife. E assim foi criada as Ligas Camponesas. De oito em oito dias ou de quinze em quinze, a turma se reunia pra discutir o que devia fazer. Aí João Virgínio junto com Zé dos Prazeres e outro elaboraram o estatuto e assim foram andando pra frente, né. Foram na casa de Julião, não agora, foram na casa de Julião, deram uns acertos de palavra com ele e com poucos dias fizeram outra reunião pra tirar os estatutos, né. Aí levaram pro cartório em Recife. Só sei que criaram o estatuto da sociedade. Aí criaram os estatutos, vieram pra Galiléia, fizeram uma grande festa quando o estatuto saiu. Quando já tava bem organizada, com uns tempos já de duração, Prazeres achou que devia chamar o senhor de engenho daqui pra ser presidente de honra. Aí vai: “Como é que faz? Junta uma comissão com o presidente, a diretoria, nós faz a elaboração do convite e leva pra ele”. Aí levaram. Nesse tempo ele sempre aturava a gente no engenho, na casa grande. Aí eu só sei que falaram pra ele e ele aceitou pra ser presidente de honra da sociedade. Aí tudo bem, criou mais ânimo pra o povo de Galiléia, porque o senhor de engenho dava cobertura à organização, né. E assim foi feito, ficaram tudo contente. Só não fizeram festa com a participação do senhor de engenho na sociedade. Outro dia, o filho dele, que morava em Recife, veio a Galiléia visitar o pai, o pai já tinha sido convidado pra ser presidente de honra, o filho disse: “Não, papai, pode não. Não faça nem uma coisa dessa, isso é um comboio de comunista, isso tão tudo querendo invadir a propriedade e o senhor não pode aceitar esse convite como presidente de honra”. Aí, nesse mesmo dia, foram lá em casa, que era ali, da casa de Zito pra frente. Aí chegou ele com mais dois, chamou o finado meu pai.

R- O proprietário que foi lá?

B- O filho, o filho dele.

R- Ah, o filho que foi na sua casa?

B- O filho. Chegou lá com mais duas pessoas que eu não sei quem era, disse ele que era o delegado auxiliar. Aí disse ao finado meu pai: “Olhe, você tá expulso de Galiléia, só tem quinze dias, você e toda sua família”. A família que ele queria dizer era os associados que já

tavam acoplado ali no meio, né. Aí todo pessoal que fosse membro da associação tinha que sair com quinze dias. Aí foi quando foi à procura de Julião. Falou-se com o finado Zé dos Prazeres e ele disse: “Se preocupe não, vou arrumar um advogado pra defender a causa de vocês”. E com certeza arrumou mesmo, né. “Junte umas quinze pessoas de Galiléia e traga junto com você e vamos conversar com ele”. Invés de quinze, foi quarenta, né. Ele aceitou a proposta e tal, achou muito boa, e assim virou o nome dele, os processos que tinha na justiça e assim fomos levando. De vez em quando ele vinha aqui, dava reunião por intermédio de festa. E quando ele vinha aqui, vinha acompanhado de muita gente. A sede principal era onde tinha uma casa de farinha e ali se reunia. Ele veio aqui a primeira vez, aceitou o convite, né, e assim foi se principiando a história das Ligas Camponesas. Aí ela foi crescendo, crescendo, abriu uma sede em Vitória, alugamos uma casa pra fazer uma sede, mas a casa era pequena, na Treze de Maio, só me esqueci o número. Nos sábados, reunir nos sábados... Agora, pra reunir mais era aqui. Agora, pra receber o dinheiro do associado, eles tinham que vim pagar aqui a sociedade. Aí tinha associado de Oiteiro, que é quase umas seis léguas daqui. Aí fizeram pra esses associados ir pagar lá em Vitória. Ia eu ou o finado meu pai lá pra pegar o nome do associado e receber a mensalidade de cada um. Aí ia fazia a arrecadação dos de fora e os daqui fazia aqui mesmo, que morava aqui né, e assim foi criado, foi crescendo.

R- Certo. Essa sede lá de Vitória se chamava delegacia?

B- Não, num tinha letreiro aberto nela não, nem delegacia, nem sede, não tinha placa não.

R- Certo. O Administrador do Engenho de Itamatamirim era José Aires dos Prazeres?

B- Era.

R- O Senhor lembra dele?

B- Lembro, lembro. Ele era alto, meio magro, andava de chapéu. Conseguiu também ser administrador do Engenho Bela Vista. Era muito conhecido. Depois foi ser administrador do Engenho Itamatamirim. Foi quando ele juntou-se aqui dentro né.

R- Mas, antes disso, ele já era conhecido de vocês?

B- Era, já era conhecido.

R- Ela já fazia alguma coisa por aqui antes? Já reunia vocês pra alguma coisa?

B- Não, antes não. Até o finado João Virgínio e Zé Francisco ir conversar com ele. Antes disso, não.

R- Antes disso ele era somente conhecido?

B- Era, antes disso era só conhecido.

R- Tem uma carta que ele escreveu pra um líder comunista chamado Clodomir Moraes...

B- Sim.

R- O senhor sabe quem é?

B- Sim, conheci. Ele deu muitas viagens aqui.

R- Conheceu, né? Ele era muito próximo de Julião, não era?

B- Sim, muito.

R- Numa carta que Prazeres escreveu pra Clodomir, ele diz que a ideia pra começar as reuniões aqui em Galiléia, a ideia surgiu depois que um morador daqui chamado José Hortêncio... O senhor conheceu José Hortêncio?

B – Ele era meu sogro.

R- Ah, ele era seu sogro? Então, ele diz nessa carta que José Hortêncio ficou com dificuldade de pagar o foro.

B- Sim, foi, foi.

R- O senhor lembra disso?

B- Lembro, lembro. Não só ele, né, na época tinha mais alguém nesse problema.

R- Outras pessoas também tinham dificuldade?

B- É

R- E além desse problema do foro tinha outros problemas aqui em Galiléia?

B- Não, era somente esse do foro.

R- E aquela história de que quando as crianças morriam não tinham onde ser enterradas?

B- Era. Aquela história já vem muito antes das Ligas. Era. Ninguém nem sonhava. Eu num vi não, mas o finado meu pai dizia, aqui nesse setor não, mas pra lá, onde tem aquela serra ali, na PE que vai pra Escada, aquela PE pra cá é Galiléia ainda, né, eu ouvi falar, mas eu não vi, que quando morria uma pessoa aqui tinha dificuldade de enterrar... Teve uma mulher que o filho morreu e botaram três dias embaixo de um pé de manga, porque o marido não tinha condições de enterrar, e quando ia enterrar, o senhor de engenho num olhava pra isso, aí tinha que ir pra prefeitura pedir um lolô, pra o prefeito, pra trazer até o cemitério e no mesmo instante quando terminasse de enterrar, tinha que levar novamente pra prefeitura, deixava lá no cemitério limpa.

R- Lolô era o nome do caixão?

B- Era, lolo era o nome do caixão. Tinha que ir lá de volta e entregar o caixão. Eu num vi essa cena não, sabe, eu ouvi eles contando João Virgínio, o finado meu pai, mas eu num presenciei essa cena não.

R- Certo. Desde então que as Ligas foram formadas, o senhor fazia essa atividade de segundo secretário e de também ajudar no recolhimento do pagamento dos sócios e participava também das mobilizações?

B- Sim, é.

R- O senhor lembra pra onde foi?

B- Quando reunia na casa do finado meu pai, que não era aí, era lá em cima, era muita gente viu. Dava muito mais de cem pessoas na reunião viu, sem Julião e com a presença de Julião, ninguém num sabia contar porque dava gente demais, até gente de fora vinha assistir a reunião com ele, né. Quando ele chegava aqui eu achava muito bonito, porque a finada minha mãe, muito inteligente, arrumava pétalas de rosa e enchia uma bacia pra quando Julião chegasse. Ela batia palma, assim, e jogava as pétalas na cabeça dele. Aí ele dizia: “Minha filha, isso vai servir de lembrança pras pedras que podem jogar em mim futuramente”. É, foi bom, uma história boa.

R- E nas reuniões, seu Biu, o senhor lembra o que era que se conversava? Que se discutia?

B- Se discutia pra ter força, não era pra se discutir e esquecer ali em baixo, era pra fazer o movimento crescer e as Ligas crescer. Era sempre o que ele dizia.

R- Falava de reforma agrária?

B- Falava, falava aqui, mas se falasse lá fora ninguém entendia o que era reforma agrária.

R- Vocês conseguiam aprender muitas coisas nessas reuniões?

B- Aprender o quê?

R- Sobre reforma agrária...?

B- Aqueles mais inteligentes botavam no sentido e sempre discutiam. A gente, como ia lá somente pra ouvir, não dizia nada, mas sempre animado né. O pessoal, naquele tempo, num tinha medo de nada não, viu. Tinha medo quando aparecia qualquer tipo de violência. O pessoal aqui nunca foi violentado por ninguém. Denunciava o jornal da cidade e do estado: “Também o pessoal de Galiléia tão queimando cana”. O jornal bradava isso: “As ligas camponesas estragando, acabando com o canavial de cana”. Queimando, né, mas tudo isso era

mentira, eles faziam isso pra provocar e pra ver as ligas se apagar. Mas isso nunca aconteceu: sair camponês de Galiléia ou ser convidado camponês de fora pra sair uma turma colocar fogo nas canas de senhor de engenho que existia por aí, isso nunca foi feito, não. Isso era denúncia que eles faziam pra acabar com as ligas. Eles denunciavam isso, de queimadores de cana, somente pra prejudicar Galiléia e mais pra nada. Galiléia não mexia com ninguém.

R- Certo, entendo. Mas o senhor sabia de alguma outra Liga, porque não existia Liga só aqui em Galiléia, existiam outras Ligas espalhadas por outros lugares... O senhor lembra ou ouviu dizer se alguma outra Liga fazia esse tipo de coisa?

B- A gente aqui nunca participamos. Ouvimos falar depois, né, por intermédio de Prazeres. Ele morava ali, naquele bairro de Engenho do Meio, mas naquela época era desabitado, né, e ele sempre dizia, mais o irmão dele, que existia uma Liga no Recife, que não foi à frente, e quando o jornal denunciava, vinha logo de frente a Liga Camponesa de Recife. Tinha um bairro no Recife onde ela era localizada, né, mas num foi à frente não.

R- Julião, em algum momento, ou outra pessoa chegou aqui em Galiléia tentando dizer a vocês que vocês deveriam pegar em arma, ir pra luta armada?

B- Não, isso aí nunca foi discutido, não, né. A turma aqui num falava nada pra agitar não. Quando tinha problema com agitação, não era com o pessoal de Galiléia.

R- Mas havia outras Ligas que fazia essas coisas? O senhor sabe dizer?

B- Havia, ele sempre dizia que sim, né. Também quando as Ligas de Galiléia foi fundada, as de lá já tinham ido embora há muito tempo, né. Foram criadas, mas acabaram logo.

R- Certo. Mas vocês iam pra passeatas, pra congressos? O senhor foi pra passeata alguma vez?

B- Fomos. Teve o primeiro Congresso de Salvação do Nordeste.

R- O senhor estava lá?

B- A gente tava lá. A festa foi realizada no campo do náutico, foi muita gente, foi muito lotado aquilo ali, viu. E fui outras várias. A gente já teve reunião ali de até fazer repouso. A gente, quando ia, que passava quatro, cinco dias, eu acho que ele nem existe mais, é o matadouro de Constâncio Maranhão. Esse homem tinha um matadouro em Peixinhos, de gado né. Constâncio Maranhão, ele tinha um matadouro em Peixinhos e teve um dia que a gente fomos passar uns dias em Recife, pra participar de uma reunião que houve, um congresso, o primeiro Congresso de Salvação do Nordeste, essa foi um bocado de gente lá participar, foi uma grande festa, né, e dormitório da gente era o matadouro de Constâncio Maranhão, lá em Peixinhos.

R- E lá, nesse primeiro Congresso de Salvação do Nordeste, o senhor lembra do que eles falaram lá?

B- Em primeiro lugar, reforma agrária, né, união do povo, que precisava se reunir, que agora nós estávamos acoloiado com os estudantes... Estudantes com camponês, discutiu muita coisa... Porque naquela época eu nem ligava muito, como que seja hoje, né, tinha mais ou menos uns vinte e poucos anos. Faz muito tempo viu.

R- O senhor lembra das cartilhas que Julião costumava distribuir pro pessoal?

B- Lembro, lembro.

R- Essa aqui, por exemplo, é uma. Cartilha de Camponês.

B- Eu ainda cheguei a ver essa e outras várias. É porque eu não me lembro, né. Eu não me lembro muito aprofundado dessas cartilhas, não, mas isso foi espalhado por Galiléia por tudo que foi lugar, contando a luta das Ligas. Tudo isso aqui foi lido pela classe baixa de camponês sem terra.

R- Como era a leitura? Cada um lia nas suas casas ou era lido nas reuniões?

B- Nas suas casas, ele sempre dava detalhe sobre isso aí nas reuniões, né, o que era que devia ser feito, o que era pro camponês fazer... Agora, se o pessoal lia em casa eu não sei dizer, né.

R- Até porque tinha muitos camponeses analfabetos naquela época.

B- Tinha demais. Era uma coisa que ele falava também nesses papeizinhos, era pro camponês aprender a ler, né. Tinha um dizerzinho: “Desperta homem do campo pra aprender que o Brasil sem você não pode...” Tinha um versozinho dizendo assim, alertando o camponês que o camponês num sabia ler. Depois das Ligas foi que aprenderam crescer e sempre alguma pessoa aprendeu, porque existia escola também, paga pelas Ligas, pra ensinar o adulto, não a criança, pra ensinar o adulto. Eu mesmo participei de ensinar um bocado de gente.

R- Ah, o senhor ensinava a adultos?

B- É.

R- A ler?

B- É.

R- Era uma atividade que o senhor fazia pelas Ligas ou por conta própria?

B- Pelas Ligas.

R- Aqui em Galiléia mesmo?

B- É. Agora, a sede sendo lá. Nessa época era onde a gente morava.

R- Lá na casa de seu Zezé?

B- É, naquela parte mais alta, num tem uma placa lá no canto?

R- Sim.

B- Dali pra cima um pouco, a gente morava ali.

R- Isso o senhor fez orientado por Julião pra ensinar o pessoal a ler?

B- É, foi, tanto por Julião como pelo pessoal da diretoria. A pessoa que sempre encontrava pra fazer essas coisas só era eu, porque naquele tempo eu sabia mais ler do que todo mundo.

R- Seu Zezé durante um tempo também ensinou, né?

B- Foi.

R- Mas antes das Ligas?

B- É, era antes das Ligas. Mas, era coisa pouca.

R- Certo.

B- Agora, quando as Ligas cresceu, aqui mesmo em Galiléia a gente dava aula até onze horas da noite, dez horas... Muitos num vinham.

R- Os que vinham gostavam?

B- Demais.

R- Aprendiam alguma coisa?

B- É, era gente que não sabia ler. Mas, pelo menos assinar o nome, já servia de alguma coisa né. Era pra votar.

R- Votar era importante?

B- Você acha? Eu acho que sim.

R- Julião indicava alguns candidatos pra vocês votarem?

B- Não, ele não dava dica pra isso aí não.

R- Sim.

B- Só na época de eleição, quando ele era candidato, né. Quando ele entrou na luta das Ligas, ele já era deputado estadual e depois se elegeu federal. Ele se elegeu uma vez ou foi duas, se o sentido não me engana, mas foi mais ou menos isso.

R- O senhor não lembra de alguma vez ele ter orientado vocês a votar num candidato chamado Henrique Lott?

B- Foi demais, esse aí era o que ele mais falava, Marechal Henrique Teixeira Lott, mas ele num chegou a ganhar a eleição, não.

R- Pra Presidente?

B- É.

R- Quem ganhou foi Jânio Quadros.

B- Jânio Quadros. Foi.

R- E o vice, que era o vice de Lott, era João Gullart, Jango, que terminou depois sendo deposto e acontecendo o golpe militar.

B- É.

R- Henrique Lott, nessa cartilha que eu mostrei aqui pro senhor, que o senhor disse que lembra dela, lá no finalzinho, Julião diz aos camponeses, orienta aos camponeses a votarem em Henrique lott. Então, disso o senhor lembra?

B- Lembro, lembro. A campanha foi grande viu, foi muito grande, mas num conseguiu, não

R- O senhor lembra de fazer alguma coisa pra ajudar o pessoal a votar nele?

B- Não, não. Isso aí da campanha política eu num entrava não. Era outros.

R- Ele dizia porque era importante votar em Lott? Ele explicava?

B- Ele explicava, mas eu num tenho lembrança nenhuma não do que ele explicava.

R- Certo. Deixe eu perguntar um pouco sobre Zezé da Galiléia, seu pai. Zezé era administrador aqui do engenho. E porque que ele se envolveu com as Ligas?

B- Pelo conhecimento, porque todo mundo aqui em Galiléia conhecia o finado meu pai, ele era muito antigo aqui, eu nasci aqui nesse engenho. Quando ele veio se mudar, eu não tenho lembrança, porque quando eu tinha mais ou menos uns quinze anos, ele já morava em Galiléia ou mais atrás. Morava mais pro engenho chamado Boa Sorte, que fica aqui atrás, né. Mas na hora que ele veio morar em Galiléia, que eu peguei me reconhecer pessoalmente eu mesmo, foi na época de quarenta e seis, quarenta e quatro...

R- Ele era administrador do engenho. O proprietário depois mandou fechar a sociedade e o senhor até falou que o filho do proprietário foi até a sua casa fazer ameaça. Zezé, por conta disso, teve algum problema com o proprietário? O fato de ele estar envolvido com as Ligas e o proprietário não querer, provocou algum problema entre ele e o senhor de engenho?

B- Não, não houve não. Quando vieram trazer a carta, vieram numa comissão, vieram o presidente e mais umas duas pessoas da comissão pra entregar ao senhor de engenho a carta, o convite né. Mas ele nunca teve intriga com o senhor de engenho não, nunca teve nenhuma, nem um grito ele levou do senhor de engenho. E nunca o senhor de engenho fez uma advertência pra ele, dizer, por exemplo: “Zezé você no meio desse pessoal, você tão conhecido e você criando movimento no meu engenho”. Isso nunca foi dito. Ele nunca teve raiva do finado meu pai não. Podia ter raiva de outro, mas do finado meu pai não. Nunca tiveram zuada nem ignorância de um pro outro não.

R- Seu Zezé tinha um barracão aqui no engenho?

B- Tinha. O barracão dele era ali de frente à casa grande. Tinha uma casa ao lado, depois mais pra lá e o barracão era ali, onde era a garagem dos carros do senhor de engenho. Mas nesse tempo ele acabou com os carros que tinha, aí ficou a garagem. Aí ele mandou o finado meu

pai botar o barracão lá, mas nunca houve intriga, nem debate nenhum com senhor de engenho e o finado meu pai não.

R- E os camponeses daqui como é que se relacionavam com ele? Com Zezé?

B- Ah demais! Todo mundo, a maioria do pessoal de Galiléia gostava do finado meu pai, Zezé da Galiléia. Hoje não né, porque hoje já foram embora muita gente, né, mas o finado meu pai era muito conhecido aqui dentro. Era administrador, era cabo de corte de cana, acompanhava serviço de estrada. Tudo que o senhor de engenho queria era com o finado meu pai, qualquer coisa que ele queria: “Diga a Zezé que venha cá”. Eu ia lá, era pequeno, aqui assim e vinha mais ele, lá de cima até aqui, pra falar com o senhor de engenho. Mas eu nunca presenciei qualquer tipo de aborrecimento entre os dois não.

R- Sempre mantiveram uma boa relação?

B- É. Era, era. Nem também ele botou culpa. Ele podia ter dito assim: “Você é que é culpado disso tudo Zezé”. Ele nunca falou isso, ele nunca xingou o finado meu pai não. E assim viveram esse horror de tempão né, mas não houve intriga entre eles dois não.

R- Certo. E o senhor, seu Biu, além de dar aulas, de ajudar a alfabetizar o pessoal, também falava outras coisas pro pessoal?

B- Era, era somente isso. Outra porque o secretário era quem fazia em reunião cópia de atas da reunião, quem fazia era o outro né. Depois de muito tempo, quando houve esse conflito com a polícia aqui, que o senhor de engenho botou tudo pra fora, aí o primeiro secretário não veio mais cá, aí quem tomou conta fui eu. Ele não veio mais cá e nem elegeram outro. Que podiam ter elegido o primeiro secretário, mas nunca elegeram.

R- Vocês falavam muito sobre união aqui?

B- Sempre falava. Era o que era mais discutido na reunião. Sempre que chegava alguém de fora, aqui chegava gente de todo tipo, uma conversa boa danada, mas tudo do outro lado né, do lado dos comunistas. Ninguém queria nem falar nisso, mas ficavam querendo ludibriar o pessoal daqui, o partido comunista. Pra acabar né, pra mim isso era um agravo, mas o pessoal

de Galiléia nunca aceitou esse sistema de comunismo não. Era contra, era completamente contra. A imprensa bradava: “Os comunistas de Galiléia tão queimando cana nas propriedades vizinhas.” Como aqui, esse enghozinho Bento Velho plantava muita cana, mas ninguém nunca saiu daqui pra botar fogo em cana de ninguém não. Isso tudo era boato de senhor de engenho, quem era contra as Ligas só falava contra né. Num botava um dedo num canto pra dizer: “Eu dou cobertura ao pessoal de Galiléia”. Só era somente pra criticar, pra mode ver se a polícia entrava aqui e acabava com tudo, mas a polícia nunca entrou aqui. As Ligas foram formadas em mil novecentos e cinquenta e cinco e quando ela veio fracassar foi justamente em sessenta e quatro, no ano da revolução. Fracassou não, acabou né, em sessenta e quatro. Porque o exército entrou aqui, num bateu em ninguém e nem prendeu ninguém logo assim que chegou: “Você vai preso, venha cá”. Ele passou uns quinze dias ou mais alimentando as famílias de Galiléia, trazia coisas alimentícias não é, feijão, charque, tudo quanto vinha ele distribuía, o exército. Todo mundo de suas casas, ninguém via um pé de pessoa conversando não, era tudo pelo mundo. O exército sempre ajudou, dava manutenção de alimento ao pessoal daqui. Num chegava aqui falando bravo nem valente não. Aqui só teve uma vez pra eles falar brabo, o exército. Que a polícia entrou aqui, veio doze jipe num comboio só, um atrás do outro, jipe somente policial. Quando o exército chegou mandou desaparecer todos eles. “Desapareçam daqui, eu mandei vocês pra cá vocês não quiseram, pode desaparecer”. Aí passou por aqui aquela fileira de jipe embora pra Recife. Exército nunca buliu em ninguém aqui. A polícia também nunca bateu em ninguém aqui. Eu não vou dizer que isso aconteceu aqui, nem o exército bateu, nem a polícia também nunca bateu. Nessa época, já tinha passado todo movimento de desapropriação né, nessa época Galiléia já tava desapropriada, em sessenta e quatro. Galiléia foi em cinquenta e nove. Galiléia não era mais de senhor de engenho mais não, já tava desapropriada, todo mundo com seus títulos nas mãos. CRC era quem tomava conta, uma companhia criada pelo governo do estado e era quem administrava Galiléia. Agora, já que o povo não aceitou o plano de dez hectares, isso aí já é outra história, muito na frente. Querendo perguntar alguma coisa a gente fala sobre isso.

R- Certo. Sobre a desapropriação vocês se colocaram contra a maneira como o governo queria desapropriar, não é isso?

B- É, exato. Logo de inicio, voltando a essa história aí, logo quando ele desapropriou Galiléia, ele desapropriou mais duas propriedades no município de Vitória pra botar o restante do pessoal que ficasse daqui. Ele desapropriou Barra, um engenho chamado Barra, e Terra Preta.

Disse ele que era os excedentes de Galiléia. Então ele fez. Galiléia tem quinhentos e poucos hectares, ele queria botar aqui somente dez famílias. Galiléia era uma casa em cima da outra por aí, ele queria deixar dez famílias somente de camponês aqui em Galiléia, de dez hectares não é, e o restante do que sobrasse em Galiléia já tava comprado o engenho Barra e Terra Preta. Agora, só que o pessoal de Galiléia foi contra, não aceitaram esse plano. O pessoal de Galiléia só vivia mais pra questão, porque ganharam Galiléia, como o governo queria dar duas propriedades mais pra botar o restante das famílias aqui, ninguém quis mais. Queria aceitar o plano de dois hectares de três de cinco, dez, mas pra ficar somente dez famílias aqui ninguém queria, e protestaram e acabou, sempre ficaram todos em Galiléia. E Barra e Terra Preta, que fica em Vitória, do lado direito de quem vai pra Recife, botaram outros tipos de gente, mas gente das Ligas não. O pessoal das Ligas ficou tudo aqui.

R- O senhor acha que eles queriam tirar o pessoal de Galiléia pra desmobilizar o movimento?

B- As Ligas pensava nisso né, mas pensando eles que depois disso o pessoal ia invadir Galiléia ou partir pra outras coisas né, mas o pessoal não queria não. Porque aqui tem sítio de todo tamanho, tem sítio de quatro hectares, de cinco, de seis, de dois, de um, de meio, de dez, sendo um dono só. Aí o pessoal não quiseram sair daqui, sendo um lugar já conhecido, já acostumado. Pra ir morar em Terra Preta ninguém quis. Aí entrou na justiça de novo a questão com o governo do estado, ainda foi pra justiça, mas eles viram que as despesas... Quando eles estavam de início pra comprar, retalhando lote de dez hectares, eles fizeram o... Tô esquecido o nome. Eles fizeram a pesquisa de quanto o camponês ia se manter naquele movimento de dez hectares e o dinheiro que ia gastar pro camponês, pro camponês não, pro senhor de engenho pagar ao camponês, ia valer muito mais do que a terra, a terra não cobria as despesas. Se por acaso a justiça ganhasse, eles não podiam nem pagar o que tinha em cima da terra, mesmo a justiça não pagava porque achava que tinha muito valor aqui dentro. Aí desistiram né, a justiça desistiu, terminou o pessoal de Galiléia ficando cada cá no seu lugar.

R- As Ligas, então, foram muito importante pra vocês chegarem a essa vitória?

B- Ah é! Foi muito importante. Agora, o pessoal aqui, que não tem conhecimento das coisas, muitos acharam que tava errado né, foram embora, venderam e foram embora, mas ninguém soube mais nem notícia deles. Mas, aqui em Galiléia pode ser um lugar perigoso. Agora, que eu visse, nunca. Eu nunca vi a polícia aqui atrás de ninguém. O que aconteceu aqui eu não vi

não, porque levaram o finado meu pai já de noite, só foi isso. E levaram João Virgínio preso, e levaram Minuto preso, Rosário preso, finado meu pai preso. Teve uns quatro ou foi cinco que foram preso pelo exército, né. João Virgínio passou uns oito anos, o finado meu pai passou parece que foi três anos ou foi quatro, Rosário passou outro tanto lá, mas nunca apanhou ninguém. Um tal de Minuto também, que era ajudante aí na escola, quando existia, e em Galiléia ninguém nunca apanhou não.

R- O senhor falou que nas reuniões vocês discutiam muito sobre união. Nas reuniões, vocês eram orientados a se defenderem dos jagunços, dos capatazes?

B- Sempre se falava nisso né, sempre tentava falar nisso, a maioria né, porque a pressão que ele fazia contra o povo daqui... Agora, eu nunca vi uma pessoa vir aqui, nem com uma foice na mão. Agora, sempre a imprensa televisionada e escrita sempre denunciava Galiléia, né. O jornal sempre denunciava, mas nada aqui era feito. A turma batia em cima, mas não encontrava nada. Quando houve a revolução, eles queriam que essa casa grande fosse demolida, que essa parte alta eles pensavam que tinha arma ali dentro né. Aí foram à CRC, que era quem administrava, falaram com o presidente da CRC, pensando que debaixo da casa grande de Galiléia existia arma, e foram falar com ele pra demolir a casa. Ele disse: “Tá certo, você demole, eu sei que ali não tem arma, agora se não encontrar arma, você faz de novo. Se encontrar, a gente faz. A CRC constrói do mesmo jeito. Agora, se vocês não encontrarem, vai fazer do mesmo jeito outra casa. Tá certo assim?” Aí eles abriram, não quiseram, não.

R- Agora, vocês aprenderam essa prática de falar contra o exército ou contra qualquer pessoa que ameaçasse vocês. Vocês aprenderam isso também nas Ligas?

B- Foi nas Ligas, porque a gente sempre recebia orientação, né: “Qualquer pessoa que chegar por aí, nenhum de vocês vai agir, se chegar gente por aí, fique tudo quieto, não vão prejudicar ninguém”. E assim foi feito, a polícia chegou. Também capanga nunca chegou. Chegar com espingarda na mão, nos quartos pra assombrar o pessoal de Galiléia, nunca chegou, nunca. Agora, eles faziam medo de longe né, que tinha um tal de Alarico Bezerra, aí, que era de Serra, que o pessoal tinha muito medo dele, o pessoal de lá, daqui ninguém tinha medo não, só a polícia, né. Mas a polícia nunca chegou aqui pra bulir com ninguém.

R- Mas se algum capataz chegasse aqui pra fazer alguma coisa contra vocês, vocês eram orientados a fazer quê?

B- A gente tinha uma meta, não sei se eu já falei outras vezes. Foi criado um sistema aqui, devido essas denúncias que o latifundiário, a gente chama de latifundiário o senhor de engenho, sempre denunciava pelo jornal as coisas erradas que Galiléia fazia, mas que ninguém nunca fez nada errado. Aqui em Galiléia ninguém nunca fez nada errado, só fazia certo. Você pode tá dizendo assim: “Porque você era um participante das lutas”. Não, num é por causa disso. A gente aqui nunca agitamos ninguém. Assim foi criado, já com medo de ameaça do senhor de engenho, a imprensa, o jornal sempre denunciava... De vir aqui alta hora da noite ou na parte do dia, mas somente pra fazer o pessoal correr, isso nunca aconteceu. Mas, pra prevenir se acontecesse lá nos cantinhos de Galiléia, duas casas lá, duas aqui, duas lá em cima, era uma bomba bem grande com uma vara do tamanho desse negócio, amarrada em cima. Se a gente fosse atacado, era soltar aquele fogos no ar e descia gente de tudo que era jeito, de todo tamanho e nunca aconteceu. E quando acontecia, era gente mesmo, viu. Descia gente dessas serras com foice, com enxada, com qualquer coisa. Outra vez, veio um investigador aqui, já antes da revolução, que queria pegar um pessoal de Galiléia. Investigador de polícia. Mas, quando o pessoal soube, soltaram uma bomba, eles se esconderam tudinho dentro da cana, tinha cana. Correram tudinho. O administrador trancou eles na casa grande, só soltou de noite, com medo do povo num matasse. Sempre era assim, o pessoal sempre era alerta pra num acontecer.

R- Tem uma história também que se o senhor de engenho matasse um boi do camponês o camponês também fosse lá e matasse um boi do proprietário?

B- Não, acho que não. Isso aí eu falei também, foi?

R- Não, não. Isso eu li em algumas orientações de Julião.

B- Sim, podia ser.

R- Mas aqui o senhor nunca ouviu falar sobre isso?

B- Não, nunca fizeram não. Passou o tempo, já comeram cinco bois aí na festa da desapropriação, mas tudo comprado. Ninguém nunca tomou nada de ninguém não.

R- Certo. Nunca houve nenhum problema de um capataz ser ameaçado por vocês por ter tentado alguma coisa contra algum de vocês?

B- Não, não. A gente era criticado demais, mas pela imprensa. Mas que a gente nunca recebeu gente de fora querendo desmoralizar a gente aqui por causa das Ligas, não.

R- O senhor falou, agora, um pouquinho pra trás uma coisa interessante. O senhor acha que os comunistas que vinham pra cá, pra conversar com vocês, pra falar coisas pra vocês, o senhor acha que eles vinham pra cá mandados por alguém pra prejudicar o trabalho?

B- Eu acho que sim, viu. Porque aqui em Galiléia chegava muita gente. Principalmente que Galiléia só teve um descansozinho mais de cinquenta e nove, dos anos sessenta pra cá, mas pra trás... Quando foi decretada a revolução, que a gente aqui soubemos, aquilo tinha tanta gente viu, cabra novo com vinte, vinte e cinco, trinta, vinte e oito anos, mas de Recife. Daqui não. Vinha pra aqui num sei pra quê. E quando a gente tava aguardando a entrada da polícia, apareceu dois que tratou na reunião aí. Esse tipo de reunião era mais pela noite, eles sempre comentavam: “Se o exército vir pra aqui que é que devemos fazer? O que deve fazer é o mais fácil: a gente vai num posto compra uns vinte litros de gasolina, parte essa gasolina com uns dez litros enchidos e bota um pavio. Na hora que o carro entrar, vocês tocam fogo no pavio e avoa dentro do carro”. Tá vendo que astúcia desgraçada. Ninguém nunca aceitou isso, nunca aceitou essa astúcia. Isso era astúcia dos estudantes, que chegavam aqui somente pra criticar o povo e botar o povo pra trás. A gente conhecia logo que era pra botar trás, num era pra botar pra frente, era pra ir pra trás. Mas isso nunca foi feito, o exército chegou aqui, saiu, levou gente preso, deu de comer, mas nunca buliu com ninguém.

R- Então a maioria dos integrantes das Ligas daqui de Galiléia não concordavam muito com o que esses estudantes falavam?

B- Não, não. Com essa agitação não.

R- Mas com outras coisas que eles falavam vocês concordavam?

B- Se fosse de bom, se fosse pra fazer o bem, a turma consentia, né. Porque naquele tempo existia gente mais desenvolvido do que hoje. Existia uns cabras aqui mais desenvolvidos do que hoje, como o finado Zé Francisco, João Virgínio, Rosário, que era irmão meu de criação, Minuto, Zé Hortêncio também, que era sogro, muita gente inteligente viu. Agora não, agora acabou, ninguém sabe dá nem uma informação a uma pessoa eles num sabe dá. Mas, naquele tempo, a turma era viva, era esperta. Num entrava pra ganhar não, só entrava pra perder, mas também ninguém fazia absurdo né. Ninguém num ia assaltar ninguém, num ia mexer com ninguém, nem na parte de campo, nem na parte da cidade. E assim a gente fomos vivendo. Quem já teve que ir já foi. Quem não foi, ficou e já foi embora muita gente.

R- Vocês ouviam falar muito de Cuba aqui? Do que aconteceu lá na China?

B- Ouvia. Demais. Já que você falou em Cuba, eu não sei se eu já falei nisso: essa terraplanagem que tem pro lado da casa de Zito, aquilo ali era muito acidentado, com pé de caju, pé de manga, serra, pedra, ladeira pra subir, córrego pra descer, e a imprensa falada daquela época denunciou o seguinte: “O governo do estado está terraplanando uma grande área em Galiléia. Pra que seria aquela terraplanagem? Pra vir avião de Cuba, trazer arma de Cuba pra vir pra Galiléia e distribuir arma pra toda gente”.

R- Então eles achavam que ali seria um aeroporto, um campo de pouso?

B- Sim, um campo de pouso. Aquilo ali foi feito pra fazer o que tem lá né, mas pra pousar avião de Cuba, não. Isso eu li com meus dois olhos no jornal, assim, mas nunca foi realizado não. Mas fizeram isso somente pro pessoal correr. Mas aqui ninguém nunca pensou nisso. Aquilo ali, o governo de Arraes tinham uma ideia de fazer uma vila, de baixo até em cima, aquela parte ali. A máquina passou uns dois meses terraplanando aquela terra. É por isso que hoje existe aquele campo de futebol ali, a casa de Zito e mais cá pra baixo descendo.

R- E vocês lembram o que é que Julião e outras pessoas falavam sobre Cuba?

B- Eles falavam de bem, até que João Virgínio foi até lá, num é? Mas eles num falavam nada contra Cuba não.

R- João Virgínio foi, voltou e quando chegou falava o que sobre Cuba? O senhor lembra?

B- Ele achou muito bom né, ele espalhou a notícia que lá em Cuba num tem nada de mau não, de ruim não. O governo de Fidel Castro falando que tudo era de bom. Não existia gente passando fome, nem gente preso, nada de violência existia em Cuba. João Virgínio passou uns oito dias mais ou menos. O pessoal: “Não, porque João Virgínio foi em Cuba? Vai trazer coisa ruim pra cá”. Ele disse que lá achou foi bom, num achou nada errado lá não. Agora, a lei era meia dura, num é? Ninguém fazia lá o que faz aqui. O pessoal ainda até hoje num faz o que faz aqui. Que nem mataram um, feito fez nesse país aí...

R- Na Indonésia?

B- Sim, na Indonésia. Lá ele num falou nesse ponto não. João Virgínio nunca falou não.

R- Vocês também aprenderam muito sobre indenização não é? Que um morador só pode sair da terra se ele for indenizado. Isso vocês aprenderam onde?

B- Aqui mesmo, porque naquela época das Ligas não existia esse sistema, né, não existia não esse sistema. Senhor de engenho quando pedia a terra... Também era muito difícil ele botar uma pessoa pra fora. Eu bem dizer nasci e me criei aqui, mas nunca vi botar uma pessoa pra fora e indenizar não. Eu nunca percebi isso, não, e nem o finado meu pai, que vivia junto com ele, também nunca falou pra gente que o senhor de engenho, que o coronel, ele chamava de coronel, que o coronel tinha expulsado alguma pessoa e foi indenizado. Isso nunca aconteceu. Que eu visse, não.

R- Certo. Vocês conversavam também sobre o Código Civil?

B- Alguma coisa, pouca coisa. O Código Civil já é mais pra quem estudou o bicho, né?

R- É mais complicado?

B- É mais complicado. É.

R- Mas, vocês chegaram a conversar sobre ele? Julião chegava a falar sobre ele?

B- Chegava. Ele chegava na lei, se era cumprida, num é? Mas essa parte do Código Civil ninguém nunca se beneficiou com ele, não, porque ninguém nunca fez absurdo.

R- E como vocês viam o latifúndio?

B- Mau, num tinham um que prestasse naquele tempo, viu, num tinha um que prestasse. Era tudo ronhento. O latifúndio só queria bater nos outros, eles tinham capanga pra isso. Agora, o pessoal daqui como era ativo, já tava prevenido, num é? Porque podia o latifúndio botar gente aqui pra bater no povo, fazer tudo quanto é de coisa, mas aqui nunca aconteceu. O mais forte latifúndio que era contra o povo era o de Águas Compridas, mas nunca veio aqui; era o de Serra Grande, mas também nunca veio. Alarico Bezerra, que morava pra ali, nunca veio. Nunca teve um senhor de engenho por aqui, abusando o povo, não, nem dando conselho de bem nem de mal. Nunca entrou ninguém, o pessoal vivia tranquilo.

R- E a reforma agrária? Na época vocês acreditavam que era realmente a solução pra os problemas?

B- É, a gente acreditava, falava muito. Agora, só era difícil dela entrar né. As Ligas falava muito em reforma agrária, agora que era difícil dela ser aprovada, né. Só foi aprovada por intermédio de Galiléia. Foi o primeiro estado, que nem a imprensa brada, que foi o primeiro engenho a fazer reforma agrária no Brasil, né, foi Galiléia. Mas era pela reforma agrária, né, não era pegar e tomar não. Foi uma luta de cinquenta e cinco, mais ou menos isso, quando veio receber uma pequena conclusão foi cinquenta e nove, que foi o ano da desapropriação. A imprensa no outro dia bradou: “Camponeses de Galiléia festejam posse da terra comendo cinco bois”. Isso eu vi no Jornal do Commercio.

R- Tinham muitos cantadores que vinham pra cá também?

B- Antes da revolução.

R- Na época das ligas?

B- Era, de sessenta e três pra trás, sempre num faltava cantador de viola.

R- E eles falavam coisas sobre reforma agrária, latifúndio, essas coisas?

B- É, falava. Falava na união do povo, que o povo deve se reunir, que vocês ganharam Galiléia, que num sei o quê... Isso aí o pessoal achava bom, né.

R- O senhor achava isso importante?

B- Eu achava, porque é uma lei que existe. Agora, só tem que ser aprovada, né, mas que existia, existia. Mas, como nunca foi aprovada, o pessoal só fazia falar. Hoje eles diz, hoje não, já faz tempo, que eles dizem que Galiléia foi o primeiro lugar que recebeu a reforma agrária no Brasil.

R- Essa experiência dos cantadores... Existiam cantadores aqui em Galiléia ou eles vinham de fora?

B- Vinham de fora, de Vitória.

R- Eles cantavam nas reuniões de vocês?

B- Eram os que mais falavam viu.

R- Sim, então os cantadores falavam nas reuniões?

B- Era. Falava e dava apoio e cobertura, e mais animava o povo também. Rapaz, quando se juntava com Julião era uma maravilha! Quando falava no nome dele, a palma comia no centro, o pessoal de Galiléia dava muito valor a Julião.

R- Aqui tinha protestantes, evangélicos?

B- Tinha, como ainda hoje tem.

R- Mas, participando das Ligas?

B- Não, nunca. Nas Ligas, não. Eles nunca vieram na sede das Ligas, nenhum dos irmãos crentes, nenhum dos crentes participou. Eles hoje moram em Galiléia, dê graças a Deus, primeiramente, segundo às Ligas, porque eles nunca participaram de nada. Os crentes, não.

R- E os católicos?

B- Os católicos, todos eles.

R- E a Igreja Católica, ela apoiava o movimento aqui em Galiléia?

B- Logo de início não, mas depois pegou a apoiar, né. Aqui teve dois padres, um tal de padre Monteiro, ele era pároco de Vitória, e sempre vinha em Galiléia de vez em quando. Esse que está hoje também vem, já veio muitas vezes. Mas a igreja nunca foi contra a gente, não. Se não falava a favor, também contra não dizia nada, era neutra.

R- Chegou alguém da Igreja Católica pra tentar fazer algum sindicato aqui com vocês?

B- Com muitos anos, apareceu um padre aqui chamado Manuel Monteiro, parece que ele trabalhava na paróquia de Cabo ou era Escada, só sei que ele apareceu aqui com essa conversa, mas não durou muito tempo, não.

R- Isso já depois das Ligas?

B- Depois das Ligas.

R- Quem vinha mesmo pra cá, conversar com vocês, era gente ligada ao Partido Comunista, estudantes?

B- Estudantes eram os que mais vinham.

R- E alguns políticos também?

B- Sim, os políticos era mais na época de política, né.

R- Na época de eleição?

B- É. Mas pra vir, assim, que nem hoje, que não tem campanha eleitoral prévia... Deve vir lá pro outro ano, deve ser, ninguém vê a cara de nenhum. O pessoal de Galiléia foi muito marcado, puxado pelos grandes de Vitória, porque num dava cobertura não. Galiléia hoje era pra ter uma estrada. É... Como é que se diz? Esqueci o nome...

R- Uma estrada calçada, de piche?

B- Sim, feito a de Vitória. Vitória tem um bairro, que nem essa pista, que de vez em quando tá matando gente. Esqueci o nome. Mas, agora todo canto é assim, que eles botaram nessa estrada, esse material. Eu tô esquecido agora do nome do povoadozinho que Vitória tem. É somente esse lugar e mais nenhum.

R- Então, quer dizer que as autoridades de Vitória sempre se posicionaram contra Galiléia?

B- É, sempre. Ninguém de Vitória nunca deu cobertura à Galiléia, não. Prefeito nenhum. De tempos em tempos, faz a estrada, aparece pra fazer a estrada, mas que eles davam cobertura à Galiléia, não. Sim, o povoado que eu tava falando foi Pirituba, ali foi asfaltado. Mas eles sabem que o movimento de Galiléia é tão grande, quanto tempo num faz de cinquenta e cinco pra cá, né? Quarenta e cinco, cinquenta e cinco, sessenta anos, os prefeitos de Vitória era pra ter asfaltado essa estrada de Galiléia. Cadê? Sessenta anos não é brincadeira.

R- E na época das Ligas isso era pior?

B- Não era porque o pessoal conservava, né, principalmente quando o finado meu pai era vivo.

R- A situação das estradas não era pior porque o pessoal da Ligas procurava conservar as estradas?

B- Era, exato.

R- Mas, e o apoio das autoridades existia nessa época das Ligas?

B- Não, num existia apoio não. Podia até existir, mas ninguém falava, né. Porque na época das Ligas era muita proximidade, era um grupo só, quando se dava um grito vinha todo mundo, quando pegava fazer essa estrada, vinha sessenta, cinquenta homens, fazia daqui lá na pista. Mas agora, oxe! Chama uma pessoa dessa aí pra vir fazer a estrada? Ninguém quer fazer. Se num for o prefeito... Assim mesmo. Esse mesmo atual, que tá agora, ele fez uma ponte em Galiléia, essa daí que sobe pra ladeira de pedra. Somente aquela e num fez mais outra não, esse prefeito que tá agora. Existia outro que eu conheço, porque eu conheço todo movimento de Galiléia sobre serviço de prefeitura, que eu toda vida morei aqui... Mas, o prefeito que eu vi fazer... Um fez um benefício também, esse tal de Zé Aglailson. Mas só fez terraplanar com a máquina, somente. Aí, quando chega o inverno, piora a situação de novo, né. Se cair uma ponte, eles botam manilha, aquelas manilhas de cimento. Oxe, num dá um ano, não. Essa daí já tá com um buraco, mais três que ele botou também num tá prestando, porque o técnico foi botar as manilhas num canto e num soube trabalhar, botou as manilhas lá de todo jeito, cobriu com terra. Essa daí mesmo num vai passar carro porque quando o rio encher, leva a pedra. Tem uma que vai para aquele córrego que é logo aí, do mesmo jeito, tá a boca da bicha, mas foi mal feito, já tá se quebrando. Essa daqui, que o prefeito botou, num sei se foi o ônibus, só sei que foi carro pesado, quebrou a cabeça da manilha. E assim vai.

R- Então hoje o senhor acha que pouca gente se junta pra ir atrás desses benefícios?

B- É. Pouca, pouca gente.

R- Mas na época das Ligas isso era diferente?

B- Na época das Ligas vinha muita gente, mas hoje, não. Hoje o pessoal tá tudo rico, o pessoal tá tudo bem de vida. Antigamente, oxe, existia parece que era vinte e quatro casas de farinha em Galiléia. Fazia farinha durante o mês de abril até junho, direto. Procure hoje uma casa de farinha se tem. O pessoal tão tudo bem de vida por aí, pra vista do que era. Em Galiléia, eu tenho sempre falado a alguma pessoa daqui, que quase todo mundo de Galiléia tem carro, um pessoal desse tá ruim, tá? Pessoal tem tudo um carrinho por aí, quando num é carro é moto. Essa estrada tem um movimento de carro, tá vendo? É assim direto, amanhecendo dia, chegando dia, é carro pra cima, é carro pra baixo, é moto, é uma carrada da peste! E agora tão colocando uma rede de alta tensão aí. Vai lá pra aqueles mundos de Escada,

Carpina, pra aqueles mundos ali e todo movimento tá sendo feito em Galiléia. É carro pra cima, é carro pra baixo, é caçamba, é carro que fura buraco, é muita coisa viu que tão fazendo aí.

R- E hoje o senhor tá com quantos anos?

B- Oitenta.

R- O atual prefeito aqui quem é?

B- Elias Lira.

R- Como é que o senhor compara a luta do povo de Galiléia na época das Ligas com a luta do povo de Galiléia hoje? Como é que o senhor acha que tá?

B- Na época das Ligas eu achava melhor, porque hoje ninguém quer fazer nada, né. Naquele tempo, quando se dava um grito, chegava todo mundo. Hoje num chega ninguém.

R- E hoje o senhor, com oitenta anos, considera que aprendeu muita coisa com as Ligas?

B- Eu acho que sim, né. Viajei muito pra Recife, fui pro Congresso de Salvação do Nordeste... Teve um bocado de organização que a gente foi no Recife. Muita gente aqui em Galiléia aprendeu muita coisa. Quem quis né, mas tem gente que num sabe nem dá um recado.

R- Julião foi importante?

B- Demais. Na vinda dele aqui apareceu Clodomir Moraes, que na época era deputado, né. Esse Constâncio Maranhão... Constâncio Maranhão, na desapropriação foi contra, mas depois se virou né. Ele num queria ouvir o pessoal de Galiléia, não. A gente nunca recebeu embaixada de ninguém, esse homem que era senhor de engenho, desse próximo engenho aí, que tem essas indústrias novas que tão botando, esse terreno agora é da prefeitura. Aquele senhor de engenho nunca mexeu com ninguém, antes dessa agora. Na época das Ligas, aquilo era coberto de cana. Senhor de engenho nunca mexeu com a gente, não, nunca deu recado

nem reclamando de alguma coisa. Esse daí, não. Senhor de engenho vizinho aqui nunca mexeu com a gente. A gente recebia crítica pela imprensa, dos de fora, longe, como Alarico Bezerra. É... Eu tenho a peste pra me esquecer dos nomes... Lourival Pedroso. Tinha muitos por aí que agitava demais. A vida deles era dar no trabalhador. Hoje em dia, ninguém bate mais e acabou. Vá bater hoje! Senhor de engenho bater no trabalhador? Vá bater hoje! Nenhum bate. Mas, naquele tempo, de vez em quando...

R- De vez em quando acontecia isso?

B- Acontecia.

R- E quando vocês sabiam que um trabalhador foi espancado por um latifundiário, vocês faziam alguma coisa?

B- A gente não fazia porque ele não vinha cá denunciar. Tinha medo, né. Ninguém vinha cá não, ficava por isso mesmo. Nem a própria polícia mesmo num resolvia nada, porque era o senhor de engenho que mandava no município, né. Eles mandavam. Naquela época, mandavam. Alarico Bezerra, Lourival Pedroso, era esse daqui, esqueci o nome dele, era um cangaceiro da peste, era Abelardo Beltrão. Era esses donos de engenho por aí, dessa zona sul de Vitória, né.

R- Abelardo Beltrão era parente do Oscar Beltrão daqui?

B- Não, eu acho que não, que eles nunca se juntaram. Ninguém nunca teve notícia que ele tava aqui.

R- Então, seu Biu, eu lhe agradeço esse tempo que o senhor passou aqui comigo, fazendo essa conversa, essa entrevista. Espero que o senhor tenha muita saúde e muita vida pra continuar contando essa história pra muita gente, tá bom? Muito obrigado.

B- Apesar de que num prestou muito bem não, porque a gente, às vezes, num se lembra. Muito tempo, né.

R- As informações que o senhor passou são muito importantes. Muito obrigado.